



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**ANDRESON CARLOS ELIAS BARBOSA**



**Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”:**  
um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte”  
em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20.



BELÉM - PARÁ  
2017

**ANDRESON CARLOS ELIAS BARBOSA**

**Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”:**  
um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte”  
em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20.

Tese apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, sob a orientação da Professora Doutora Sônia Maria da Silva Araújo.

Área de concentração: Educação.

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

---

F224r    Barbosa, Andreson Carlos Elias.  
          Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção” : um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20 / Andreson Carlos Elias Barbosa ; orientação Sônia Maria da Silva Araújo. – Belém, 2017.  
          315 f.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

1. Faria, Nogueira de – Biografia. 2. Juízes – Biografia. 3. Educação moral – Belém (PA) – Séc. XX. 4. Delinquência juvenil – Belém (PA) – Séc. XX. 5. Educação – Belém (PA) – História – Séc. XX. 6. História intelectual. 7. Colônia Reformatória de Cotijuba. I. Araújo, Sônia Maria da Silva (orient.). II. Título.

CDDir – 340.092

---

**ANDRESON CARLOS ELIAS BARBOSA**

**Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”:**  
um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte”  
em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20.

Tese apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, sob a orientação da Professora Doutora Sônia Maria da Silva Araújo.

Aprovada em 19/06/2017

**BANCA EXAMINADORA**

Professora **Sônia Maria da Silva Araújo** (Orientadora)

Doutora em Educação – USP  
Universidade Federal do Pará – UFPA

Professor **João Colares da Mota Neto** (Examinador Externo)

Doutor em Educação – UFPA  
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Professora **Jocyléia Santana dos Santos** (Examinador Externo)

Doutora em Educação – UFPE  
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Professor **Carlos Jorge Paixão** (Examinador Interno)

Doutor em Educação – (UNESP)  
Universidade Federal do Pará – UFPA

Professor **César Augusto Castro** (Examinador Interno)

Doutor em Educação – USP  
Universidade Federal do Pará – UFPA

BELÉM – PA

2017

## DEDICATÓRIA

*A todos os “menores” que ao longo da História, os especialistas, as autoridades, os governantes, e muitos outros, transformaram em “delinquentes”.*

*Para Tito e Guilherme, meus tesouros, como expressão do meu desejo de que possam, no futuro, viver num mundo melhor que o do passado e melhor ainda que o atual. E se assim não for, meus filhos, que vocês sejam homens de quem esse mesmo mundo nunca foi digno.*

## **AGRADECIMENTOS**

*A **Deus**, Senhor de todas as coisas, fonte de todo conhecimento e sabedoria! Para mim uma página é como quatrocentas, mas quatrocentas podem ser uma para Ti.*

*À família por quem vale a pena fazer qualquer coisa, principalmente a você **Marta Teixeira**, meu amor, conseguimos juntos, todas as vitórias e conquistas são sempre nossas.*

*Aos amigos de todas as horas que aceitam nossas paradas, mas também nos acompanham quando as caminhadas reiniciam, como por exemplo, **Silvane Lopes**.*

*À minha orientadora professora **Sônia Araújo**.*

*Professores do PPGED, principalmente **Ivany Pinto**, pela atenção que a mim dispensou.*

*Aos membros da banca de qualificação pelas contribuições valiosas e especial aos professores **João Colares e César Castro** pela dedicação intensa ao aperfeiçoamento dessa tese.*

*Aos colegas da turma do Doutorado em Educação da UFPA (2013), especialmente **Sônia Santos, Tatiana Charone e Cláudio Emídio**, pelos bons momentos em turma. Como aprendi com vocês!*

*Ao amigo **Nonato Cância** por sua onipresença e suporte e, principalmente, pelo exemplo de quem escolheu vencer.*

*Ao Dr. **Antonio Claudio Von Lohrmann Cruz**, Juiz de Direito da Vara de Infância e Juventude Distrital de Icoaraci, por todo o apoio dado durante a realização desse doutoramento. Sou muito grato por sua compreensão!*

*Aos colegas da Equipe Técnica da Vara de Infância e Juventude Distrital de Icoaraci, **Taissa Chaves, Suely Lobo e Raimundo Arão**, pelo apoio e companheirismo dispensados, principalmente na fase final do curso, sem isso, tudo teria sido mais penoso.*

*Á Sra. **Ruth Selma dos Santos**, Coordenadora da Biblioteca Pública Arthur Vianna (FCP), por possibilitar o acesso e a digitalização dos livros de Raymundo Nogueira de Faria que compõem o acervo da Seção de Obras Raras desta fundação, assim como aos servidores do Setor de Microfilmagem da FCP pela sempre solícita ajuda.*

*A **Tiago Guterres** pelo auxílio na fase final de digitação/organização das fontes documentais.*

*À Família Nogueira de Faria, em especial a **Luís Ercílio**, por possibilitar o acesso aos diários pessoais, cadernetas de notas e livros de seu avô e, principalmente, pelo carinho demonstrado durante o processo de construção desta Tese.*

*Ao ex-governador do Estado do Pará, **Aurélio do Carmo**, pela disponibilidade e amabilidade em colaborar com nosso estudo.*

*Eu sou maior do que era antes  
Estou melhor do que era ontem  
Eu sou filho do mistério e do silêncio  
Somente o tempo vai me revelar quem sou*

*As cores mudam  
As mudas crescem  
Quando se desnudam  
Quando não se esquecem*

*Daquelas dores que deixamos para trás  
Sem saber que aquele choro valia ouro  
Estamos existindo entre mistérios e silêncios  
Evoluindo a cada lua, a cada sol  
Se era certo ou se errei  
Se sou súdito ou se sou rei  
Somente atento à voz do tempo saberei*

*Eu sou maior do que era antes  
Estou melhor do que era ontem  
Eu sou filho do mistério e do silêncio  
Somente o tempo vai me revelar quem sou*

*Maior,  
Dani Black*

## LISTA DE SIGLAS

**ABMP** - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude

**AMB** - Associação dos Magistrados Brasileiros

**BDTD** - Bancos Digitais de Teses e Dissertações

**CCJ** - Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado Federal

**CEDEC** - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

**CESPI** - Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

**CF** - Constituição Federal do Brasil

**CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social

**CNJ** – Conselho Nacional de Justiça

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CRC** – Colônia Reformatória de Cotijuba

**DNCr** - Departamento Nacional da Criança

**DPHAC** – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

**DSI** - Doutrina da situação irregular

**DPI** - Doutrina da proteção integral

**ECA** - Estatuto da Criança e Adolescente

**EMB** – Educandário Magalhães Barata

**ENF** – Educandário Nogueira de Faria

**FASEPA** - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

**FCP** - Fundação Cultural do Estado do Pará

**FEB** – Federação Espírita Brasileira

**FUNABEM** - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

**FUNCAP** - Fundação da Criança e Adolescente do Pará

**IEMC** – Instrução e Educação Moral e Cívica

**IPAI** – Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará

**IRS** - Instituto de Recuperação Social

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil

**PEC** - Proposta de Emenda Constitucional

**PSDB** – Partido da Social Democracia do Brasil

**SECULT** – Secretaria de Cultura do Estado do Pará

**TJEPA** - Tribunal de Justiça do Estado do Pará

**UEP** - União Espírita Paraense

**UNAMA** - Universidade da Amazônia

**UEPA** - Universidade do Estado do Pará

**UFPA** - Universidade Federal do Pará

**UNICEF** - Fundo da Organização das Nações Unidas para a Infância



## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1:</b> Produções acadêmicas selecionadas a partir da revisão bibliográfica .....	34
<b>QUADRO 2:</b> Relação das Obras de Nogueira De Faria Publicadas .....	57
<b>QUADRO 3:</b> Relação das obras Nogueira de Faria localizadas/acessadas .....,.....	59
<b>QUADRO 4:</b> Diários e cadernetas cedidas pela família do Intelectual .....,.....	73

## **LISTA DE MAPAS**

<b>MAPA 01:</b> Ilhas pertencentes ao território de Belém do Pará .....	115
<b>MAPA 02:</b> Aspectos geográficas da Ilha de Cotijuba .....	116

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 01:</b> Trapiche na Vila Pinheiro (atualmente o Distrito de Icoaraci) de onde se embarcava/desembarcava para/da Ilha de Cotijuba .....	30
<b>IMAGEM 02:</b> Folha de rosto da 1ª edição do livro “Legião Branca” (1911) .....	61
<b>IMAGEM 03:</b> Capa do livro “O trabalho dos mortos” (1944) .....	61
<b>IMAGEM 04:</b> Capa do livro “A Caminho da Nova Era” (1938) .....	63
<b>IMAGEM 05:</b> Capa do livro “O Socorro que o céu me enviou” (1944) .....	63
<b>IMAGEM 06:</b> Capa do livro “Ritmos da nova Fé” (1948) .....	64
<b>IMAGEM 07:</b> Capa do livro “Instrução e Educação Moral e Cívica” (1927) .....	66
<b>IMAGEM 08:</b> Capa do livro “Uma Advertência ao meu paiz” (1932) .....	68
<b>IMAGEM 09:</b> Capa de “Meus Amiguinhos” (1944) .....	71
<b>IMAGEM 10:</b> Capa da 1ª edição de “A Caminho da História” (1945) .....	71
<b>IMAGEM 11:</b> Foto de Magalhães Barata .....	72
<b>IMAGEM 12:</b> Prédio da Colônia Reformatória de Cotijuba em 1960 .....	121
<b>IMAGEM 13:</b> Raymundo Nogueira de Faria aos 44 anos .....	148
<b>IMAGEM 14:</b> D. Zita, primeira esposa de Nogueira de Faria .....	149
<b>IMAGEM 15:</b> D. Pequenina e Nogueira de Faria (1933) .....	150
<b>IMAGEM 16:</b> D. Pequenina e os filhos Alberto, Luis e Mário (1928) .....	152
<b>IMAGEM 17:</b> Família de Nogueira de Faria (1933) .....	152
<b>IMAGEM 18:</b> Lauro Cássio aos 7 anos (1928) .....	154
<b>IMAGEM 19:</b> Emy e Edy, as meninas de Nogueira de Faria (1928) .....	154
<b>IMAGEM 20:</b> Entrada do caixão no Cemitério Santa Izabel (Belém-Pa) .....	157
<b>IMAGEM 21:</b> O caixão com o corpo de Nogueira de Faria sendo conduzido por desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará .....	158
<b>IMAGEM 22:</b> Sepultamento de Nogueira de Faria no Cemitério Santa Izabel .....	158
<b>IMAGEM 23:</b> Um dos menores da CRC olha para o caixão com o corpo de Nogueira de Faria .....	159
<b>IMAGEM 24:</b> Internos da CRC aguardam o sepultamento de Nogueira de Faria .....	159
<b>IMAGEM 25:</b> Pelotão, formado por internos da CRC, que acompanhou o corpo de Nogueira de Faria ao cemitério .....	160
<b>IMAGEM 26:</b> Funcionários da Secretaria da Prefeitura de Polícia de Belém .....	162

<b>IMAGEM 27:</b> Prédio do Estado onde funcionava a Polícia Central .....	163
<b>IMAGEM 28:</b> Cerimônia de Nogueira de Faria como Secretário Geral de Estado .....	165
<b>IMAGEM 29:</b> Funcionários da Secretaria Geral do Estado do Pará .....	166
<b>IMAGEM 30:</b> Nogueira de Faria como costumava se vestir para promover a propaganda espírita no Estado do Pará .....	172
<b>IMAGEM 31:</b> Prédio da União Espirita Paraense localizado na Travessa Osvaldo Cruz, 45 Belém-Pa .....	174
<b>IMAGEM 32:</b> Associação Comercial do Pará. Aqui funcionava a “Escola Prática do Comércio” onde Nogueira de Faria lecionava .....	176
<b>IMAGEM 33:</b> Salão de Recepções da Associação Comercial do Pará. Aqui Nogueira de Faria palestrou sobre temas relacionados ao “Direito Comercial” .....	176
<b>IMAGEM 34:</b> Faculdade de Direito do Pará .....	177
<b>IMAGEM 35:</b> Comitiva Oficial que acompanhou o interventor federal na cerimônia em Cotijuba .....	195
<b>IMAGEM 36:</b> Autoridades presentes à Cerimônia de lançamento da pedra fundamental do edifício da CRC .....	196
<b>IMAGEM 37:</b> Ato de batismo da embarcação "Soldado Epiphanio" por uma senhora da sociedade paraense .....	195
<b>IMAGEM 38:</b> Corredor da Central de Polícia onde Nogueira de Faria costumava encontrar com os menores que aguardavam transferência para a Cadeia de São José .....	262
<b>IMAGEM 39:</b> Ilhéu, interno e menino cotijubense em frente à CRC .....	276

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. 315 f.

## RESUMO

Esta tese tem como objeto de investigação a relação entre a vida e a obra do intelectual paraense Raymundo Nogueira de Faria e o atendimento aos jovens “deserdados da sorte”, considerados potencialmente perigosos à sociedade. Ela trata do intelectual Nogueira de Faria, sua vida e obra, em articulação com o projeto pensado e instituído por ele de atendimento educacional a crianças e jovens “deserdados da sorte”, submetidos à criminalidade, e teve como questão problema: *Que relações há entre a vida e obra de Raymundo Nogueira de Faria e o atendimento aos “deserdados da sorte” no Estado do Pará, Brasil, América do Sul, na primeira metade do século 20?* O objetivo geral foi *Analisar, por meio da História Cultural e da História Intelectual, a relação entre vida e obra de Raymundo Nogueira de Faria e o fenômeno da delinquência juvenil com vistas à compreensão histórica do atendimento aos “deserdados da sorte” no Estado do Pará na primeira metade do século 20.* Metodologicamente trata-se de uma tese baseada nos pressupostos analíticos da História Cultural e da História Intelectual, sendo, portanto, uma pesquisa histórica, documental, de abordagem qualitativa. As fontes primárias pesquisadas foram os livros, diários pessoais e cadernetas de notas de Nogueira de Faria e os jornais da época que compõem o acervo da “Seção de Obras Raras” e do “Setor de Microfilmagem” da Fundação Cultural do Pará, respectivamente. Os dados coletados apontam que este intelectual, ao implantar uma colônia reformatória na Ilha de Cotijuba, parte insular do município de Belém, estado do Pará, Brasil, América do Sul, estava em sintonia com um pensamento mundial que via na criação de estabelecimentos de internação compulsória, afastados dos centros urbanos e altamente vigiados, a solução ideal para lidar com o fenômeno da delinquência juvenil, mas se diferencia ao pensar num projeto a ser demandado pela justiça, pautado na ideia de que haveria de se diferenciar jovens “deserdados da sorte”, isto é, destituídos de condições econômicas e morais satisfatórias, dos delinquentes por livre arbítrio. Em sendo assim, o Estado deveria dar a eles um atendimento educacional centrado na moral, no civismo e no trabalho. A tese que defendemos é de que esta proposta, organicamente vinculada à história de vida e à história intelectual de Raymundo Nogueira de Faria, decorre de uma formação doutrinária fundada no Espiritismo que fazia com que ele acreditasse que tinha como missão materializar o seu projeto do “Homem de Bem”, transformando os “deserdados da sorte”, por ele encaminhados à Colônia Reformatória de Cotijuba, considerada por ele a Ilha da Redenção, em homens dignos, patrióticos, trabalhadores e úteis à Pátria.

**Palavras-chave:** Raymundo Nogueira de Faria – Menoridade – História da Educação no Pará – História Intelectual

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. 315 f.

## RESUMO

This thesis aims to investigate the relationship between life and work of Raymundo Nogueira de Faria 's intellectual and the care of young people "disinherited to fate", considered potentially dangerous to society. It deals with the intellectual Nogueira de Faria, his life and work, in articulation with the project thought and instituted by him of educational assistance to children and young people "disinherited of luck", submitted to crime, and had as problem question: What relations are there between the life and work of Raymundo Nogueira de Faria and the service to the "disinherited of luck" in the State of Pará, Brazil, South America, in the first half of the 20th century? The general objective was to analyze, through Cultural History and Intellectual History, the relationship between life and work of Raymundo Nogueira de Faria and the phenomenon of juvenile delinquency with a view to the historical understanding of the care given to the "disinherited of luck" in the State of Pará in the first half of the 20th century. Methodologically, it is a thesis based on the analytical assumptions of Cultural History and Intellectual History, and is therefore a historical, documentary, qualitative approach. The primary sources searched were the books, personal journals and notebooks of Nogueira de Faria and the periodicals that make up the collection of the "Rare Books Section" and the "Microfilming Sector" of the Cultural Foundation of Pará, respectively. The collected data indicate that this intellectual, when implanting a reformatory colony on the Island of Cotijuba, an insular part of the municipality of Belém, state of Pará, Brazil, South America, was in tune with a worldwide thought that saw in the creation of establishments of internment compulsory, away from urban centers and highly watched, the ideal solution to deal with the phenomenon of juvenile delinquency, but differs in thinking about a project to be demanded by justice, based on the idea that it would differentiate young "disinherited" , that is to say, devoid of satisfactory economic and moral conditions, of the delinquents of free will. In this way, the State should give them an educational service centered on morality, civics and work. The thesis we defend is that this proposal, organically linked to the life story and the intellectual history of Raymundo Nogueira de Faria, stems from a doctrinal formation founded on Spiritism that made him believe that his mission was to materialize his project of "Man of Good", transforming the "disinherited of fortune", which he referred to the Reformatory Colony of Cotijuba, considered by him the Island of Redemption, in men worthy, patriotic, working and useful to the Fatherland.

**Keywords:** Raymundo Nogueira de Faria - Minority - History of Education in Pará - Intellectual History

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. 315 f.

## RESUMO

Esta tesis tiene como objeto de investigación la relación entre la vida y la obra del intelectual paraense Raymundo Nogueira de Faria y la atención a los jóvenes "desheredados de la suerte", considerados potencialmente peligrosos a la sociedad. En el caso de los niños y jóvenes "desheredados de la suerte", sometidos a la delincuencia, y tuvo como cuestión problema: ¿Qué relaciones hay entre sí, la vida y obra de Raymundo Nogueira de Faria y la atención a los "desheredados de la suerte" en el Estado de Pará, Brasil, América del Sur, en la primera mitad del siglo XX? El objetivo general fue analizar, por medio de la Historia Cultural y de la Historia Intelectual, la relación entre vida y obra de Raymundo Nogueira de Faria y el fenómeno de la delincuencia juvenil con miras a la comprensión histórica de la atención a los "desheredados de la suerte" en el Estado de Pará en la primera mitad del siglo XX. Metodológicamente se trata de una tesis basada en los presupuestos analíticos de la Historia Cultural y de la Historia Intelectual, siendo, por lo tanto, una investigación histórica, documental, de abordaje cualitativo. Las fuentes primarias investigadas fueron los libros, diarios personales y cuadernos de notas de Nogueira de Faria y los diarios de la época que componen el acervo de la "Sección de Obras Raras" y del "Sector de Microfilmación" de la Fundación Cultural de Pará, respectivamente. Los datos recolectados apuntan que este intelectual, al implantar una colonia reformativa en la Isla de Cotijuba, parte insular del municipio de Belém, estado de Pará, Brasil, América del Sur, estaba en sintonía con un pensamiento mundial que veía en la creación de establecimientos de internación obligada, alejados de los centros urbanos y altamente vigilados, la solución ideal para lidiar con el fenómeno de la delincuencia juvenil, pero se diferencia al pensar en un proyecto a ser demandado por la justicia, pautado en la idea de que habría de diferenciarse jóvenes "desheredados de la suerte", es decir, destituidos de condiciones económicas y morales satisfactorias, de los delincuentes por libre albedrío. En consecuencia, el Estado debería darles una atención educativa centrada en la moral, el civismo y el trabajo. La tesis que defendemos es que esta propuesta, orgánicamente vinculada a la historia de vida ya la historia intelectual de Raymundo Nogueira de Faria, se deriva de una formación doctrinal fundada en el Espiritismo que hacía que él creyera que tenía como misión materializar su proyecto del "Hombre de Bien", transformando los "desheredados de la suerte", por él encaminados a la Colonia Reformativa de Cotijuba, considerada por él la “Isla de la Redención”, en hombres dignos, patrióticos, trabajadores y útiles a la Patria.

**Palabras clave:** Raymundo Nogueira de Faria - Menoridad - Historia de la Educación em el Pará - Historia Intelectual



---

## SUMÁRIO

---



<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	31
2.1 Revisão bibliográfica .....	33
2.2 Pesquisa/Análise Documental .....	52
2.3 O uso dos diários pessoais como fonte para a produção biográfica .....	73
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EPITEMOLÓGICA</b> .....	78
3.1. Contribuições da História Cultural ao estudo do pensamento de Raymundo Nogueira de Faria .....	80
3.2 Contribuições da História Intelectual ao estudo do pensamento de Raymundo Nogueira de Faria.....	92
<b>4. A DELINQUÊNCIA JUVENIL NUMA PERSPECTIVA AMPLIADA</b> .....	102
4.1. História do enfrentamento à delinquência juvenil na América Latina .....	103
4.1.1 Os tribunais de menores: a gênese do tratamento diferenciado .....	104
4.1.2 A Doutrina da Situação Irregular: uma aberração jurídica .....	109
4.2 As instituições correcionais: o caso da colônia correcional de Cotijuba (CRC) .....	112
<b>5. A VIDA DE RAYMUNDO NOGUEIRA DE FARIA NUMA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA</b> .....	126
5.1 Contribuições metodológicas do gênero biográfico para a construção do itinerário do intelectual Raymundo Nogueira de Faria .....	127
5.2 Reconhecendo Raymundo Nogueira de Faria como um intelectual .....	134
5.3 Itinerários, redes de sociabilidade e a noção de geração de Raymundo Nogueira de Faria .....	148
5.3.1 A Trajetória pessoal .....	148
5.3.2 A vida pública e a Carreira na Magistratura .....	161
5.3.3 A participação no movimento kardecista no Estado do Pará .....	171
5.3.4 A Formação intelectual e carreira acadêmica .....	175
5.3.5 Homem de letras: jornalista, poeta e cronista .....	178
5.3.6 Empreendimentos de Raymundo Nogueira de Faria .....	180

5.3.7 Histórico da criação da Colônia Reformatória de Cotijuba a partir dos jornais paraenses .....	184
5.3.8A rede de sociabilidade de Raymundo Nogueira de Faria .....	203
<b>6. ANÁLISE DO PENSAMENTO DE RAYMUNDO NOGUEIRA DE FARIA POR MEIO DE SEUS ESCRITOS .....</b>	<b>216</b>
6.1 “Essa falta de justiça parecer ser o maior mal do Brasil”: uma análise contextual da primeira metade do século 20 por Raymundo Nogueira de Faria .....	217
6.2 “Quanto mais moralizado um povo, mais feliz e mais forte”: Educação e Instrução Moral e Cívica como salvação do Brasil .....	233
6.3 “O verdadeiro homem de bem é o que cumpre a lei da justiça, de amor de caridade, na sua maior pureza”: o homem ideal na perspectiva de Raymundo Nogueira de Faria .....	247
6.4 “Criança abandonada, criança perdida!”: o projeto de sociedade criado por Raymundo Nogueira de Faria .....	255
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>278</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>291</b>
I. Fontes Primárias .....	291
a) Artigo e Livros da autoria de Nogueira de Faria .....	291
b) Diários pessoais e cadernetas de notas .....	291
c) Jornais e periódicos .....	292
II. Bibliografia .....	292
<b>ANEXO: POEMAS DE RAYMUNDO NOGUEIRA DE FARIA .....</b>	<b>312</b>








---

## SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO

---



*Aquellos que no pueden recordar su pasado están condenados a repertirlo.  
George Santayana<sup>1</sup>*

A afirmação de George Santayana justifica a importância de se estudar a história dos direitos da infância e juventude, pois, conhecendo a história de como crianças e jovens foram tratados ao longo dos anos, compreendemos e até nos posicionamos sobre algumas questões que nos são demandadas atualmente, principalmente se se considera os discursos segregacionistas e repressivos que ao serem manifestos, ainda hoje, estranhamente, são acolhidos e defendidos.

Esta tese, que se enquadra no campo dos estudos que abordam as questões relacionadas à minoridade, à delinquência juvenil e ao atendimento socioeducativo de crianças e jovens desamparados, tem como objeto de investigação a relação entre a vida e obra do intelectual Raymundo Nogueira de Faria e o atendimento aos jovens “deserdados da sorte”<sup>2</sup>, classificados juridicamente como “menores em situação irregular” e, por isso, considerados potencialmente perigosos à sociedade.

Raymundo Nogueira de Faria (15/10/1884 - 10/05/1957) foi um intelectual, bacharel em Direito, educador, poeta, jornalista, pesquisador e magistrado paraense, que exerceu o cargo de Juiz Titular da Vara de Menores delinquentes e Abandonados (5ª Vara da Comarca da Capital) no período de 1930 a 1932, sendo assaz envolvido com a causa da educação da juventude brasileira e, em particular, com a da infância e juventude “em situação irregular”.

---

<sup>1</sup> George Santayana Borrás (Madri, 16/12/1863 - Roma, 26/09/1952) foi um filósofo, poeta, crítico literário e cultural, sendo um autor de destaque na filosofia clássica americana. Adaptado do site da “Stanford Encyclopedia of Philosophy”. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/santayana/>>. Acesso em 26 de out. de 2016. Em “Dicionário de Filosofia” Hilton Japiassú (2008, p.241) se refere assim à Santayana: “Estudou em Harvard, onde foi depois professor até 1912 (...). Em sua obra “A vida da Razão, ou fases do progresso humano” (1905-1906), em parte inspirada na Fenomenologia do espírito de Hegel, apresenta uma filosofia naturalista, baseada na psicologia descritiva e na biologia evolucionista para interpretar o papel da razão nas múltiplas atividades do espírito humano. Sua obra “Ceticismo e fé animal” (1923) representa uma mudança de perspectiva em seu pensamento, tentando superar o ceticismo que considera característica da filosofia moderna desde Descartes. Posteriormente desenvolveu um sistema a um só tempo platônico e materialista, em uma obra em 4 volumes intitulada “Os domínios do Ser”, compreendendo respectivamente, “O Domínio da Essência” (1927), “O Domínio da Matéria” (1930), “O Domínio da Verdade” (1938) e “O Domínio do Espírito” (1940).

<sup>2</sup> Essa era a expressão pela qual Nogueira de Faria se referia aos meninos que, por força das circunstâncias de um contexto socioeconômico desfavorável, ingressavam na marginalidade. No entanto, quando ele tratava do mesmo grupo em seus textos direcionados à sociedade em geral era comum o uso da palavra “delinquentes”. Isso demonstra que, embora nosso intelectual não concordasse com o uso desse último termo, era por ele que os meninos envolvidos em delitos eram conhecidos pelos paraenses e, por isso, para uma comunicação mais efetiva, principalmente, durante a campanha de arrecadação de recursos para a instalação de uma Colônia Reformatória na Ilha de Cotijuba, Nogueira de Faria, também se referia aos “delinquentes”.

O estudo foi pensado a partir de minhas experiências profissionais e acadêmicas, as quais ao longo dos anos forjaram o meu interesse e envolvimento com questões relacionadas à menoridade.

A minha primeira experiência profissional significativa foi como servidor público da Fundação da Criança e Adolescente do Pará (FUNCAP<sup>3</sup>), por mais de quatro anos, oportunidade em que exerci os cargos de Pedagogo e, posteriormente, de gerenciador de uma unidade de medida socioeducativa de semiliberdade. Assim, pude vivenciar na prática as políticas de atendimento destinadas aos menores infratores a partir da perspectiva da doutrina da proteção integral (DPI), ora vigente.

Durante esse período também supervisionei as atividades inerentes ao cumprimento de tais medidas, principalmente a escolarização, por meio da inserção e acompanhamento escolar dos adolescentes em conflito com a lei. Nestas ocasiões, pude perceber e vivenciar os preconceitos presentes no tratamento oferecido a esses adolescentes e às suas famílias, já tão violadas em seus direitos, que acabavam por fazer da exclusão escolar mais um elemento nesse processo.

Outra experiência profissional importante é a que exerço atualmente como Analista Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJEPA), onde atuo numa equipe interdisciplinar de uma Vara de Infância e Juventude, vivência que tem contribuído para minhas reflexões sobre as consequências do processo de empobrecimento das famílias e das diferentes violações que as mesmas têm sofrido. Isso é percebido principalmente nos casos da prática de atos infracionais por parte de adolescentes, quando se constata que a maioria dos representados, antes de ser protagonista de atos que contrariam as disposições legais, foi vítima da omissão e descompromisso do Estado na garantia dos seus direitos.

Academicamente, minha experiência mais significativa foi a de realizar, durante o Mestrado em Educação na Universidade Federal do Pará (UFPA), uma investigação que resultou na dissertação intitulada “O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da *Belle Époque*” (BARBOSA, 2011).

Nesse estudo, a partir das mensagens dos presidentes da Província e dos jornais que circulavam na cidade de Belém, no fim do século 19, percebi que a infância paraense vivia em condição de grande precariedade, sendo inserida precoce e perigosamente no mercado de

---

<sup>3</sup> Em 2011, a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (Funcap) passou a ser chamada de Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (Fasepa). A mudança fez parte da reestruturação administrativa do governo do Estado do Pará. O nome "criança" foi excluído da nova denominação porque a Fundação não mais assiste o público infantil, apenas adolescentes em conflito com a lei (Fonte: <http://www.fasepa.pa.gov.br>).

trabalho, estando vulnerável aos mais diversos riscos existentes nas ruas da *urbe* belenense. Tais fatores se davam em decorrência do apogeu do Ciclo Gomífero<sup>4</sup> e, nesse sentido, o Instituto Paraense de Educandos Artífices, criado nos anos de 1870, com o objetivo “dar instrução profissional aos orfãos desvalidos e jovens menos favorecidos da fortuna” (PROVÍNCIA DO GRÃO PARÁ. RELATÓRIO, 1873, p.17,18), assume grande importância no Estado do Pará.

Vale salientar que tal dissertação foi o primeiro estudo a ter o Instituto Paraense como objeto de pesquisa e um dos poucos, até aquele momento<sup>5</sup>, que trataram dessa instituição<sup>6</sup> constatando, dentre os resultados obtidos, que aquele estabelecimento, que atendia exclusivamente aos meninos não envolvidos em práticas delituosas, foi a principal política de atendimento aos desvalidos na Província do Grão-Pará assim como foi uma instituição importante à

[...] consolidação do projeto civilizador iniciado desde a conquista da América pelo português e que acaba se transformando em recurso dos homens miscigenados da Província para se manter, ainda que precariamente, ao realizar atividades consideradas de segunda categoria (BARBOSA, 2011, p. 209).

No entanto, com o advento da República e o fim da prática de encaminhar os adolescentes e jovens “delinquentes” aos arsenais de Marinha e Exército<sup>7</sup>, onde eram submetidos ao trabalho pesado e à violência como método pedagógico (CARDOSO, 2001), começaram a surgir instituições específicas (Colônias, Educandários, Institutos, etc.) com fins correccionais as quais ganharam impulso no Brasil principalmente depois da promulgação da legislação menorista de 1927, quando “Estado e a sociedade oferecem a essas crianças [em situação irregular] o internamento como solução para sua marginalidade” (TOZONI-REIS, 2002, p.77).

Considerando estas questões, tais fatos levaram-nos a empreender uma investigação acerca do atendimento oferecido aos menores, principalmente porque o Pará foi um dos estados brasileiros pioneiros na criação de estabelecimentos disciplinares, com a implantação, na região

---

<sup>4</sup> Período compreendido entre os anos de 1870 a 1915 quando ocorreu o processo de expansão e apogeu da economia da borracha na Amazônia, favorecido pelo desenvolvimento da indústria de pneumáticos; pelo crescimento da demanda de exportação do látex para os países da Europa e Estados Unidos da América; pela disponibilidade de mão de obra por meio principalmente da migração nordestina para a região; pela existência de um sistema de financiamento da extração e comercialização da borracha amazônica (BEZERRA NETO, 2000).

<sup>5</sup> A defesa da dissertação aconteceu em janeiro de 2011, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA.

<sup>6</sup> Temos como exceção Castro (2007), que também pesquisou os Institutos de Artífices no Brasil, concentrando maior atenção a um estabelecimento localizado no Estado do Maranhão, que teve como modelo o estabelecimento paraense; e Marcílio (2006), que também cita o Instituto, mas apenas pontualmente, sem uma discussão aprofundada.

<sup>7</sup> Para aprofundamento de estudos em relação ao encaminhamento de crianças aos Arsenais Militares sugerimos os seguintes estudos: NASCIMENTO (2001), NOGUEIRA (2000), PINHEIRO (2003); LANGE & MARQUES (2008); ARAÚJO (2013).

insular de Belém, da Colônia Reformatória da Ilha de Cotijuba (CRC), mais tarde renomeado de “Educandário Nogueira de Faria” (1957)<sup>8</sup>, a primeira instituição paraense criada com o objetivo, dentre outros, de “isolar os menores *delinquentes* do convívio social e proteger a sociedade”.

Também contribuíram para a escolha do objeto de investigação as discussões e experiências investigativas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “José Veríssimo e o pensamento latino-americano” e de dois projetos de pesquisa: o primeiro, realizado de 2011 a 2014, denominado “Um estudo comparado do pensamento educacional da América Latina-Brasil e Venezuela (1819-1928)”<sup>9</sup>; e o outro, realizado no período 2014 a 2016, com o título de “Um estudo do pensamento educacional de mulheres latino-americanas do século XIX”<sup>10</sup>, ambos com financiamento do CNPq e coordenados pela Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo, minha orientadora.

O envolvimento com as atividades desses projetos de pesquisa também demonstrou a importante contribuição teórica dos homens de letras e ciência, que pensaram sobre as diversas temáticas relacionadas à vida diária de forma mais coesa, sem disciplinarizar o conhecimento fragmentando-o, porque possuíam “legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país” (SCHWARTZ, 1995, p. 37).

Pode-se dizer que Raymundo Nogueira de Faria foi um desses pensadores universais (VENTURA, 1991) como demonstram seus escritos sobre poesia, história, educação, política, espiritualidade, filosofia, etc. Enquadra-se, portanto, nosso autor, dentre os pensadores surgidos na segunda metade do século 19 e primeiras décadas do século 20, que para Monsiváis (2007) são intelectuais e representantes de suas comunidades, publicamente reconhecidos. Isto faz com que eles gozem de reconhecimento comunitário pois

[...] encabezan la protesta social, censuran a los “subversivos”, son víctimas, son victimarios en la medida de lo posible, contribuyen a la memoria histórica, le infunden creatividad al lenguaje, dictaminan, disculpan a los represores, fomentan el sentido del humor y de la ironía, protegen a la República con

<sup>8</sup> Durante a sua existência essa instituição teve quatro denominações: 1) Colônia Reformatória da Ilha de Cotijuba (1933 a 1945), 2) Educandário Magalhães Barata (1945 a 1951), 3) Educandário Monteiro Lobato (1951 a 1957) e 4) Educandário Nogueira de Faria (1957 a 1968).

<sup>9</sup> “O objeto de investigação deste projeto versa sobre as ideias de educação de pensadores da América Latina, particularmente os da América do Sul de língua espanhola e Brasil produzidas no primeiro quartel do século XIX ao primeiro do século seguinte, mais precisamente entre os anos de 1819-1928” (ARAÚJO, 2011, p.3).

<sup>10</sup> “Este projeto, pensado a partir de duas experiências de pesquisa, uma centrada na discussão de gênero, realizada entre os anos 2008-2011; outra centrada no pensamento educacional de homens de letras e de ciência do continente latino-americano do século XIX, realizado entre os anos 2011-2013, tem como objeto de pesquisa o pensamento educacional de mulheres latino-americanas do século XIX. Objetivamos, de modo geral, analisar, com base na história cultural, na história intelectual e no estudo comparado do pensamento social, escritos educacionais de mulheres latino-americanas do século XIX, com vistas à compreensão do sentido que assumiram no processo de libertação das nações do continente” (ARAÚJO, 2014).

gruesas capas de solemnidad y textos abstrusos, son conservadores o anticlericales o radicales de tendencia anarquista, o nacionalistas o antinacionalistas o liberales o conservadores o marxistas o antimarxistas o de vanguardia o de retaguardia (MONSIVÁIS, 2007, p. 16).

De acordo com Wasserman (2015) a intervenção dos intelectuais na sociedade esteve relacionada, desde a origem, à projeção de um futuro ideal ou à ideia de aceleração do tempo histórico a partir de um ideário progressista cujo objetivo é a transformação do mundo. Assim,

Nos cenários críticos, os intelectuais são capazes de explicar a aceleração do tempo. Ideias que pareciam fora do lugar – ou do tempo – passam a fazer sentido, bem como as propostas de transformação ou conservação da sociedade também adquirem significado nos discursos intelectuais. O futuro ou a sua projeção são, nesse sentido, o alvo temporal predominante nos períodos de crise e de aceleração do tempo histórico (WASSERMAN, 2015, p.73).

Por isso, considera-se pertinente empreender estudos acerca do pensamento de homens como Nogueira de Faria, pois seus escritos refletem e refratam o seu tempo, apresentando suas propostas para um mundo diferente, no entendimento dele, melhor do que aquele em que vivia, pois, suas ideias estavam “sempre a serviço de uma causa político-social” (PRADO, 2004, p. 116). Como destaca Araújo (2011, p.11) esses pensadores, dentre os quais incluímos Raymundo Nogueira de Faria,

[...] construíram e divulgaram, por meio de suas capacidades de compreensão do mundo, se valendo de um instrumental importante – a escrita – e, não raro, do prestígio que tinham junto ao poder constituído e movimentos populares, suas representações acerca das condições as quais se encontravam as populações mais empobrecidas, não por acaso também mestiças, e do lugar que deveria a educação ocupar para superação desse estado.

Assim, analisar o pensamento desse intelectual é uma forma de tornar audível uma voz que, apesar de estar em diálogo constante com o seu tempo, a história silenciou. Na busca de ‘escutar’ essa voz, e corroborar a história do pensamento social sobre a criança e/ou o jovem em situação de risco e/ou vulnerabilidade social nas sociedades modernas contemporâneas, é meu propósito fazer a escrita da história partindo da compreensão de que um intelectual é constituído por tudo o que lhe sucede no decorrer de sua vida, de forma que as

[...] vivências cotidianas, que marcam a sensibilidade, as escolhas, as afinidades, as aproximações e os deslocamentos que conformam o desenho da trajetória intelectual. Nessa trajetória ele é tomado como indivíduo inserido em múltiplas dimensões espaço-temporais (ALVES, 2012, p. 116).

Desse modo, ao constituirmos a história de vida desse homem devemos ser criteriosos para não circunscrever a sua biografia em torno de si mesmo, mas capturar de seus textos e práticas toda uma rede de sociabilidade capaz de expor a história de uma sociedade e do

atendimento à criança e/ou jovens “delinquentes”. Assim, uma melhor compreensão acerca de suas preferências, pensamentos e atitudes poderá evitar “o erro da projeção de uma representação final, fruto de uma carreira já concluída, sobre os anos de gestação, como se tudo estivesse pronto desde o começo” (ALVES, 2012, p. 116).

Por ser um intelectual de um país da América Latina, o pensamento de Nogueira de Faria também se mostra ainda mais digno de ser estudado já que muitas vezes, segundo o escritor, jornalista, editor, ativista e político colombiano Gabriel Garcia Márquez, que discursou na cerimônia de recebimento do Prêmio Nobel de Literatura em 1982, os latino-americanos tem sido compreendidos a partir da perspectiva dos estrangeiros que nos medem

[...] com a mesma vara com que se medem a si mesmos, sem recordar que os estragos da vida não são iguais para todos, e que a procura da identidade própria é tão árdua e sangrenta para nós como o foi para eles. A interpretação de nossa realidade com esquemas alheios só contribui para fazer-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários (GARCIA MÁRQUEZ, 2004, p.13).

Por isso, é gratificante estudar o pensamento de um homem que buscou compreender e intervir na sua própria realidade, fazendo isso com tamanha paixão que aos poucos foi contagiando os outros ao seu redor, desde os mais próximos, como sua esposa e filhos, como os mais distantes, como os fazendeiros dos mais distantes recônditos do Estado do Pará.

Quanto à relevância social deste estudo, entende-se como de grande importância, pois discutir as questões relacionadas à menoridade é de extrema necessidade à medida em que a temática da violência praticada por adolescentes e jovens com frequência retorna à pauta de discussões dos noticiários e programas de televisão, normalmente depois de alguma situação em que menores de idade protagonizam algum ato violento. A principal consequência disso é que esses debates são fomentados apenas pelo interesse de atrair mais audiência e, por isso, carecem tanto da profundidade, quanto da propositividade que temas complexos como esse requerem.

Não à toa, existem iniciativas internacionais como a *Raise the Age*<sup>11</sup> que intentam promover mundialmente a reflexão e o combate às várias formas de violência praticadas contra crianças, adolescentes e jovens oferecendo informações corretas sobre esse assunto, demonstrando que é preciso entender a violência juvenil num contexto mais amplo. Isso foi

---

<sup>11</sup>*Raise the Age* é uma campanha de sensibilização da opinião pública promovida por um grupo composto de advogados, jovens, pais, policiais, membros do judiciário, líderes religiosos e sindicatos que se uniram na tentativa de ampliar a consciência da sociedade norte-americana, em especial dos cidadãos de Nova York, acerca da necessidade de adotar uma nova abordagem no sistema socioeducativo com vistas à verdadeira reabilitação de todos os inseridos nele, defendendo, dentre outras coisas, o aumento da idade para a responsabilização penal. Para maiores informações cf: <<http://raisetheageny.com>>. Acesso em 31 de out. de 2014.

claramente evidenciado quando o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou em 2014 o relatório *Ocultos pela Luz*<sup>12</sup>, onde consta a informação de que somente no ano de 2012 ocorreram 95 mil assassinatos de pessoas com menos de 20 anos de idade, de forma que a cada ano uma em cada cinco vítimas de homicídio no mundo todo é uma criança ou um adolescente.

O relatório também revelou que cerca de 60% das crianças e adolescentes até 14 anos de idade sofreram, por parte de seus cuidadores, castigos corporais repetidos, de forma que os dados apresentados confirmaram que a violência sofrida pelas crianças e adolescentes é bem maior do que aquela praticada por eles. No entanto, isso normalmente não ganha as páginas dos jornais nem espaço nos canais televisivos.

Porém, mesmo fora da visibilidade midiática a questão da delinquência é pauta do poder legislativo, pois, também de acordo com a UNICEF,

Varios países de América Latina han debatido en los últimos años acerca del límite etario de la imputabilidad penal. En Brasil, Panamá o Costa Rica ha habido propuestas para bajar la edad en la que los adolescentes empiezan a ser juzgados como adultos, pero ninguna de ellas prosperó (UNICEF, 2014, p.25).

O Brasil, seguindo a tendência latino-americana supracitada, também presenciou, em 2012, o renascimento da discussão acerca da imputabilidade penal dos adolescentes e jovens que retornava aos debates públicos, principalmente por conta da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) N.º 33, que recomendava a alteração do artigo 228 da Constituição Federal de 1988, onde se declara que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis e sujeitos à legislação especial.

A mudança do texto constitucional foi apresentada à sociedade como uma medida necessária para se combater um suposto aumento no número dos delitos praticados por jovens e adolescentes e causou a mobilização de diversos órgãos, dentre eles a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)<sup>13</sup>, que questionavam as informações, dados estatísticos e fundamentos teóricos do posicionamento “reducionista”.

Ainda em 2012, o Senado Federal Brasileiro divulgou o resultado de uma pesquisa encomendada para subsidiar o debate acerca da reformulação do Código Penal Brasileiro que acontecia naquela casa, apontando que 89% dos brasileiros defendiam a redução da maioridade penal (BRASIL, 2012), número muito elevado, principalmente se se considera que a maioria

<sup>12</sup> Cf. *Ocultos a plena luz: una análisis estadístico de la violencia contra los niños*. Nova York: UNICEF, 2014. Disponível em: <[http://www.unicef.org/ecuador/ocultos\\_a\\_plena\\_luz.pdf](http://www.unicef.org/ecuador/ocultos_a_plena_luz.pdf)>. Acesso em 10 de dez. de 2014

<sup>13</sup> Esse órgão chegou a divulgar uma nota de repúdio: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-repudia-pec-33-2012-sobre-reducao-de-maioridade-penal>>.

das pessoas que se posiciona hoje a favor de tal redução desconhece o processo histórico que culminou na Lei N.º 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), e que atualmente regulamenta o atendimento a esse público.

Há ainda exemplos mais recentes, ambos de 2014, um no Uruguai e outro aqui no Brasil. Lá, os defensores da redução da maioria penal iniciaram uma campanha nacional defendendo que a redução seria a solução para enfrentar os alarmantes índices de crimes praticados pelos jovens, pois tal redução supostamente faria com que os jovens temessem se envolver em práticas criminosas para não perderem sua liberdade.

Os que eram contrários à redução, capitaneados pelo UNICEF, apresentavam informações e dados estatísticos que demonstravam que os números expostos pelos reducionistas não condiziam com a realidade do país, assim como promoveram uma intensa campanha pública de sensibilização popular encerrada em 26 de outubro de 2014, quando o Uruguai realizou uma consulta popular sobre o tema e a população votou contrariamente à redução da maioria penal, permanecendo em 16 anos a idade para a responsabilização dos jovens uruguaios.

Aqui, durante a eleição presidencial de 2014, um dos candidatos à Presidência, filiado ao Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB)<sup>14</sup>, que chegou inclusive a disputar o segundo turno, embora não explicitasse por escrito em seu programa de governo seu posicionamento com relação à redução da maioria penal, defendeu, durante o horário político obrigatório e debates promovidos pelas emissoras de televisão, a necessidade de se reduzir a idade de responsabilização penal dos jovens brasileiros como uma importante medida que afetaria positivamente a segurança pública e promoveria a redução dos delitos praticados por adolescentes e jovens<sup>15</sup>.

A mobilização social que esse debate promoveu acabou fazendo com que no ano seguinte (2015) uma proposta<sup>16</sup> de redução da maioria penal apresentada há quase 23 anos

---

<sup>14</sup> Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): Partido conservador com posicionamento ideológico de centro-direita, defensor da social democracia, que tem demonstrado na sua atuação na Câmara dos deputados e Senado Federal uma postura que corrobora com o desmonte das políticas públicas.

<sup>15</sup> Mesmo antes da candidatura à presidência da república o senador Aécio Neves (PSDB-MG) já havia apresentado ao Congresso Nacional um projeto de lei (nº 219, de 2013) propondo o aumento da pena de prisão para quem corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 anos, com ele praticando ou induzindo-o a praticar infração penal cuja pena privativa de liberdade seja de até quatro anos, demonstrando seu interesse em legislar nessa questão.

<sup>16</sup> Em 1993 o ex-deputado federal Benedito Domingos, na época filiado ao PP do Distrito Federal, apresentou a PEC 171, também propondo a redução da maioria penal. O texto desse documento encontra-se disponível no Arquivo Digital da Câmara dos Deputados. Cf: Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=8556AF4F88481BBDE2CD17AC559D5B1D.proposicoesWeb1?codeor=1014859&filename=Dossie+-PEC+171%2F1993](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8556AF4F88481BBDE2CD17AC559D5B1D.proposicoesWeb1?codeor=1014859&filename=Dossie+-PEC+171%2F1993)>. Acesso em 08 de abr. de 2015



no Congresso Nacional fosse considerada, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), como admissível à discussão legislativa. Novamente, a situação provocou o desconforto de vários órgãos como a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP)<sup>17</sup>, Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a OAB, além de diversas instâncias governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, envolvidas com as questões da infância e adolescência.

A discussão acabou sendo esquecida no ano seguinte (2016), quando o Brasil vivenciou uma grande crise econômica e política que culminou num golpe parlamentar de Estado com o impeachment da presidenta eleita democraticamente.

Vale destacar que nessa “mudança de cadeiras”, algumas pessoas que assumiram o poder já haviam declarado anteriormente posicionamento favorável à redução da maioria penal, por isso, esse tema ainda tem chance de voltar à pauta e, o que é pior, que a redução se torne realidade, já que as pesquisas de opinião pública apresentadas afirmam que a maioria dos brasileiros é favorável ao posicionamento reducionista, desconsiderando que os jovens brasileiros poderão ser ainda mais vitimados se tal alteração legal for finalmente efetivada.

Prova do que foi dito, é que atualmente, segundo o “Congresso em Foco”<sup>18</sup> encontram-se, na Câmara dos Deputados, mais de 500 propostas para alterar o ECA, sendo que pelo menos 50 delas propõem o endurecimento das punições aplicadas aos adolescentes infratores.

Dentre essas proposições a mais recorrente diz respeito à ampliação do tempo máximo de internação em unidades socioeducativas, atualmente de três anos para cinco<sup>19</sup>, para oito<sup>20</sup> ou para dez anos<sup>21</sup>. Existem ainda propostas bem preocupantes como o projeto de lei 6433/2016, de autoria do deputado Cajar Nardes (PR-RS) que, se aprovado, autorizaria os agentes responsáveis pela execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes a utilizarem armas de eletrochoque em situações específicas, assim como permitiria o porte de arma para os

---

<sup>17</sup> Que publicou, em seu sítio na internet, uma moção de repúdio pela decisão da CCJ em considerar admissível a redução da maioria penal no Brasil. Disponível em: <[http://www.abmp.org.br/noticia/sistema\\_de\\_justica/mocao\\_de\\_repdio\\_\\_reducao\\_da\\_maioridade\\_penal.html](http://www.abmp.org.br/noticia/sistema_de_justica/mocao_de_repdio__reducao_da_maioridade_penal.html)>

<sup>18</sup> “O Congresso em Foco é um *site* jornalístico que faz uma cobertura apartidária do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos da capital federal com o objetivo de auxiliar o eleitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos. Nossa pretensão é contribuir para melhorar a qualidade da representação política no país. Em outras palavras: colocar as melhores técnicas e ferramentas do jornalismo a serviço da mudança. Por isso o nosso lema, “jornalismo para mudar”. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 13 jan. 2017.

<sup>19</sup> Projeto de lei nº 5454/2013, de autoria da ex-deputada Andreia Zito do PSDB-RJ.

<sup>20</sup> No Projeto de Lei [5524/13](#) em que o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) propõe pena entre 3 a 8 anos para o adolescente de 14 a 16 anos e de 8 a 14 anos para quem tem entre 16 e 18 anos. Ainda nessa proposta o deputado defende que caso o adolescente tenha sido sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa por infração análoga a crime hediondo o mesmo deve “aparecer” nos seus antecedentes criminais.

<sup>21</sup> Projeto 333/2015 de autoria do Senador José Serra (PSDB-SP).

agentes socioeducativos e o uso de arma de fogo, pelos agentes, como último recurso para conter interno armado. De tal modo, os exemplos supracitados demonstram que, no entendimento de Rizzini (2005, p.9),

Os registros históricos sobre a matéria [menoridade] é de pouco avanço e até mesmo de retrocesso nos últimos anos. Os esforços de humanização do passado, buscando sobrepor a educação à punição dos menores de idade, vêm perdendo força diante dos desafios de governabilidade impostos pelo acelerado crescimento das cidades e pela escalada de violência agravada pelo fácil acesso a drogas e armas.

Outros autores acreditam que esse cenário, na verdade, é uma demonstração de que

[...] ainda hoje, acredita-se ser mais fácil fechar crianças e jovens em internatos do que pensar em outras opções possíveis que conciliem a liberdade, a educação e a formação profissional, dentro do reconhecimento das heterogeneidades culturais e das formas de ser da juventude pobre (LEITE, 2014 [2011], p.vii).

Acerca disso, o relatório da “Human Rights Watch” (HRW)<sup>22</sup> é esclarecedor quando afirma que no Brasil o sistema socioeducativo, em 2014, tinha capacidade de atender 18.000 socioeducandos mas atendia a quase 22.000<sup>23</sup>. Esse dado consta do boletim internacional da organização, publicado na primeira quinzena de janeiro de 2017 onde se relata que ao realizar visitas às unidades socioeducativas a HRW constatou

[...] que a infraestrutura das instalações de nove centros socioeducativos que visitou em três estados entre abril de 2015 e março de 2016 não atendia às regulamentações do governo federal: em vez de promover a educação e a reabilitação das crianças e adolescentes, os centros serviam como locais de punição e isolamento. Na maioria das unidades, crianças e adolescentes passavam mais de 20 horas por dia – e, em um dos centros, o dia todo – trancadas em seus alojamentos (...) Algumas crianças e adolescentes relataram que eram agredidas por funcionários dos centros socioeducativos, e que eram mantidas em unidades infestadas de ratos e baratas e sem as condições sanitárias adequadas, ventilação, colchões e produtos de higiene básicos (HRW, 2017)

---

<sup>22</sup> A Human Rights Watch (HRW), fundada em 1978, é a maior organização de direitos humanos com sede nos Estados Unidos, mas possui escritórios em diversos países e cidades do mundo. Ela é formada por mais de 150 profissionais voluntários (advogados, jornalistas, acadêmicos e especialistas em países, de várias nacionalidades e históricos diversos) que trabalham no mundo inteiro. Essa organização acredita que padrões internacionais de direitos humanos se aplicam igualmente a todas as pessoas e que uma vigilância rígida e protestos oportunos podem evitar que as tragédias do século 20 se repitam. Dentre as ações realizadas encontram-se a coleta de dados sobre abusos de direitos humanos em todas as regiões do mundo e sua posterior publicação que gera cobertura extensiva na mídia local e internacional, pois tal publicidade contribui para constranger governos abusivos aos olhos de seus cidadãos e do mundo. A HRW também faz reuniões com governantes para impulsionar mudanças na política e na garantia dos direitos dentre outras atividades de militância. Seus recursos são compostos exclusivamente por contribuições de fundações privadas e da sociedade civil como forma de manter a imparcialidade e independência ideológica. Adaptado de: <<https://www.hrw.org/legacy/portuguese/sobre/whoweare.html>>. Acesso em 17 jan. 2017.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2017/country-chapters/298766#ccea19>>. Acesso em 13 jan. 2017.

Dados contidos no relatório final do *Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa* da Coordenação Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo<sup>24</sup>, publicado em 2013 com dados referentes ao ano de 2012, mostram o tamanho do chamado sistema socioeducativo e, portanto, a impossibilidade de se desconsiderá-lo, já que segundo esse relatório um total de 20.532 adolescentes encontram-se em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade) e 88.022 cumprem medida em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), perfazendo um total de 108.554<sup>25</sup> meninos e meninas cumprindo medidas socioeducativas.

Com relação ao Estado do Pará, *locus* geográfico deste estudo, os dados oficiais apontam que em 2012 a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FASEPA) atendeu, até outubro daquele ano, 5.661 adolescentes de ambos os sexos em cumprimento de medida socioeducativa<sup>26</sup>. Todavia, a despeito de sua contemporaneidade, a delinquência juvenil paraense há muito tem merecido atenção como é demonstrado pela História.

Em meados do século 19 e início do século 20, o período chamado de *Belle Époque*, quando o estado do Pará vivia grande efervescência econômica e cultural com a exploração da borracha nos seringais, o que também produziu transformações na cidade de Belém, principalmente no que diz respeito à urbanização e ao crescimento demográfico ocasionando problemas como a precariedade econômica das famílias paraenses da época, já havia crianças privadas de condições de subsistência.

Atraídas ao núcleo urbano de Belém pela possibilidade de mudança de vida e de inserção na cadeia produtiva da borracha, crianças e jovens praticavam pequenos delitos que foram objetos de matérias de jornais. Nesses noticiários, encontramos informações sobre a existência de grande contingente de meninos em situação de delinquência, meninos perambulando pelas ruas da cidade vendendo seus produtos ou em busca de trabalho, assim

---

<sup>24</sup> Cf. em: Levantamento anual dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa da coordenação geral do sistema nacional de atendimento socioeducativo. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012>>. Acesso em 10 dez. 2014

<sup>25</sup> Conforme informações do Censo do Sistema Único da Assistência Social - 2012 -MDS, 2012. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 30 de out. de 2014.

<sup>26</sup> PARÁ. FASEPA: RELATÓRIO DE GESTÃO. Belém: 2012 (Último relatório oficial publicado pela fundação executora das medidas socioeducativas no Pará).

como notas, reportagens e até poesias que parecem ter a intenção de fazer a sociedade belenense à época refletir sobre a condição de meninos e meninas pobres de Belém<sup>27</sup>.

Ao relatar sobre a grande quantidade de queixas enviadas ao interventor federal Magalhães Barata por meio de cartas, o desembargador Nogueira de Faria aponta que entre as epistolas eram as queixas de esposas, que abandonadas por seus respectivos maridos viam-se obrigadas a assumirem sozinhas o sustento de suas proles. Esse abandono, era considerado por Nogueira de Faria (1945, p.139) como “o fator mais sério da infância viciosa. Do lar sem chefe e sem pão certo, resvala a criança para a Rua, para a vadiagem. Criança abandonada, criança perdida!”

Os periódicos também apresentam informações que ajudam a compreender a situação da infância pobre em Belém, como, por exemplo, o *Diário do Gram Pará*, que numa de muitas reportagens informou a detenção e encaminhamento aos Arsenais militares, por parte do chefe de polícia, de mais de vinte meninos em situação de “vagabundagem ociosa entregue a depravação das ruas” (DIÁRIO DO GRAM PARÁ, 13/12/1885).

Como podemos observar, vagar pelas ruas àquela época era considerado um crime, e para as crianças e jovens pobres o simples fato de estarem nessa circunstância, mesmo que realizando das vendas autônomas, os colocava na condição de “em situação irregular”, o que autorizava o Estado a subjugar-los e interferir em seus contextos mais privados.

Na literatura, por exemplo, o escritor baiano Jorge Amado, em duas importantes obras, *Jubiabá* (1935) e *Capitães da Areia* (1937), descreveu a situação dos menores “delinquentes” e as adversidades que eles enfrentavam na primeira metade do século 20 por viverem nas ruas da capital baiana.

Em Belém, Eneida de Moraes<sup>28</sup>, no conto “Boa-noite, professor”, também faz uma reflexão sobre a situação de pauperização da infância pela sociedade que se omitia em garantir os direitos das crianças. Afirmo a escritora: “Quem faz o ladrão é a sociedade em que vivemos,

---

<sup>27</sup> Como já se afirmou acima, nossa dissertação de mestrado (BARBOSA, 2011) também discorreu sobre esse contexto usando os jornais paraenses publicados no período de 1870 a 1889.

<sup>28</sup> Eneida de Villas Boas Costa de Moraes era jornalista, escritora, militante política e pesquisadora. Nasceu em 1903 em Belém do Pará e faleceu em 1971 no Rio de Janeiro. Estudou e concluiu o curso de Odontologia. Talentosa com as letras, a poesia e a música, cedo começou a colaborar em jornais e revistas. Escreveu crônicas e fez versos, compôs letras que foram musicadas e cantadas no carnaval. Durante as décadas de 1920 e 1930 escreveu para diversos jornais paraenses e também cariocas. Em 1930, transferiu residência para o Rio de Janeiro onde se envolveu no Movimento Constitucionalistas de São Paulo (1932). Por conta de suas ideias políticas foi presa por duas vezes, em 1932 e 1936. Em 1949 mudou-se para Paris de onde enviava crônicas que eram publicadas numa coluna no *Diário de Notícias*. Em 1959 viajou à Rússia, China e outros países socialistas que foram retratados no seu livro *Os Caminhos da Terra*. Sua produção literária é fecunda sendo que em 1958 escreveu *História do Carnaval Carioca* (1958) a primeira grande obra sobre este assunto e que estabeleceria as principais categorias do carnaval brasileiro ao definir o conceito de cordões, corso, ranchos, sociedades e entrudo, entre tantos outros.

uma sociedade de exploração do homem pelo homem, de opressão, negando à maioria o direito de ser gente, não dando escolas a todos, não ajudando a criança pobre em nenhum sentido” (MORAES, 2003, p.111).

Quanto a isso, se compararmos a condição dos jovens personagens dos textos de Jorge Amado e Eneida de Moraes com os sujeitos reais, envolvidos hodiernamente em práticas delituosas, é possível afirmar que, depois de tantos anos, a situação dos adolescentes e jovens sofreu mudanças significativas, mas está longe de instalar novas formas de lidar com eles, o que resulta de poucas alterações na perspectiva como que a sociedade encara e se relaciona com os “delinquentes” juvenis (BARBOSA, 2009).

Esse entendimento é o mesmo de Pilotti e Rizzini (2009, p.23) quando afirmam que

A despeito dos avanços obtidos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de garantir meios de defesa para aqueles que cometessem infrações penais, na prática poucas opções existem e a privação de liberdade persiste como medida amplamente utilizada, apesar de todas as recomendações em contrário.

Assim, é de suma importância a realização de estudos que promovam o conhecimento e a reflexão acerca das práticas adotadas nas instituições de correção, assim como de contextos históricos e ideários que fomentaram a existência de tais instituições, principalmente nos momentos em que se questiona a eficácia do Estatuto Garantista e se propõe alterações drásticas, pois, ao entendê-los, é possível uma melhor compreensão das instituições contemporâneas, evitando-se a implementação de práticas já avaliadas como inapropriadas aos sujeitos “sob correção”.

Além disso, também é possível uma melhor compreensão do tema “ao estudar os debates do passado – as vozes silenciadas e as filosofias vencedoras” (FONSECA, 2004, p.5), em especial as do século 20, que “vem marcado por uma crise geral das disciplinas tradicionais, cuja amplitude e fundamentos ainda estão por ser mostrados” (PERROT, 1992, p.325).

A despeito dessa importância, tem-se conhecimento de que o desvelamento da relação entre os instrumentos legais criados para o atendimento aos menores “delinquentes” e as ideias que estiveram por trás dos mesmos se configuram num desafio que aceitamos. Soma-se a esse, outro desafio, o de pesquisar a delinquência juvenil, pois isso implica em andar por um caminho acadêmico pouco percorrido, principalmente no campo da História da Educação, já que normalmente a temática tem sido objeto de estudo mais recorrente na História e seus ramos<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Em nossa revisão bibliográfica constatou-se que 54% dos estudos identificados eram oriundos de programas de pós-graduação em História (27%) e História Social (27%).

Mas, para empreendê-lo acolhemos o conselho de Trindade (2002), dado aos que pretendem viajar por essa estrada:

[...] o estudo da delinquência juvenil, antes de tudo, exige audácia, não apenas por se tratar de uma matéria nova no panorama científico, e já em constante mutação, mas por ser uma área de convergência de diferentes enfoques e métodos de trabalho (TRINDADE, 2002, p. 35).

Todas essas experiências, além das discussões acerca da questão do “menor”, que recorrentemente voltam à atualidade, conduziu à decisão de tratar, nesta tese, da vida e do pensamento de Raymundo Nogueira de Faria e sua relação com o fenômeno da delinquência juvenil. No entanto, as buscas no Arquivo Público do Estado do Pará, na Biblioteca e Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e no Setor de Microfilmagem da Fundação Cultural do Pará, me deparei com a falta de documentos referente àquela instituição. Todavia, encontrei na Seção de Obras Raras da fundação supracitada, livros escritos por Nogueira de Faria e percebi que apesar de ser muito envolvido com as questões de seu tempo e militante da causa da infância, o seu pensamento educacional, principalmente em relação à delinquência, ainda não havia sido objeto de estudo, missão a que me dispus nesta pesquisa.

Assim, esta tese, intitulada “**Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20”, tem como objeto de estudo a relação entre a vida e a obra do intelectual paraense Raymundo Nogueira de Faria e o atendimento aos jovens “deserdados da sorte”, considerados potencialmente perigosos à sociedade.

A investigação partiu do seguinte **problema de pesquisa**: “Que relações há entre a vida e obra de Raymundo Nogueira de Faria e o atendimento aos “deserdados da sorte” na cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil, América do Sul, na primeira metade do século 20?”. Sendo seu **objetivo geral** “Analisar, por meio da História Cultural e da História Intelectual, a relação entre vida e obra de Raymundo Nogueira de Faria e o fenômeno da delinquência juvenil com vistas à compreensão histórica do atendimento aos “deserdados da sorte” na cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil, América do Sul, na primeira metade do século 20”.

A partir da definição do problema, as **questões norteadoras** ficaram delineadas da seguinte maneira:

- ✓ O que pensava Raymundo Nogueira de Faria sobre educação e delinquência juvenil e como os itinerários traçados/percorridos por ele o levaram ao envolvimento com questões afeitas à juventude “delinquente”?

- ✓ Quais as matrizes teóricas que fundamentam o pensamento de Raymundo Nogueira de Faria acerca da delinquência juvenil e da educação que deveria ser destinada à juventude “delinquente” na primeira metade do século 20?
- ✓ Que acontecimentos e rede de sociabilidades constituíram Raymundo Nogueira de Faria como protagonista de propostas e práticas em relação à política de atendimento à juventude “delinquente” em Belém do Pará?

Nessa direção, os **objetivos específicos** ficaram assim esboçados:

- ✓ Identificar o que Raymundo Nogueira de Faria pensava sobre educação e delinquência juvenil e como os itinerários traçados/percorridos por ele o levaram ao envolvimento com questões afeitas à juventude “delinquente”.
- ✓ Descrever as matrizes teóricas que fundamentam o pensamento de Raymundo Nogueira de Faria acerca da delinquência juvenil e da educação que deveria ser destinada à juventude “delinquente” na primeira metade do século 20.
- ✓ Relacionar acontecimentos que contribuam para compreensão da rede de sociabilidades de Raymundo Nogueira de Faria que o tornou protagonista de propostas e práticas em relação à política de atendimento à juventude “delinquente” em Belém do Pará.

Para melhor definir os caminhos teóricos e metodológicos da investigação foi realizado estudo bibliográfico acerca no campo da Menoridade, termo que caracteriza as investigações relacionadas ao atendimento direcionado aos menores, a partir da promulgação do primeiro Código de Menores (1927)<sup>30</sup>, incluindo as políticas e as propostas educativas direcionadas a esse público, principalmente no que diz respeito ao atendimento oferecido aos jovens “delinquentes”. As produções acadêmicas no *campo* da Menoridade também investigam os cotidianos dos estabelecimentos correccionais para menores fazendo uma história das instituições a partir dos livros de entrada, dos processos criminais<sup>31</sup> e dos documentos judiciais.

---

<sup>30</sup> Os estudos acerca da Menoridade costumam definir seus recortes temporais usando como referência a criação das normativas legais destinadas ao atendimento da delinquência juvenil de forma que, embora os marcos temporais sejam diferentes, seguem a mesma lógica, coincidindo com os anos finais do século 19 aos iniciais do século 20, notadamente até os anos de 1930, quando surgem as primeiras iniciativas institucionais em relação aos meninos e meninas classificados como *em situação irregular*.

<sup>31</sup> No projeto de tese previu-se a utilização dos processos judiciais como fontes a serem acessadas em nossa investigação, no entanto, após a verificação dos processos disponíveis no Centro de Memória da Amazônia, onde localizou 26 processos do período de 1930 a 1946, constatei que pelo estado de conservação e classe jurídica dos mesmos, não se afiguravam de grande valor a esse estudo, por isso, foram descartados.

Por meio desta revisão bibliográfica, melhor detalhada na seção em que tratamos das questões metodológicas, constatou-se que o campo da menoridade ainda é pouco explorado pelos estudos acadêmicos. Mas percebe-se, principalmente, a ausência de pesquisas acerca das ideias que fundamentaram a criação dos estabelecimentos correccionais, apresentados como fruto das determinações do poder público em busca de atender aos ditames legais estabelecidas após a promulgação do Código de Menores em 1927, além dos anseios da sociedade daquela época. No entanto, quanto à vida e obra dos homens que se dedicaram a essa causa e empreenderam ousadamente nesse sentido, não encontrei nenhuma tese ou dissertação, ou mesmo artigo acadêmico discorrendo sobre o pensamento deles.

Quanto ao poeta, advogado, servidor público, jornalista e jurista Raymundo Nogueira de Faria também não foram encontradas dissertações e teses que tratassem de seu pensamento e muito menos do seu intenso envolvimento com a causa da menoridade, apesar dessa militância ter ensejado importante mobilização social, através da publicidade em jornais (“Folha do Norte” e “O Estado do Pará”) e promoção de eventos beneficentes, no início dos anos de 1930 no Estado do Pará que culminou com a criação da Colônia Reformatória na Ilha de Cotijuba, da qual ele foi o primeiro diretor.

Mas acredito que essa é uma lacuna que pode ser preenchida, pois como nos alerta o paraense José Veríssimo (*apud* ARAÚJO, 2007, p.5):

A obra dos grandes escritores é patrimônio commum dos filhos da mesma terra e dos que falam a mesma língua. Nella palpitam os nossos sentimentos, nella sentimos reviver paixões, idéias, pensamentos que interpretam os nossos. A glória é a solidariedade agradecida que nos liga aos que nos definiram e nos explicaram.

Nesse sentido, não se nega aqui a importância das instituições enquanto locais onde os ideários se materializavam em práticas que visavam aplicar aos sujeitos as teorias pensadas, mas entendemos ser de semelhante importância o estudo de tal ideário por meio do pensamento daqueles que pensaram nesses estabelecimentos, os quais funcionavam como tecnologias políticas, dentro de uma sociedade regulada e disciplinada, destinados ao controle de sujeitos considerados potencialmente perigosos à ordem republicana, tão desejada pela modernidade, de forma que “nunca é demais pesquisar, sistematizar, divulgar e debater as expressões do pensamento do passado, se quisermos compreender o presente e projetar o futuro” (SEVERINO, 2007, p.7).

Assim, partindo do pressuposto de que a pesquisa científica é um conjunto de procedimentos fundamentados no raciocínio lógico e utilização de métodos científicos para encontrar soluções ao problema proposto, entendemos que, quanto à natureza, nosso estudo se



apresenta como um trabalho científico original, pois intenta “trazer novos conhecimentos para a comunidade científica e para a sociedade” (RODRIGUES, 2006, p.88).

Em relação à coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental, já que as principais fontes são primárias, portanto, utilizamos documentos que ainda não receberam tratamento científico, neste caso, os livros de Raymundo Nogueira de Faria, pertencentes ao acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), assim como os jornais microfilmados pelo Setor de Microfilmagem da referida fundação. Também tivemos acessos aos diários pessoais franqueados pela família desse intelectual.

Já em relação a abordagem, optamos pela qualitativa que tem como objetivo principal “investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade” (RODRIGUES, 2006, p.90).

No que diz respeito à organização, o texto desta Tese é composto de sete seções, sendo a primeira a introdução onde apresentamos a justificativa de pesquisa, objeto, objetivos e problema, precedidos por uma contextualização da temática.

Na segunda seção tratamos dos aspectos metodológicos. Expomos nossa revisão bibliográfica, discorremos sobre a pesquisa documental e a análise dos documentos coletados a partir da prática de outros historiadores. Quanto ao tipo de fontes, utilizamos os diários pessoais e cadernetas de notas, assim como os livros de Nogueira de Faria localizados tanto na “Seção de Obras Raras”, da FCP, quanto no acervo familiar. Por conta da utilização dos diários, também apresentamos uma breve explanação acerca do uso deles em pesquisas históricas, ainda insipiente no meio acadêmico brasileiro.

Na terceira seção abordamos as Histórias Cultural e Intelectual, realizando um percurso teórico para apresentar a interrelação entre ambas.

Na quarta seção apresentamos um panorama da evolução da legislação menorista, com foco especial na América Latina, especialmente do Brasil, que adotou, para o atendimento daqueles “em situação irregular” como a metodologia a criação das varas especializadas com a nomeação de um Juiz de Menores. O objetivo é demonstrar que as ideias presentes nesse contexto histórico mais amplo têm forte influência sobre o pensamento e realizações de Nogueira de Faria, que assume a titularidade da primeira Vara de Menores Abandonados e delinquente implantada no Pará, e a criação da Colônia Reformatória de Cotijuba.

Na quinta seção, tratamos mais detidamente da vida e obra de Raymundo Nogueira de Faria, visando identificar as suas redes/estruturas de sociabilidade, a sua filiação política, seu itinerário, conforme propõe a história dos intelectuais (SIRINELLI, 2003). A seção, que inicia tratando das contribuições do gênero biográfico para o estudo dos intelectuais está subdividida

sete tópicos que tratam cada um de aspectos específicos da vida de Nogueira de Faria como a sua formação intelectual e a carreira acadêmica, sua atuação como jornalista e, principalmente, suas realizações no âmbito da assistência aos membros das camadas mais desprovidas da população belenense.

Para que o leitor possa reconhecer Nogueira de Faria como um intelectual, de forma que o seu pensamento, conseqüentemente, possa ser estudado numa pesquisa desse tipo, ou seja, que dentre as âncoras teórico-epistemológicas tenha a História Intelectual, fazemos uma explanação acerca desse paraense, na tentativa de caracterizá-lo como tal.

Também nessa seção 5, ao tratarmos das instituições criadas por Nogueira de Faria, abordamos o histórico de criação da Colônia Correccional de Cotijuba a partir dos recortes dos jornais da época colecionados pelo próprio idealizador.

Na sexta seção, o leitor encontrará a análise do pensamento desse intelectual acerca dos “deserdados da sorte”, e da proposta que ele apresentou para o atendimento e/ou enfrentamento desse fenômeno e demais questões relacionadas à minoridade. Desenvolvemos os temas em quatro eixos.

No primeiro eixo fazemos uma análise contextual, na perspectiva desse magistrado, da situação socioeconômica e política em que o Estado do Pará se encontrava nas décadas iniciais do século 20, quando o autor aponta a falta de justiça ou o precário acesso a ela como um dos problemas mais graves que se vivia àquela época. Essa insegurança jurídica, ele adverte, acabava por gerar insegurança em diversos outros aspectos.

No segundo eixo destacamos o pensamento de Nogueira de Faria acerca da educação, da escola e também do papel dos professores e pais em relação à formação da juventude vulnerável aos vícios sociais que ameaçavam seu futuro. Para a situação caótica, apresentada no item anterior ele propõe como solução a Instrução e Educação Moral e Cívica como instrumento de salvação do país e de formação de “homens de bem”, o ideal final do processo educativo. É justamente sobre as características desse homem, na perspectiva de Nogueira de Faria, que abordamos no terceiro eixo.

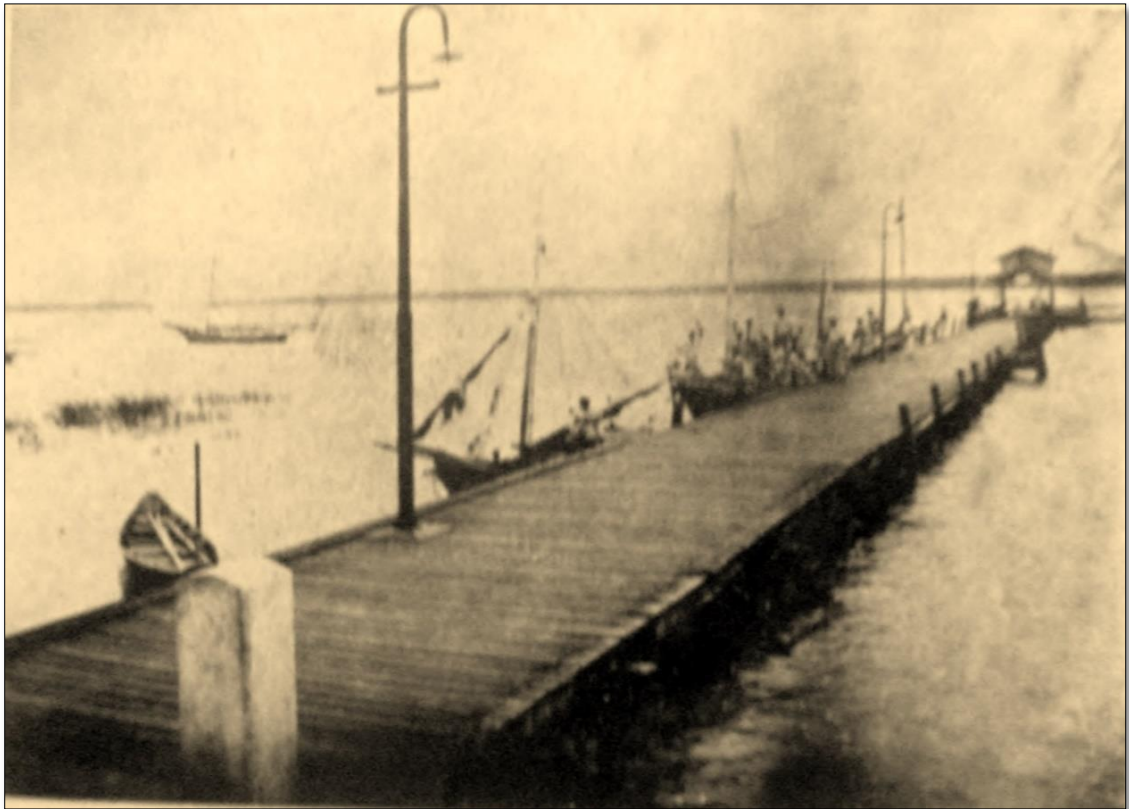
Por fim, no quarto eixo, mostramos como o projeto desse intelectual, para os “deserdados da sorte”, se consubstancia numa proposta com forte viés civilizador, que visava não somente os meninos em “situação irregular”, como um público bem mais amplo, ou seja, ou próprios ilhéus de Cotijuba.

Nas considerações finais, fazemos uma breve reflexão sobre o pensamento do autor estudado relacionando sua vida e obra à tese de que ao criar uma Colônia Reformatória ele estava em sintonia com uma concepção que via na internação compulsória, na segregação social

e na vigilância extrema o recurso ideal à situação daqueles “em situação irregular”, mas se distingue ao pensar num projeto pautado numa nova concepção do crime praticados por pessoas em condições socioeconômicas e morais desfavoráveis.

Desejamos uma leitura tranquila e prazerosa como costumam ser as viagens de barco à Ilha de Cotijuba, que recebe os viajantes sempre de braços abertos.

**IMAGEM 01:** Trapiche na Villa Pinheiro (atualmente o Distrito de Icoaraci) de onde se embarcava/desembarcava para/da Ilha de Cotijuba



Fonte: RODRIGUES, 1939






---

## SEÇÃO 2: PERCURSO METODOLÓGICO

---



*Fazer uma tese significa divertir-se, e a tese é como porco: nada se desperdiça.*  
*Umberto Eco<sup>32</sup>*

Nesta seção apresentamos o caminho metodológico de nossa investigação (principalmente em relação à revisão bibliográfica).

Trata-se de tese, que tem como objeto de estudo a relação entre a vida e obra do intelectual paraense Raymundo Nogueira de Faria e o atendimento educacional aos jovens “delinquentes”, ou “menores em situação irregular”, na cidade de Belém, estado do Pará, Brasil, América do Sul, cujo modelo de atendimento, pensado por Nogueira de Faria, se efetivou a partir da implantação de uma Colônia Reformatória na Ilha de Cotijuba.

Quanto às características gerais de nossa investigação, entendemos que se aproxima da abordagem qualitativa. Consideramos ser esta a mais adequada ao tipo de investigação que empreendemos, já que “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo” (MINAYO, 2010, p.21).

A opção pela abordagem qualitativa, assim como as outras que se seguiram posteriormente, deveu-se principalmente ao nosso objeto de estudo, já que o objeto é decisivo às escolhas metodológicas por não se apresentar como “um dado inerte e neutro; [mas] está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 2008, p.79).

Significados e relações marcam os resultados da pesquisa qualitativa, pois expõem a complexidade da vida humana e evidenciam aspectos antes ignorados ao mostrar as contradições, a imprevisibilidade e a originalidade das relações interpessoais e sociais. De acordo com Chizzotti (2008, p.78) essa abordagem também se dedica a analisar os

[...] significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estas se dão.

Dessa forma, a principal tarefa do pesquisador nas ciências sociais é engajar-se na compreensão interpretativa das representações dos pesquisados por meio de seus discursos falados ou escritos, como é o nosso caso, compreendendo “o significado que os outros dão [ou deram] às suas próprias situações” (SANTOS FILHO, 2009, p.43).

---

<sup>32</sup> ECO, 1998, p.169.

Flick (2009) ao destacar que a pesquisa qualitativa conduz à resolução dos *temas incommuns*, aponta quatro tendências para esse tipo de pesquisa. Dentre elas, destacamos: “O retorno à análise de problemas temporalmente situados, bem como ao desenvolvimento de soluções igualmente elaboradas dentro do contexto histórico e temporal destes temas, para descrevê-los neste contexto e explicá-los a partir dele” (FLICK, 2009, p.37).

Assim, o estudo acerca da relação entre a vida e a obra de Raymundo Nogueira de Faria e a questão do jovem “delinquente”, que empreendemos, está em consonância com as tendências atuais da pesquisa qualitativa ao apresentar um processo de compreensão que se estabelece em dois níveis,

O primeiro é o da compreensão direta ou a apreensão imediata da ação humana sem qualquer inferência consciente sobre a atividade. No segundo nível, que é mais profundo, o pesquisador procura compreender a natureza da atividade em termos do significado que o indivíduo dá a sua ação. (...) (SANTOS FILHO, 2009, p.43)

Portanto, “a compreensão de uma ação particular requer a compreensão do significado contexto no qual ela se dá e esta compreensão depende daquela da ação particular” (SANTOS FILHO, 2009, p.43). Chizzotti (2008) corrobora esse raciocínio ao afirmar que a abordagem de cunho qualitativo tem seu ponto de partida na compreensão

[...] de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado (CHIZZOTTI, 2008, p.79).

Considerando o problema de nosso estudo, classificamos essa investigação como sendo explicativa na medida em que ela

[...] busca o conhecimento mais profundo sobre o fenômeno estudado e seus resultados fundamentam o conhecimento científico. Seu principal objetivo é identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, procurando explicar a razão, o porquê das coisas, as causas (RODRIGUES, 2006, p.91).

Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa descritiva pois tem o propósito de descrever os acontecimentos e fenômenos de um determinado contexto, por isso, demanda do investigador volume significativo de informações sobre o que deseja pesquisar. São exemplos de pesquisa descritiva, dentre outros, os estudos de caso e a **análise documental** (TRIVIÑOS, 1987, Grifo nosso).

Em relação aos procedimentos metodológicos nosso estudo classifica-se como uma pesquisa documental e histórica, pois trabalha com documentos que obtiveram determinado valor a partir da teia social que os envolve e também pelo que revelam de mais amplo sobre uma época, um grupo humano ou uma determinada sociedade (KARNAL; TATSCH, 2013).

É Pesquisa do tipo documental porque “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32). Acerca da pesquisa documental e seus atributos encontram-se explanados na subseção 2.2.

Esta tese também pode ser tratada como uma pesquisa histórica à medida em que investiga eventos ocorridos, com o objetivo de compreendê-los (KERLINGER, 1980). Padilha & Borenstein (2005, p.577) ratificam esse pensamento quando afirmam que dentre os objetivos da pesquisa histórica está o de “lançar luzes sobre o passado para que este possa clarear o presente, inclusive fazer perceber algumas questões futuras”.

Em seguida, trazemos à baila os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica, destacando de que forma tal revisão contribuiu para um maior entendimento do campo da menoridade e também para as delimitações da própria pesquisa de Tese.

## 2.1 Revisão bibliográfica

Para nos apropriarmos de nosso objeto de estudo realizamos um levantamento das produções acadêmicas que tratam de questões relacionadas aos “menores em situação irregular”, nos bancos digitais de Teses e Dissertações (BDTD) de todas as universidades públicas (estaduais e federais) do Brasil, que somam um total de 97 (63 federais e 34 estaduais) estabelecimentos de ensino superior que ofertam Programas de Pós-graduação em Educação, Psicologia, Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Antropologia Social<sup>33</sup>, História, História Social, História Comparada<sup>34</sup>, Serviço Social e Direito.

A busca foi norteada pelos seguintes descritores: 1.Delinquência juvenil; 2.Delinquente; 3.Menores; 4.Código de menores de 1927; 5.Tribunais de menores; 6.Legislação menorista; 7.Instituições correcionais; 8.“Situação irregular”.

O resultado da pesquisa se mostrou volumoso, pois foram identificados 91 estudos acadêmicos (82 dissertações e 9 teses). No entanto, por considerarmos um quantitativo elevado para uma análise satisfatória, redimensionamos nossa revisão.

---

<sup>33</sup> Ofertado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>34</sup> Ofertado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nessa segunda etapa optamos pelos estudos que abordam aspectos relacionados estritamente às instituições de caráter correcional/reformatório (exceto as femininas), excluindo, portanto, as investigações que tratam de estabelecimentos rurais, femininos, mistos, exclusivamente escolares (grupos escolares), de formação profissional (institutos de artífices e escolas-oficinas), religiosos, de atendimento à saúde (sanatórios, leprosários etc.) e os militares e/ou paramilitares, pois estes, em geral, não foram criados para contemplar as disposições das leis menoristas do início do século 20.

Os estudos escolhidos também deviam estar integralmente acessíveis nos BDTD dos respectivos programas de pós-graduação para permitir a leitura completa dos textos, o que foi feito posteriormente.

Nesse novo estágio, lemos os resumos, introduções, considerações finais e até as referências bibliográficas, o que nos permitiu identificar os estudos que abordavam a questão da delinquência juvenil em período anterior a 1927, ou seja, antes da promulgação do código de menores, e posterior a 1943, quando a lei menorista inicia um processo de transição, culminando no surgimento de um novo código de menores em 1979. Tais estudos foram eliminados por estarem temporalmente situados em períodos diferentes do desta Tese.

Com todas essas delimitações, restaram seis produções acadêmicas, sendo quatro dissertações e duas teses, defendidas no período de 2004 a 2013 (embora nossa revisão não tenha estabelecido um recorte temporal específico para isso), listadas no quadro abaixo:

<b>QUADRO 1: PRODUÇÕES ACADÊMICAS SELECIONADAS A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>			
<b>Nome do (a) Autor (a)</b>	<b>Título da produção acadêmica</b>	<b>Universidade / Programa de Pós-graduação</b>	<b>Tipo / Ano de Defesa</b>
CARDOSO, Patricia de R	Assistência à infância e adolescência pobres: a produção da cidadania na nova ordem mundial.	Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Educação.	Dissertação (Mestrado). 2004
MATOS, Izalto Jr.	Em busca da memória perdida: a história dos órfãos e vadios no Instituto Disciplinar de Mogi Mirim.	Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação.	Dissertação (Mestrado). 2006
SILVA, Wesley	Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte 1921-1941.	Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação.	Tese (Doutorado). 2007

MIRANDA, Humberto da S.	Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927 a 1937.	Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História Social.	Dissertação (Mestrado). 2008
CABRAL, Vera M. L.	Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927).	Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-Graduação em História Social.	Dissertação (Mestrado). 2008
NUNES, Eduardo S. N.	A Infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948.	Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social.	Tese (Doutorado). 2011

Fonte: BARBOSA, 2013.

A leitura dessas produções acadêmicas contribuiu com nossa investigação no sentido de um melhor delineamento do objeto de investigação, assim como apontou que no Brasil, nos últimos dez anos, houve momentos em que se pôde encontrar maior volume de produções acadêmicas sobre a minoridade, sendo a razão mais provável o marco histórico que esses anos representam, como, por exemplo, 2008 e 2012, cujas explicações seguem abaixo.

O primeiro, 2008, foi o ano de culminância das ações iniciadas em 2006 por parte dos operadores de direito e executores de medidas protetivas e socioeducativas, cujo objetivo era trazer o assunto à pauta da imprensa em seus mais diferentes veículos e cobrar ações mais efetivas para a implementação das disposições previstas no Estatuto que completaria 18 anos. Como consequência dessa mobilização, questões relacionadas à minoridade reapareceram tanto nos discursos oficiais quanto nos posicionamentos dos órgãos de garantia de direitos.

Já no ano de 2012 presenciamos o renascimento da discussão acerca da minoridade por conta da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) N.º 33, que recomendava a alteração do artigo 228 da CF/1988, propondo a redução da maioria penal, o que gerou a mobilização de diversos órgãos, dentre eles a OAB e o CNAS, que divulgou “nota de repúdio”. Ainda nesse mesmo ano foram publicizados os resultados de uma pesquisa promovida pelo Senado Federal, para subsidiar o debate acerca da reforma do Código Penal Brasileiro, que acontecia naquela casa. Essa aferição constatou, dentre outras coisas, que 89% dos brasileiros defendiam a redução da maioria, acreditando que “qualquer pessoa, independente da sua idade, deve ser julgada e, se for o caso, condenada como um adulto” (BRASIL, 2012, p.3-4).



Acerca dos seis trabalhos selecionados nesse levantamento, temos quatro dissertações e duas teses, sendo que 50% deles foram produzidos em programas de pós-graduação em Educação e os demais no campo da História Social. Independente dessas proporções, acreditamos que os conhecimentos produzidos pelos diferentes campos do conhecimento têm o potencial de ajudar na melhor compreensão da Menoridade.

Acerca da periodização das teses e dissertações selecionadas, identificamos que os autores optaram pelos mais diversos recortes temporais, sendo comum utilizar o critério dos marcos legais, mudanças políticas importantes como a de regime, assim como a criação de instituições específicas para jovens “delinquentes”.

Em nosso caso, a periodização adotada corresponde à data em que foi promulgado o primeiro código de menores do Brasil em 1927 até 1947 quando finalmente o desembargador Nogueira de Faria repassa ao governo do Estado do Pará o controle da Colônia Reformatória que ele havia fundado na Ilha de Cotijuba.

Nesse lapso temporal temos como acontecimentos relevantes: a nomeação de Nogueira de Faria como juiz titular da primeira Vara de Menores delinquentes e abandonados do Estado do Pará em 1930; a adoção, neste Estado, das disposições do Decreto nº 17.943/1927 (Código de Menores), via outro decreto do interventor federal major Joaquim Cardoso de Magalhaes Barata<sup>35</sup> (nº 116 de 30/01/1931); o lançamento da campanha pública para a arrecadação de fundos que foram usados na compra da Ilha de Cotijuba (1931); a chegada nessa Ilha, em 1932, do primeiro interno, um menino de 9 anos, conhecido pela alcunha de “Fuzil”; o lançamento da pedra fundamental da Colônia Reformatória em 1933; e, finalmente, a inauguração da instituição correcional em 1934.

Vale destacar que, segundo Damasceno (2012, p.24) “muito pouco se escreveu sobre a história da educação no Pará, e muito menos se fez quanto à educação no período compreendido entre 1930 e 1937, a chamada Segunda República”, mesmo existindo dados que comprovam que nesse período o Pará testemunha “um aumento significativo das iniciativas governamentais no sentido da criação de oportunidades de escolarização” (DAMASCENO, 2012, p.59) da população paraense.

Por isso, Santos (2012, p.14) defende o resgate dessa “história, seus marcos, fontes e fatos, e [que] explorar suas raízes políticas e culturais constituem, portanto, necessidade imperiosa para se compreender o projeto de educação construído em uma das mais importantes unidades federativas da Amazônia brasileira”.

---

<sup>35</sup> No item 5.3.8 há uma breve biografia de Joaquim Cardoso Magalhães Barata.

Araújo (2012, p.17) corrobora com esse entendimento ao afirmar que “há muito o que pesquisar sobre a história da educação do Pará; as lacunas são enormes; os documentos que nunca foram submetidos ao olhar atento da academia estão nos arquivos à espera de um pesquisador que se disponha a operar o trabalho de investigação científica”.

Nessa linha de pensamento, autores como Damasceno (1995, p.45) apontam que “é patente a escassez de obras sistemáticas sobre o desenvolvimento educacional no Estado do Pará”, notadamente nos anos de 1930, apesar de este ser um “momento chave da história do Pará” (RODRIGUES, 1979, p.57). Tal constatação, segundo Araújo (2012), leva a maioria dos historiadores e sociólogos a questionarem se de fato há algo importante para a história da educação no Pará, ocorrido nos anos de 1930 a 1940, que mereça ser objeto de investigação, concluindo que, além de ser necessário investir em pesquisas sobre a educação paraense neste período, é preciso “tratar os fenômenos históricos estudados a partir da perspectiva local” (ARAÚJO, 2012, p.20).

Quanto à abordagem histórica<sup>36</sup>, verificamos que 50% das produções se fundamentam na História Social enquanto o restante lança mão da abordagem marxista (16,7%) e da abordagem Sócio-Cultural (16,7%), restando também estudos que não apontam claramente a abordagem utilizada em suas investigações no campo da menoridade.

Quanto a opção pelo tipo de pesquisa, verificamos que todos empregaram a pesquisa documental, sendo que apenas em 16,7% dos casos tal tipo de pesquisa foi usado em conjunto com a pesquisa bibliográfica. Dentre os documentos analisados nessas investigações há os processos criminais das Varas especializadas<sup>37</sup>, documentos institucionais, documentação judiciária, textos legislativos, jornais e revistas, prontuários de detenção, textos da imprensa policial<sup>38</sup>, relatórios dos presidentes de província, obras doutrinárias do Direito e, principalmente, os discursos jurídicos, políticos e médicos acerca da menoridade. Desta forma, os arquivos públicos e setores/seções de obras raras das bibliotecas, onde esse tipo de fonte primária é acessado, são os locais ideais para a recolha de fontes.

No que se refere à coleta e análise de dados a maioria dos estudos não é explícita quanto aos procedimentos adotados, sendo o método mais recorrente o “Método Indiciário”, o qual aparece em dois trabalhos que utilizaram como fontes os processos judiciais. Quanto à análise do que foi coletado, 16,7% utilizam a Análise de Conteúdo, citando Lawrence Bardin

---

<sup>36</sup> Chamou-nos atenção que 27,3% das investigações não declararam qual a abordagem histórica utilizada. Embora seu referencial teórico possa dar pistas nesse sentido, optamos por não dizer o que pesquisador não disse.

<sup>37</sup> Vale acrescentar que a partir de 2000 os processos criminais e demais documentos judiciais têm ganhado maior atenção dos pesquisadores.

<sup>38</sup> Comum nos anos da chamada Era Vargas (1930-1945).

(1977)<sup>39</sup> como referência. Nos demais trabalhos, a maioria dos autores não explicita seus alinhamentos teórico-metodológicos.

Quanto à organização dos textos, observamos que os estudos realizados antes do ano de 2005 trazem um capítulo metodológico, enquanto os realizados após esse ano costumam apresentar os procedimentos metodológicos ainda na introdução. Notamos também que a maioria das pesquisas sobre a Menoridade se situam na perspectiva da História da Infância<sup>40</sup>, por isso, observamos, em geral, um capítulo sobre a evolução das políticas de assistência social e, dentre estas, aquelas direcionadas aos menores. Também é comum encontrarmos pelo menos um capítulo discorrendo sobre a evolução da legislação menorista, mas ainda inserido na História da Infância.

Na construção desse panorama, alguns pesquisadores como, Cabral (2008), se voltam ao Brasil Colônia para contar a história da menoridade, enquanto a maioria, (83,3%), considera que o marco inicial mais adequado para traçar esse painel é o advento da República, tendência que vem sendo adotada pelas investigações mais recentes.

A partir da revisão bibliográfica constatamos que a maioria dos estudos que selecionamos discute a situação do menor a partir da segunda década do século 20, escolha com a qual concordamos. Acerca disso, Costa (2005) defende que o marco inicial mais correto para os estudos acerca da menoridade, nos Estados Unidos da América e também no Brasil, é a criação dos Tribunais de Menores, implantados na América Latina a partir de 1919.

Na leitura das produções acadêmicas escolhidas constatamos que para discutir a Menoridade os pesquisadores lançam mão de uma grande variedade de referências bibliográficas, como por exemplo, Michel Foucault<sup>41</sup>, Erving Goffman<sup>42</sup> e Pierre Bourdieu<sup>43</sup>, quando as investigações fazem a relação entre Menoridade e institucionalização.

A utilização de autores e obras diversificadas demonstra que a questão da Menoridade se apresenta interdisciplinar no seu diálogo, pois os textos acerca da temática têm origens diversas, tornando-se instigante e desafiadora a aventura de se envolver com o campo.

---

<sup>39</sup> BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

<sup>40</sup> Para a construção desse panorama da infância brasileira os pesquisadores dos estudos selecionados recorrem com frequência à *História social da criança abandonada*, *História das crianças no Brasil* e *História social da Infância no Brasil* de Marcílio (2006), Del Priore (1991) e Freitas (1997), respectivamente.

<sup>41</sup> Principalmente através de três obras: *Microfísica do poder* (1985), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2009) e *As Verdades e as formas jurídicas* (2005).

<sup>42</sup> *Manicômios, prisões e conventos* (2003) e *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (2008).

<sup>43</sup> Com *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1975) e *A Economia das trocas simbólicas* (2005).

Quanto ao foco principal das teses e dissertações pesquisadas, constatamos que as mesmas se dividem em dois grupos. No primeiro estão os estudos que priorizam o panorama histórico acerca do atendimento aos menores “delinquentes”, incluindo a evolução sócio jurídica do conceito de “menor”, o pensamento social e os discursos de militantes da causa. Temos como exemplos desse tipo, as investigações de Cardoso (2004), Cabral (2008) e Nunes (2011). No entanto, vale destacar que nenhum dos estudos que compõem esse grupo se propõe a empreender a análise do pensamento de um intelectual que, como Nogueira de Faria, tenha ultrapassado a reflexão teórica e fundado um estabelecimento para atender menores desvalidos e “delinquentes”.

Já no segundo grupo, onde se situam Matos (2006), Silva (2007) e Miranda (2008), os estudos não desconsideram aspectos anteriormente apontados, e até contém capítulos e/ou seções com essa finalidade, mas centram maior atenção na análise de experiências específicas de estabelecimentos correccionais. Da mesma forma, nenhuma dessas investigações aborda o pensamento de um idealizador de um estabelecimento correccional.

A despeito disso, todas as quatro dissertações e duas teses selecionadas apresentam suas contribuições ao campo da minoridade que serão vistas a partir daqui em ordem cronológica.

Em sua dissertação<sup>44</sup>, Patrícia de Resende Cardoso reflete sobre as diferentes interrelações entre as questões econômico-produtivas, os pressupostos higienistas, as teorias criminológicas de fins do século 19 e os anseios da elite burguesa brasileira (e porque não dizer latino-americana), em promover a modernização produtiva do Brasil a todo custo e como tudo isso atingiu os menores, pois, esse sentimento modernizador, nascido ainda no Império brasileiro, se fortalece na República fazendo “emergir, ainda que timidamente, a idéia de que é na infância que caberiam os cuidados para, futuramente, representar este próspero país” (CARDOSO, 2004, p.65).

Para comprovar sua hipótese, a autora oferece um panorama da evolução legal e os fundamentos sócio jurídicos que subsidiaram o atendimento à infância minorizada ao longo da história do Brasil, e conclui que o atendimento oferecido aos menores durante esse tempo produziu, reproduziu e reforçou “os mesmos estereótipos que foram construídos ao longo dos 500 anos da história brasileira e que tiveram todo o aparato estatal e apoio das classes dominantes para se consolidar” (CARDOSO, 2004, p.196). Nesse sentido, o estudo de Cardoso nos chama atenção para a constatação de que a minoridade tem sido tratada de forma

---

<sup>44</sup> Com o título de *Assistência à infância e adolescência pobres: a produção da cidadania na nova ordem mundial*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e defendida em 2004.

preconceituosa e, principalmente, que os menores têm sido considerados como um empecilho à adequada modernização do país ao longo da história do Brasil.

Izalto Junior Conceição Matos em seu estudo<sup>45</sup> cujo objetivo foi o de “problematizar o atendimento e o tratamento dado à infância e juventude pobre do Estado de São Paulo, através da análise das condições de vida cotidianas, práticas culturais a que estavam submetidas no Instituto Disciplinar de Mogi Mirim” (MATOS, 2006, p.17), a partir dos documentos oficiais do Instituto, no período de 1924 a 1938 e do Jornal “A Comarca”, contemporâneo desse estabelecimento correccional, traz como principais contribuições o desvelamento das relações presentes no surgimento dos estabelecimentos correccionais com o capitalismo industrial e a formação do sentimento nacional republicano no início do século 20, que representavam a própria mudança "na concepção da assistência, destinada agora a prevenir as desordens e recuperar os desviantes, tornando-os úteis ao desenvolvimento da maquinaria capitalista de produção, sendo assim disciplinadora para o progresso e o desenvolvimento da sociedade" (MATOS, 2006, p.21).

Segundo o autor, as instituições correccionais funcionaram como mecanismos de punição àqueles que não se enquadravam no esquema produtivo do capitalismo, configurando-se em uma nova forma de poder colocada em prática. Ele defende que desde o advento da sociedade moderna já é possível observar a proposta de recuperar os “delinquentes” pelo encarceramento e pela via do trabalho, já que os locais de aprisionamento, por meio dos mecanismos de subjetivação, disseminavam e reproduziam "as estruturas, hierarquias e relações de poder" (MATOS, 2006, p.9-10) da sociedade, atendendo às necessidades que elas têm

[...] de excluir, isolar, incriminar, esconder os comportamentos e práticas sociais cotidianas não adequadas à nova ordem estabelecida pela civilidade burguesa, de base urbano-industrial, especialmente no que diz respeito às relações de poder interinstitucionais e sociais" (MATOS, 2006, p.9,10).

Por isso, para Matos, o direito do menor acabou incorporando a concepção de que o trabalho precoce era a melhor e talvez a única alternativa para as crianças pobres escaparem da marginalidade por conta de uma suposta capacidade redentora, associada ao adestramento do corpo que juntos poderiam promover a reinserção social do criminoso.

---

<sup>45</sup> A dissertação intitulada *Em busca da memória perdida: a história dos órfãos e vadios no Instituto disciplinar de Mogi Mirim* é composta de quatro capítulos e foi defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, no ano de 2006.

Wesley Silva, em seu doutoramento, realizou investigação<sup>46</sup> sobre “a menoridade abandonada e “delinquente”, submetida a processos de assistência, proteção e reforma” (SILVA, 2007, p.9) em duas instituições mineiras, o “Abrigo de Menores Affonso de Moraes” e a “Escola de Reforma Alfredo Pinto”, problematizando “aspectos de seu funcionamento, do contingente de menores assistidos por elas, a superlotação, o processo de internamento, permanência e exclusão de internos, entre outras coisas” (SILVA, 2007, p.15) e objetivando “abordar as iniciativas e práticas de assistência, preservação e reforma, consolidadas no Código de Menores, em 1927, em prol da construção de uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência” (SILVA, 2007, p.10).

Esse pesquisador usou como fontes os livros de matrícula e prontuários das instituições correcionais pesquisadas, os documentos (oficiais e legislativos), os impressos especializados (jurídico e educacional) e periódicos no período de 1921 a 1941, fazendo comparações entre a legislação menorista brasileira e a legislação lusa da mesma tipologia, a partir do que compara as medidas e legislações portuguesas e brasileiras, adotadas em prol dos menores em ambos os países, demonstrando que o surgimento delas revelou um rol de representações acerca dos adolescentes e jovens e suas práticas (SILVA, 2007), como por exemplo, a despersonalização daqueles a quem se destinava.

No caso brasileiro, segundo esse pesquisador, o Código Mello Mattos, apesar de ter sido pensado para regular a relação da sociedade com todos os menores, “acaba sendo apropriado como dispositivo para o controle dos delinquentes, abandonados, pervertidos, desvalidos e pobres, deixando à parte crianças e adolescentes considerados de ‘famílias bem-postas’” (SILVA, 2007, p.16). O autor ainda mostra que isso era fruto das influências das ideias que circulavam no mundo e influenciavam o pensamento jurídico, penal e assistencial brasileiro da época<sup>47</sup>.

Vera Monteiro Larica Cabral, em dissertação intitulada “Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)”<sup>48</sup>, e cujo objeto de estudo foi a “prática da institucionalização das crianças abandonadas no Estado do Espírito Santo” (CABRAL, 2008, p.22), faz uma análise das leis e da

---

<sup>46</sup> Chama-se *Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte, 1921-1941* a tese defendida no âmbito do programa de pós-graduação em educação da Universidade de São Paulo (USP), em 2007.

<sup>47</sup> Em sua tese de doutoramento defendida em 2011 Eduardo Nunes estudou os discursos contidos nos anais dos Congressos Panamericanos Del Niño no período de 1916 a 1948 e demonstrou as influências das correntes de pensamento criminológico, assistencial, jurídico e sociológico sobre as questões relacionadas à menoridade na América Latina.

<sup>48</sup> Defendida em 2008 no programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

[...] atuação do Estado por meio de suas Instituições no tratamento do menor, visando um melhor entendimento sobre os motivos que levaram esses menores ao denominado “desvio de conduta”, e ao mesmo tempo, contextualizar os discursos analíticos das Mensagens dos Presidentes do Estado do Espírito Santo da época no sentido de solucionar essa problemática (CABRAL, 2008, p.26).

Embora ela faça uma discussão localizada, o Estado do Espírito Santo, a dissertação apresenta uma contextualização que se faz útil aos nossos propósitos, já que trata dos significados que o termo “menor” recebeu desde o período colonial até a promulgação do primeiro código de menores, em 1927, momento em que se estabelece uma diferença conceitual entre o menor e a criança.

Cabral (2008) ainda defende que a questão do menor é anterior a sua consolidação no campo jurídico e, nesse sentido, considera a República como crucial no que se refere às questões relacionadas à minoridade, já que o pensamento republicano, segundo ela, é o que fomenta o ideal de uma sociedade sadia (física e moralmente), capaz de promover a modernização produtiva do país. Por isso, destaca que nesse período se acentuaram as relações entre o Estado e a sociedade com vista à disciplinarização do menor, de forma que as instituições correccionais visassem à integração da prole dos pobres à vida social normalizada.

A autora apresenta os internatos como exemplos desse tipo de estabelecimento descrevendo aspectos de seu funcionamento, como a educação articulada com o trabalho que fornecia “aos menores a assistência, proteção e tutela moral demandadas pela situação na qual se encontravam” (CABRAL, 2008, p.96), assim como foram alternativas ao encaminhamento dos “delinquentes” aos Arsenais Militares.

Nessa investigação a rua é representada como um dos lugares onde a degeneração acontecia, onde todos os vícios, que se configuravam numa ameaça constante à sociedade nasciam e se multiplicavam, além de se tornar *locus* primário de atuação dos policiais e/ou dos profissionais que gozavam dos privilégios resultantes de uma crença na habilidade que supostamente possuíam em identificar os marginais e suas tendências degenerativas, para assim agir em relação a eles, o que, a história já nos mostrou, promoveu violações aos direitos dos menores.

Os aspectos citados contribuíram para o nosso estudo no sentido de compreendermos a minoridade como uma temática que, embora tenha recebido ampla atenção no período republicano, se originou antes dele, e que, a despeito disso, permanece atual. A relação que a autora faz da minoridade com o processo da modernização produtiva republicano também ajuda a situar ideologicamente os encaminhamentos relativos aos menores.

O professor Humberto da Silva Miranda, em sua dissertação<sup>49</sup>, historicizou “o cotidiano dos meninos nas ruas e nas prisões do Recife” (MIRANDA, 2008, p.20) a partir do seguinte problema de pesquisa: “Como e por que essas crianças e jovens que viviam no mundo das ruas e/ou trabalho foram recolhidas na Casa de Detenção do Recife, nas escolas correcionais e outras instituições de confinamento, durante o período de 1927 a 1937?” (MIRANDA, 2008, p.20). Em busca dessa resposta, ele utilizou obras literárias de escritores pernambucanos do início do século 20 e jornais que circulavam em Recife no período delimitado, além dos documentos (prontuários, relatórios etc.) da Casa de Detenção, do Serviço de Assistência ao Psicopata e de outros locais onde os menores “delinquentes” eram atendidos.

Essa investigação ofereceu importantes aportes aos estudos da menoridade, dentre as quais destacamos aqueles que mais contribuíram para o nosso próprio estudo: a importância dada ao Código de Menores de 1927 enquanto aparato jurídico e marco de uma nova política assistencial no Brasil; a relação que ele estabelece entre a história da infância “delincente” e as transformações vivenciadas pela maioria das cidades brasileiras no início do século 20.

Eduardo Silveira Netto Nunes, em sua tese<sup>50</sup>, apresentou investigação, de âmbito continental, a América Latina, onde procurou

[...] identificar, analisar e qualificar em que termos se desenvolveu o processo de construção da infância como portadora do futuro moderno e civilizado nos países latino-americanos, e a conexão deste processo com a constituição de várias iniciativas e projetos, idealizados e apresentados por diferentes protagonistas (...), que propunham indicar e promover os caminhos para atingir um novo mundo, e que tiveram visibilidade através dos Congressos Panamericanos del Niño entre 1916-1948 (NUNES, 2011, p.15).

Em sua pesquisa ele analisou os documentos originados nos Congressos Panamericanos del Niños, realizados entre 1916 e 1948, eventos de grande importância na construção de conhecimentos sobre a infância minorizada, registrando, e ao mesmo tempo fomentando, a problematização da infância numa perspectiva latino-americana, através dos debates e reflexões, assim como também do intercâmbio de ideias entre os especialistas da região<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> A dissertação *Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927 a 1937*, defendida no ano de 2008, resultou de uma investigação realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional oferecido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

<sup>50</sup> *A Infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948*, e defendida no programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo em 2011.

<sup>51</sup> Segundo Nunes, no período de 1916 a 1918 foram realizados, em diferentes cidades da América Latina, nove edições do Congresso Panamericano del Niño, cuja principal finalidade era a de congregar, trocar experiências, debater as alternativas propostas, apresentar quadros gerais sobre a temática em cada país do continente de forma que cada evento conseguiu reunir um número elevado de pessoas, representantes de instituições ou governos, todos preocupados com a questão principal desses encontros: a situação de crianças e adolescentes e a da própria América Latina já que o futuro do continente dependia também do que se pensaria para esse grupo populacional.



Segundo o autor, a análise dos documentos dos Congressos demonstrou que nas décadas iniciais do século 20 a América Latina vivia um sentimento de urgência em relação à infância minorizada, por isso, acreditava-se que todas as áreas do conhecimento deveriam colaborar para que tal grupo não fosse um entrave para a construção de uma sociedade moderna, civilizada, hierarquicamente organizada, dividida por classes, ordeira, laboriosa, biológica e geneticamente regenerada e robusta, mas se tornasse colaborador da construção desta sociedade, sob a condução dos adultos dispostos e preparados a fazê-lo. Por isso, esses Congressos serviram ao estabelecimento de parâmetros, recomendações e declarações continentais que orientaram as iniciativas e políticas de atenção à infância minorizada com vistas ao atendimento das demandas e principalmente dos projetos de futuro dessas nações.

Nesse sentido, o estudo de Nunes (2011) é útil a partir do momento em que faz uma reflexão a partir da América Latina, abordando questões como a despenalização das condutas criminais de menores, a redefinição da categoria delinquência infantil no âmbito da assistência, as propostas profissionalizantes e judicializantes destinadas aos jovens latino-americanos, demonstrando o quanto, nesse período, a infância minorizada se configura em problema científico e preocupação política, social e econômica, que em nosso entender contribui à compreensão de como se desenvolveram as políticas específicas para os menores “delinquentes”.

Depois da busca pelas teses e dissertações que tratam da minoridade na perspectiva das práticas educativas, fizemos o mesmo em relação aos artigos científicos. O levantamento foi feito nas páginas das revistas especializadas das universidades, dos institutos de pesquisa e dos programas de pós-graduação.

Também cotejamos por livros, capítulos de livros e artigos publicados em coletâneas. Neste caso, escolhemos como fontes os sites das editoras, catálogos de livrarias virtuais e até mesmo na bibliografia dos textos anteriormente encontrados. Como critérios de seleção definimos que tais textos deveriam tratar de instituições específicas para o atendimento do gênero masculino e ter recorte temporal semelhante ou aproximado ao de nossa investigação, ou seja, a década de 1930.

A partir das leituras dos textos selecionados fomos organizando os artigos encontrados em três eixos: 1. **A minoridade a partir dos discursos** das pessoas envolvidas direta ou indiretamente no atendimento correccional da primeira metade do século 20; 2. **A minoridade a partir das legislações específicas**, os diferentes dispositivos legais e sua evolução histórica, centrando-se principalmente no Código de Menores de Mello Mattos (1927); 3. **A minoridade a partir das práticas** adotadas por instituições correccionais.

A partir da leitura dos textos foi possível identificar a ausência de estudos acerca do pensamento daqueles que se engajaram na temática da menoridade e apresentaram propostas para o atendimento dos meninos e meninas em “situação irregular”. Mesmo nas produções que abordavam as práticas educativas das instituições correccionais os autores se limitavam a tratar das atividades diárias e do processo educativo desenvolvido nesses estabelecimentos, situação que apoia nossa proposta de fazer um estudo acerca do pensamento de Raymundo Nogueira de Faria. Apesar disso, independente do eixo a que pertencessem esses textos, a leitura deles contribuiu para a elaboração de um panorama da produção teórica no campo da menoridade, o que apresentaremos a seguir.

A primeira constatação proporcionada pelas leituras foi a de que, embora a discussão acerca da menoridade estivesse presente nos discursos dos juristas brasileiros desde o século 19, é somente a partir do final da década de 1970 que a temática chega às Universidades. Segundo Alvim e Valladares (1988), várias são as razões para isso, dentre elas, o aumento na proporção de jovens no total da população brasileira em franco crescimento a partir de 1950 (52,8% em 1960 e 53% em 1970); a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1960, como ato de intervenção estatal que se apresentava com caráter marcadamente moderno; a publicação entre 1971 e 1973 de duas importantes pesquisas<sup>52</sup> sobre a situação dos menores infratores nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; a instauração da CPI do Menor em 1976; e a criação da Pastoral do Menor pela Igreja Católica.

Com relação às pesquisas supracitadas, elas se constituíram nos “primeiros estudos sistemáticos que se conhece sobre a problemática da infância [e do menor especificamente], marcando de certa forma a entrada das ciências sociais no tratamento do tema” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p.10).

De acordo com Sônia Camara (2010), essas pesquisas tiveram o objetivo de “revelar a situação da infância e da adolescência, fornecendo subsídios para a formulação de interpretações para os problemas mobilizadores das propostas acionadas. (...) [trazendo] à tona questões cruciais para se pensar a infância abandonada física e moralmente” (CAMARA, 2010, p.30)<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> A primeira, com o título de *A Criança, o adolescente, a cidade*, foi desenvolvida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP, SP), já a segunda, encomendada pelo Poder Judiciário do Estado da Guanabara (RJ), foi publicada em 1975 sob o título *Delinquência Juvenil na Guanabara*.

<sup>53</sup> Edson Passetti acrescenta a essas motivações “as denúncias regulares na imprensa contra a situação em que se encontravam as crianças, principalmente após o golpe de 64 e o fracasso do milagre econômico” (PASSETTI, 1991, p.146)

A instauração, em 1976, da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação do menor no Brasil revelou a preocupação da Câmara dos Deputados com os altos índices de delitos praticados por jovens e pobres, demonstrando que naquele momento as questões relacionadas aos menores tornavam-se prioritárias e que o Código de Menores (1927) deixara de ser eficaz no atendimento aos “delinquentes”, necessitando de revisão (o que de fato ocorreu em 1979). Finalizando os trabalhos, a CPI apresentou um relatório conclusivo<sup>54</sup> com dados que se revestiram de tal legitimidade e que se tornaram citação obrigatória em documentos oficiais e referência importante em todas as pesquisas sobre o tema realizadas posteriormente<sup>55</sup> (ALVIM; VALLADARES, 1988). Esse texto até hoje é considerado um diagnóstico da situação do menor pobre no Brasil.

Quanto à criação da Pastoral do Menor<sup>56</sup> (1977), os estudos apontam que ocorreu num contexto em que a Igreja Católica passou a se inquietar com a situação da população jovem, e principalmente pobre, do Brasil. Essa preocupação levou a Arquidiocese de São Paulo, através do Centro de Estudos de Justiça e Paz, a encomendar ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)<sup>57</sup> uma pesquisa sobre as crianças e jovens que viviam nas ruas da cidade de São Paulo, cujos resultados apareceram no livro “Meninos de Rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo”, organizado por Rosa Maria Fischer e publicado em 1979, mesmo ano em que foi criado em São Paulo o Movimento em Defesa do Menor.

---

<sup>54</sup> Denominado *A Realidade Brasileira do Menor: relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da criança e do menor carentes no Brasil*

<sup>55</sup> A CPI do Menor revelou a existência, em 1976, de 13.542.508 menores em situação de carência (aqueles cujos pais ou responsáveis não possuíam condições para atender às suas necessidades básicas) e 1.909.570 abandonados (que não tinham pais ou responsáveis para o atendimento de suas necessidades básicas). Informava também que, em 1975, 11.812 delitos haviam sido praticados por menores, com maior incidência no Sudeste (44,17%) e no Nordeste (37,98%). E, ainda, segundo estimativas baseadas em indicadores socioeconômicos, seria de 25 milhões o número de menores carentes e abandonados (ALVIM; VALLADARES, 1988, p.11).

<sup>56</sup> Organização religiosa, inspirada em diversas iniciativas de religiosos durante a década de 1970, que em diversas cidades criam instituições e/ou programas de atendimento aos menores que se configuraram em alternativas às fundações estaduais, como, por exemplo, a República do Pequeno Vendedor, em Belém

<sup>57</sup> Fundado em 1976, com sede em São Paulo, o Cedec dedica-se ao estudo de problemas da realidade brasileira nas suas dimensões locais e internacionais e à sua vocação de espaço plural de debates. Em ambos os casos o foco incide sobre alguns temas centrais: os direitos e a justiça social, a constituição e consolidação da cidadania, as instituições e as práticas democráticas, as políticas públicas vistas da perspectiva do seu caráter público, as relações internacionais e a integração regional. Suas atividades incluem projetos de pesquisa, consultorias, seminários, encontros e *workshops*, uma linha de publicações em que se destaca a revista *Lua Nova*, e a promoção de eventos em conjunto com fundações culturais, órgãos públicos como o Memorial da América Latina, e centros de pesquisa e universidades como a USP, com a qual mantém convênio de cooperação. O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos de origem com a cidadania, a democracia e a esfera pública confere ao Cedec um perfil institucional que o qualifica como interlocutor de múltiplos segmentos da sociedade, de setores da administração pública em todos os níveis, de parlamentares e dirigentes políticos, do mundo acadêmico e da comunidade científica (fonte: [www.cedec.org.br](http://www.cedec.org.br)).

Todos esses fenômenos ocorridos no Brasil, além dos de âmbito internacional como a declaração do Ano Internacional da Criança (1979) pelo UNICEF, fez com que as universidades lançassem “seu olhar sobre a infância e pesquisadores de diversas áreas, passassem a privilegiar crianças e adolescentes como tema central de seus estudos” (PEREIRA, 2006, p.7). Dentre os temas que interessavam a esses acadêmicos encontrava-se a minoridade. Passetti (1991) ratifica isso quando afirma que após a ação do UNICEF de estabelecer o “Ano Internacional da Criança”, “a história da criança no Brasil e de sua repressão começou a ser pesquisada” (PASSETTI, 1991, p.147).

Segundo Rodrigues (2001), as pesquisas da década de 1980 realizavam suas análises num cenário onde a luta de classes era determinante no controle e na repressão promovidos em relação aos filhos do proletariado de forma que o menor surgia como elemento passivo diante do Estado, o qual agia de forma coercitiva e repressora. De acordo com esse autor, somente no final dessa década é que surgiram críticas a essas análises, com forte influência do pensamento marxista.

De acordo com Pereira (2006), parte dessa crítica veio dos grupos de pesquisa criados nas instituições de ensino superior, sobre os quais a autora traça minucioso panorama em sua tese de doutoramento e afirma que importantes obras como “História da Criança no Brasil”<sup>58</sup>, “História Social da Infância no Brasil”<sup>59</sup>, “História Social da Criança Abandonada”<sup>60</sup> resultam de pesquisas realizadas por esses grupos. Ela ainda cita a Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI), da Universidade Santa Úrsula/RJ, criada em 1984 e coordenada por Irene Rizzini, de cujas obras falaremos mais adiante.

A partir de então, inicia-se o interesse em se pesquisar os processos históricos que forjaram a minoridade, a difusão da doutrina da situação irregular, o surgimento do menor

---

<sup>58</sup> Publicado em 1991, o livro é resultado dos estudos feitos por Mary Del Priore a partir do Projeto de Pesquisa Interdisciplinar com o título “A Família e a Criança na História Social da População Brasileira”, ligado ao Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), criado em 1984, na USP. No livro consta a importante contribuição de Fernando Londoño à questão da minoridade em artigo chamado *A Origem do conceito menor* onde analisa os discursos do final do século 19 e início do 20, no Brasil, que descaracterizam o termo menor como uma designação de faixa etária, dando uma nova conotação a ele: denominação utilizada para referendar crianças e adolescentes pobres “delinquentes” ou “em risco de ser”. Em nova edição em 1999 esta obra traz o artigo de Marco Antônio dos Santos, *Criança e criminalidade no início do século XX*, onde o autor analisa o combate, empreendido pelo Estado, às formas de viver das famílias das camadas populares que eram consideradas inadequadas aos tempos modernos. Ele dá especial atenção à questão do aumento no índice de delitos praticados por jovens pobres e na preocupação gerada junto à elite paulistana.

<sup>59</sup> Organizado por Marcos Cezar de Freitas e publicado pela Editora Cortez/USF-IFAN em 1997, com o objetivo de “oferecer aos estudiosos da Infância no Brasil uma cartografia das representações sobre a criança, trazendo ao debate interlocutores de diversas matrizes investigativas” (FREITAS, 1997, p.12) e apresentando um grande quantitativo de análises a partir de diferentes fontes de pesquisas.

<sup>60</sup> Publicado em 1998.

enquanto categoria jurídica, etc. O livro “Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão”, de Sônia Altoé foi publicado em 1990<sup>61</sup> e é um exemplo dessa fase.

Com a realização da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) e a promulgação, no Brasil, da Lei n.º 8.069/1990 (ECA), muitos estudos se inclinaram a refletir sobre a minoridade a partir das políticas de atendimento propostas pelo paradigma da proteção integral que fundamentava o pensamento sócio jurídico do Estatuto.

Nessas investigações, os aspectos históricos com frequência se restringiam aos capítulos de “contextualização” e normalmente antecediam os capítulos que tratavam especificamente do ECA, pois nesse momento considerava-se mais importante analisar as práticas contemporâneas de atendimento aos menores. Uma coletânea de artigos organizada por Ayrton Fausto e Ruben Cervini (“O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80”<sup>62</sup>), assim como a maioria dos textos de Antônio Carlos Gomes da Costa, são exemplos do que foi dito.

Em relação a Antônio Carlos Gomes da Costa, destacamos que por ser um militante da causa dos direitos das crianças e adolescentes, valendo-se de seus textos para chamar a atenção da sociedade para a situação preocupante em que vivia a minoridade brasileira, ele produz obras importantes acerca da minoridade na América Latina, notadamente no Brasil, dentre elas destacamos: “O Dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor – FEBEM” (1985) e “De menor a cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil” (1990).

O livro de Lígia Costa Leite “A Razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)”, de 1998, é um exemplo das abordagens desse período, mas também se apresenta como uma obra de transição, já que esboça uma tendência encontrada a partir do ano 2000, quando alguns pesquisadores pareciam frustrados por constatarem, no início do século 21, que faltavam investimentos em ações preventivas, mas sobejavam iniciativas no sentido de “melhorar os institutos disciplinares onde se possa esconder a infância pobre por mais cem anos” (LEITE, 1998, p.24).

Esses pesquisadores buscavam uma compreensão mais profunda acerca da minoridade e reconheciam que a história era uma grande aliada. Para esse grupo, as práticas institucionais assumem grande importância à medida em que “elas “corroboram para a perpetuação da hostilidade e da violência” (RODRIGUES, 2001, p.23) contra menores.

---

<sup>61</sup> A editora Revinter publicou em 2014 uma nova edição, revista e ampliada.

<sup>62</sup> Publicado pela UNICEF com o apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em 1991.

Nessa perspectiva, acreditava-se que só era possível compreender o atendimento oferecido aos menores por meio de revisões históricas do passado, portanto, anteriores ao ECA, para apreender, inclusive, como se chegou a ele, destacando-se “a necessidade de se entender a problemática do menor a partir de uma análise histórica que desse conta dos elementos que engendraram a categoria menor” (RODRIGUES, 2001, p.26).

Nesse sentido, em 1995, Francisco Pillotti e Irene Rizzini organizam o livro “A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil”<sup>63</sup>, uma proposta latino-americana de promoção de estudos comparados sobre políticas voltadas à infância com um enfoque histórico, tornando-se, segundo reconhece um dos autores no prefácio da edição publicada em 2009,

[...] un referente fundamental para comprender la situación actual de la infancia brasileña, tanto por la riqueza interpretativa de los períodos históricos que preceden al actual, como por su particular enfoque metodológico que combina el análisis histórico con una visión integrada de la interrelación entre el marco jurídico, las políticas sociales, la respuesta institucional desde el Estado, y las acciones emprendidas por la sociedade civil (PILOTTI; RIZZINI; 2009, p.13).

Em 1999, Adriana Vianna publica “O Mal que se adivinha: política e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920”, texto adaptado de sua dissertação, que contribuiu para a história da minoridade ao abordar as práticas cotidianas adotadas pela polícia do Distrito Federal (RJ) em relação aos menores. Segundo essa autora, tais práticas foram pensadas pela elite política e pelos segmentos administrativos com vistas à aplicação de projetos de normalização do corpo social que geraram identidades, grupos, mundos e comunidades sociais.

Já Gutemberg Rodrigues, com o seu livro “Os Filhos do Mundo: a face oculta da minoridade (1964 a 1979)”, de 2001, discute “o problema de crianças e adolescentes cujas histórias de vida estiveram mergulhadas no silêncio, na violência, na arrogância, bem como na discriminação de uma sociedade cujo autoritarismo se encontra presente em todas as esferas” (RODRIGUES, 2001, p.21). Por meio de pesquisa realizada nas unidades da FUNABEM ele analisou a atuação de psicólogos, psiquiatras, pedagogos, assistentes sociais e juristas, ou seja, todos os que se relacionavam direta ou indiretamente com os internos, apontando os desdobramentos de uma política de atendimento iniciada no Código de Menores de 1927 e que

---

<sup>63</sup> Destacamos dois capítulos dessa obra que abordam mais diretamente a questão da minoridade: *Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil*, de Irene Rizzini e *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas*, da autoria de Irma Rizzini.

na década 1940, segundo seu entendimento, ainda não havia produzido mudanças positivas na forma de lidar com os menores “delinquentes”.

Irene Rizzini colaborou com os interessados na questão da menoridade oferecendo três obras, frutos<sup>64</sup> de ampla pesquisa histórica: “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil”, de 1997; “A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)”, de 2000; e a “Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios”, de 2004, e em parceria com Irma Rizzini.

No primeiro texto, que é uma adaptação da tese da autora, Irene Rizzini apresenta um panorama acerca da trajetória das políticas voltadas para o atendimento às crianças e adolescentes brasileiros, dando especial atenção ao advento da República e às questões relacionadas à formação e afirmação da nossa nacionalidade. Ela realiza uma análise da legislação em vigor na transição do século 19 para o século 20, valendo-se também de discursos parlamentares, além de jornais do período e obras literárias que conduzem o leitor a entender que a invenção de um Brasil moderno, articulado a um processo de construção nacional, está diretamente associado à produção de uma imagem específica para os menores, invariavelmente considerados carentes de ordem e disciplina, constituindo-se, portanto, em classe perigosa pelo potencial de se tornarem promotores da desordem e da delinquência.

No segundo livro, de 2000, a autora se propõe a realizar uma análise sócio jurídica da menoridade, demonstrando que as transformações de ideias, e principalmente de práticas, foram muitas e intensas, mas se constituíram lenta e implacavelmente ao longo da história, estando intimamente ligadas às ideias, valores e ações que se movimentam mundialmente.

Já no livro “Institucionalização de crianças no Brasil”, as autoras apontam os principais marcos históricos relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes, analisando as permanências e mudanças ao longo dos séculos e concluem que, embora o atendimento institucional tenha sofrido mudanças significativas com o advento do ECA, ainda restam resquícios da intervenção assistencialista e autoritária outrora praticada. Elas também destacam que, inclusive hodiernamente, a institucionalização de crianças ainda é um fenômeno histórico pouco compreendido (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Seguindo essa linha de obras que partem do passado para a compreensão da realidade hodierna, principalmente com o advento do ECA, Maria Helena Zamora organizou o livro “Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo” (2005), publicado pelas Edições Loyola, em parceria com a PUC Rio de Janeiro. Os autores dos artigos que

---

<sup>64</sup> Irene Rizzini já havia publicado em 1993 o livro *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*, ao qual não tivemos acesso, mas, pelas informações coletadas, também possuía característica de pesquisa histórica.

compõem a obra buscam refletir sobre o grande desafio do que fazer com os jovens que infringem a lei no Brasil e acerca do “atendimento” que lhes tem sido dispensado pelo atual sistema socioeducativo. Nesse sentido, os textos “apresentam valiosa contribuição para a análise e proposição de mudanças, indicando caminhos à reformulação de políticas e ações nessa área” (RIZZINI, 2005, p.9).

Complementando essa informação, Pereira (2006) observa que os estudos sobre a infância apresentaram três fases, sendo que a menoridade só se torna objeto constante na última delas quando a pauperização das famílias força a inserção das crianças e adolescentes ao mercado de trabalho e acesso ao mundo público. Assim, “a população infanto-juvenil “marginal” e marginalizada ganhava destaque nos estudos que apareciam paralelos ao crescente interesse pela legislação direcionada a esse grupo social” (PEREIRA, 2006, p.15).

Nessa perspectiva, em 2010, Sônia Camara lançou o livro “Sob a guarda da república: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920”, onde aponta de forma crítica os efeitos das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro nos anos de 1920 com vistas ao atendimento dos menores, buscando compreender a construção da infância enquanto objeto de saber e poder, valendo-se para isso das reflexões de Foucault quanto às possibilidades de se pensar as relações de poder e o controle disciplinar esboçados por intermédio de políticas direcionadas à infância. A obra, uma adaptação da tese de doutoramento em Educação, teve como objetivo

[...] investigar as representações de infância nos discursos jurídicos, na década de 1920, direcionando particular atenção ao Código de Menores de 1927, como documento síntese das ideias formuladas sobre a infância abandonada e “delinquente”. (...) [e] perceber as condições de vida dessa infância, procurando identificar o processo de exclusão/inclusão a que foi submetida a partir da implementação dos dispositivos jurídicos na cidade” (CAMARA, 2010, p.18).

A qualidade encontrada nas investigações da fase apontada acima foi decisiva para definirmos o recorte temporal de 2000 a 2013 para fazermos nossa revisão bibliográfica. O ano 2000 porque é quando a maioria dos programas de pós-graduação passa a disponibilizar os textos completos de suas teses e dissertações em páginas da internet, pois, infelizmente, mesmo tendo identificados estudos anteriores a esse período, não foi possível acessá-los. O marco final foi o ano de 2013, ano em que iniciamos o nosso doutoramento em Educação.



## 2.2 Pesquisa/Análise Documental

Para Karnal & Tatsch (2013, p.24) “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”. Assim, a parcela dos diários pessoais, cadernetas de notas e livros de Raymundo Nogueira de Faria que não se extraviaram ao longo dos anos são documentos históricos de grande importância para conhecer esse intelectual paraense e também para serem usados como fontes para a compreensão do seu pensamento e, mesmo que parcialmente, de sua época.

Além do mais, acreditamos que os escritos de intelectuais do século passado são fontes importantes na compreensão da sociedade de uma época e como ela lidava com certas questões de seu tempo, por isso, em nossa investigação sobre o pensamento de Nogueira de Faria, lançamos mão da pesquisa documental, que é o tipo de investigação que se caracteriza “pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.69), ou seja, de fontes primárias, consideradas como meios comunicativos (FLICK, 2009) de um determinado contexto histórico.

Em razão da escolha supracitada, entendemos pertinente esta subseção, que trata das características e possibilidades desse tipo de pesquisa com vistas à “obtenção de resultados mais satisfatórios” (GIL, 2010, p.25).

Ludke & André (1986) destacam que uma das principais vantagens da pesquisa documental é que sua principal fonte, os documentos, são não-reativos, mas estáveis e ricos de informações contextualizadas, requerendo “apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os [documentos] mais relevantes” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.39). Por conta disso, entende-se que tal pesquisa é capaz de “produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.14).

A despeito das vantagens, os autores também alertam que para aqueles que usam a pesquisa documental cabem alguns cuidados. Oliveira (2007, p.70) afirma: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”. Chizzotti (2006; 2008) corrobora esse entendimento quando afirma que o pesquisador “é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais” (CHIZZOTTI, 2008, p.80), pois, através de suas análises, penetra “nas ideias, mentalidades, valores e intenções do produtor da comunicação para compreender sua mensagem” (CHIZZOTTI, 2006, p.116).

Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (2011) alertam que no que se refere à pesquisa histórica os documentos devem ser compreendidos como os portadores de um discurso, por isso é necessário ter cautela no exame de seu conteúdo, canal de acesso a um pensamento político. Destacam que questões como os tempos verbais empregados, vocabulário utilizado e a forma como os enunciados foram construídos dizem muito acerca de quem os escreveu e do contexto em que foram escritos. Nesse sentido, na pesquisa documental o limite do historiador é estabelecido justamente pelos documentos com os quais ele lida, já que o documento, segundo Karnal & Taschi (2013, p.24),

Dócil ao arbítrio quase absoluto, o documento é, igualmente, senhor de quem o quer submeter. Na sobreposição de centenas de subjetividades e acasos, ele encerra a chave de acesso ao conhecimento do passado. Reafirmando seu senhorio dialético, criador/criatura, o documento, em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano.

Nesse ponto, cremos ser oportuno esclarecer que, embora compartilhemos do posicionamento dos autores que defendem que documento é termo genérico que pode se referir à textos, imagens, sons, sinais ou mesmo um objeto capaz de comprovar um fato ou acontecimento (CHIZZOTTI, 2008; GIL, 2010; CELLARD, 2008), nossas fontes se restringem aos documentos escritos, por entendermos que eles refletem

[...] ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida (LOMBARDI, 2004, p.155).

Partindo dessa ideia, o texto é insubstituível, pois nele está contida a possibilidade de extrair e resgatar grande quantidade de informações e ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão exige contextualização histórica e sociocultural constituindo-se, portanto, numa fonte extremamente preciosa para qualquer pesquisador das ciências humanas e sociais (CELLARD, 2008) e se constitui no único contato possível com o passado já que a fonte

[...] provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (RAGAZZINI, 2001, p.14).

Nesse sentido, é responsabilidade do investigador “localizá-las, selecioná-las e interrogá-las” (CASTANHA, 2013, p.30), “muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos” (BACELLAR, 2008, p.46). Por isso, acreditamos ser necessário “escutar” os pesquisadores mais experientes

que nos alertam, com relação ao acesso às fontes, que esse é um trabalho que requer de nós, dentre outras coisas, paciência (LOPES; GALVÃO, 2001) e transparência<sup>65</sup> (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.40) com vistas ao sucesso da empreitada científica.

Eles esclarecem que o estudioso deve ser humilde para reconhecer que não há nenhuma possibilidade de compreensão plena do passado e acima de tudo entender que a construção de conceitos, a utilização e a interpretação das fontes são resultados das contradições sociais e construções históricas do historiador, daí que a seleção de determinadas fontes deve ser coerente com os objetivos, hipóteses e métodos anunciados já no projeto de pesquisa. Desse modo, evitar-se-á “correlações enganosas entre as fontes e as interpretações e os problemas contemporâneos, as ideologias e os interesses políticos ou teóricos imediatos” (RAGAZZINI, 2001, p.15,16). Por isso, é importante lembrar sempre que

Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma de organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos. Tal etapa é tão mais importante, que não se poderia prescindir dela, durante a análise que se seguirá (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.9).

Ainda no que diz respeito ao acesso às fontes, Rizzini (2009) acrescenta que embora as buscas nos arquivos devam ser orientadas por perguntas delimitadas, tais questões devem ser “suficientemente abertas e flexíveis, para que o pesquisador não encontre somente o que deseja achar, deixando-se espaço para o imponderável: as instigantes ‘descobertas’ que a pesquisa histórica pode proporcionar” (RIZZINI, 2009, p.12).

Nesse sentido, é mister compreender o valor da correta utilização das fontes à compreensão de uma determinada realidade, pois os textos históricos, direta ou indiretamente, desvelarão ao pesquisador muito “do momento político, interno e externo, em que os documentos foram elaborados” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.54), daí a importância de se fazer a devida contextualização, ou seja, que se leve em conta os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos, morais etc. de cada momento histórico, pois, quanto mais conhecermos o contexto, quanto mais clareza tivermos do que queremos investigar, mais adequadas serão as questões destinadas às fontes e, conseqüentemente, melhores serão nossas interpretações.

Quanto à seleção dos documentos, Flick (2009) aponta quatro critérios para auxiliar o pesquisador nessa escolha: autenticidade, credibilidade, representatividade e significação.

---

<sup>65</sup> Segundo Ludke e André (1986, p.40) a “escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção”. O investigador precisa justificar suas opções e os motivos que levaram as mesmas.

O critério de autenticidade refere-se à origem do documento (primária, secundária ou terciária) ou o seu próprio contexto de criação. Se foi escrito por uma testemunha ou por alguém que ficou sabendo do ocorrido? Podemos aferir também a autenticidade de um documento observando suas inconsistências internas, erros e discrepâncias ao operarmos a comparação com outras fontes que tratam do mesmo tema.

Os critérios de credibilidade e representatividade se referem ao autor do documento, por exemplo. Determinado documento é confiável quando analisamos o que está escrito em face dos envolvimento pessoais e profissionais do escritor, assim como seu posicionamento ético. Já a representatividade diz respeito à capacidade (moral, técnica, profissional) de seu criador de fazer as afirmações ou manifestar as opiniões que constam naquele documento.

No que diz respeito ao critério da significação, relaciona-se ao significado que cada documento assume em relação ao objeto de estudo, em relação ao seu produtor e também em face de seus destinatários específicos em determinada época.

Segundo Flick (2009), utilizando-se desses critérios, a escolha dos documentos auxiliará na construção de um *corpus* apto à análise do pesquisador de forma que ele terá condições de “fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.11).

Corroborando esse entendimento, Aróstegui (2006) afirma que a pesquisa histórica se desenvolve a partir do uso, das conexões, das comparações, das releituras ou das inquietações com os acontecimentos ou explicações existentes, insatisfações que, por sua vez, são provocadas pelo aparecimento de novos pontos de vista, de novas “teorias”, ou de novas formas de trabalhar com as fontes. Por isso, o historiador deve “se preocupar com o modo como articular sua pesquisa, levando em consideração as fontes, a organização das informações, a tipologia e seu uso, assim como a relação com outras pesquisas da mesma área, ou similares” (CASTANHA, 2013, p.29).

Quanto a isso, Ragazzini (2001) propõe que na análise das fontes haja uma articulação de três níveis: aquele em que o documento nasce, ou seja, o contexto de sua criação; aquele que se relaciona às ações de controle, conservação e publicização dos escritos; e, por último, o tipo de relação do leitor com o documento enquanto interpreta as informações apresentadas, como forma de se buscar o pleno conhecimento do contexto de surgimento e disseminação das ideias contidas no documento, pois somente assim será possível “encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto” (CHIZZOTTI, 2008, p.84) e isso só pode ser feito com seriedade investigativa.

Em relação à análise dos documentos selecionados, Ludke & André (1986) propõem dois passos que consideram úteis a essa etapa. O primeiro é a definição do tipo de documento a ser selecionado. O segundo é proceder a análise do conteúdo desses textos fazendo as devidas inferências entre as fontes e seus contextos de produção e também os separando em categorias de análise sem esquecer que os “dados que não puderem ser agregados devem ser classificados em um grupo à parte para serem posteriormente examinados” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.43). Posteriormente, as autoras sugerem que o pesquisador avalie os dados colhidos e organizados, refletindo acerca da pertinência das categorias criadas, podendo inclusive lançar mão de outros critérios que julgar pertinentes.

Booth, Colomb & Williams (2005), demonstrando preocupação com o uso adequado das fontes, sugerem que na análise dos dados coletados durante a pesquisa documental sejam observadas os seguintes aspectos: a preocupação com o contexto, tanto de produção daquele texto quanto o que aparece contido nele próprio; a observação da retórica e segurança temática demonstrada por quem escreveu o documento; identificação de “a quem” pertence os diferentes discursos e pontos de vista encontrados nas fontes, assim como “a quem” eles são dirigidos, dando especial atenção aos posicionamentos, tanto de concordância, quanto de discordância, já que o “modo e o motivo pelos quais as fontes concordam são tão importantes quanto o fato de concordarem” (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2005, p.105).

Reconhecemos que as fontes ou documentos são requisitos fundamentais para a produção e sistematização do conhecimento histórico. Em contrapartida, a relação do estudioso com ele se constitui numa das bases fundamentais da pesquisa histórica, pois as fontes são o ponto de origem, a base ou sustentáculo para a produção do conhecimento histórico e não se pode esquecer que

[...] no mundo da pesquisa espera-se que o pesquisador faça afirmações que considere novas e bastante importantes para interessar os leitores, assim como se espera que ele explique as afirmações, como se os leitores as estivessem questionando, e de maneira bastante razoável, porque acredita nelas. Quando prevê as perguntas dos leitores, o pesquisador sustenta as afirmações com boas razões e justificativas, isto é, com *evidências* (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2005, p.114)

Assim, acreditamos que ao adotarmos os procedimentos metodológicos supracitados evitamos análises anacrônicas e diminuimos os riscos de fazermos julgamentos tendenciosos ou preconceituosos sobre os atos humanos do passado.

Para conhecer o pensamento de Raymundo Nogueira de Faria precisávamos realizar a leitura dos seus livros. Em primeiro lugar fizemos um levantamento de tudo o que ele havia

escrito. Nesse sentido, conseguimos identificar que nosso intelectual chegou a publicar cerca de 20 livros, como se pode ver no quadro abaixo:

<b>QUADRO 2: RELAÇÃO DAS OBRAS PUBLICADAS DE NOGUEIRA DE FARIA</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>ANO DA 1ª PUBLICAÇÃO</b>
Legião Branca	Sonetos (Espírita)	1911
Templum júris	Prosa e verso	1913
Da Sociedade Comercial	Tese para concurso	1917
O poder de Deus	Drama em versos (Espírita)	1920
Trabalho dos Mortos	Reportagem	1921
Renascença d'alma	Prosa (Espírita)	1924
Crime de Sedição	Ensaio jurídico	Sem Informação <sup>66</sup>
Instrução e educação moral e cívica: pelo despertar da juventude	Ensaio educacional	1927
Uma advertência ao meu paiz	Estudo sobre a política nacional	1932
Meus Amiguinhos	Livro didático sobre educação moral e cívica	1935
O Caminho da Nova Era	Doutrina espírita	1938
O socorro que o céu me enviou	Prosa espírita	1944
Revolta e sangue (Cinco de Abril)	S/ Informação	1945 [?]
A caminho da história: subsidio para a história política e administrativa do Pará	Ensaio sobre questões relacionadas à história e política paraense com caráter autobiográfico	1945
Ritmos de nova fé	Poesia (Espírita)	1948

Fonte: BARBOSA, 2015.

<sup>66</sup> Na contra-capa do livro “Instrução e educação moral e cívica: pelo despertar da juventude” há uma relação de livros onde já consta “Crime de Sedição”, portanto, essa obra foi escrita/publicada antes de 1927 e provavelmente se refere a uma situação vivenciada pelo autor como Juiz titular na Comarca de Alenquer-Pa. Nessa contra-capa o opúsculo também é classificado como “Despacho”. Nos diários do juiz é possível identificar que logo ao assumir a titularidade naquela comarca ele julgou uma situação que envolvia interesses de pessoas poderosas que chegaram a solicitar ao Governador Dionísio Bentes que intercedesse junto a Nogueira de Faria no sentido de que a sentença final estivesse de acordo com certos interesses que não ficam tão claros nos relatos de nosso intelectual.

Após levantarmos os escritos de Nogueira de Faria iniciamos uma busca pelos mesmos nos acervos da Biblioteca e no Museu do TJEP, mas sem sucesso. Na biblioteca recebemos a indicação de procurarmos a família do falecido desembargador e o telefone de contato de um neto. O familiar contatado informou que os livros de Nogueira de Faria, assim como seus pertences pessoais, dentre eles diários, cartas e outros objetos, haviam sido doados a uma fundação e nos forneceram o telefone da pessoa responsável pela instituição.

Novamente esse contato foi infrutífero pois o coordenador da fundação disse que todas as doações recebidas pela instituição estavam armazenadas em um galpão, aguardando catalogação, e que por isso não tinha como localizar o material, nem autorizar que nós fizéssemos a busca. Permanecendo inflexível a todas as nossas tentativas, o referido coordenador alegou que o acervo só estaria disponível quando a fundação, ainda em processo de criação, dispusesse de um local para acomodá-lo adequadamente, o que não ocorreu até o momento de nossa defesa de tese.

No ano seguinte fizemos novo contato com o neto do desembargador Nogueira de Faria com o objetivo de informá-lo sobre a data de nosso exame de qualificação de tese, como ele havia solicitado. Nessa ocasião este senhor nos informou que um dos seus irmãos poderia ter documentos que nos interessassem e repassou-nos o contato telefônico dessa pessoa que após fazer questionamentos sobre nossa investigação decidiu permitir o acesso a cinco diários<sup>67</sup> e dois cadernos de nota de Nogueira de Faria que estavam em seu poder, assim como a alguns documentos avulsos e ao livro “Legião Branca” (1911), conservados pela família.

Mas, antes disso, contatamos com alguns contemporâneos de nosso intelectual, como o desembargador aposentado Manoel de Christo Alves Filho, que foi aluno e colega de profissão de Nogueira de Faria. Este senhor, apesar de muito prestativo, declarou que não possuía nenhuma obra de seu antigo mestre, mas nos sugeriu procurar a Loja Maçônica da qual Nogueira de Faria teria sido membro, além de um suposto amigo de ambos. Fizemos contato com a loja, como sugerido, mas também recebemos resposta negativa, pois segundo a pessoa que nos atendeu não haviam registros de que nosso intelectual tivesse feito parte dessa fraternidade; quanto ao amigo citado pelo desembargador aposentado, não conseguimos localizá-lo.

---

<sup>67</sup> Um desses diários pertence na verdade a Alberto Faria, filho mais velho de Nogueira de Faria. Escolhemos esse diário pelo fato dele conter dedicatória e uma compilação de conselhos dados por um pai zeloso ao filho que se ausentava de casa para estudar em outro Estado. Acerca disso, Almeida (2014, p.301) aponta que “Não só os diários de personagens biografados, mas também diários de pessoas que com eles conviveram [são igualmente importantes]. Por meio deles pode-se, inclusive, montar o contexto que cercava o personagem e o mais significativo, as diferentes percepções desse ambiente”.

Também realizamos buscas nas bibliotecas da Universidade da Amazônia (UNAMA) e na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e, devido ao envolvimento de Nogueira de Faria com o espiritismo, visitamos as bibliotecas do Centro Espírita Yvon Costa e da União Espírita do Pará (UEP), mas nada foi encontrado. Outra biblioteca acessada foi a da Academia Paraense de Letras, porém os resultados foram igualmente negativos. Na UFPA visitamos as bibliotecas setoriais e também a Biblioteca Central, assim como o Centro de Memória da Amazônia e o Museu desta universidade. O Arquivo Público do Estado do Pará também foi visitado, mas não encontramos textos de Nogueira de Faria, nem sobre ele.

Foi na Seção de Obras Raras da FCP que encontramos os seguintes livros de autoria de Raymundo Nogueira de Faria: “Instrução e Educação Moral e Cívica: pelo despertar da juventude”; “Uma Advertência ao meu paiz” (1932); “A Caminho da nova era” (1938); “A Caminho da história: subsídio para a história política e administrativa do Pará” (1945). No entanto, como a seção encontrava-se em reforma, não pudemos acessar as obras até janeiro de 2017, quando finalmente a seção reabriu para consulta pública.

<b>QUADRO 3: RELAÇÃO DAS OBRAS NOGUEIRA DE FARIA LOCALIZADAS/ACESSADAS</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>ANO DA 1ª PUBLICAÇÃO</b>
Legião Branca	Sonetos (Espírita)	1911
Trabalho dos Mortos	Reportagem	1921
Instrução e educação moral e cívica: pelo despertar da juventude	Ensaio educacional	1927
Uma advertência ao meu paiz	Estudo sobre a política nacional	1932
Meus Amiguinhos	Livro didático sobre educação moral e cívica	1935
O Caminho da Nova Era	Doutrina espírita	1938
O socorro que o céu me enviou	Prosa espírita	1944
A caminho da história: subsídio para a história política e administrativa do Pará	Ensaio sobre questões relacionadas à história e política paraense com caráter autobiográfico	1945
Ritmos de nova fé	Poesia (Espírita)	1948

Fonte: BARBOSA, 2017.



Como podemos ver no quadro acima, foi possível localizar apenas 7, ou seja, 35% da produção autoral de Nogueira de Faria. Esses livros encontrados compreendem um período que vai de 1911, quando foi publicado o “Legião Branca”, até 1948 com a impressão de “Ritmos da nova fé”.

A partir desses marcos, pudemos constatar que os primeiros escritos desse intelectual tratavam de temáticas relacionadas ao seu envolvimento com o movimento espírita, sendo que a partir de 1927 ele apresentou maior inclinação por abordar as questões relacionadas à sociedade paraense, em especial à condição da infância nos anos de 1930. No entanto, em meados da década de 1940 ele volta a se dedicar aos textos espíritas.

No período de 1927 a 1945 Nogueira de Faria escreve suas “obras educacionais”, onde manifesta seu pensamento educacional por meio das concepções delineadas nos seus escritos. É também durante esses anos que ele passa a demonstrar maior preocupação com a situação política do Estado do Pará.

Assim, o *corpus* de nossa investigação são os livros, diários pessoais, cadernetas de notas e documentos avulsos de Nogueira de Faria, além das reportagens de jornal sobre o autor ou sobre a criação e instalação da Colônia Reformatória de Cotijuba. Optamos por considerar em nossa análise os livros que trataram ou se referiram à situação dos menores delinquentes e/ou a juventude desvalida do Estado do Pará e também à Colônia correcional já citada. Apesar disso, para conhecimento geral vamos tratar aqui, resumidamente, de todos os livros de autoria de Nogueira de Faria que conseguimos localizar, começando por aqueles com temas relacionados ao espiritismo:

O primeiro deles, “Legião Branca” foi publicado em 1911, sob o pseudônimo de Manoel Leonardo, pela Tipografia da Revista “Alma e Coração”<sup>68</sup>. A obra, destinada “Aos corações irmanados pela mesma Fé” é composta de 12 sonetos, cada um deles dedicado a um “Espírito de Luz”, são tais espíritos que compõem a chamada Legião que dá título ao texto foi prefaciada por Elmira Lima<sup>69</sup> que a considera um “preito de amor e agradecimento aos elevados espíritos que ha dois anos tem vindo a desdobrar sobre nós o pallio alvissimo da sua caridade” (LIMA, 1911). Nesse sentido ela declara:

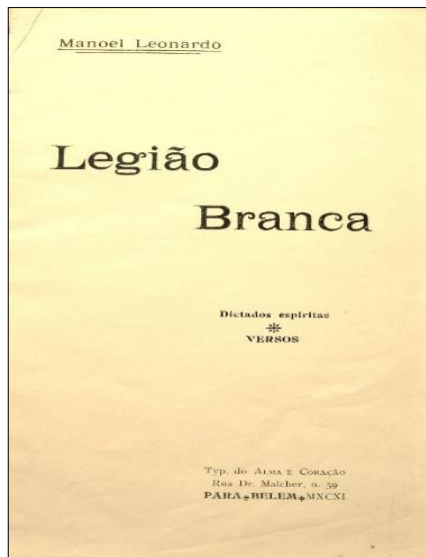
---

<sup>68</sup> Lançado, em janeiro de 1910, por Francisco de Paula Menezes, o idealizador e um dos fundadores da União Espírita Paraense, o jornal *Alma e Coração*, com circulação mensal, viveu várias fases. Seis meses depois de seu lançamento, passou para a responsabilidade de Archimimo Lima, tendo como redatora sua esposa, Elmira Lima. Circulou com sua feição inicial até 1912 e, de 1913 a 1918, com o formato de revista, de 12 páginas. Esteve sua circulação paralisada por nove anos, quando ressurgiu como jornal, em 1927, sendo o órgão de divulgação da “Confederação Espírita Caminheiros do Bem”, fundada em 1926. Em 1941, sua circulação foi novamente interrompida, voltando a reaparecer em dezembro de 1946. Em maio de 1963, após novo período sem circular, o referido periódico estava de volta. Atualmente, está fora de circulação.

<sup>69</sup> No item 5.3.8 consta uma biografia resumida da Sra. Elmira Lima.

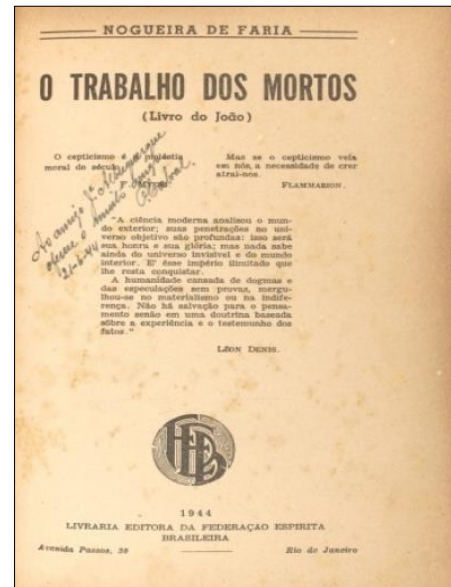
Este formoso, sincero livrinho vale, além de tudo, pelo esforço – bemdicto esforço! – de um obreiro de bôa vontade; que os nossos irmãos a quem elle é dedicado o acolham carinhosamente, dando-lhe no aconchego fraterno de suas almas, um tépido ninho todo affecto, um doce refugio todo amor (LIMA, 1911).

**IMAGEM 02:** Folha de rosto da 1ª edição do livro “Legião Branca” (1911).



Fonte: Acervo familiar

**IMAGEM 03:** Capa do livro “O trabalho dos mortos” (1944).



Fonte: FEB, 2017

Em pesquisa na internet localizamos o livro “O Trabalho dos Mortos” ou “Livro do João”<sup>70</sup>, onde, Raymundo Nogueira de Faria, reuniu vasta documentação e quase cinquenta ilustrações com o duplo objetivo de divulgar os fenômenos mediúnicos que presenciou e oferecer à Ciência de seu tempo elementos de estudo.

Seu conteúdo são os relatos detalhados das experiências realizadas com a médium Anna Prado, esposa de um abastado e conceituado comerciante belenense, no início do século 20, quase todas realizadas na própria casa da sensitiva, localizada em Belém do Pará. Foi publicado pela primeira vez em 1921 pela UEP, antes desse intelectual tornar-se Juiz e, portanto, ainda integralmente dedicado à causa do espiritismo no Estado do Pará.

<sup>70</sup> O livro recebeu esse título alternativo porque uma das primeiras materializações foi do espírito de Felismino de Carvalho, um tio da própria Anna Prado. No entanto, como ele não foi imediatamente identificado e seu aparecimento se deu em 24 de junho, dia de São João, ficou conhecido como “João”, nome que se popularizou rapidamente. Assim mesmo, depois de denominado “O Trabalho dos Mortos”, o livro continuou sendo chamado de “O Livro de João”.

A obra teve outra edição em 1943 pela Federação Espírita Brasileira (FEB), esgotando-se rapidamente o que ensejou nova edição no ano seguinte. Posteriormente, foi traduzida para outros idiomas. É considerada, até hoje, referência obrigatória para os estudiosos kardecistas e pesquisadores do movimento espírita, encontrando-se em sua quinta edição.

As experiências incluíram materializações de partes do corpo humano, o aparecimento de vultos perfeitos (reconhecidos pelos respectivos parentes) escrita direta e até cirurgias foram presenciadas por muitas pessoas, dentre elas altos funcionários do Estado, membros do Superior Tribunal de Justiça, políticos, advogados, juízes, oficiais da Marinha, comerciantes, médicos e artistas como, por exemplo, o grande maestro italiano Ettore Bosio, autor da ópera “O Duque de Vizeu”.

Por ocasião das sessões também se fizeram experimentos datiloscópicos, comparando-se as impressões digitais dos espíritos materializados com as da médium e seus assistentes, tudo isso foi devidamente registrado em atas redigidas principalmente por Raymundo Nogueira de Faria e seus auxiliares, que depois eram assinadas por todos os presentes e se tornaram documentos importantes acerca dos fenômenos apresentados e também do início do movimento espírita, e sua popularização no Estado do Pará.

A edição disponível na internet, organizada pela Federação Espírita Brasileira (FEB) traz um prólogo denominado de “conteúdo resumido” que assim descreve o escopo da obra:

Este é um repositório de provas concretas da sobrevivência da alma, que expõe documentos divulgados na imprensa, ou registrados em atas, referentes aos fenômenos mediúnicos observados pelo Sr. Eurípedes Prado, obtidos graças à mediunidade de sua esposa Sra. Anna Prado. Reunindo preciosa documentação e cerca de 50 ilustrações, o autor imprimiu aos seus relatos a seriedade e o vigor científicos, tecendo-os, entretanto, numa linguagem descritiva e acessível a todos (...).

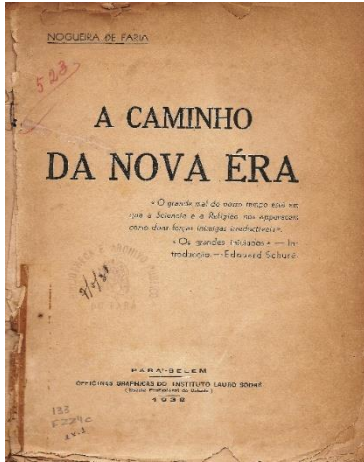
Este trabalho tem como objetivo oferecer elementos de estudos à Ciência, além de levar conforto aos que sofrem e esperança aos que não crêem na imortalidade (FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, 2016, p.2).<sup>71</sup>

Em nossas buscas encontramos mais três obras espíritas de Nogueira de Faria: “A Caminho da Nova Era” (1938), “O Socorro que o céu me enviou” (1944) e “Ritmos da Nova Fé” (1948).

---

<sup>71</sup> Edição disponível para download no site da FEB, <http://www.febnet.org.br/>. Acesso em 03 de jan. 2016.

**IMAGEM 04:** Capa do livro “A Caminho da Nova Era” (1938)



**Fonte:** Seção de Obras Raras (FCP)

**IMAGEM 05:** Capa do livro “O Socorro que o céu me enviou” (1944).



**Fonte:** Acervo familiar

A primeira é uma obra de caráter doutrinário com 129 páginas e curiosamente foi impressa nas gráficas do Instituto Lauro Sodré, o que sugere, ter sido subvencionada pelo poder público, já que as gráficas dessa instituição normalmente atendiam à demanda de impressões do governo do Estado. O texto está dividido em 6 capítulos, sendo que em cada um deles um aspecto da doutrina espírita é apresentado. De caráter apologético, o livro tenta mostrar a essência do pensamento kardecista e sua matiz científica, ao contrário do que os críticos do espiritismo afirmavam.

Em “O Socorro que o céu me enviou” o autor, a partir da experiência de morte de seus filhos Lauro Cássio, Alberto José e Mário Vitor, ocorridas num intervalo de cerca de 20 anos, escreve que seu texto tinha como objetivo principal

[...] levar um átomo de encorajamento aos que padecem da mais grave, da pior das moléstias morais, a falta de fé e também o de conforto algum ao coração ferido pela morte prematura de um ser muito amado. Confiai em Deus, ó almas dilaceradas”. Sobretudo vós Pais inconsolados, Mães aflitas, confiai! Vossos filhos vivem no seio incomensurável de Deus, o espaço infinito (NOGUEIRA DE FARIA, 1944, p.19).

O terceiro livro, possivelmente o último escrito pelo paraense, trata-se de uma compilação feita por Nogueira de Faria de sonetos, a maioria anteriormente publicada no *Jornal Revelação*, órgão de comunicação da UEP, coordenado por ele nos anos de 1930. Segundo o autor o objetivo do opúsculo é o de oferecer ao público em geral testemunhos da sua convicção espiritual e também demonstrar, por meio da escrita, gratidão para com o aprendido por meio da doutrina espírita. Seu desejo era de que o conteúdo do livro fosse destinado à declamação pública a ser feita pelas crianças nas solenidades espíritas.

A obra está dividida em duas partes, a primeira denominada de “proêmio” contém sonetos e outras formas poéticas. Nessa parte os temas principais são a apologia da doutrina espírita, a saudade dos desencarnados, a presença de Deus na vida cotidiana e o elogio aos que contribuíram para o desenvolvimento e disseminação da doutrina espírita ao longo da história da humanidade. Os sentimentos vivenciados pelo autor e alguns episódios de sua vida, como a morte de sua primeira esposa e de sua primogênita, assim como a morte dos outros filhos de seu segundo casamento, são descritos em forma de poesia e revelam um pouco da alma de Nogueira de Faria.

Um outro tema recorrente neste livro, e que merece destaque, é o da orfandade, tanto a próprio autor como a de outras crianças, como se pode ver no poema a seguir:

#### CRIANÇA ABANDONADA

À criança abandonada  
que não tem mãe, nem tem pai  
tudo falta, não tem nada!  
É pluma ao ar atirada  
não se sabe para onde vai!

Não há provação mais dura  
do que penetrar na vida  
pela porta estreita e escura  
da orfandade – desventura  
cruelmente animicida!

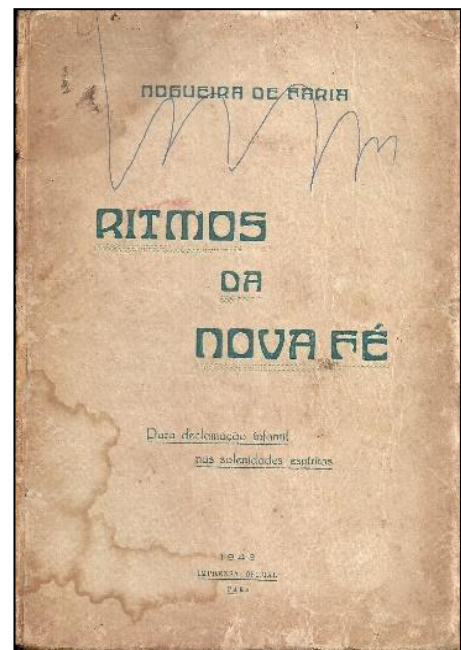
É planta que ninguém trata,  
que por sí não tem ninguém,  
que toda gente maltrata!  
Sorte escura, sorte ingrata  
Daquele que mãe não tem!

As mães são anjos divinos  
que Deus põe ao nosso lado.  
Salvação dos pequeninos  
Com seus atos peregrinos  
nos afastam do Pecado!

Tende pena das crianças  
abandonadas ao léu!  
Dae-lhes pão, luz, esperança,  
um til de vossa abastança!  
Tereis conquistado o céu!

Tereis cumprido o preceito  
de nosso Senhor Jesus!  
Sentireis dentro do peito  
o coração satisfeito  
num banho de eterna luz!

**IMAGEM 06:** Capa do livro  
“Ritmos da nova Fé” (1948)



**Fonte:** Acervo familiar

Que Deus ampare a existência  
de que proteje a orfandade  
e lhe dê a assistência  
de Sua benevolência  
completa felicidade! (NOGUEIRA DE FARIA, 1948, p.59-60)

O poema e a própria vida do intelectual demonstram o quanto ele, ao longo de sua vida, foi mobilizado por essa questão e que tal mobilização aconteceu por sua extrema capacidade empática. Órfão que foi, sentia-se responsável por todos os outros que se encontrassem nessa condição, pois, para ele a “solidariedade é um dos mais formosos, dos mais comoventes deveres do homem. Ninguém deve sentir-se nem está realmente sozinho no mundo. A sociedade vela por elle: directa ou indirectamente o cerca de apoio e de conforto” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.204).<sup>72</sup>

Esse foi o caso, por exemplo, de Aurélio do Carmo, sobrinho que aos 12 anos Nogueira de Faria assumiu como filho, que em conversa informal nos contou que seu tio Dico (como ele era conhecido no seio familiar), reconhecendo seu desejo de estudar e “ser alguém” e da impossibilidade de que isso viesse a acontecer na vida de um menino humilde que vivia numa pequena cidade do interior do Estado do Pará, o convidou para vir morar consigo em Belém, onde teria maiores oportunidades de crescimento. O sr. Aurélio afirmou que foi graças a isso que pode concluir o Ginásio, bacharelar-se em Direito, tornar-se professor universitário e, posteriormente, governador do Estado do Pará, o último eleito democraticamente antes do golpe militar de 1964<sup>73</sup>.

Na segunda parte de “Ritmos da nova fé” encontram-se alguns hinos, como o da União Espírita Paraense, da Escola Espírita Monte’Alverne<sup>74</sup>, fundada pelo autor, e também outras

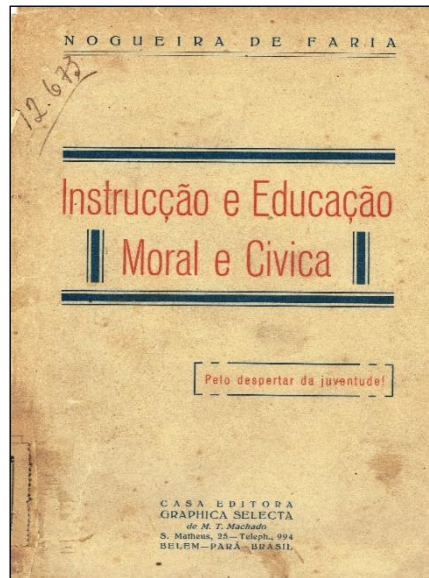
<sup>72</sup> Para Nogueira de Faria a solidariedade defendida não devia ser uma característica exclusivamente encontrada nas pessoas físicas. Numa perspectiva de existência de uma moral humanitária, ele acreditava que inclusive os entes públicos deviam agir movidos por esse sentimento como podemos constatar no seguinte trecho de um de seus livros: “Abençoadas sejam as criaturas, abençoados sejam os governos que praticam essas virtudes magnificas que tanto elevam e dignificam a especie humana!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.204).

<sup>73</sup> Comunicação pessoal em 08 de fevereiro de 2017. Citada de acordo com a resposta dada por ECO (1998, p.127) a um questionamento próprio: “Que fazer quando uma informação ou um juízo importante nos forem fornecidos por uma comunicação pessoal, carta ou manuscrito?”

<sup>74</sup> O nome desse estabelecimento educacional foi uma homenagem ao Frei Francisco de Monte’Alverne, que Nogueira de Faria considerava seu mentor como demonstram as numerosas citações do mesmo e registros de “conversas” entre ele e nosso intelectual em seus diários pessoais. De acordo com Duran (2004, p.2), “Frei Francisco do Monte Alverne nasceu em 1783, no Rio de Janeiro. Estudou teologia no Convento São Francisco de Assis, em São Paulo, onde se tornou pregador passante e professor de filosofia. Alcançou o posto de Pregador Real em 1816, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Lecionou Retórica e outras disciplinas no Colégio São José/ RJ. Recolheu-se da cena pública quando foi tomado pela cegueira, em 1836. Morreu em 1858, na casa de amigos, em Niterói. Foi responsabilizado por Gonçalves de Magalhães como precursor das idéias românticas no Brasil”. Sobre ele afirma Macedo (1878, p.497): “Foi uma das mais altas ilustrações, do paiz, e como tal mereceu ser honrado com as mais evidentes provas de subida consideração. Era membro honorário do Instituto Histórico e Geographico do Brazil e da Imperial Academia das Bellas Artes, correspondente do Instituto Histórico de França e membro grande protector da sociedade *Ensaio Philosophico*. Em sessão magna de inauguração desta mesma sociedade a

composições que provavelmente eram executadas em cerimônias espíritas como os rituais de desencarne.

**IMAGEM 07:** Capa do livro “Instrucção e Educação Moral e Cívica” (1927)



**Fonte:** Seção de Obras Raras (FCP)

Já “Instrucção e Educação Moral e Cívica: pelo despertar da juventude”, publicado em 1927 pela editora e gráfica Selecta possui, 406 páginas e aborda uma quantidade muito variada de assuntos, como por exemplo, o serviço militar obrigatório, o escoteirismo, política (organização, fins, moral partidária etc.), tratamento adequado aos animais domésticos, a importância do jornalismo, as tipologias criminais, o Estado (soberania, formas de governo, constituições etc.), os poderes (executivo, legislativo e judiciário), mostrando a variedade dos conhecimentos de nosso autor, como ele mesmo aponta: “Isso que ahi está nessas paginas nós o colhemos aqui e ali. As abundantes notas o comprovam. Nosso, é o desejo, o ardente proposito de fazer alguma cousa útil á formação cívica e moral da juventude patricia. Isso, sim, é nosso. Nada mais” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.397, nota do autor).

Outra forma de percebermos o acúmulo de conhecimentos e leituras de nosso intelectual são as notas, como ele mesmo apontou, e também as inúmeras referências bibliográficas que o livro traz. Além disso, no corpo dessa obra Nogueira de Faria inseriu os textos desses próprios autores para exemplificar ou fundamentar uma ideia que estava sendo

---

10 de Dezembro de 1848 foi solemnemente proclamado – genuíno representante da Philosophia do espirito humano no Brazil, e recebeu das mãos do bispo D. Manoel do Monte, conde de Irajá, que presidia a sessão, uma coroa de louro que a sociedade Philosophica lhe ofereceu. E mais que tudo isso, justa distincção conferida ao sábio e venerando frade, no dia 4 de Outubro de 1855 foi elle honrado com uma visita pessoal de S. M. o Imperador e sua Augusta Esposa, que se dignarão de demorar-se algum tempo na cella humilde do franciscano, demonstlando assim o apreço e a estima em que o tinham”.



defendida, como por exemplo, “O Alcoolismo”, de Afrânio Peixoto; “O Dever”, de Leon Denis; “Hymno a sobriedade”, de Orison Swett Marden; “Profissões” e “Motivo de subordinação do estado á lei”, ambos de Rudolph Von Ihering; “Escoteirismo”, de Olavo Bilac; “A moral política e a moral commum. A disciplina partidária. O dever dos moços”, de Sampaio Doria; e, “A bandeira”, de Carlos Góes.

Segundo o prefaciador, Amazonas de Figueiredo<sup>75</sup>, trata-se de “um livro de instrução moral e cívica alto, sadio, forte, eminentemente sincero e perfeitamente adequado ao momento historico que atravessamos, enfileirando-se como um dos maiores entre os cruzados da formação da nossa nacionalidade” (FIGUEIREDO, 1927, p.13). Neste prefácio esse educador ainda declara, tentando mostrar o diferencial da proposta de Nogueira de Faria, que esse texto:

Não é um livro, como muitos que ahi correm, “para servir ao uso das escolas”, sem criterio nem objectivo, mas um livro novo no assumpto entre nós, trabalhado para despertar aos moços o amor da Patria, tão grande e tão formosa, e comprehensão dos direitos e deveres do homem como cidadão, e, ao mesmo tempo, fazer o docente pensar e meditar para ensinar (FIGUEIREDO, 1927, p.13).

Para o educador Eidorfe Moreira (1975), contemporâneo de Nogueira de Faria, esse opúsculo pode ser considerado a “obra matriz” do pensamento educacional do jurista obidense, reunindo sua vasta experiência como professor da disciplina “Educação Moral e Cívica” em diferentes estabelecimentos educacionais, públicos e privados, do Estado do Pará. Nela estão contidos os conceitos de educação, de moral e da educação moral que deveria ser ensinada aos jovens brasileiros, principalmente aqueles em “situação irregular”. Nesse sentido, é de fundamental importância conhecermos e analisarmos esta obra como forma de melhor compreender a proposta educativa desse intelectual para a juventude “delinquente”, pois o próprio autor aponta que embora seu livro seja um “mero roteiro”, foi escrito

[...] com a alma palpitante da mais viva fé no futuro do Brasil e profundamente convencido não só da verdadeira causa que lhe entrava a marcha para esse futuro de prosperidade e glórias, assim como da augusta energia que a deve remover e que está, precisamente, na ducação moral e cívica do nosso povo (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.18).

“Uma Advertência ao meu paiz”, impresso em 1932 nas gráficas do “Instituto Dom Macedo Costa” é uma compilação de artigos escrito num intervalo de uma década. É um livro dedicado a diversas personalidades, dentre elas, o interventor federal Joaquim Cardoso de Magalhães Barata. O livro possui 98 páginas onde o autor disserta sobre a política profissional

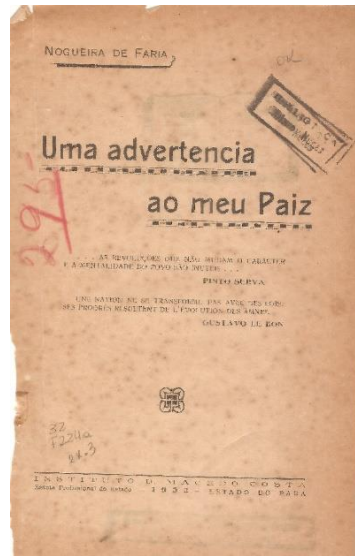
---

<sup>75</sup> No item 5.3.8 dessa tese há uma breve biografia desse autor.



que descreve como sendo “sempre egoísta, sem entranhas, pessima conselheira, colocando seus interesses acima de tudo” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.97).

**IMAGEM 08:** Capa do livro “Uma Advertência ao meu paiz” (1932)



**Fonte:** Seção de Obras Raras (FCP)

Nesse opúsculo, Nogueira de Faria expressa especialmente suas preocupações em relação a situação do país e dos rumos que a recente República havia tomado, num estado que ele descreve como caótico, chegando ao ponto de afirmar que a despeito de ser contrário à ditadura, já a admitia como tendo o potencial de “dar jeito” em nosso país, como vemos a seguir:

Sim: cheios de bôa fé patriótica, somos partidarios da dictadura, prolongada, como phase transitória para aquelle federalismo moderado, isto é, atenuado em sua descentralização pela unidade do ensino e da saúde, unidade processual, regimen eleitoral, tributário, ensino agrícola obrigatorio, etc. (...) Na coragem desse recúo estaria o passo mais decidido para a salvação do paiz. Comtudo, num longo período de dictadura estará a nebulosa que desabotoará na mais bela das nações, a phase transitória, preparatória da salvação definitiva, se a fizermos assim como a desejamos, assim como a sonhamos, cheia da melhor bôa fé e o do mais elevado idealismo: realizando-se, formosa e digna, tabernáculo do mais puro civismo, sem odios, sem truculencias, sem vinganças, apenas remedio extemo aplicado aos nossos grandes males, creador da nova mentalidade nacional, sadia, forte, generosa, pedra angular do Brasil de amanhã, a maior, a mais linda, a mais forte das nações do continente! (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.40)

De acordo com o autor, o principal motivo para essa publicação foi a constatação de semelhanças entre o seu pensamento e o de Juarez Távora<sup>76</sup>, que esteve ao Pará e proferiu discursos sobre os quais Nogueira de Faria (1932, p.6) expõe:

Ouvindo-vos, verifiquei e senti, desvanecido, que muitas, quase todas as vossas idéas eram irmãs das minhas, nasciam do mesmo ponto de vista doutrinário em que nos colocou o amor pelo Brasil ao qual, em [18]89, impuseram uma constituição inteiramente alheia ás nossas complexas condições existenciaes.

Opiniões expostas por mim ha tempos, em discursos e jornaes, eu as encontrei de novo, cahindo de vossa boca, rejuvenescidas pelo vosso idealismo, animadas pela vossa eloquencia, enfeitadas pelo vosso estylo

Quanto à advertência do título livro supracitado, o autor esclarece: “Ou a Revolução prolonga a ditadura – uma ditadura tão serena quanto firme, tão justa quanto honesta, democrática, - e salva a nação ou terá sido imenso e nobre mas sacrificio inteiramente inútil!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.98)

Em 1935 Nogueira de Faria publicou pela primeira vez "Meus Amiguinhos". Aquela que se tornou a mais popular de suas obras, dedicada ao Brasil e aos seus próprios filhos. Este livro é de uma adaptação de sua obra “Instrução e Educação Moral e Cívica: pelo despertar da juventude”, publicado em 1927, e foi elaborado para ser usado como recurso didático no ensino da disciplina Educação Moral e Cívica às crianças matriculadas na rede pública de ensino, como ele explica a seguir:

Êste livro foi extraído [do] compêdio de Instrução Moral, e Cívica, do mesmo autor: é o “Livro dum livro”. Aparece, entretanto, com o título MEUS AMIGUINHOS! ... não somente porque se destina ao uso das escolas primárias como também, porque sofreu modificações na sua finalidade pedagógica, filiado à moderna corrente mentalista de Marden, Pauchet e outros (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.150).

---

<sup>76</sup> Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu no município de Jaguaribe Mirim, atual Jaguaribe (CE), em 1898. Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em julho de 1922, participou do levante armado então deflagrado contra o governo federal, tendo sido preso nessa ocasião sendo posteriormente condenado a três anos de prisão e perda da patente no Exército. Desertor, juntou-se aos organizadores da rebelião deflagrada em 1924. Posteriormente aderiu à Coluna Prestes onde desempenhou papel de destaque até ser preso em 1926. Em 1930 participou do movimento revolucionário que depôs o presidente do Brasil. Após a posse do novo governo ele assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas por curto período. Em 1932 participou do movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo. Nesse mesmo ano assumiu o Ministério da Agricultura. Em 1934 retomou a carreira militar. Durante a Segunda Guerra Mundial tomou parte na organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com o fim da Guerra voltou às atividades políticas filiando-se à União Democrática Nacional (UDN), partido que fazia oposição à ditadura do Estado Novo. Em 1947 causou polêmica ao defender a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro. Em 1954, já como diretor da Escola Superior de Guerra, foi eleito vice-presidente do Clube Militar e envolveu-se no movimento que exigia a renúncia de Vargas. Em 1955 foi lançado candidato à presidência da República pela UDN, sendo derrotado. Em 1962, elegeu-se deputado federal pelo estado da Guanabara pelo (PDC). Atuou na oposição ao governo do presidente João Goulart, e apoiou o golpe militar de 1964, durante o qual foi ministro. Morreu em 1975, no Rio de Janeiro.

“Meus Amiguinhos” teve pelo menos mais duas edições, uma em 1943, e outra 20 anos depois, quando esta obra foi adotada como livro-texto na 3ª, 4ª e 5ª séries do curso primário das Escolas Estaduais do Estado do Pará. Para essas crianças, Nogueira de Faria evoca:

Quanto a vós, meus amiguinhos, bem mais fácil será essa luta, pois que ainda não tereis adquirido hábitos; tereis apenas simples inclinações corrigíveis, quase sem esforço. E assim com essa auto-vigilância, formareis um bom carácter, que é a melhor garantia de um futuro nobre e feliz (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.85)

A publicação e a adoção póstuma desse material nas escolas, segundo declarou em comunicação pessoal o Sr. Aurélio Corrêa do Carmo, foi uma homenagem que ele, enquanto governador à época, e, também como cidadão que reconhecia o valor dos escritos de seu tio, quis fazer ao nosso autor, sob o argumento de que assim oportunizaria outras pessoas a terem acesso aquelas ideias.

No dia do lançamento da nova edição, com 150 páginas, Luís Faria, filho do autor, fez um discurso de agradecimento no qual qualificou o livro “como um penhor de patriotismo e amor cívico” (FARIA, 1964) à infância brasileira, destacando um trecho especial da obra: “Há no livro, todavia, uma página bela, uma página de ouro, que é síntese dos ensinamentos que bebemos com prazer na sua leitura que é a página 115, onde Nogueira de Faria nos descreve o que é o Homem de Bem” (FARIA, 1964).

Para exemplificar isso, Luís Faria, faz um breve resumo da trajetória de seu pai que no seu entendimento é um modelo de caráter:

Vindo das camadas mais humildes, iniciando a sua vida de trabalho aos 15 anos de idade, como simples marinheiro de 2ª classe dos “gaiolas” do Baixo Amazonas, estudando tôdas as noites até alta madrugada com uma fôrça de vontade digna de um Garrone de “O Coração” de Edmundo d’Amicis, aos poucos foi vencendo na vida, chegando, finalmente, a ocupar as mais destacadas posições na administração pública e na carreira que resolvera abraçar (FARIA, 1964).

No prefácio da terceira edição, escrito por Marques (1963, p.8), podemos ler:

Nogueira de Faria foi poeta, professor, orador, jurista, mas acima de tudo foi um grande amigo da juventude. O livro que agora se reedita é, na simplicidade da sua forma e na honestidade de seus intentos, a melhor lembrança que ele deixou, para as crianças das escolas, o seu espólio intelectual do homem que sempre teve a justa ambição de ser útil e por isso jamais entesourou os tesouros da terra, para ser fiel à lição dos Evangelhos.

Na perspectiva do próprio autor, “Meus Amiguinhos” pretendia:

[...] semear no seio virgem da infância tão úteis ensinamentos – e por isto se confia à palavra carinhosa dos professores. Estes encontrarão no alto de cada página uma sentença colhida aqui ou ali, em diversos autores, ou em

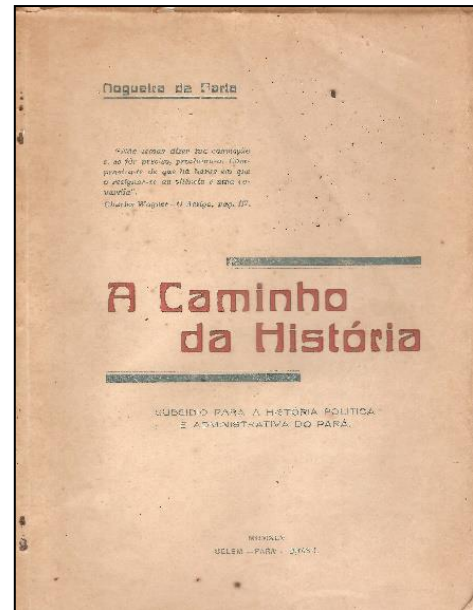
provérbios recolhidos da sabedoria popular e que lhes facilitará interessantes motivos para preleções educativas. Disso tudo há de ficar alguma coisa; - e basta uma semente apenas germine e dê fruto de uma existência proveitosa para que eu me sinta muito bem pago do esforço feito. Criemos para nossa Pátria uma raça forte – moral, intelectual e fisicamente (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.10).

**IMAGEM 09:** Capa de “Meus Amiguinhos” (1944)



Fonte: Acervo familiar

**IMAGEM 10:** Capa da 1ª edição de "A Caminho da História" (1945)



Fonte: Seção de Obras Raras (FCP)

“A Caminho da história: subsídio para a história política e administrativa do Pará” (1945) é um livro com 173 páginas, dedicado aos futuros historiadores do Estado do Pará, que “nasceu de um desejo sincero: o de, revelando o lado bom de um homem ferozmente combatido, fazer alguma coisa pela harmonia da família paraense” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.66).

Nesta obra Raymundo Nogueira de Faria trata da política paraense com destaque especial à emblemática e controvertida figura de Magalhães Barata, com quem o autor, por conta de uma grande amizade, vivenciou situações inusitadas registradas no opúsculo. Traz também um pouco da biografia do próprio autor, dando ao texto um caráter biográfico/autobiográfico, mas segundo o próprio Nogueira de Faria seu principal objetivo ao escrevê-la foi o de apresentar a história de vida de Magalhães Barata mostrando “aos que me lerem uma nesga do lado bom dêsse homem: seu profundo e sincero idealismo; sua constante simpatia pelas classes pobres; seu acolhimento reconfortante à queixa dos simples; sua inclinação amiga pelas crianças” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.5-6).

**IMAGEM 11:** Foto de Magalhães Barata**Fonte:** "A Caminho da História" (1945, pag.85)

Devido à presença intensa de Magalhães Barata neste texto, numa proporção de quase 50% dele, durante alguns anos, em algumas bibliotecas, como a Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará, o livro foi catalogado como sendo de autoria do próprio interventor federal, e Nogueira de Faria seria um pseudônimo utilizado por ele. Esse equívoco não demorou muito tempo para ser desfeito. Entretanto, embora no livro o interventor apareça com características quase messiânicas, Nogueira de Faria faz questão de esclarecer que aquele livro não deveria ser visto como sendo

[...] um ato de amizade nem de gratidão. Muiíssimo menos de lisonja. Êste livro, crede, é, acima de tudo, testemunho de verdades; ato de justiça. (...) Êste livro é também, porque inteiramente exato, modesta contribuição para a história política e administrativa do meu querido torrão natal (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.6).

Na “orelha” desse livro consta a seguinte apresentação sobre outra obra de Nogueira de Faria intitulada “Revolta e sangue (Cinco de Abril)”. Como esse opúsculo não foi encontrado, essas são as únicas informações que temos acerca desse livro.

É um opúsculo apenas. Cem páginas, talvez. Mas é a narração fiel, serena e justa da inesquecível tarde de revolta e sangue de cinco de abril de 1935 em que, de armas em punho, a cidade de Belém se opôs á consumação do maior atentado feito á soberania popular em terras paraenses, quíça em todo o Brasil e desde todos os tempos! Trinta dias depois, o o número lembra o dinheiro de Judas, expolição veio pela fôrça das armas, mas o gesto do povo paraense nessa memorável tarde de revolta e sangue fixou para sempre na história política do país inteiro a mais viva expressão de incontida repulsa aos abomináveis processos de traição, a hedionda miséria moral tão grande que infamou eternamente, - eternamente! a memória sinistra de Judas Iscariotes.

### 2.3 O uso dos diários pessoais como fonte para a produção biográfica

Como já falamos anteriormente, por meio da família de Nogueira de Faria tivemos acesso a 4 diários pessoais, 5 de nosso intelectual e 1 manuscrito de seu filho mais velho onde constam dedicatória e conselhos registrados em cada uma das páginas do caderno. Tais ditames foram escritos pelo pai ao filho mais velho que naquele momento saía de casa para estudar em outro Estado. Também acessamos 4 cadernetas de notas.

Os títulos de cada diário ou caderneta foram atribuídos pelo próprio diarista, mas quando ele não o fez (em apenas dois casos<sup>77</sup>) designamos um título a partir da primeira linha do escrito. Abaixo segue quadro onde constam os títulos dos textos pessoais e os respectivos períodos que eles compreendem. O objetivo é oferecer uma visão geral desse tipo de produção de Nogueira de Faria. Em seguida abordaremos alguns aspectos metodológicos utilizados em pesquisas com textos confessionais, como são os diários, que forneceram aportes a nossa investigação.

<b>QUADRO 4: DIÁRIOS E CADERNETAS CEDIDOS PELA FAMILIA FARIA</b>			
<b>Título</b>	<b>Período</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo</b>
Folhas Avulsas	1913-1915	Nogueira de Faria	Notas
Factos Capitais da minha vida	1925-1928	Nogueira de Faria	Diário
Lances Principais	1928-1932	Nogueira de Faria	Diário
Sou gerador de poderosas correntes de harmonia	1933-1937	Nogueira de Faria	Diário
Fora do lar sob as bênçãos de Deus	1933-1936	Alberto Faria	Diário
Presente da Emy	1951	Nogueira de Faria	Notas
Novos sonhos de um velho	1953-1955	Nogueira de Faria	Diário
Dai-me fé	1954	Nogueira de Faria	Notas
Para adiante!	1954	Nogueira de Faria	Notas

Fonte: BARBOSA, 2017

Para Cunha (2013) os diários pessoais são formas de inscrição autoral que se configuram em documentos testemunhais e/ou confessionais<sup>78</sup> por meio dos quais os historiadores podem rastrear maneiras de viver e de pensar historicamente datadas e

<sup>77</sup> “Folhas Avulsas” (1915) e “Dai-me fé” (1954);

<sup>78</sup> No entendimento de Cunha (2013, pp.252-253) a partir de 1980 “os diários pessoais passam a ser vistos como documentos valiosos para a compreensão de vidas cotidianas, repletas de amor, amizade, ressentimento, mas também marcadas pelos freios morais de determinada época”

“compreender as práticas culturais de uma época, ressaltar elementos para o entendimento de vidas comuns e/ou entrecruzar fatos e tempos e analisar os diferentes sentidos que [a] marcaram” (CUNHA, 2013, p.252).

Eles também podem ser considerados como “uma série de vestígios datados” produzidos para conservar a memória, sobreviver, desabafar, conhecer-se, deliberar, resistir, pensar e escrever (LEJEUNE, 2014). Para Calligaris (1998, p.43) os diários também podem ser escritos por necessidades de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido.

Lejeune (2014, p. 306) destaca que normalmente “o diarista não tem a vaidade de se acreditar tornar escritor, mas encontra em seus escritos a doçura de existir nas palavras e a esperança de deixar um vestígio”. Para Cunha (2013a, p.130) são esses vestígios que expõem “representações da memória familiar e grupal de seu tempo, tornam possível a instauração de teias de sensibilidades pelo conhecimento de detalhes de acontecimentos sociais, culturais e políticos de uma época”.

Por isso, Almeida (2014, p.301) considera essas fontes fundamentais, isto é, por conterem “informações importantes de determinado personagem, assim como confissões pessoais que podem ajudar a compor o imaginário íntimo desse biografado”<sup>79</sup>. Cunha (2013, p.253) corrobora esse entendimento ao afirmar que os diários, “são atravessados pelas tensões e dilemas do mundo em que se inserem”<sup>80</sup>, podendo “ser um dos recursos mais importantes para a expressão, o cultivo e a auscultação do íntimo, onde se pode guardar e velar aquilo que constitui uma das facetas para a construção de teias de sensibilidades pela descrição da própria intimidade” (Cunha, 2013a, p.130).

Acerca da importância dessa fonte, Arfuch (2010) considera o diário pessoal um ato biográfico por ser um tipo de escrita aberto tanto à improvisação quanto aos inúmeros registros de linguagem, por isso, essa fonte está mais próxima da profundidade do eu<sup>81</sup>. Quanto a isso, Moreira (1996, p.182) afirma que ainda que “documento unilateral e ambíguo, os diários pessoais vêm sendo cada vez mais empregados, enquanto fonte, pela história, em especial pelas revelações que podem conter”.

Desse modo, Cunha (2013, p.251) declara que o diário pessoal “pode salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados e, assim, escrever se constitui em uma

---

<sup>79</sup> De acordo com esse autor, essas informações vão das mais simples até os sentimentos, paixões ou atitudes do biografado em um determinado instante de sua vida.

<sup>80</sup> Sendo que o texto escrito é “como um remédio eficaz contra o esquecimento, capaz de transcender a fugacidade da vida” (CUNHA, 2013, p.251).

<sup>81</sup> Para essa autora o diário pessoal também pode ser considerado “o precursor da intimidade midiática, o que aprofundou a brecha para o assalto da câmara, o que contribuiu em maior medida para uma inversão argumentativa: antes, o íntimo podia ser dito, não mostrado; agora se mostra mais do que se diz” (ARFUCH, 2010, p.144).

forma de produção de memória e, por conseguinte, em instrumento de construção do passado”. Por isso, atualmente,

[...] a utilização de diários pessoais como fonte documental no trabalho de (re)construção histórica assume cada vez mais um duplo papel: o de permitir ao pesquisador analisar o momento em que foi escrito, ou pelo menos depreender algumas de suas características, e o de informá-lo sobre a trajetória de vida do diarista. A obra é ela e seu próprio tempo. Ou melhor, o tempo de seu autor, enquanto representante de uma determinada sociedade, classe e época, e principalmente enquanto agente de enquadramento da memória (MOREIRA, 1996, p.183).

A despeito disso, o uso dos diários sempre foi uma questão controversa pois

[...] De um lado, o fato de o diário ser um documento cuja origem não se vincula previamente à divulgação, o transforma em uma fonte histórica dotada de grande força (...). De outro lado, por ser basicamente um diálogo do eu consigo mesmo, o diário sempre foi visto como uma fonte antes de mais nada suspeita, pela possível ambiguidade dos registros nele contidos. Assim, o grande empecilho à utilização dos diários pessoais como fonte para a pesquisa histórica foi sempre a preocupação com a veracidade de suas informações (MOREIRA, 1996, p.182)

Assim, somos chamados a realçar a dimensão da fonte histórica dos diários pessoais de forma a “dotar de significado esses documentos que foram durante muito tempo, desconsiderados por historiadores envolvidos como modalidades de História “racional”, ditas científicas, não-emotivas, inauguradas pela modernidade” (CUNHA, 2013, p.252). Reconhecendo que o que muitos identificam como seu ponto frágil, a dualidade, seja justamente sua fortaleza ao se “aproveitar as informações esparsas por ele fornecidas, ou ainda ler nas entrelinhas os silêncios impostos ao texto por seu autor, para complementar as fontes tradicionais (oficiais ou não), e assim de algum modo responder às suas indagações sobre o passado” (MOREIRA, 1996, p.183). A despeito disso, Almeida (2014, p.301) adverte que nos diários pessoais,

Ao mesmo tempo em que o biografado expõe seus pensamentos mais íntimos, ele pode escamotear ou disfarçar certas passagens por temor que seus sentimentos possam se tornar públicos, daí a prudência do pesquisador em desconfiar do que se encontra apontado nesses diários pessoais. O confronto com outras fontes torna-se não só prudente, como necessário por parte do biógrafo.

Em relação às questões metodológicas, Silva & Pereira (2016, p.300) afirmam que “a base do diário é a datação. Essa marca é fundamental para caracterizar o gênero, tanto que a sua ausência pode implicar a ocorrência de outro gênero da esfera autobiográfica como as memórias”. Cunha (2005, p.1) concorda com assertiva e complementa:



[...] uma das características do diário é o fato dele acompanhar o andamento do calendário e, muito embora nem todos os dias estejam registrados, as datas da escrita são importantes na sua composição já que seu poder de convencimento depende mais de sua organização interna que de sua referência ao mundo exterior

Cunha (2013, p.259) aponta que no trabalho com os diários pessoais o historiador “deve primeiramente mapear os temas tratados e, depois, analisá-los como atos de memória, redutos de expressão de sensibilidades que, mesmo em seus traços descontínuos, foram modos de fazer e compreender a vida do dia a dia”.

No entendimento de Moreira (1996, p.180) para fazer isso satisfatoriamente o pesquisador deve perceber que “em muitos casos seus autores apresentam uma maneira meio livre de realizar seus registros, com o que os textos tornam-se por vezes bastante irregulares”. Por isso,

Cabe, portanto, ao historiador problematizar o registro dessa memória individual, na qual o diário é ancorado, como alicerce para o estudo de experiências coletivas. Na escrita do diário confluem o individual e o familiar e a memória que se cria pode ser analisada como uma memória que comporta o pertencimento a um grupo e, como tal, pode ser tratada como uma forma de memória coletiva (CUNHA, 2013, p.259).

Ainda de acordo com essa autora “o historiador deve submeter os diários a uma operação historiográfica viabilizada por ações como: construir hipóteses que problematizem a fonte; cruzar dados dessa fonte com o de outras fontes provenientes de outros locais de produção; considerar o passado ali descrito uma representação do vivido” (CUNHA, 2013, p.260).

Para Moreira (1996) o historiador não deve sobrecarregar o texto com símbolos gráficos. Ela, por exemplo, optou por não apontar a supressão de palavras repetidas ou ainda a inclusão de preposições, artigos, conjunções ou advérbios inseridos para facilitar a leitura dos registros. Nos demais casos, a autora sugere o seguinte uso, que adotamos em nossa tese:

[...]: indica as lacunas deixadas pelo próprio autor, muito provavelmente com vistas a futuros acréscimos.

[?]: é empregada para assinalar a existência de palavra incompreensível, ou omissão do autor.

[sic] indica passagens reproduzidas literalmente, que se mostram incompletas, imprecisas, de significado dúbio, incorreto ou pouco usual (MOREIRA, 1996, p.179)

A historiadora também sugere a utilização de um “índice biográfico”, onde conste o nome completo dos personagens citados, dados sobre o local de nascimento e morte, formação profissional e principais atividades exercidas por eles, com o objetivo de identificar os personagens citados pelo diarista “fornecendo ao leitor dados sobre sua atuação e estabelecendo

vínculos familiares e pessoais” (MOREIRA, 1996, p.180), na medida do possível, também buscamos fazer isso nesta tese.

Por ocasião da leitura e digitação dos diários pessoais de Nogueira de Faria, atendendo à recomendação de pesquisadores mais experientes, foram usadas marcas para identificar no texto digital aspectos que o manuscrito trazia como rasuras, exclusões, correções e inserções posteriores. No caso das exclusões, optamos pela ferramenta de “texto tachado”, disponível no editor de texto “Word”, já no último caso, por exemplo, foram usadas as “{ }” para indicar palavras e expressões que foram adicionadas ao texto depois dele ter sido concluído, ou numa complementação a partir de uma segunda leitura feita pelo próprio autor.

Essas foram as recomendações e técnicas que adotamos ao manusear os diários de Nogueira de Faria. Nessa direção, buscamos respeitar ao máximo as opções de nosso intelectual, adotando inclusive os títulos que ele mesmo atribuiu aos seus escritos.






---

### SEÇÃO 3: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA

---



*O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”,  
sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço.  
Peter Burke<sup>82</sup>*

A Escola dos *Annales* está entre as mais importantes escolas históricas. Fundada na França em 1929 com a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* ela extrapolou seu território de origem e praticamente dominou a produção historiográfica do Ocidente no século 20 (SILVA, 2006), o que promoveu o surgimento de uma nova história<sup>83</sup>, encorajou inovações (BURKE, 1992), potencializou o surgimento de novos problemas, métodos e objetos, causando uma renovação nos domínios da História.

Para Burke (1992), pensados para ser mais que uma revista, os *Annales* pretendiam exercer uma liderança intelectual nos campos da História Social e Econômica, diferenciando-se de outras revistas da época. De acordo com Cadiou (2007, p.85) a publicação se destacou “por seu tom contestador, sua abertura ao mundo exterior e sua vontade de diálogo com as outras ciências humanas e sociais”. Assim, foi desde o início um utensílio de superação de uma história “pobre, solidificada, com a aparência de pseudo-história” (LE GOFF, 1993, p.31), marcada pela rotina e pelas limitações disciplinares. Por isso, para Burke (1992, p.23) ela se constituiu no “alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história”.

Essa inovação do método histórico recebeu contribuições de historiadores de três gerações<sup>84</sup> diferentes, que à medida em que realizavam seus estudos repensavam e recriavam métodos, praticavam a interdisciplinaridade e a problematização.

A primeira geração (1929-1956) foi pequena, radical e subversiva e promoveu “uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos” (BURKE, 1992, p.8). Foi liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre<sup>85</sup> que agregaram todos os

---

<sup>82</sup> BURKE, 1992a, p.11.

<sup>83</sup> Segundo Burke (1992a, p.10) a Nova História pode ser “descrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional”. Sua base filosófica “é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992a, p.11).

<sup>84</sup> Para autores como Hunt (1992), os *Annales* tiveram quatro e não apenas três gerações sendo os principais representantes desta última Roger Chartier e Jacques Revel.

<sup>85</sup> Segundo Odália (1990, p.4), Bloch e Febvre ao fundarem a revista *Annales* tinham desde o início “o explícito objetivo de fazer dela um instrumento de enriquecimento da história, por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática”.

que defendiam uma história das sensibilidades e das representações sociais cujos limites, com as ciências sociais, estivessem praticamente rompidos. Eles propunham, ao contrário, a constituição de uma história com uma visão global evidenciando as estruturas e não apenas o estudo dos fatos isolados.

Em 1956 inicia-se a segunda geração dos *Annales* capitaneada por Fernand Braudel<sup>86</sup> sob a liderança de quem a revista persistiu ajuizando o conhecimento histórico em uma perspectiva de totalidade e considerando todas as dimensões para entender as sociedades. Braudel a reorganizou internamente<sup>87</sup> e ofertou bolsas de estudo a estudantes estrangeiros que desejassem conhecer o método histórico francês, por isso, esta geração influenciou historiadores na Europa e nos Estados Unidos que experimentaram inovações em relação aos seus métodos, abordagens e objetos de pesquisa e que alterou a construção do conhecimento e favoreceu o início de uma nova geração em 1968.

A terceira e última geração<sup>88</sup>, que vivenciou intensamente as transformações ocorridas na França e no mundo a partir da década de 1960, não teve um nome de consenso<sup>89</sup> e se mostrou mais aberta à participação das mulheres<sup>90</sup> e às ideias vindas do exterior, o que trouxe novas perspectivas ao conhecimento e método históricos, possibilitando o interesse por novos objetos de estudo como a infância, o sonho, o corpo, a morte, o amor, etc. (BURKE, 1992, p.56). As ideologias e o imaginário social também podem ser destacadas como dimensões importantes para a história das mentalidades e para a História Cultural.

Cavalcante Junior, Silva & Costa (2010, p.49) apontam que a Escola dos *Annales* foi “uma etapa decisiva nesse processo de consolidação da história cultural” e para a história intelectual, sendo sua maior contribuição a expansão do “território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais” (BURKE, 1992, p.48), o que revolucionou os domínios da História Cultural (HC)

---

<sup>86</sup> Durante quase trinta anos (1956-1985) Braudel foi não apenas o mais importante historiador francês, mas também o mais poderoso. Em 1949, no mesmo ano em que sua tese foi publicada, tornou-se professor do Collège de France, e passou a acumular ao lado de Febvre, a função de Diretor do Centre Recherches Historiques, na École de Hautes Études (BURKE, 1992, p.39).

<sup>87</sup> Por meio da criação de um órgão dedicado à pesquisa interdisciplinar que promovia eventos que possibilitaram a convivência e troca de ideias de historiadores com estudiosos de outras disciplinas.

<sup>88</sup> Liderada por André Burguière e Jacques Ravel.

<sup>89</sup> Embora não haja um nome de consenso, é inegável que Roger Chartier foi um dos historiadores mais importantes desse terceiro momento sendo considerado um dos maiores expoentes da história cultural francesa. Sua obra, muito vasta, discute a questão das representações e das apropriações, refletindo igualmente as práticas culturais dos diversos grupos sociais, por isso, ao tratarmos da História Cultural, ele é referência recorrente.

<sup>90</sup> Burke (1992) exemplifica essa participação feminina citando a presença Christiane Klapisch, que trabalhou com a história da família na Toscana durante a Idade Média e o Renascimento (1981); Arlette Farge, que estudou o mundo social das ruas de Paris no século 18 (1987); Mona Ozouf, autora de um estudo muito conhecido sobre os festivais durante a Revolução Francesa (1976), e Michele Perrot que escreveu sobre a história do trabalho e a história da mulher (1974).

e da História Intelectual (HI), as âncoras teórico-epistemológicas desta tese. É sobre estas âncoras que pretendemos refletir nesta seção.

### **3.1 Contribuições da História Cultural ao estudo do Pensamento de Raymundo Nogueira de Faria**

A revolução supracitada permitiu à História reconhecer aspectos e personagens que até então estavam invisíveis, mudar a forma como se compreendia os contextos históricos e a ação dos indivíduos, assim como a análise dos documentos e fontes, transformando domínios historiográficos como a História Cultural<sup>91</sup> que passou a contar com a sociologia, a psicologia e, principalmente, a antropologia<sup>92</sup> (CADIOU, 2007) para compreender o homem e os grupos que compõem a história de forma que a “própria linguagem e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam esta noção mais ampla de Cultura” (BARROS, 2005a, p.127).

A abordagem feita pela HC está “centrada mais nas práticas do que nas distribuições, mais nas produções de significações do que nas repartições de objetos” (CHARTIER, 1990, p.77), por isso, tal abordagem abriu espaço para discussões diferentes e até inéditas, baseando-se em fatores como os discursos, as leituras e as práticas efetivadas nos grupos.

Essa “virada cultural” pode ser percebida no pensamento de Chartier (2002, p.59) para quem a Cultura é “um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nas condutas aparentemente menos ‘culturais’”, por isso, para o historiador cultural,

[...] todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, portanto, as representações constitutivas do que se pode chamar de uma ‘cultura’, quer seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado (CHARTIER, 2002, p.59).

---

<sup>91</sup> Antes de prosseguirmos é pertinente esclarecer que optamos por usar o termo História Cultural, para, como fizeram autores como Barros (2005a, p.126), “designar toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada”, por que entendemos que a chamada Nova História Cultural é na verdade uma nova fase da História Cultural, há muito existente. Esse entendimento também é apresentado por Burke (2000) que considera a Nova História Cultural um novo estilo da História Cultural, marcada pelos aportes da antropologia do que necessariamente da história.

<sup>92</sup> Para Barros (2011, p.39) a maior contribuição da Antropologia à História Cultural “tem sido a de proporcionar uma nova abordagem que remonta ao que, na Antropologia, denomina-se ‘descrição densa’. A atenção aos detalhes, e o empenho de, através deles, atingir questões sociais mais amplas, corresponde à redução da escala de observação na corrente da História Cultural que se combina aos procedimentos micro-historiográficos. Por outro lado, também encontraremos, entre as inspirações oriundas do diálogo com a Antropologia, a possibilidade de definir a História Cultural como busca de apreensão da ‘alteridade’”.

Para Croix (1998, p.63) isso é uma “evidência de que qualquer gesto, qualquer conceito, qualquer escolha tem uma dimensão cultural e que, portanto, devemos trabalhar até no campo da economia, e evidentemente muito nos do social, do político, do técnico...”. Pesavento (2008, p.15) entende Cultura “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”, ou seja,

[...] uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p.15).

Para Rioux (1998, p.17) Cultura é “um conjunto de hábitos e de representações mentais próprios de um dado grupo num dado momento, com o seu cortejo móvel de costumes e crenças, de leis e de técnicas, de artes e linguagens, de pensamento e mediações”. Por isso, Chartier (1990, p.23) acredita que a HC deve “regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ‘ser-apreendido’ constitutivo da sua identidade”.

Num exercício de conceituar a HC e delimitar os seus objetos de estudo, recorreremos às reflexões de José D’Assunção Barros (2005; 2005a; 2011), Peter Burke (2000, 2005), Sandra Pesavento (2008), Robert Darnton (1986; 1990), Lynn Hunt (1992), Jean-Pierre Rioux (1998) Alain Crioux (1998), Antoine Prost (1998), Georges Duby (1998) e Roger Chartier (1990).

De acordo com Barros (2005, p.2) pode ser considerada HC “toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada”, por isso, ela “não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida” (BARROS, 2005a, p.2). Por isso, para Burke (2011, p.245), a HC “é uma tradução cultural da linguagem do passado para a do presente, dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores. Seu objetivo é tornar a ‘alteridade’ do passado ao mesmo tempo visível e inteligível”. Acerca disso, o próprio Burke (2000, p.244) adverte: “Isso não significa que os historiadores devem tratar o passado como completamente estranho”.

Numa compreensão mais ampla, Darnton (1990, p.188) define a HC como “o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* colectivas”. Já Rioux (1998, p.20) se apropria da definição sistematizada por Jean-François Sirinelli ao afirmar: “A história cultural é a que fixa o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar (...), e de que analisa a gestação, a expressão e a transmissão [de tais formas]”, por conta disso, para Croix (1998, p.63), a HC “é também a arte de manejar a dialéctica”. Para Duby (1998, p.408) ela “é naturalmente conduzida para o

estudo da estratificação social e das estruturas de grupo. Integra-se, deste modo, na história da sociedade, de que se alimenta e que, por sua vez, alimenta generosamente”.

Para Prost (1998, p.126) a HC tem a intenção se transformar-se numa “história social das representações, ou, se se preferir, uma história das representações colectivas”. Já Chartier (1990, p.27) conceitua a HC “como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido”, conceito a partir do qual Hunt (1992, p.29) declara que o ato do fazer historiográfico

[...] incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames, muito mais do que sobre a elaboração de novas narrativas mestras ou de teorias sociais que substituam o reducionismo materialista do marxismo e da escola dos Annales.

Acerca do que foi dito, segundo Chartier (1990, p.31) para “além das designações e das definições importam, acima de tudo, a ou as maneiras como, em dado momento, os historiadores delimitam esse território imenso e indeciso e tratam as unidades de observação assim constituídas”. São esses entendimentos que influenciam na determinação dos objetos e da metodologia. Em anuência a esse juízo Darnton (1990, p.17) afirma que independente do rótulo que lhe seja atribuído a HC tem como principal objetivo:

[...] entender o sentido da vida, não numa vã tentativa de dar respostas últimas aos grandes enigmas filosóficos, mas oferecendo um acesso a respostas dadas por outros, tanto nas rotinas diárias de suas vidas quanto na organização formal de suas idéias, séculos atrás.

Quanto a método, Burke (2005) afirma que a HC se dedica às diferenças, debates e conflitos das tradições compartilhadas em culturas inteiras, por isso, o caráter etnográfico (DARNTON, 1986) é a principal característica da HC. A essa qualidade, Rioux (1998) destaca outras duas: a vivacidade<sup>93</sup> e a contemporaneidade.

Segundo este autor a HC é viva porque estimula o historiador<sup>94</sup> por estar em contato com a vida, o que permite, conseqüentemente, agir sobre ela (CRIOUX, 1998). Da mesma feita, é considerada contemporânea, pois “esta história é uma verdadeira filha do seu tempo (...), ela registra e interroga todas as mudanças de perspectiva que nos afectam neste fim de século” (RIOUX, 1998, p.15)<sup>95</sup>. Croix (1998) destaca outra característica da HC, que ele considera

<sup>93</sup> Sendo precisamente esse contato com a vida, entendimento de Crioux (1998, p.66), “um modo de trabalho (...) essencial para o historiador da cultura”. Ao tratar da vivacidade e contemporaneidade de domínio histórico, Prost (1998, p.123) explica tais características da seguinte maneira: “a história cultural produz mil novidades e anuncia-se como a história de amanhã, a que convem a um tempo mais desencantado e mais narcísico”.

<sup>94</sup> Segundo Croix (1998, p.51) “Mas que qualquer outro, o historiador da cultura associa o seu trabalho à sua vida, os aspectos por vezes essenciais de sua história e da sua sensibilidade”.

<sup>95</sup> Quanto à contemporaneidade da HC, Burke (2005) e Chartier (1990) relatam que após um período de declínio ela se consolidou principalmente a partir do surgimento de grupos de estudo dos subalternos na Índia e na América Latina, sendo a década de 1970 importante marco para a história da HC. Para Burke, é a partir dessa década que a

“fundamental e decisiva”: a diversidade na liberdade. Já Prost (1998, p.134) destaca o atributo de ser “indissociavelmente social, dado que está ligada ao que diferencia um grupo de outro”.

Ainda tratando do método, Prost (1998) considera que ao fazer HC o historiador precisa conhecer a experiência vivida, pois somente assim poderá decifrar a cultura que estuda, de tal modo que, em seu juízo,

A história cultural deve transitar constantemente da experiência ao discurso sobre a experiência (...) por isso [ele propõe] um programa de investigação muito mais árduo que a simples história, uma vez que é um vaivém constante entre esta e as representações que os contemporâneos dela fazem (PROST, 1998, p.136).

Pesavento (2008, p.119) corrobora com esse entendimento ao afirmar que a HC

[...] pressupõe um método, trabalhoso e metucioso, para fazer revelar os significados perdidos do passado. Pressupõe ainda uma carga de leitura ou bagagem acumulada, para potencializar a interpretação por meio da construção do maior número de relações possível entre os dados. Como resultado, propõe versões possíveis para o acontecido, e certezas provisórias.

Em relação ao objeto da HC, Barros (2003, p.148) identifica como tal os modos de pensar e de sentir tomados coletivamente e também “as ‘visões de mundo’, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os ‘modos de vida’ relacionados aos vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos”. Chartier (1990) identifica como objeto da HC as demarcações históricas produzidas pelas práticas articuladas das estruturas do mundo social, ou seja, “modo como em diferentes tempos e espaços, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17)<sup>96</sup>.

De acordo com Duby (1998, p.406), além das representações (das quais falaremos mais adiante), também são objetos da HC “as opiniões, os valores morais e todos os instrumentos de que dispõe a consciência humana [e que] são arrastados de geração em geração, por um fluxo perturbador do qual deve ser o historiador a discernir a orientação e o vigor”. Por

---

HC é “redescoberta” e ganha importância. Para Chartier, além da redescoberta, é nesse decênio que a ciência histórica se transformou e revisou objetos e metodologias, conciliando os novos domínios historiográficos e os pressupostos da história social. Pesavento (2008, p. 8) compartilha desse entendimento e atribui a virada nos estudos históricos produzida pela HC à “crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da *New Left*, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz no mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História”. Atualmente, a HC obteve reconhecimento acadêmico e, por isso, é “um dos campos de trabalho mais prolíficos” (SILVA, 2006, p.191) e se ela alcançou todo esse espaço, foi somente porque “garantiu o elo entre as representações e as práticas, entre o individual e o coletivo, oferecendo a cada uma das histórias especializadas seu alcance geral” (PESAVENTO, 2008, p.15).

<sup>96</sup> Rioux (1998, p.16) em concordância com esse entendimento afirma: “a realidade social está desconstruída e tenta reconstruir-se a partir das percepções próprias de cada grupo ou agregado”.



isso, ele defende que a HC “deve [se] situar na cronologia das flexões que pontuam a vida de uma cultura” (DUBY, 1998, p.406). Além desses objetos, para Barros (2005a) a HC foca tanto nos mecanismos de produção dos objetos culturais quanto nos seus mecanismos de recepção.

Quanto ao objetivo desse domínio histórico, Pesavento (2008, p.42) acredita que é “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”. A assertiva está de acordo com o defendido por Hunt (1992, p.16) para quem “A decifração do significado, então, mais do que a inferência de leis causais de explicação, é assumida como a tarefa fundamental da história cultural”.

Para Burke (2000, p.244), dentre os objetivos da HC está o de “tornar a "alteridade" do passado ao mesmo tempo visível e inteligível”. Para Chartier (1990, p.19) “a compreensão das formas e dos motivos (...) que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” é um dos objetivos da HC que, para cumpri-lo, precisa percorrer vários caminhos sendo o primeiro deles o das delimitações, classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social, já que é “grande a distância entre o relato pronunciado e a escrita impressa” (CHARTIER, 1990, p.125). Os outros caminhos são os das

[...] práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p.23).

O conceito de representações<sup>97</sup> é central na obra Chartier. Para ele as representações do mundo social são “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17). As representações ainda de acordo com esse autor, são determinadas pelos interesses dos grupos que as traçam<sup>98</sup>, assim como são portadoras de diferentes sentidos de forma que as percepções do social não são discursos neutros.

---

<sup>97</sup> De acordo com Chartier (1990) as representações são as classificações ou exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. Para Cadiou (2007, p.186) as representações são “o conjunto de códigos (símbolos, manifestações, valores, vínculos sociais) que condicionam o comportamento humano e estruturam o imaginário da colectividade e do indivíduo”.

<sup>98</sup> Para Chartier, na busca de compreendermos os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, suas concepções, valores e domínios, as lutas entre as representações são tão importantes como as lutas econômicas.

Ele também destaca que as representações são fundamentais para evidenciar e revelar que os laços de interdependência, que regulam as relações entre os indivíduos, são conformados de diferentes maneiras em distintas situações, pelas estruturas do poder. É por isso que, no entendimento de Prost (1998, p.130), “os debates sobre a designação dos grupos sociais, os seus limites e as suas condições de pertença ou de exclusão são igualmente lutas sociais. A história das representações remete, portanto, o historiador para os conflitos reais de que estas representações são o objecto”.

De acordo com Chartier também é por meio das representações que as pessoas, a partir de sua apropriação, constroem novas percepções, assim, a

[...] problemática do “mundo como representação”, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 1990, p.23-24).

Desse modo, para esse estudioso a primeira tarefa do historiador é “reencontrar essas representações antigas, na sua irredutível especificidade, isto é, sem as envolver em categorias anacrônicas nem as medir pelos padrões da utensilagem mental do século XX, entendida implicitamente como o resultado necessário de um processo contínuo” (CHARTIER, 1990, p.37). A HC nessa concepção contribui para o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, o que requer o reconhecimento das especificidades do espaço próprio das práticas culturais, pois somente assim é possível compreender tais práticas como “complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 1990, p.28).

Para Pesavento (2008) as representações não só constroem o mundo, como interferem na percepção da realidade pelos homens que passam a pautar sua existência a partir delas, de forma que as representações são “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2008, p. 39).

A autora ainda traz outros conceitos que estiveram ligados às mudanças no fazer historiográfico que são: o imaginário<sup>99</sup>, as sensibilidades<sup>100</sup>, narrativa<sup>101</sup> e ficção<sup>102</sup> e que levaram “os historiadores a repensar não só as possibilidades de acesso ao passado, na reconfiguração de uma temporalidade, como colocam em evidência a escrita da história e a leitura dos textos” (PESAVENTO, 2008, p. 59).

Outro conceito importante para a HC, e também usado por Chartier, é o de “práticas”<sup>103</sup>, que forma com a noção de representações um importante par conceitual dessa modalidade historiográfica, pois, segundo ele, a Cultura pode ser estudada no campo produzido pela relação interativa entre esses dois polos. As práticas são entendidas como os diferentes usos e costumes de um determinado grupo ou sociedade, sua forma de expressar-se, suas instituições, suas técnicas e realizações, suas comemorações, seus ritos, suas maneiras de sentar-se, comer, andar, conversar, discutir, solidarizar-se e até hostilizar, suas atitudes diante da morte, da doença, da loucura, dos estrangeiros etc. (CHARTIER, 2002). Na visão de Chartier (1990, p.27-28)

A história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido (...) dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação.

Para exemplificar a interrelação desse par conceitual – representação e práticas –, Barros (2011) mostra, na figura do mendigo, como as práticas em relação ao mesmo foram mudando ao longo da história. Segundo ele, por volta do século 12 o mendicante representava um “instrumento de salvação para o rico” que por meio da caridade destinada ao excluído

<sup>99</sup> [...] “um sistema de ideias e imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 43).

<sup>100</sup> [...] “as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Nessa medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida” (PESAVENTO, 2008, p. 57).

<sup>101</sup> “O discurso histórico, portanto, mesmo operando pela verossimilhança e não pela veracidade, produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar. Nesse aspecto, o discurso histórico chega a atingir um efeito de real” (PESAVENTO, 2008, p. 55).

<sup>102</sup> Segundo Pesavento (2008, p. 67) a HC “permite fazer da História uma ficção controlada (...) pelos indícios arrolados que se substituem ao referente, como sua representação, pois o acontecido não pode comparecer para testar e comprovar”; b) “a História, como ficção controlada, se presta à testagem, à comprovação, mesmo que a experiência passada não seja mais capaz de ser reproduzida”; c) “a História é ficção controlada pelo recurso ao extratexto, que é também registro e marca que revelam a exemplaridade do método seguido, a compor, estabelecer analogias, contrastar, superpor, anunciando nexos”.

<sup>103</sup> Para Barros (2003, p.147) as práticas são atividades “realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as 'práticas discursivas' como as 'práticas não-discursivas' (...) Trata-se no entanto de uma dimensão múltipla, plural, complexa, e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas”.

angariava o favor divino, por isso, na sociedade medieval o pedinte costumava ser acolhido, tanto nas casas quanto nas instituições religiosas.

No século seguinte, com o surgimento das ordens mendicantes iniciadas por São Francisco de Assis, a valorização do mendigo recebe ainda novo impulso já que a imagem dele foi desvinculada da representação de uma condição de pobreza resultante da justiça divina. No entanto, com o advento da idade moderna o esmolo passa a ser encarado com desconfiança e torna-se cada vez mais excluído já que na época aqueles que não fossem produtivos e não estivessem inseridos no mercado de trabalho eram marginais e, portanto, ameaçavam potencialmente a ordem civilizada.

Esse panorama acerca das representações históricas do mendigo, mostra que, à medida que mudam as representações, alteram-se também as práticas que elas geram e, logo, os padrões de vida cotidiana, demonstrando assim a interrelação entre os dois conceitos. Coisa semelhante acontece, por exemplo, com livros como os escritos por Raymundo Nogueira de Faria, pois esses objetos culturais, segundo as orientações de Barros (2011), podem potencializar o surgimento de novas representações que oportunamente encontrarão alguma ressonância junto aos leitores, já

[...] que a leitura de um livro também gera práticas criadoras, podendo produzir concomitantemente práticas sociais (...). Por fim, a partir da leitura e difusão do conteúdo do livro, poderão ser geradas inúmeras representações novas sobre os temas que o atravessam, que em alguns casos poderão passar a fazer parte das representações coletivas (Barros, 2011, p.50-51)

Para explicar isso melhor retornemos às ideias de Chartier (1990), que defende que a apropriação de um texto depende ao mesmo tempo do condicionamento que ele exerce sobre o leitor e do poder inventivo que este manifesta, por isso, cabe ao historiador cultural compreender os diversos momentos de intervenção editorial, desde a redação do manuscrito, até a passagem definitiva à forma impressa, assim como o tamanho do volume e sua tipografia, que também influenciam o estatuto das obras, modificando as instâncias sociais de apropriação. Em relação às pesquisas no campo da HC ele sintetiza que importa “antes de mais identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais” (CHARTIER, 1990, p.56).

Barros (2011) ainda traz outros exemplos de práticas culturais que possibilitam o aparecimento de representações como os saraus medievais ou os sistemas educativos que ao mesmo tempo inculcam “determinadas representações destinadas a moldar certos padrões de caráter e a viabilizar um determinado repertório linguístico e comunicativo que será vital para a vida social, pelo menos tal como a concebem os poderes dominantes” (BARROS, 2011, p.51).

Nesses e em outros casos, resta evidente que as “práticas” e “representações” resultam das motivações e necessidades da sociedade.

Vale dizer aqui, que no entendimento de Cadiou (2007, p.186), se a HC alcançou hodiernamente um espaço completamente novo, isso se deve justamente ao fato de ter garantido “o elo entre as representações e as práticas, entre o individual e o colectivo, oferecendo a cada uma das histórias especializadas seu alcance geral”.

A HC também estuda os produtores de cultura como os intelectuais, artistas, políticos etc., ou seja, as suas mentalidades, de grande utilidade para compreendermos as atitudes de homens e mulheres “perante a morte, a família, a sexualidade, o poder, a religião, o outro, o tempo” (PESAVENTO, 2008, p.15), homens e mulheres que como Raymundo Nogueira de Faria pensaram e empreenderam práticas com vistas à transformação social.

Como escritor de livros, Nogueira de Faria teve, como ocorre com os autores, que se conformar “a certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá a sua obra, a representações concernentes aos temas por ela desenvolvidos” (BARROS, 2005a, p134). Dessa forma ele adquire o poder de se tornar criador “de novas representações, que encontrarão no devido tempo uma ressonância maior ou menor no circuito leitor ou na sociedade mais ampla” (BARROS, 2005a, p134).

Assim, afirma Prost (1998, p.129) o foco da HC “centra-se nas produções simbólicas do grupo e, em primeiro lugar, nos discursos que faz. Ou antes, nos seus discursos enquanto produções simbólicas. O que, com efeito, muda é menos o objecto de estudo (...) que o ângulo sob o qual ele é considerado”. Segundo esse entendimento, “O grupo só existe na medida em que existe voz e representação, quer dizer cultura” (PROST, 1998, p.129).

Essa abordagem também se interessa pelos mecanismos de recepção dessas produções e a relação de tudo isso com a Cultura, se propondo a ser uma nova forma de a história pensá-la. Desse modo, quando a HC estuda as produções culturais “estabelece uma nova abordagem dos textos, que se interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como o dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” (PROST, 1998, p.130).

É justamente essa perspectiva cultural o que nos interessa ao estudarmos o pensamento de Nogueira de Faria, principalmente as ideias que foram registradas em seus livros, no que a HC pode muito contribuir. E, já que estamos tratando da análise de textos, é válido dizer que não compreendemos que a HC seja infalível, pois, nesse sentido, autores como Pesavento (2008) e Burke (2000) nos apontam as suas limitações<sup>104</sup>, mas gostaríamos sim de destacar as

---

<sup>104</sup> Para Pesavento (2008) na tentativa de superar os limites o historiador cultural deve adotar a dúvida como um princípio para o conhecimento do mundo, pois o historiador, na dupla função de produtor e consumidor de um

contribuições que ela, por meio especialmente das ideias de Chartier e seus defensores, fornece ao nosso estudo, sobretudo no que diz respeito à análise do conteúdo das fontes.

A primeira advertência de Chartier, por ocasião da análise dos textos, diz respeito a uma suposta neutralidade deles, que ele garante não existir. Tal pensamento é compartilhado por autores como Prost (1998, p.130) quando defende que as “maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence ao mesmo tempo que, por um processo circular, dele resulta”. Por isso, ao analisarmos as palavras estamos tratando verdadeiramente da emergência e/ou resistência dos grupos a que elas se referem (PROST, 1998). Hunt (1992, p.18) afirma o mesmo em outros termos:

Tampouco devem [os historiadores da cultura] esquecer-se de que os textos com os quais trabalham afetam o leitor de formas variadas e individuais. Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los.

Outro importante aporte refere-se à compreensão de que a leitura<sup>105</sup> dos textos usados como fontes e, portanto, a construção de sentidos a partir deles, deve ser localizada entre os

[...] leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais (CHARTIER, 1990, p.25-26).

Assim, segundo Burke (2000, p.248), na HC “a ênfase transferiu-se do doador para o receptor, com base em que o que é recebido é sempre diferente do que foi originalmente transmitido, porque os receptores, de maneira consciente ou inconsciente, interpretam e adaptam as idéias, costumes, imagens e tudo o que lhes é oferecido”.

Nessa direção, Prost (1998) propõe que a análise dos textos esteja centrada nos termos e nos enunciados, sobretudo, pondo tais escritos no quadro de práticas em que são ou foram utilizados e atentando-se para outros símbolos e cenários que eles possam conter. Assim, “tudo pode ser introduzido no universo das representações de um grupo, sob condição de o saber ler, inclusive os factos mais excepcionais” (PROST, 1998, p.134).

---

texto deve ver seu trabalho sendo permeado da subjetividade, tanto a sua quanto a dos outros sujeitos envolvidos, por isso, ele não deve ceder à tentação de oferecer respostas harmônicas e compreensíveis que soam muito mais como uma explicação acabada do que a análise de um determinado contexto. Já Burke (2000), de forma mais sintética, considera como problema essencial dos historiadores culturais na atualidade o “modo de resistir à fragmentação sem retornar à suposição enganadora da homogeneidade de determinada sociedade ou período. Em outras palavras, revelar uma unidade subjacente (ou pelo menos ligações subjacentes) sem negar a diversidade do passado” (BURKE, 2000, p.254).

<sup>105</sup> Para Chartier (1990, p.123) “a leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros”.

Ainda em face ao reconhecimento da importância dos textos, Chartier (1990) destaca que é justamente na singularidade dos mesmos que podemos conhecer de forma mais clara e mais completa as ideias partilhadas, por isso, critica as análises pautadas nas contagens (de palavras, de títulos, de motivos, das representações coletivas etc.) considerando-as incapazes de restaurar os significados complexos, conflituais e contraditórios que são características dos pensamentos coletivos porque esse método é insuficiente.

Quanto a isso Burke (1992a, p.25) afirma: “é necessário ler os documentos nas entrelinhas” e, nesse sentido, apenas a contabilização do superficial, do rotineiro e do corriqueiro não pode ser considerada uma representação adequada da consciência coletiva de um grupo que para ser compreendida precisa ser lida “através do trabalho, imaginativo e conceptual, de alguns autores que a levam ao seu mais alto grau de coerência e de transparência” (CHARTIER, 1990, p.48).

Tal advertência é muito importante para quem empreende estudos que agregam a HC e a HI para evitar que se permaneça na superfície da compreensão das ideias que caracterizam o pensamento do intelectual que está sendo estudado e se fuja da tentação das contagens como se elas pudessem explicar o objeto ou a realidade a que se propõe estudar, reconhecendo, no entanto, que essa não é uma empreitada fácil já que

Desprender-se tão radicalmente dos automatismos herdados, das evidências não questionadas, não é tarefa fácil, e as certezas antigas só dificilmente dão de si. Mesmo entre os mais bem intencionados, os falsos objectos naturais regressam naturalmente (CHARTIER, 1990, p.79).

Chartier (1990) ainda nos oferece mais recomendações no que se refere à análise dos textos, como, por exemplo, compreender que eles, fora das leituras, não possuem significados por si mesmos, porque são as leituras que os constroem, de forma que o historiador, que é quem os decifra, o faz por meio das categorias de pensamento, ou seja,

[...] a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações. A do autor é uma entre outras, que não encerra em si a “verdade” suposta como única e permanente na obra. Dessa maneira, pode sem dúvida ser devolvido um justo lugar ao autor, cuja intenção (clara e consciente) já não contém toda a compreensão possível da sua criação, mas cuja relação com a obra não é, por tal motivo suprimida (CHARTIER, 1990, p.59).

O autor também reconhece a importância da data em que um texto foi escrito, pois ela “explica, antes de mais, a sua base referencial, perceptível através dos autores discutidos e das obras utilizadas e citadas” (CHARTIER, 1990, p.96). Da mesma forma, a valorização dos contextos em que as obras são escritas é outro ponto que este autor destaca, pois para ele a história é sempre um relato e uma reconstituição, e, nesse sentido,

A relação do texto com o real (...) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação escrita. (...) O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita (CHARTIER, 1990, p.63).

Ele ainda complementa: “o essencial já não está, pois em distinguir entre esses graus de realidade (...), mas em compreender como a articulação dos regimes de prática e das séries de discursos produz o que é lícito designar como a “realidade, objecto da história” (CHARTIER, 1990, p.80) e destacar a existência de estruturas de pensamento comandadas “pelas evoluções socioeconômicas, que organizam as construções intelectuais como as produções artísticas, as práticas coletivas como os pensamentos filosóficos” (CHARTIER, 1990, p.35).

Em relação aos autores, Chartier (1990, p.27) aponta que “as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas” (CHARTIER, 1990, p.27), é preciso um olhar mais crítico<sup>106</sup>. Por isso, para Crioux (1998) não se pode ignorar nenhum aspecto.

No caso específico de nosso intelectual, Raymundo Nogueira de Faria, foi nos anos iniciais de 1930 um militante na causa dos menores abandonados e “delinquentes”. Conhecido nos meios políticos e também na sociedade paraense por seu sonho de fundar uma colônia correcional na Ilha de Cotijuba, região insular de Belém, assumiu um lugar de prestígio que o fez angariar recursos suficientes para comprar a ínsula que ele desejava. Assim, usando as palavras de Crioux (1998), ele foi um desses “intermediários culturais” que materializou uma alternativa para o problema da “delinquência juvenil” em Belém, tema que preocupava bastante os paraenses daquela época.

Acreditamos que História da Educação pode ser compreendida e desenvolvida a partir da perspectiva, princípios e métodos propostos pela HC já que as práticas escolares e/ou educativas, como as adotadas pela Colônia Reformatória de Cotijuba, devem ser vistas como práticas culturais. Também porque as reflexões fundamentadas nos aportes teóricos da HC permitem romper os limites de enfoques puramente pedagógicos, ampliando-se as fontes a serem utilizadas e as possibilidades de tratamento.

Também cremos que por meio da inspiração fomentada pela HC a História da Educação pode buscar novos objetos e empreender análises que levem em consideração as múltiplas

---

<sup>106</sup> O conceito de “ideias desencarnadas” é tomado de Lucien Febvre (1996), quando ao referir-se a um determinado fazer histórico trata os conceitos como se tivessem vida própria e fossem hermeticamente fechados em si mesmo e ilesos aos efeitos do tempo e do espaço.



temporalidades, as permanências e rupturas nas práticas culturais, já que, segundo autores como Veiga (2003, p.15), “a produção do diálogo entre a história cultural e a história da educação se deve em muito pelo fato da história cultural investigar temas e objetos até então muito recentemente, principalmente entre nós, como exclusivos de história da educação”.

Faria Filho (2004, p.154), em concordância com essa ideia, afirma que a HC contribuiu para transportar confortavelmente alguns objetos de investigação do campo da educação ao terreno da cultura. Nesse sentido “a história cultural se tornou ainda mais necessária do que nunca em nossa era de fragmentação, especialização e relativismo” (BURKE, 2000, p.243), sobretudo quando pretendemos compreender as ideias que fundamentaram práticas educativas.

Quanto a isso, autores como Nunes & Carvalho (1993), Fonseca (2003), Pinto (2009) e Cardoso (2011) apontam que os historiadores culturais nos autorizam a entrever um novo horizonte às investigações da História da Educação e sua respectiva historicidade, o que contribui à “construção de uma visão histórica com métodos mais consolidados, desconstruindo discursos que apregoam a ‘naturalização’ dessas práticas, que reafirma-se, devem antes ser vistas em sua dimensão cultural” (CARDOSO, 2011, p.300). Como destaca Pinto (2009, p.9):

[...] é notória a pluralidade de possibilidades e de questionamentos que, oriundos da História Cultural, sobremaneira tem contribuído para o desenvolvimento da historiografia como um todo, assim como na Historiografia da Educação, de forma que influenciada pela HC e seu olhar antropológico, a História da Educação poderá ser compreendida como uma História Cultural da Educação.

### **3.2 Contribuições da História Intelectual ao estudo do pensamento de Raymundo Nogueira de Faria**

Em primeiro lugar, precisamos esclarecer que a História Intelectual (HI) a qual nos referimos nesta tese não é aquela cujo debate necessita voltar ao século 18 e que tratou do pensamento de autores do campo da filosofia epistemológica, dedicada ao estudo dos grandes autores e grandes obras, mais conhecida como História das Ideias, mas sim, a que se vincula a uma história que é social e, portanto, é também cultural, pois trata do pensamento que embasou a criação, pela sociedade moderna, de uma instituição de atendimento exclusiva para determinado grupo social.

Acerca disso, Chartier (1990, p.70) descreve que em sua origem a HI isolava “as ideias ou os sistemas de pensamento das condições que permitiram a sua produção, porque os separa[va] radicalmente das formas de vida social, essa história desencarnada institui um universo de abstrações onde o pensamento surge como não tendo limites, já que sem quaisquer dependências” (CHARTIER, 1990, p.34). Assim HI tem estreita relação com o domínio da

História das Mentalidades<sup>107</sup> por tratar das grandes questões intelectuais em interação com os movimentos culturais e científicos e as repercussões na dimensão histórico-social. Ela relaciona-se ao âmbito da História que amplia seu foco para crenças não articuladas, opiniões generalizadas e suposições que tomam a forma de “espírito de época” ou “mentalidade coletiva” e não apenas as ideias de caráter político-funcionais.

De acordo com Hahn (2007, p.1) a HI procura manter viva a memória cultural e as tradições intelectuais. Ela não se “restringe a dar sustentação a novos campos temáticos, que surgem nas academias e nos mercados editoriais, mas fornece elementos para abordagens de temas já amplamente discutidos, que pareciam, de certa forma, esgotados”.

Para Vieira (2014, p.7) a HI “ressignificou a tradicional história das ideias, com seus procedimentos muito mais filosóficos, do que históricos, reinsertando na cultura historiográfica problemas que, em tempos recentes, foram relegados”. Assim a HI está sempre em busca daquilo que pode revelar sobre as pessoas, as sociedades e as ideias de outros tempos e a maneira como o mundo foi explicado, de forma que ao privilegiar “o contexto histórico e intelectual de produção, ela permite apreender o pensamento, circunscrevendo-o em um conjuntura espaço-temporal precisa” (SILVA, 2002, p.149).

Para Dosse (2004, p.299) a HI pode explicitar “correlações, de simples vínculos possíveis, como hipóteses, entre o conteúdo exprimido, o dizer, de um lado, e a existência de redes, o pertencimento de geração, a adesão a uma escola, o período e suas problemáticas do outro”. Nesta direção, a HI mostra detalhes que, antes marginalizados, se tornam “essenciais para se aproximar de uma realidade de outra época. Esses detalhes podem ser a ‘chave’ para alguns significados políticos que, por muito tempo, permaneceram inacessíveis” (HAHN, 2007, 4).

A HI vem intensificando os debates e oferecendo diferentes “conceitos e suportes teóricos [que] devem ser viabilizados a fim de possibilitar novos avanços na área da história intelectual. Resta, portanto, aos pesquisadores um enorme campo a ser explorado e percorrido” (SILVA, 2002, p.27).

---

<sup>107</sup> A História das Mentalidades é a modalidade historiográfica que privilegia os modos de pensar e de sentir dos indivíduos de uma mesma época. Dessa forma, pensamentos, ideias, ideologias, segmentos morais, atmosferas de compreensão científica, entre outros, estariam dentro da esfera das mentalidades, isto é, das formas duradouras de pensamento que caracterizam longos espaços de tempo. Para Vovelle (1987) trata-se do estudo das mediações e da relação dialética entre as condições objetivas da vida dos homens e a maneira como eles narram e vivem. De acordo com Robert Mandrou (1979) é uma história centrada nas visões de mundo, ou segundo Chartier (2006), numa história do sistema de crenças, de valores e de representações próprios de uma época ou grupo. Segundo Duby (1998) a designação ajustava-se à necessidade de explicar o que de mais fundo persiste e dá sentido à vida material das sociedades, ou seja, as ideias que os indivíduos formam das suas condições de existência que comandam de forma imperativa a organização e o destino dos grupos humanos.

Devido as suas múltiplas alternativas, François Dosse (que classifica a HI como um campo novo) considera essa história “uma verdadeira escola da complexidade, ou seja, trata-se de um domínio e que não se pode considerar as coisas sem se levarem em conta, seriamente, lógicas endógenas e lógicas exógenas, sem jamais deixar de lado uma das dimensões, em benefício da outra” (SILVA, 2001, p.86).

De acordo com Dosse (2004, p.300-301) “a história intelectual [é] como um teste dos esquemas redutores de explicação, todos incapazes de apreender em uma mesma massa explicativa aspectos tão homogêneos e contingentes”.

Para Barros (2005 p.127) História Cultural é o campo mais amplo e a HI é parte desse campo. Roger Chartier parece concordar com isso quando, no primeiro capítulo de “A História Cultural: entre representações e práticas” (1990) trata das aproximações entre ambas. Silva (2002) afirma que a distinção entre as duas modalidades é que, enquanto a História Cultural tem o papel de restituir as práticas culturais compreendendo-as a partir das representações, apropriações e produções, “a história intelectual parece ter por função a restituição das ideias<sup>108</sup>. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais” (SILVA, 2002, p.13)<sup>109</sup>.

Falcon ([1997] 2011, p.94) encontra outra aproximação entre a HI e a História Cultural que seria o fato da mesma “romper os limites estabelecidos, já que visa a inserir o estudo das ideias e atitudes no conjunto das práticas sociais”.

Por razões didáticas, nesta tese, abordamos as duas separadamente, com o objetivo de pontuar melhor as contribuições de cada uma ao estudo do intelectual paraense Raymundo Nogueira de Faria, mas, ao longo do texto, quando se fizer necessário, apresentaremos os aspectos que consideramos semelhantes, desde que os mesmos contribuam para a reflexão empreendida nesta investigação.

Os historiadores, principalmente da primeira geração da Escola dos *Annales*, consideravam a HI como a reafirmação dos valores da historiografia tradicional (abordagem dos grandes fatos, evidenciação dos homens ilustres e de suas honrosas conquistas), com forte vinculação aos ideais do Iluminismo (FALCON [1997] 2011). Para os *annalistas*, a HI ilustrava

---

<sup>108</sup> Para Silva (2003) a HI apresenta dois objetivos centrais: 1) realizar uma análise do discurso intelectual que valorize a obra em si, desincorporado de contextos juntamente com as configurações, os campos, as genealogias e as práticas; 2) “restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra” (SILVA, 2003, p.16).

<sup>109</sup> Silva (2003, p.15) aponta que essa indefinição conceitual resulta de caráter duplo da HI que “de um lado, [é] procedimento de análise, e de outro, [é] disciplina em formação”

[...] o pior de uma história intelectual desencarnada, fechada sobre si mesma, dedicada em vão ao jogo das ideias puras. A crítica indica bem o perpetuo mal-estar dos historiadores perante uma história da filosofia que postula a liberdade absoluta da criação intelectual, totalmente desligada das suas condições de possibilidade, e a existência autónoma das ideias, deslocadas dos contextos onde são elaboradas e onde circulam (CHARTIER, 1990, p.70).

Assim, embora inicialmente os *annalistas* tenham criticado e desqualificado a HI, produzindo a sua desvalorização intencional, alguns estudos desenvolvidos naquela época demonstram “que essa falta de simpatia não significou a rejeição de toda e qualquer ideia em seus textos” (ZANOTTO, 2008, p.34), de forma que depois não só admitiram seu potencial, como colaboraram para que ela extrapolasse o território francês, tornando possível observar na historiografia brasileira atual um verdadeiro incremento das pesquisas nesse domínio, colocando-o em evidência, sobretudo no meio acadêmico<sup>110</sup>, onde o debate cresce em razão da necessidade de se discutir as mudanças pelas quais a historiografia tem passado nos últimos anos (HAHN, 2007).

Compartilhando desse entendimento, Carlos Altamirano (2007) afirma que hoje a HI encontra-se em seu apogeu de forma que não se pode mais ignorá-la. Essa “virada”, assim como a da História Cultural, tem como marco a década de 1970 quando a história dos intelectuais perdeu seu *status* de indigna. Segundo Sirinelli (2003) isto pode ser creditado aos esforços de historiadores do político e da cultura.

Para Zanotto (2008, p 35) o interesse dos historiadores ressurgiu nos anos de 1970 porque nessa época a HI “poderia – e deveria – ser provida de novas discussões e de instrumentos teórico-metodológicos que, mesmo que não viessem a solucionar todas as questões e controvérsias, pelo menos reduziriam os riscos de um estudo ingênuo e pouco crítico”.

Dessa forma, recuperada a credibilidade, esse domínio histórico, ao longo do século 20, “percorreu diversos caminhos e apresentou tendências igualmente variadas, tanto no que se refere à natureza, definição e funções desempenhadas pelos agentes, como também a respeito das formas de abordagem dos intelectuais, suas práticas e produtos” (WASSERMAN, 2015, p.64). E, para dar conta disso, a HI se aproximou “dos domínios do social, do cultural e do político na elaboração de uma produção intelectual” (SILVA, 2002, p.26), explicando seu caráter pluridisciplinar e a utilização de abordagens e metodologias bastante heterogêneas entre si (SILVA, 2002).

---

<sup>110</sup> Quanto à relação entre a HI e o espaço acadêmico, Granados García & Marichal (2004, p.12) apontam que “este enfoque está actualmente en una etapa de consolidación en distintos ámbitos universitários latinoamericanos”.

Todavia, Carvalho (2000, p.126) alerta que apesar “desses avanços, é preciso reconhecer que há ainda pouca problematização na prática da história intelectual no Brasil”. Por isso, segundo Silva (2002), cabe aos historiadores do campo relativizar a prática, a função e as contribuições da HI, reconhecendo o surgimento de uma gama de diferenças terminológicas e conceituais que indicam a inexistência de um objeto comum homogêneo, embora seja possível identificar que a maioria dos estudos aborda os sistemas de pensamento (constituição e articulação), assim como a relação dos objetos supostamente naturais com as práticas datadas e raras.

Nesse sentido, Altamirano (2007, p. 10) nos chama a atenção para o fato de que “não se pode ignorar essa pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e estratégias de investigação que animam hoje as disciplinas relativas ao mundo histórico e social, entre as quais a História Intelectual”, reconhecendo que, por mais ampliada que possa ser a concepção de HI, é preciso admitir que nenhuma delas teria condições de abranger todos os aspectos que merecem ser devidamente considerados (ALTAMIRANO; MYERS, 2008).

Assim, as transformações da atual historiografia têm o potencial de beneficiar a HI no sentido de que ela não se limite a ser apenas uma

[...] História puramente intrínseca das obras e dos processos ideológicos, nem contentar-se com referências sinópticas e impressionistas da sociedade e da vida política (...). Ela privilegia certa classe de fatos – em primeiro lugar, os fatos do discurso – porque eles dão acesso a uma decifração da história que não pode ser obtida por outros meios e porque proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado (ALTAMIRANO, 2007, p.10,11).

Hahn (2007), ao traçar um panorama da HI no Brasil, aponta que o primeiro texto brasileiro sobre a HI e História das Ideias foi escrito por Francisco Falcon ([1997] 2011)<sup>111</sup>, autor que devido ao seu prestígio acadêmico contribuiu significativamente na divulgação desse campo no Brasil, que até aquele momento ainda não aparecia nas teses e dissertações defendidas.

No texto supracitado Falcon apontou que a história das ideias progrediu rapidamente na historiografia brasileira, apesar de ainda estar em construção, sendo que até a nomenclatura é algo instável, pois, enquanto alguns historiadores nomeavam o campo de “história das Ideias”, outros preferiam usar “história intelectual, cujo campo abrangeria o conjunto das formas de pensamento, em lugar da tradicional história das idéias” (FALCON, [1997] 2011, p.93).

---

<sup>111</sup> O texto de Falcon é um dos capítulos da obra “Domínios da História”, organizada por Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas. Esse livro, que já se encontra em sua 23ª tiragem, é considerado pelos críticos historiográficos como um dos mais lidos e de maior impacto na historiografia brasileira desde 1997, ano de sua publicação original.

Segundo Hahn (2007), depois do texto de Falcon foram publicadas outras obras que contribuíram para um maior reconhecimento da importância do campo no país, com destaque para três livros: o primeiro, de Helenice Rodrigues da Silva, intitulado “Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas”, de 2002, e os outros dois escritos por Marcos Antônio Lopes: “Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico” (2002) e “Grandes Nomes da História Intelectual” (2003).

Em seu livro, Silva (2002) reconhece a HI como um domínio recente e como tal carente de métodos, abordagens e identidade definidos<sup>112</sup>. Mas defende a existência de um esforço em demonstrar a gênese, a difusão e as influências que os intelectuais, a partir de suas ideias, exerceram numa certa conjuntura de forma que acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais são influenciados por esses pensamentos. Ela também destaca o caráter pluridisciplinar da HI, que se situa na intersecção da filosofia, sociologia e da história, e, por isso, tem o potencial de explicar a produção intelectual com base nos contextos históricos e “ressituar as questões, as polêmicas, as interrogações nos devidos contextos culturais nacionais, relativizando as certezas e abrindo possibilidades de discussões” (SILVA, 2002, p.112).

Ainda de acordo com essa autora, outra característica importante da HI é que ela investe na capacidade do emissor, na força do seu discurso e na capacidade do sujeito de proceder como um agente ativo que se opõe a dialogar com interlocutores, usando uma força capaz de atingir um alvo em sua existência histórica real.

Quanto ao livro de Lopes, “Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico”, mostra como os pesquisadores se instrumentalizaram e compreenderam a criação intelectual nos distintos contextos de produção historiográfica durante o século 20 e como isso se refletiu na interpretação dos textos políticos. Apresenta as fases de desenvolvimento da história das ideias políticas e abre espaço significativo às discussões da temática no Brasil (HAHN, 2007).

Já o livro “Grandes Nomes da História Intelectual” é considerado pioneiro e significativo para a HI por apresentar estudos nesse campo e demonstrar a riqueza nas formas de abordagem das obras de pensamento, matéria-prima da HI (LOPES, 2003). Ele também destaca que a HI, por conta do seu caráter pluridisciplinar, vem desenvolvendo importante discussão no cenário acadêmico, embora ainda não tenha encontrado o seu merecido lugar na historiografia. Nesse sentido, o livro, ao congrega as experiências de importantes autores,

---

<sup>112</sup> Compreensão semelhante a Darnton (1990, p.188) que afirma: “a história intelectual não é um todo. Ela não tem nenhuma *problématique* norteadora. Seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de terem temas, métodos e estratégias conceituais em comum”.

aponta os caminhos percorridos (no entendimento do autor, a passos lentos) e os lugares a serem alcançados de forma que o campo possa gozar, num futuro próximo, de uma melhor posição acadêmica.

A leitura dessas três importantes obras supracitadas, somada a outros textos sobre o tema, nos auxiliam na melhor compreensão dos principais aspectos relacionados à HI, como o seu conceito, sua origem e a importância do contexto para o campo, assim como a definição do intelectual e das funções que exerce, acerca dos quais trataremos a seguir.

Quanto aos aspectos metodológicos, Wasserman (2015, p.65) reconhece que os enfoques teóricos e as metodologias investigativas no campo da HI são vastos e muitas vezes opostos, remetendo-nos com frequência “às disputas por reconhecimento e consolidação de hierarquias acadêmicas”. Apesar disso, Zanotto (2008) acredita na possibilidade de investigações que fujam da abordagem tradicional e se comprometam

[...] com a análise, com os movimentos coletivos, com psicologias individuais, mas sempre alicerçadas em conceitos inovadores como utensilagem mental, atitudes mentais, formas de pensamento, etc., e englobando outras questões como a linguagem, as crenças, a cultura popular e as concepções filosóficas (ZANOTTO, 2008, p.34).

Silva (2003, p.24) concorda com essa ideia e justifica sua compreensão da seguinte maneira: “a obra vista em referência a contextos culturais e intelectuais, abre espaço para uma multiplicidade de escolhas possíveis: de análise, de procedimento e de objeto”, mas deixa claro que em seu entendimento o debate de ideias é o objeto capital da HI (SILVA, 2002).

Em concordância com isso, Vieira (2008, p.80) afirma que as ideias são de fato o objeto da HI pois essa abordagem “investe na análise dos processos de produção, circulação e recepção das ideias e dos discursos científicos, políticos, pedagógicos ou artísticos, desenclausurando-os da lógica e do método internalista da tradicional história das ideias”.

Segundo esse autor

Reassociar as ideias, os sentidos, as representações e/ou os discursos aos seus contextos de produção e de recepção é condição para construir uma história intelectual intimamente articulada à história das linguagens, das profissões ligadas à esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e dos lugares de difusão do conhecimento (VIEIRA, 2008, p.80).

Para Sirinelli (2003, p.234) a HI é “uma história do passado próximo e além disso de forte teor ideológico, na qual o pesquisador, mal ou bem um intelectual ele próprio, está imerso”. Ela tem como objeto o pensamento e as correntes que os constroem, assim como a articulação, em dada sociedade, entre eles e as percepções individuais ou coletivas, expressas em registros menos elaborados, além dos fenômenos de circulação, impregnação e

enraizamento deste pensamento (SIRINELLI, 2004). Para ele, o historiador, ao fazer a HI, “corre o risco de se queimar no fogo mal extinto dos grandes debates das últimas décadas” (SIRINELLI, 2003, p.234).

Segundo Lacerda & Kirschner (2003, p.27) o objeto da HI são as “práticas, agentes, processos e produtos classificáveis como intelectuais [admitindo que] é a perspectiva de análise que determina a inscrição de certos objetos em uma ou outra área”. Seja qual for o objeto de investigação, cada pesquisador ao estudá-lo revelará suas preferências “por determinados aspectos, como diferentes modos de aproximação dos objetos em tela” (WASSERMAN, 2015, p.67). Assim, cada objeto de estudo poderá assumir contornos diferenciados a partir das opções dos historiadores do campo.

Em nosso entendimento, considerando que os estudiosos desse campo constroem seus objetos e problemas tomando como fontes preferenciais textos, conceitos e teorias, podemos afirmar que os principais objetos da HI são as condições discursivas de produção, circulação e transmissão de ideias através de um estudo crítico de discursos, textos e livros em seus contextos intelectuais e da recuperação de seu significado histórico, promovendo o diálogo entre a história das ideias, da filosofia, das ciências e da cultura, havendo, portanto, pontos de identificação com os objetos da História da Cultura.

Embora a HI não possua um modelo analítico para trabalhar com as ideias, a maioria dos autores destaca a importância do texto e do contexto para esse procedimento metodológico, pois ambos formam um importante par conceitual que contribui para o entendimento de que os discursos são construídos a partir das características individuais de cada autor, de forma que ao analisarmos não podemos abrir mão de explorarmos o mundo histórico do autor (FALCON, [1997] 2011) evitando uma análise desestruturada.

Para Lacerda e Kirschner (2003, p.32) “os textos são performances investidas da ordem e do sentido impressos, em última análise, pelos desígnios conscientes do autor”. Eles podem ser considerados “como campo de forças, ou seja, como entrecruzamento de tendências nem sempre coerentes e níveis diversos de significado” (LACERDA; KIRSCHNER, 2003, p.31), enquanto o “contexto é sempre uma construção, que cada caso demarca o escopo e o nível da análise, de acordo com os objetivos da investigação” (LACERDA; KIRSCHNER, 2003, p.30). Assim a delimitação dos contextos que envolvem as produções culturais “varia em função do intérprete, cuja natureza é necessariamente diversa daquela visada pelos historiadores dessas duas áreas de especialização” (LACERDA; KIRSCHNER, 2003, p.30).



Nesse sentido, Skinner (1996, p.10) considera “igualmente essencial levar em conta o contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos – o contexto das obras anteriores, dos axiomas herdados a propósito da sociedade efêmera da mesma época ao pensamento social e político”. Para dar conta disso é preciso que a análise das ideias não se limite a permanecer nas “portas das obras” e em determinados aspectos da vida do intelectual (DOSSE, 2004). Desse modo, é necessário situar o texto em seu campo devido, isto é, no campo da ação e da atividade intelectual, pois, “todo grande pensador é, em parte, a autobiografia da sua época. Sua influência origina-se do fato dele ter expressado de maneira peculiarmente magistral, uma porção significativa de suas esperanças e temores” (LASKI, 1980, p.13).

Ao realizarmos o estudo do intelectual Raymundo Nogueira de Faria acreditamos ser de grande importância compreendermos os conceitos, objetos e métodos que envolvem essa abordagem, mesmo considerando que a HI “ainda apresenta enormes déficits em termos de uma epistemologia e de uma metodologia” (SILVA, 2002, p.9).

A HI estuda os intelectuais enquanto agentes da história, que criam, escrevem, discutem e propagam ideias. Pode-se dizer também que estuda os autores compreendidos como “o sujeito de carne e osso, que em dada situação histórica, produziu um texto motivado por determinadas razões, quaisquer que tenham sido elas” (MOSCATELI, 2003, p.56). Por isso, para compreendermos o pensamento dos intelectuais, é necessária uma visita ao passado considerando que eles, os intelectuais, têm suas bases de formação e de apoio plantadas em experiências de seus antecessores. Para Dosse (2004, p.294), um dos principais desafios da HI

[...] é pensar a restituição de um pensamento por si próprio, em sua lógica singular, em seu momento de enunciação, em seu contexto histórico preciso de aparição, sem deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade”.

Quanto a isso Gramsci (1982, p.5) afirma que os intelectuais, ao surgirem dentre dos grupos sociais, encontraram “categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” de forma que não se pode pensar que um grande intelectual tenha surgido espontaneamente ou tenha sido produto de uma iluminação divina que lhe dotou de uma compreensão de seu tempo e de sua realidade, ultrapassando a dos seus contemporâneos.

Said (2005, p.34) compartilha dessa concepção, que resume da seguinte forma: “Os intelectuais pertencem ao seu tempo”, e cada um deles “carrega um esboço mental ou entendimento do sistema global” (SAID, 2003, p.37).

Também consideramos imprescindível compreendermos, além do contexto intelectual de produção, o valor da circulação de ideias e a recepção das obras, pois

[...] levar em conta a recepção visa contornar a ilusão de que bastaria partir da intenção do autor e do conteúdo do que ele enuncia, pois, a história intelectual é feita tanto desse conteúdo explícito quanto dos contra-sensos que ele suscita, bem como das reapropriações sucessivas que são feitas posteriormente (DOSSE, 2004, p.300).

Antes de prosseguir, gostaríamos de afirmar que nosso propósito é fazer, nesse estudo, uma interpretação histórica como propõem Lacerda e Kirschner (2003, p.35): “criativa, tão atuante como o próprio texto em sua função *worklike*, de modo a valorizar as ambivalências e contradições potenciais, em oposição ao domínio das convenções”.

O primeiro passo para isso é identificarmos Nogueira de Faria como um intelectual cujo pensamento merece ser estudado. Essa caracterização será feita na seção 5, com base na reflexão sobre os intelectuais, suas tipologias e atuação.





---

## SEÇÃO 4: A DELINQUÊNCIA JUVENIL NUMA PERSPECTIVA AMPLIADA

---



*Em uma sociedade injusta, os criminosos não são obrigatoriamente seres humanos inferiores.*  
*Max Horkheimer<sup>113</sup>*

Consideramos oportuno expor um panorama histórico das discussões acerca da delinquência juvenil e dos modelos de atendimento que se pensava para os “delinquentes” juvenis, antes de tratarmos da vida e obra de Raymundo Nogueira de Faria. Iniciamos com a criação dos Tribunais de Menores nos EUA e seguimos até o surgimento do primeiro código menorista no Brasil, o chamado Código Mello Mattos.

Ao fazermos isso intentamos expor a história da delinquência juvenil a partir das políticas e instrumentos utilizados pelo Estado e pela sociedade com vistas a combater ao que se considerava como um *mal* que assolava as cidades e funcionava como óbice à civilização satisfatória das populações, prejudicando a inserção dos países numa modernidade prometida pela Revolução Industrial. Do mesmo modo, proporcionar ao leitor entender o contexto histórico que envolveu nosso intelectual, apresentando as mudanças que vinham ocorrendo no mundo em relação ao trato com os jovens “delinquentes” e que ele acompanhava, por ser um militante em prol da infância e juventude desvalida, mas também pela função pública de Juiz de Menores.

Assim como René Remond (1996, p. 22) acreditamos que “a história de fato não vive fora do tempo em que é escrita”, por isso, entendemos que as discussões desse período contribuíram significativamente para a formação do pensamento desse desembargador acerca da causa da juventude em “situação irregular” conduzindo-o a assumir um lugar de protagonista em relação ao atendimento da juventude “delinquente” nos anos de 1930.

Um exemplo disso é a Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC), apontada como a principal ou maior realização de Nogueira de Faria, acerca da qual também tratamos nessa seção como forma de mostrar que aqui no Estado do Pará seguiu-se a mesma trajetória de outros países da América Latina, que foi: a criação das varas especializadas, a nomeação de juízes titulares para ocupá-las, a criação de uma legislação específica e por fim a implantação de instituições próprias para receber os menores “delinquentes”.

Como veremos mais adiante, a construção da CRC resultou do empenho pessoal desse juiz que após convencer o Interventor Federal da importância do empreendimento, propôs e

---

<sup>113</sup> HORKHEIMER, 1980, p.154;

implantou praticamente sozinho essa instituição correcional, tendo como principais parceiros os membros da sua rede de sociabilidade e da sociedade belenense da época, ou seja, sua geração (SIRINELLI, 2003).

A sociedade belenense contribuiu para o empreendimento por meio da doação de recursos e da aquisição dos ingressos dos eventos artísticos e culturais usados para a arrecadação de fundos. Outro grupo que cooperou com Nogueira de Faria foi o de estudantes do Ginásio Paraense<sup>114</sup>, que saíam às ruas, batendo de porta em porta, apresentando a proposta do desembargador e recolhendo donativos da população.

#### **4.1. História do enfrentamento à delinquência juvenil na América Latina**

A expressão delinquência juvenil foi usada pela primeira vez na Inglaterra em 1815 e desde então tem recebido diversas conceituações que variam de acordo com o tempo e lugar e, principalmente, com o desenvolvimento da legislação destinada aos menores. Não que o ato de delinquir tenha se originado no século 19, pois segundo Blanco Escandón (2006) a preocupação com a má conduta dos “menores” remonta aos primórdios da história, mas porque é nesse período que a delinquência juvenil se torna objeto de estudo/discussão no continente europeu.

Essa apreensão também não ficou restrita à Europa, mas virou motivo de inquietação em praticamente todos os continentes a ponto dos países, mais cedo ou mais tarde, serem forçados a pensar num paradigma jurídico-normativo que embasasse a sua ação frente aos “delinquentes” juvenis, como veremos adiante.

Vale esclarecer que nossa investigação não tem o objetivo de entender a origem da delinquência juvenil, mas a forma como a sociedade pensava e se relacionava com ela no período de vida de Raymundo Nogueira de Faria. É justamente nesse tempo que o ato delituoso assumiu nova configuração com a contribuição do Direito, que caracterizou e circunscreveu a delinquência juvenil em legislações específicas. Articulada ao discurso civilizatório e à necessidade da regulação da vida dos sujeitos através do controle social, a penalidade aos delitos cometidos por jovens torna-se uma estratégia de controle social da pobreza (BRASIL, 2006).

Acerca disso, Andrés Bustos (2013, p.03) declara que “la institución de control social repressivo se reproduce em uma institución cerrada y apartada de la sociedade que ‘libera’ a ésta de la amenaza del peligroso”, por isso, os estabelecimentos correccionais normalmente foram instalados em áreas afastadas da cidade, como as zonas rurais, ou mesmo isoladas como

---

<sup>114</sup> Atualmente o Colégio Estadual Paes de Carvalho que oferta turmas de ensino médio nos turnos da manhã, tarde e noite.

as ilhas. Este fenômeno ocorreu em toda a América Latina já que nessa região as leis se assemelham ao ponto de poderem ser até confundidas (GARCIA MENDEZ, 1998).

#### **4.1.1. Os Tribunais de Menores: a gênese do tratamento diferenciado**

A história oficial do atendimento diferenciado à minoridade no continente americano começa nos Estados Unidos onde em 1899 foi criado o primeiro Tribunal de Menores (Chicago, Illinois), órgão que tinha a incumbência de julgar as condutas delituosas e as pequenas ofensas<sup>115</sup> praticadas por crianças e adolescentes, demonstrando que a delinquência juvenil, àquela época, já se configurava como problema social.

A criação das *Juveniles Courts* foi uma metodologia que se espalhou tão rapidamente<sup>116</sup> que em aproximadamente 20 anos todos os países latino-americanos já haviam adotado esse modelo de atendimento, tornando-se, de acordo com Garcia Mendez & Carranza (1992), uma instância específica de controle e socialização.

Avaliando a atuação desses tribunais, Pilotti e Rizzini (2009, p.23) concluem: “Se por um lado, os menores foram beneficiados com a instauração de processos afinados a uma legislação especial, por outro, a delinquência juvenil resistiu como um desafio de difícil solução até o presente”.

Assim, a despeito do cunho repressivo e da ausência das garantias mínimas do direito, a criação desse órgão foi de suma importância no que se refere às questões relacionadas à minoridade no sentido de que os tribunais serviram “de base para que todos los estados de la Unión Americana y prácticamente todas las sociedades modernas establecieron a partir de entonces, procedimientos legales especiales para conocer de los asuntos sobre menores que presentan conductas delictivas” (BLANCO ESCANDÓN, 2006, p.98).

As cortes juvenis, consideradas um avanço àquela época por se configurarem em tratamento diferenciado para os menores acusados de cometer delitos, promoviam benefícios à juventude por conta de seu potencial reabilitador e, principalmente, por sua capacidade de submeter os “delinquentes” à tutela do Estado. Assim, as cortes correspondiam à crítica social e ainda assumiam a tutela desse grupo de forma que na sua ação era possível abrir mão de algumas garantias processuais, pois a intervenção estatal não era uma punição, mas, ao contrário, uma forma de proteção que visava o melhor interesse dos envolvidos em uma “situação irregular” (CORTÉS MORALES, 2007).

---

<sup>115</sup> De menor gravidade como por exemplo fuga do lar.

<sup>116</sup> Na Inglaterra o Tribunal de Menores foi criado 1905, em 1908 foi a vez da Alemanha, em 1911 foram implantados os tribunais de Portugal e Hungria, no ano seguinte foi a vez da França criar sua corte juvenil.

Esse modelo tutelar deixava os “delinquentes” numa condição dramática já que pressupunha “a incapacidade, de um lado, e a proteção de outro. Isso quer dizer, na prática, que o preço a ser pago pela ação protetiva do tutor [Estado] é a incapacitação do tutelado” (BRASIL, 2006, p.15)<sup>117</sup>.

De tal modo, a justiça juvenil é criada como o braço do Estado que, como todo bom pai, assume os cuidados e o disciplinamento de menores em condições tão desfavoráveis que seriam fatalmente “conduzidos” às práticas delituosas. Transformados em “pupilos estatais” os menores, estas crianças e jovens, estavam sujeitos a práticas altamente discricionárias, com ausência das garantias processuais mínimas. Essa relação demonstra a materialização de um “modelo que en el contexto latino-americano se conoce como doctrina de la situación irregular” (CORTÉS MORALES, 2007, p.148).

De acordo com Garcia Mendez (1996) a responsabilização penal de jovens no continente latino-americano passou por dois períodos distintos<sup>118</sup>. O primeiro é caracterizado por um atendimento indiferenciado, que perdurou até os anos iniciais do século 19. O segundo, ocorrido na transição do oitocentos ao século 20, é marcado por críticas ao tratamento indiferenciado dispensado aos menores, assim como por demanda social por legislações e instituições específicas para menores marginalizados. Esse também é o período em que o capitalismo promoveu profundas transformações socioeconômicas causando o empobrecimento maciço das camadas populares e, conseqüentemente, das crianças que se tornaram “objetos de intervenção jurídico-social do Estado” (BRASIL, 2006, p.15).

Segundo Garcia Mendez (1998) é nesse tempo que se instala a cultura da compaixão-repressão, fundamentada numa semântica da inclusão, mas gerando um modelo de atendimento marcado por uma gramática da exclusão, a partir do surgimento dos juizados privativos, varas especializadas, leis e códigos menoristas e, principalmente, das instituições de internamento.

A criação desses dispositivos na verdade refletia a vitória de determinadas concepções acerca do tratamento ideal a ser dispensado aos “delinquentes” que, se em alguns momentos apresentavam pontos divergentes, concordavam com a segregação em nome do bem maior da civilização. Esta ideia é fortemente influenciada pelo pensamento “criminológico” e pelo modelo de assistência social do “estado de bem-estar social” que forjava práticas para a estabilização da “doutrina da situação irregular”, esta última legitimadora, principalmente, da

---

<sup>117</sup> Esse aspecto foi responsável por muitos dos questionamentos, muitas vezes silenciados pela força da judicialização, às leis que estabeleciam a criação dos tribunais, tanto quanto a sua inconstitucionalidade, quanto à privação do menor dos seus direitos básicos (BLANCO ESCANDÓN, 2006).

<sup>118</sup> Para efeito desse texto nos deteremos apenas no primeiro período por acreditarmos que ajudará a compreender o período seguinte e por se relacionar ao período de nossa investigação.

intervenção estatal discricional centralizada nas decisões dos juízes que adquiriram prerrogativas praticamente ilimitadas (GARCIA MENDEZ, 1996).

Quanto a isso, Luís Ferla (2007) afirma que as instituições de internamento de menores do início do século 20 teriam, dentre as suas atribuições, a “sequestração”, como forma de defender os interesses da sociedade, retirando dela os “delinquentes” ou potencialmente “delinquentes” e também de afastá-los do meio considerado inadequado, ou vicioso, e inseri-los, posteriormente, num ambiente mais salubre caracterizado pela disciplina rígida, moral ilibada, amor ao trabalho e educação. Acreditava-se que assim predisposições antissociais seriam constrangidas e desapareceriam e os “delinquentes” se transformariam em indivíduos úteis à sociedade que supostamente ameaçavam.

Ao traçarmos um breve panorama acerca da história da menoridade na América Latina constatamos que a maioria dos países dessa região seguiu a mesma lógica: a implementação do atendimento jurídico especializado, seja por meio dos Tribunais de Menores (nomenclatura usada pelos países hispanófos) e Juizados ou Varas privativas (no caso Brasileiro), seja por meio da elaboração de leis específicas que acabavam por evoluir para códigos legais de maior abrangência e a criação dos estabelecimentos disciplinares.

Quanto ao surgimento do atendimento jurídico especializado, a Colômbia foi pioneira ao criar seu Tribunal de Menores em 1920, seguida pelo Brasil que implantou o seu Juizado Privativo de Menores no ano de 1924. No Uruguai esse órgão só surge em 1934 com a criação do Código del Niño, enquanto que na Argentina os Tribunais de Menores tornam-se realidade a partir de 1938.

Em relação à elaboração de leis específicas, identificamos o Uruguai como sendo o primeiro país da América Latina a ter uma lei de menores (1911), seguido da Argentina (1919) e do Chile (1928). Já quanto ao surgimento dos Códigos, o Uruguai novamente ganha a primeira colocação com o seu código instituído em 1927, seguido pelo Brasil que promulga o Código Mello Mattos no mesmo ano.

Segundo Cortés Morales (2007) na América Latina o entrecruzamento das ideias menoristas segregacionistas com nossos modelos penais inquisitivos teve como resultado um sistema de atendimento profundamente antidemocrático e antigarantista, de forma que o mais moderno ainda convive com o mais antiquado, havendo grande disparidade entre a lei e sua aplicação. Blanco Escandón (2006, p.92) confirma isso ao afirmar que nesse continente “unas son las disposiciones legales y outra muy diferente es la realidade social, frecuentemente contraria a la ley”.

Por isso, na América do Sul as leis de menores foram “um instrumento (legal) determinante para legitimar a atuação coercitiva das políticas assistenciais” (GARCIA MENDEZ, 1996, p.42) em parte porque no período em que a América Latina conhece seus primeiros códigos menoristas não havia na região “Estados com seu ramo social devidamente estruturado. Assim, a solução que ocorreu aos legisladores foi remeter todas as crianças e adolescentes em situação de risco à justiça de menores, exigisse ou não a situação o exercício da função judicante” (BRASIL, 2006, p.14).

No Brasil, antes mesmo da criação do juizado específico, já se podia perceber uma mobilização social em relação à questão da delinquência. No campo do legislativo, em 1902 ocorre a apresentação do primeiro projeto defendendo o “interesse” de menores elaborado pelo Senador da República Lopes Trovão<sup>119</sup>. Em 1906 o senador Alcindo Guanabara<sup>120</sup> apresenta sua concepção acerca do atendimento aos menores “delinquentes” num projeto de lei que logo foi esquecido.

Outra tentativa de criação de uma legislação destinada aos menores foi empreendida em 1912 pelo deputado João Batista de Vasconcelos Chaves<sup>121</sup>, à época representante do Estado do Pará na Câmara Federal, que em seu projeto se posiciona completamente contrário à aplicação indistinta “a todos os delinquentes juvenis [de] um internamento prolongado, indeterminado até a maioridade civil, em casa de educação” (CHAVES, 1912, p.78-79) e defende, em contrapartida, a padronização dos procedimentos jurídicos em relação à infância criminosa e abandonada, inovando ao propor um afastamento da área penal, a designação de juízes e tribunais especiais para os assuntos relativos aos menores.

---

<sup>119</sup> José Lopes da Silva Trovão nasceu e faleceu no Estado do Rio de Janeiro em 23/03/1848 e 17/07/1925, respectivamente. Foi um médico, jornalista e político brasileiro (Eleito Deputado federal em 1891 e 1894 e senador da república em 1895 e 1902). Republicano e abolicionista, participou intensamente da queda do Império no Brasil, sendo um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870.

<sup>120</sup> Alcindo Guanabara nasceu em Magé-RJ no dia 19/07/1865 e faleceu em 20/08/1918, também no estado do Rio de Janeiro. Foi professor, jornalista e político. Ainda como estudante trabalhou como inspetor no Asilo de Meninos Desvalidos. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Foi senador da república por vários mandatos e árduo defensor do estado republicano e da causa abolicionista. Durante sua vida escreveu para diversos periódicos e fundou outros. Também colaborou com semanários de sua época e foi um dos fundadores da Liga Brasileira Contra a Tuberculose.

<sup>121</sup> João Batista nasceu em Macaíba-PE em 4/10/1875 e faleceu em Natal-RN em 28/04/1924. Após formar-se em ciências jurídicas e sociais pela faculdade de direito do Recife (1894) mudou-se para o Estado do Pará onde exerceu o cargo de Promotor Público em várias comarcas. É eleito deputado, exercendo mandato de 1899 a 1912. Lecionou direito penal na Faculdade de Direito do Pará, entre 1905 a 1911. De 1912 a 1914, representou o Pará na Câmara Federal. Profundo conhecedor de Penologia, ele é considerado o idealizador do sistema penitenciário, principalmente por haver apresentado um importante esquema das penas, dos processos de julgamento e das execuções. Adaptado de: <<http://historiadoresdemacaiba.blogspot.com.br/2015/02/joao-batista-de-vasconcelos-chaves.html>>. Acesso em 30 out. 2016.



Uma década depois, Alcindo Guanabara e João Chaves se uniram e elaboraram um novo projeto de lei com entendimento semelhante, mas também não obtiveram êxito pois com a morte de Guanabara a proposta perdeu seu mais ardoroso defensor.

Essa movimentação legislativa demonstra que começava a ganhar “espaço” a compreensão de que os menores de idade deveriam receber a proteção especial do Estado, aproximando a Justiça da Assistência Social, o que é ratificado no livro do magistrado Ataulfo de Paiva<sup>122</sup>, intitulado: “Justiça e assistência: aos novos horizontes”, no qual defende:

A simples repressão, que constitui a idéia fundamental dos códigos, sempre confundiu a causa do menor, deixando-o ao desamparo do Direito e da Justiça. A crise tremenda em que se vê a delinqüência juvenil assumiu proporções assustadoras, máxime em sua comparação com a criminalidade dos adultos. Aí está para atestar eloquentemente a imprestabilidade dos velhos moldes e dos processos anacônicos (PAIVA, 1916, p.101).

Esse pensamento, segundo Marcílio (2006), é um reflexo das discussões daquela época, que, embora não tenham sido colocadas em práticas imediatamente, tiveram um papel fundamental na circulação de modelos e concepções, contribuindo para o movimento de expansão das teorias que procuravam explicar a infância e juventude “delinquente” a partir de uma nova perspectiva e do surgimento de importantes órgãos como o Departamento Nacional da Criança – DNCr (1919), que tinha dentre seus objetivos estudar o problema da infância “delinquente” e formas de atendimento; o Serviço de Assistência e Proteção aos Menores (1921) e o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores (1924), todos no Distrito Federal<sup>123</sup>.

Em 1925 o Estado de São Paulo lança o Decreto Estadual nº 3.828, de 25.03, voltado para disciplinar a conduta dos menores abandonados, pervertidos e delinquentes, fomentando ainda mais as discussões que culminaram na sanção do Decreto nº 17.943-A, de 1927, nosso primeiro Código de Menores.

---

<sup>122</sup> Ataulfo Nápoles de Paiva (1867-1955) nasceu em São João Marcos-RJ. Ainda na adolescência iniciou suas atividades jornalísticas no *A Aurora Barramansense*, em Barra Mansa-RJ. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (1887) e foi nomeado juiz municipal em Pindamonhangaba-SP. Depois voltou para o Rio de Janeiro, onde ocupou os cargos de pretor, juiz do Tribunal Civil e Criminal e presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal, presidiu o Conselho Nacional do Trabalho e representou o Brasil nos Congressos Internacionais de Assistência Pública e Privada de Paris e Milão. Fez campanha pela sistematização das assistências pública e privada. Fundou a Liga Brasileira contra a Tuberculose. Criou o Preventório D. Amélia, em Paquetá-RJ, o primeiro do seu tipo no Brasil, e o serviço de Vacinação Antituberculosa BCG. Foi presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, presidente da Comissão do Livro do Mérito. Membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira e da Academia Fluminense de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro aos 88 anos. Publicou vários livros de cunho didático científico como *Justiça e assistência: os novos horizontes* (1916). Adaptado do site da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ABLANPai.html>>. Acesso em 26 out. 2016.

<sup>123</sup> À época a cidade do Rio de Janeiro – RJ;

Esse decreto, que recebeu o nome de seu idealizador, o juiz de menores Mello Mattos, caracterizou-se como um novo projeto jurídico e institucional que oficializou as concepções acerca do atendimento adequado aos menores e materializou a doutrina da “situação irregular” e o projeto de fundar estabelecimentos de reclusão especializados, por isso, é considerado “um marco na história da assistência à infância, na medida em que esta passa a ser um atributo do Estado” (MARCÍLIO, 2006, p.222).

Independente de como se processou o desenvolvimento histórico das questões relacionadas à menoridade nos diferentes países latino-americanos, ela, a menoridade, esteve, segundo Garcia Mendez (1998), assentada nos seguintes elementos: 1) **uma doutrina**: a situação irregular, que promovia a subestimação do vínculo entre a condição material e jurídica da infância e, principalmente, uma indiferença generalizada à situação desse grupo de pessoas; 2) **uma instância jurídica**: o juiz de menores, agente do Estado responsável pelo enquadramento dos sujeitos de acordo com os fundamentos da doutrina da situação irregular e, posterior encaminhamento às instituições que deveriam recebê-los; 3) **uma instância administrativa-operacional**: os estabelecimentos correccionais e toda uma rede de órgãos que legitimava a ação dessas instituições.

#### 4.1.2. A Doutrina da Situação Irregular: uma aberração jurídica<sup>124</sup>

Emílio Garcia Mendez é um autor imprescindível quando se trata de estudarmos a doutrina da situação irregular (DSI), por isso, ao abordá-la será recorrente a sua citação. De acordo com ele (GARCIA MENDEZ, 1991) a DSI, também conhecida como modelo de atendimento protecionista-salvacionista, tutelar ou assistencial, é um dos dois grandes modelos político-ideológicos do sistema de justiça juvenil mundial que tem origem coincidente com os Tribunais de Menores, por isso, assume importância fundamental “en el campo de estudio del control socio-penal de la infancia-adolescencia” (GARCIA MENDEZ, 1991, p.124).

Para exemplificar a importância da DSI, Garcia Mendez (2004) afirma que até a realização da Convenção Internacional dos Direitos da Criança as legislações menoristas latino-americanas, inspiradas sem exceção nos princípios desse paradigma, eram tão idênticas que até pareciam gotas d’água. Isso é ratificado por Mettifogo & Sepúlveda (2004, p.18): “fue el patrón prevaleciente en las medidas de atención a la niñez en América Latina, desde la década de los ‘20”.

---

<sup>124</sup> Termo usado por Garcia Mendez (1998) para referir-se às características da doutrina da situação irregular;

Para Garcia Mendez & Carranza, a despeito de ser uma doutrina, a DSI não apresentava as características necessárias para ser considerada como tal, sendo, ao contrário, “un magma ideológico representativo de un sentido común jurídico, que nada tiene de jurídico y muy poco de sentido” (GARCIA MENDEZ; CARRANZA, 1992, p.9) cuja função seria de

[...] legitimar una potencial acción judicial indiscriminada sobre aquellos niños y adolescentes en situación de dificultad. Definido un "menor" en situación irregular (...), se exorcizan las deficiencias de las políticas sociales, optándose por "soluciones" de naturaleza individual que privilegian la institucionalización (GARCIA MENDEZ, 2004, p.7).

A despeito disso, existem autores que acreditam que a DSI trouxe avanços por agregar o “pensamento considerado avançado em relação à situação anterior e constituiu-se na sustentação política para a criação de leis de menores da América Latina” (COSTA, 2005, p.54).

A DSI também pode ser considerada a geradora da categoria jurídica que ficou conhecida como “menor”, resultante da dupla divisão do grupo formado por todos os adolescentes e jovens. No primeiro subgrupo, ficaram aqueles que tinham suas necessidades básicas garantidas, e no outro, aqueles que estavam “excluidos de la escuela, la familia y la salud” (METTIFOGO; SEPÚLVEDA, 2004, p.19), que são os que interessam a este estudo.

Esse segundo subgrupo é bastante heterogêneo pois nele se enquadram tanto as crianças e “adolescentes abandonados, víctimas de abusos o maltratos y supuestos infactores a la ley penal” (GARCIA MENDEZ, 1998, p.146), quanto as mães adolescentes e jovens de comportamento antissocial<sup>125</sup> (METTIFOGO; SEPÚLVEDA, 2004, p.147), assim como aqueles que não vivenciavam a “socialización familiar, trabajo, educación, ocio, sexualidade y conducta que las elites consideraban aceptables para los sectores más jóvenes de la población” (ZAPIOLA, 2013, p.160) e, por isso, poderiam ser considerados em “situação irregular” e, portanto, representavam perigo potencial a essa elite.

Como se pode ver, a despeito das diferentes condições, todos foram reduzidos ao status de menores, que era, portanto, o sinônimo

[...] de infancia desprotegida o carente, objeto de intervención y del control estatal ejercido mediante um modelo tutelar de justicia, caracterizado por la supresión de las garantía processuales como el derecho de defensa, el principio de legalidade o la determinación de la sentencia, cuestiones ausentes de los Códigos y tribunales de menores de la época” (ELIAS, 2007, p.643).

Os termos “menor” e “delinquente” possuem entranhados em sua etimologia questões sócio-históricas e econômicas muito particulares e profundamente vinculadas ao contexto

---

<sup>125</sup> Segundo Mettifogo & Sepúlveda (2004, p.19) no início do século 20 era considerado antissocial o jovem “que no estaba inserto em la sociedade ni en las institucionais formales, viéndoselo como amenaza al orden cívico”.

específico de uma época de forma que a categoria “menores” foi “construída a través de complejos procesos de criminalización primaria y secundaria em los que el poder político, la sociedad y las instituciones influyen” (ELIAS, 2007, p.641).

Por isso, desde a sua origem o termo menor assume conotação pejorativa que não faz referência somente a uma relação jurídica a partir do exercício do direito, mas, principalmente, à existência de um sujeito social que era “objeto de la intervención de órganos específicos del Estado en una lógica de control” (METTIFOGO; SEPÚLVEDA, 2004, p.17).

A pertinência dessa categorização deve-se à necessidade de o Estado justificar a “proteção” a ser oferecida já que historicamente “El Estado, no logra, no quiere o no puede proteger a la niñez sino en forma coactiva y previa declaración de alguna forma de incapacidad” (GARCIA MENDEZ, 1991, p.127), nem que seja a incapacidade moral. Nessa concepção de proteção o menor é visto, “en el mejor de los casos, como objeto de la compasión pero ningún modo como sujeto de derechos” (GARCIA MENDEZ, 1991, p.129).

Paralelamente ao nascimento do menor, ocorre o nascimento do juiz de menores, ou seja, um homem imbuído de todo o afeto e desvelo necessários para cuidar do melhor interesse da infância em situação irregular, por isso, ele exercia uma função que ia além da apreciação das situações e julgamento e do que considera como melhor em cada uma delas. Ele adquire o poder de determinar o que as famílias deveriam fazer e como deveriam fazer, decidindo, inclusive, se tais famílias seriam ou não aptas a permanecerem com a responsabilidade dos cuidados de suas crianças, às quais ele poderia dispor se considerasse pertinente.

No caso do Brasil, a legislação inspirada nessa doutrina, o Código Mello Mattos, inaugurou a competência do Estado para tratar dos menores “irregulares”. Além do mais esse foi o paradigma que discriminou o importante papel atribuído aos juízes de menores, legitimando as ações destes, assim como criou uma categoria jurídica: o “menor”, acerca da qual falaremos a seguir.

O paradigma tutelar implantado com a DSI, e ratificado posteriormente pelo Código de Mello Mattos (1927), tinha como característica a concessão de amplos poderes ao juiz de menores a quem cabia todas as decisões sobre as vidas desses jovens e crianças.

A discricionariedade e subjetividade do magistrado eram atributos intrínsecos à atividade desse profissional. Os magistrados agiam como pais de família cumprindo seu dever de salvar crianças e jovens. Sua atuação era semelhante a dos médicos (CAVALLIERI, 1986) que após diagnóstico escolhiam o tratamento adequado, desconsiderando aspectos importantes, como as formalidades jurídicas, garantidas até mesmo aos adultos criminosos, por isso, os magistrados acabaram adquirindo prerrogativas jurídicas praticamente ilimitadas, sendo

essa, segundo autores como Garcia Mendez (1996), uma das causas da chamada criminalização da pobreza, pois, diante da situação irregular, o juiz decidia de acordo com seu arbítrio.

Vale destacar que com o primeiro código de menores, decisões importantes como as relacionadas à apreensão e principalmente internação de menores considerados “em situação irregular” não precisavam de fundamentação jurídica. No entanto, é justo esclarecer que com o código menorista não somente os juízes, mas as autoridades administrativas também acabaram atuando sem a devida fundamentação para os seus atos.

O Código de 1927 expandiu ainda mais as atribuições do juiz de menores ao encarregá-lo de suprir as lacunas deixadas pelas políticas públicas direcionadas aos menores, de forma que coube “à autoridade judiciária, através de portaria ou provimento, determinar, ao seu prudente arbítrio se demonstrada necessidade à assistência, proteção e vigilância do menor, outras medidas de ordem geral não previstas na própria lei” (CAMPELLO, 2014, p.30-31).

#### **4.2. As instituições correccionais: o caso da Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC)**

Enquanto nas primeiras duas décadas do século 20 ocorre a proliferação das leis menoristas, a partir da instalação dos Tribunais especializados, paralelamente, em praticamente em todos os países da América Latina começam a ser criados os estabelecimentos destinados ao atendimento dos menores “delinquentes”.

Esses locais, em sua maioria com características de instituições totais, possuíam objetivos regeneradores e correccionais em relação aos “desvios” e pretendiam devolver os jovens desviantes, “delinquentes” ou em “situação irregular”, ao convívio comunitário aptos a servir à sociedade.

Em 1900 no Brasil foi instalada no Porto do Bonfim, na cidade de Salvador, a primeira Escola Correccional do Estado da Bahia, destinada exclusivamente ao recolhimento de menores. No Rio de Janeiro surgiu em 1901 “Colônia Penal Agrícola da Fazenda Santa Mônica” e em 1902 a “Colônia Correccional de Dois Rios”, ambas para menores infratores. Nesse estado também foi criada, em 1903, a “Escola Correccional Quinze de Novembro”, para a realização de um trabalho preventivo-correccional dos jovens fluminenses entre 9 a 14 anos. No entanto, todas essas instituições, mesmo quando criadas para atender especificamente menores abandonados e/ou desvalidos, faziam o atendimento deles juntamente com os menores “delinquentes”.

Essa separação só ocorreu a partir de 1927 com a aprovação do Decreto nº 17.943-A, de 12.10.1927, e a inauguração de um novo projeto jurídico e institucional que oficializava todo o pensamento acerca de um atendimento adequado aos menores e materializava a DSI.

Segundo Andrés Bustos (2013) as instituições correcionais surgem no início do século 20 como resposta à problemática do crescente conflito social e à necessidade de disciplinar a população trabalhadora e às gerações futuras com o fim de prepará-las e, principalmente, inseri-las no mercado de trabalho. Estes estabelecimentos tinham como principal objetivo

[...] convertir a los marginales (mendigos, vagos y delincuentes) em fuerza de trabajo productivo. Para ello el Estado hayó sustento en la criminología positivista que aportó una grilla interpretativa que sirvió para desplazar la interpretación de los problemas sociales producidos por el modelo económico agroexportador, a un terreno conceptual-institucional nuevo (la criminalidad, la infancia delincuente, los tratamientos) donde la cuestión de la pobreza, la enfermedad y el conflicto pudieran relacionarse, clasificarse y comprenderse (ANDRÉS BUSTOS, 2013, p.2)

Nesse ponto, podemos recorrer à Foucault para compreendermos melhor a importância das instituições correcionais na modernidade, pois ele discute a questão disciplinar a partir das instituições. Segundo ele, a disciplina deve ser abordada a partir das relações sociais, sendo que tais relações são fundamentalmente relações de poder e de resistência, onde o poder disciplinar, circular e onipresente, cria seus próprios mecanismos de autossustentação com o objetivo de fabricar indivíduos, tomando-os ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Assim, todos os sistemas disciplinares são mecanismos penais que funcionam como repressores agindo por meio do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade (FOUCAULT, 1997).

Dessa forma, os métodos punitivos são processos sutis que vão desde a repressão verbal às pequenas humilhações, ou seja, punição é tudo aquilo capaz de fazer o disciplinado perceber a falta cometida, de humilhá-lo e de confundi-lo. Por isso, os castigos físicos têm o objetivo de reduzir/corrigir os desvios e restaurar a ordem, produzindo docilidade e eficiência. Assim, a punição é aplicada toda vez que o poder identifica que os corpos estão se distanciando das normas estabelecidas de tal maneira que a disciplina é responsável pela fabricação de corpos submissos, tornando-os aptos a uma sujeição rigorosa.

Submetidos, os indivíduos são distribuídos, pois agora cada um sabe o lugar que lhe cabe. Nos ambientes institucionais isso evita as comunicações inúteis ou indesejáveis e o poder consegue vigiar, apreciar e sancionar os comportamentos observados.

Foucault (1987) compara os espaços disciplinares às celas dos monastérios por proporcionarem ao corpo e também à alma a solidão necessária para se refletir sobre os comportamentos inaceitáveis. Tais espaços propiciam a fixação e permitem a circulação limitada de lugares, e garantindo a obediência dos indivíduos, a economia de tempo e dos gestos. Ao lado da marcação do espaço, a divisão do tempo torna-se cada vez mais detalhada e

o planejamento das atividades dentro de horários bem delimitados determinando a constituição do tempo integralmente útil.

Nesse sentido, as disciplinas que analisam o espaço, compondo e recompondo as atividades, podem ser compreendidas como aparelhos de capitalização do tempo que se torna disciplinar e impõe-se à prática pedagógica e seus diversos aspectos, dentre eles, o tempo de formação do ofício adquirido e da determinação dos programas.

Para Foucault (1987) a seriação das atividades sucessivas possibilita o controle detalhado, assim como a diferenciação, a correção, o castigo, a eliminação, etc. Tudo isso permite a utilização dos indivíduos para os fins almejados pelo poder que, para ser bem-sucedido, lança mão de técnicas simples como o olhar hierárquico e a sanção normalizadora.

Em função da vigilância hierarquizada, contínua e funcional, o poder disciplinar se organiza como um poder múltiplo, anônimo que controla inclusive os que estão incumbidos de controlar, de forma que ele se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o viço das manifestações espontâneas pelo jogo intermitente dos olhares calculados. Ele também se vale de mecanismos como a gratificação-sanção, onde os comportamentos e os desempenhos são qualificados e quantificados. Assim, ao longo da história, a penalidade propiciou a comparação, a diferenciação, a hierarquização, a homogeneização e a exclusão, enfim, a normalização, sendo que as instituições educativas se tornaram lugares privilegiados de relações de poder marcadas por tais características.

As colônias reformatórias, como todas as instituições de caráter correccional, são demonstrações de como o poder disciplinar age nos corpos e nas almas dos indivíduos, por isso, partindo dessa lógica, tais estabelecimentos configuraram-se nos “responsáveis pela política de segregação social” (COSTA, 2005, p.56) implementada a partir de então, pois a criação desse tipo de estabelecimento seguia pelo menos dois princípios: a instalação longe do centro urbano e um novo modo de organizar o espaço interno (MARCÍLIO, 2006). Exemplo disso é a CRC, localizada na Ilha de Cotijuba, uma das insulas que compõem o território da cidade de Belém, Pará, sob a idealização de Raymundo Nogueira de Faria.

O município de Belém é composto de 43 ilhas, cuja área total corresponde a 65,64% do território da capital, portanto, maior que a parte continental “configurando o município como uma península, singularizado no cenário das capitais brasileiras ao abrigar um constelário de ilhas em sua extensão territorial” (TRINDADE, 2011, p.65).

**MAPA 01:** Ilhas pertencentes ao território de Belém do Pará



Fonte: TRE-PA, 2005

Nesse arquipélago está a Ilha de Cotijuba, situada a noroeste do centro urbano da capital do Estado do Pará, localizada na entrada da Baía do Marajó, num arquipélago que antecede o rio Pará, formando em seguida, a Baía do Guajará, a 18 milhas de Belém. Seu território possui 15,94 km<sup>2</sup> de extensão (14.850 metros de comprimento e 7.220 metros de largura). É parcialmente cortada pelos igarapés Pariassú e Freixeiras, ladeada pelas ilhas de Tatuóca, Nova, Paquetá, Urubuóca, Arapiranga e outras. Ela foi habitada originalmente pelos índios Tupinambás que também a batizaram com esse nome, que significa “trilha dourada” e encontra-se localizada acerca de 1h de Belém, aproximadamente 22 km, e com acesso exclusivamente fluvial.<sup>126</sup>

<sup>126</sup> Para maiores informações sobre a formação histórica da Ilha de Cotijuba, seu povoamento, sobre as atividades econômicas e de subsistência, assim como aspectos educacionais, urbanos e de saúde pública recomendamos a leitura de GUERRA (2001), FARIAS; SANTOS; BATISTA (2000a; 2000b).



## MAPA 02: Aspectos geográficos da Ilha de Cotijuba



**Fonte:** Gusmão, 2017

Atualmente é conhecida como importante ponto turístico principalmente pelo fato de possuir quase 20 km de praias e enseadas e uma vegetação, em determinadas áreas, praticamente intocada pela ação humana, ganhando assim ares paradisíacos e pitorescos. A afluência da população para a prática de lazer, principalmente aos finais de semana, é a principal forma de geração de renda dos ilhéus que, com poucas exceções, dedicam-se às atividades de subsistência que historicamente foram mais comuns na ilha já que a vinda de turistas começou praticamente no início da década de 1980, quando o Estado desativou a Colônia Penal de Cotijuba por conta da construção da Colônia Penal na Vila de Americano, distrito situado no continente, localizado a 60 km da capital do Estado.

No entanto, antes mesmo de despontar como um destino turístico, a Ilha de Cotijuba aparece na história do Pará como o lugar onde foi instalado um engenho de branquear arroz, por volta de 1784, chamado de “Fazendinha” que estava entre os nove engenhos existentes na Província do Grão-Pará no século XVIII e exercia um importante papel de integrar a ilha à

capital paraense por meio da comercialização do arroz beneficiado no local. De acordo com Silva (2003, p.50), a construção desse engenho na ilha nos lembra do

[...] antigo processo de antropização e utilização do solo para a agricultura na Ilha de Cotijuba. No sítio denominado Fazendinha, localizado na costa leste da Ilha, a estrutura do engenho ainda mantém-se preservada devido à dificuldade de acesso ao local e à vegetação local composta de manguezais e igapós.

Posteriormente, no século 19, Cotijuba foi escolhida para receber o Hospital da Brigada Pernambucana durante o período da Revolução Cabana<sup>127</sup> (1835-1840), assim como, em 1836, abrigou tropas militares do governo que combatiam os rebeldes cabanos instalados nas Ilhas de Arapiranga e Tatuoca.

Desde a instalação do engenho até 1930 a ilha também foi um importante posto de sinalização náutica por possuir um farol, localizado na porção sul da ilha, que orientava os navegantes que iam de Belém e ilhas próximas, ou que cruzavam a baía em direção ao arquipélago do Marajó (MELO, 2010).

Segundo Melo (2010), Cotijuba não foi a primeira opção de local para a instalação de uma colônia reformatória. Inicialmente, Raymundo Nogueira de Faria havia cogitado instalar essa instituição na Ilha de Arapiranga, mas, diante da recusa do proprietário dessa ilha em vendê-la, Cotijuba mostrou-se a melhor alternativa para abrigar uma instituição correcional.

Essa nova escolha deveu-se à distância dessa ilha em relação à Belém, a “ausência de transporte contínuo e conseqüentemente pelo seu isolamento” (MELO, 2010, p.79), assim como a existência de violentas correntes marítimas no entorno da ilha. Além do mais, a Ilha de Cotijuba ficava *escondida* por outras ilhas, como a de Tatuoca<sup>128</sup>, que, da perspectiva de quem olhava do continente, impossibilita que Cotijuba seja vista. Assim,

---

<sup>127</sup> A Cabanagem ou Revolução Cabana foi uma das revoltas que aconteceram durante o Período Regencial (1831 a 1840) no Brasil. Caracterizou-se como um movimento popular que reuniu os pequenos proprietários, trabalhadores do campo, índios, negros libertos ou escravos (SALLES, 2004) e também mulheres (FERREIRA, 2006), ou seja, teve ampla participação dos diversos setores das classes pobres e trabalhadoras lado a lado com segmentos sociais oriundos das classes remediadas e enriquecidas. Os primeiros lutaram contra a manutenção do *status quo*, herdado do Período Colonial e inalterado quando do processo de independência (BEZERRA NETO, 2001), os segundos acreditavam que a Cabanagem se constituiria numa quebra às barreiras impostas à ascensão social dos brasileiros, já que o controle português dos cargos e funções públicas era uma realidade em todo o Brasil imperial, mas na região Amazônica era ainda mais grave já que a presença do luso era um referencial incontestável de comando e liderança política, o que gerou grandes divergências e conflitos tanto antes, quanto durante e após a incorporação da província do Pará ao Brasil independente. Nesse sentido, a Cabanagem é o mais contundente exemplo de como a Província do Grão-Pará viveu conturbadamente após a sua adesão à Independência do Brasil.

<sup>128</sup> Segundo a “Folha do Norte” de 06/09/1931 por ocasião da escolha do local onde seria instalada a Colônia Reformatória a Ilha de Tatuoca também recebeu uma visita do interventor Magalhães Barata, no entanto, a ínsula foi descartada devido a “imprestabilidade do logar, ao fim almejado, já por sua pequena extensão, já pela natureza do terreno, ingrato para a agricultura”.

Tudo indicava que aquela ilha era, além de segura, bastante estratégica para a construção de uma instituição correcional. A ilha de Cotijuba também poderia despertar interesse na medida em que ela é abundante em pedreiras, possui um lago em seu centro capaz de propiciar uma boa relação homem e meio ambiente, tendo um solo útil para o cultivo de qualquer cultura (AMARAL, 1992, p. 12).

Mas a escolha da Ilha de Cotijuba para ser o local da Colônia Correcional sofreu oposição. Francisco Vianna, jornalista do “Estado do Pará”, em texto publicado em 10/11/1931, questiona a escolha dessa ilha para a instalação dessa instituição, embora ele reconheça a necessidade de criação de um local que acolhesse aos menores abandonados e delinquentes.

Os argumentos da inadequação da ínsula dizem respeito às questões naturais e também humanas. Quanto aos aspectos naturais o autor, que se apresenta como um conhecedor da ilha decreta a completa esterilidade do solo que segundo ele compromete totalmente o caráter agrícola que a instituição possui “Mas a Colonia que se dedicará ao amanhã do sólo, a criação do gado, nada encontrará ali que lhe alivie o peso das despesas. Jamais o terreno safaro de Cutijuba produzirá cousa nenhuma aproveitavel”<sup>129</sup>.

Em relação aos ilhéus aponta tal presença como o óbice ao sucesso do estabelecimento correcional pois os nativos, organizados em torno da colônia de pescadores já teriam dado provas de sua indocilidade num desentendimento ocorrido entre os moradores e uma companhia estrangeira de pesca. Apostava inclusive que “o convívio daquela gente com esses menores é improficuo, pois que os ajudarão certamente a fugir dalli”. Ele ainda destacava, mesmo que, se no futuro, se quisesse tirar a comunidade de lá, ela “não aceitará de bom grado a intimação de retirada”.

A proposta de Francisco Vianna, portanto, é que em lugar de Nogueira de Faria comprar a Ilha de Cotijuba adquirisse “Cacoal Grande”, que ele descreve como um “optimo logar situado entre Santarem e Monte Alegre”, que segundo ele possuía todas as condições naturais e humanas que uma colônia correcional necessitava, assim ele a descreve: “Nos seus grandes lagos ha muita abundancia de peixe. Seus campos comportam grande criação bovina, ha já instalados estabulos e serrarias; sem falar dos bananaes e laranjaes” e faz uma comparação entre

---

<sup>129</sup> O tempo mostrou que Vianna estava errado. Em reportagem da “Folha do Norte” de 7/02/1937 tomamos conhecimento de que “Para os trabalhos ruraes acha-se destacada uma grande turma de menores e por seu trabalho, sob a assistencia de technicos, já se fizeram na ilha plantações de arroz, feijão, milho, mandioca, macaxeira, etc., cuja produção bastará para o abastecimento da Colonia no decurso do anno e possivelmente poderá concorrer para a manutenção que ora é custeada pelo auxilio indirecto que lhe dá o governo do Estado”. Seis meses depois alguns estudantes da Faculdade de Engenharia do Pará visitam a CRC e, impressionados com o que viram, escrevem o seguinte relato publicado pelo “Estado do Pará” em 11/08/1937: “A lavoura, já pratica em terreno fértil pelos proprios colonos, já é suficiente para abastecer de viveres a colônia; ha fartura de peixe e de caça, emfim, a natureza é prodiga e muito concorre para o engrandecimento do estabelecimento”.

a escolha oficial: “Aqui nessa ilha tudo está por fazer, e onde nada poderá ser feito, pois o terreno não o permite; enquanto “Cacoal Grande” como já dissemos encontrarão tudo já bem começado” (ESTADO DO PARÁ, em 10/11/1931)

A despeito disso, tanto Nogueira de Faria quanto Magalhães Barata não recuaram quanto à escolha da Ilha e para angariar os recursos necessários para a sua aquisição, isto é, 37.650\$000 (trinta e sete contos, seiscentos e cinquenta mil réis), o juiz de menores contou com ampla participação da sociedade belenense da época que “compartilhou do sonho” desse magistrado envolvido com a causa da infância e juventude “em situação irregular”, fazendo doações ou comprando ingressos dos espetáculos públicos promovidos com o fim de se obter o montante preciso para a compra da Ilha que à época pertencia a uma viúva.

O montante estimado também incluía os custos iniciais da construção da colônia reformatória. É o próprio desembargador quem reconhece isso por meio de texto publicado no jornal Folha do Norte (1934): “Sem o amparo de damas caridosas, dando a essas miseras criaturinhas a luz norteadora a instrução intelectual e moral, elas no futuro não saberão respeitar as leis humanas...”.

O prédio, construído a partir do empenho de seu idealizador, era majestoso. O hall de entrada, possuía um pé direito elevado e dois pisos. No térreo ficava a portaria e a secretaria, enquanto o primeiro piso, embora bem simples, era confortável e se destinava ao diretor e sua família. Nesse andar havia uma varanda localizada na parte interna de onde Nogueira de Faria ou qualquer outro funcionário poderia visualizar todo os cômodos da Colônia, principalmente os de uso coletivo. Havia também janelas para a parte externa, bem de frente ao porto da ilha, que permitiam identificar a chegada de qualquer pessoa ao lugar.

Essa arquitetura atendia perfeitamente ao dispositivo de controle conhecido como panótipo<sup>130</sup> que consistia numa “torre central da prisão, [onde] o prisioneiro poderia continuamente ser observado pelo carcereiro, e com isso ter o seu tempo controlado e colocado a serviço de sua regeneração moral” (MAIA *et all*, 2009, p.14). Esse dispositivo disciplinar permitia vigilância e controle eficientes e foi largamente utilizado nas prisões do século 19.

A partir do frontispício o prédio era composto ainda por dois pavilhões ornamentados com grandes e belas janelas. No primeiro pavilhão ficavam os dormitórios, que eram amplos,

---

<sup>130</sup> Pan-óptico é um termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham em 1785, que permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Por requerer menor número de vigilantes, o sistema panóptico teria, segundo Bentham, a vantagem de ser mais barato do que o adotado nas prisões de sua época, sendo aplicável não só às prisões, mas a qualquer outro tipo de estabelecimento baseado na disciplina e no controle. Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-%C3%B3ptico>>

confortáveis e limpos, com camas de ferro e armadores de rede, almoxarifado e alojamento dos inspetores. No segundo localizavam-se o refeitório e a cozinha, onde se preparava uma “alimentação de boa qualidade, haja vista que, na cozinha, os empregados estavam sob a direção de dona Marta, conhecida como “Mãe Preta”, da família Nogueira de Faria, cujos dotes culinários, muito conhecidos, agradavam ao paladar de quaisquer alunos ou instrutores” (DIAS, 1998, p.2).

Nesse ponto vale a pena abrimos espaço para falar de Marta<sup>131</sup> da Conceição. Tratava-se uma antiga funcionária da Família Nogueira de Faria, responsável pelos cuidados com os filhos do intelectual desde quando “era muito juvenzinha (...) ela foi uma empregada, uma filha de criação do Desembargador Nogueira de Faria” (OLIVEIRA *et all*, 2006, p.29).

Quando a CRC é fundada, em 1933, Marta da Conceição acompanha os patrões que fixaram residência em Cotijuba. Inicialmente a babá foi à Ilha para continuar cuidando da prole de D. Pequeninina, mas aos poucos, a partir do momento em que os meninos cresciam e demandavam menos atenção dela, envolveu-se com as atividades da cozinha, vindo a responsabilizar-se por esse setor. No entanto, sua atuação na Colônia foi além da preparação dos alimentos, ela também se tornou uma referência “materna” para muitos dos órfãos que chegaram na Ilha.

Segundo Dias (1998, p.2) Marta “era tão dedicada que, com amor e carinho, cuidava dos pequenos delinquentes como criara os filhos dos patrões”. Oliveira *et all* (2006, p.29) confirma a importância dessa mulher na família do magistrado e, principalmente, destaca sua relevância diante dos menores internados em Cotijuba:

Quando o desembargador Nogueira de Faria veio a ser diretor daqui, foi o primeiro diretor, trouxe ela. Então ela passou a trabalhar com os menores de rua, aconselhando, tirando do mau caminho, mau pensamento (...) era uma senhora muito útil para os alunos, era tão útil que quando ela via qualquer injustiça feita aos menores ela ia com o diretor e falava sobre o menor que estava sofrendo uma penalidade. E os alunos gostavam dela, ela aconselhava as crianças e começaram a chama-la de mamãe Marta, mãezinha. Todos os alunos a respeitavam, até o próprio diretor respeitava ela como mãezinha.

De acordo com Amaral (1992) a Sra. Marta da Conceição além de trabalhar na cozinha da Colônia também exerceu a função de roupeira do internato. Quanto ao relacionamento com os menores ele confirma as informações supracitadas e acrescenta:

---

<sup>131</sup> Encontramos registros do nome grafado como th (Martha) e sem. Considerando a origem da pessoa optamos pelo uso da forma mais simples quando somos nós que nos referimos a mesma, mas quando se trata de citação respeitamos a escrita do autor.

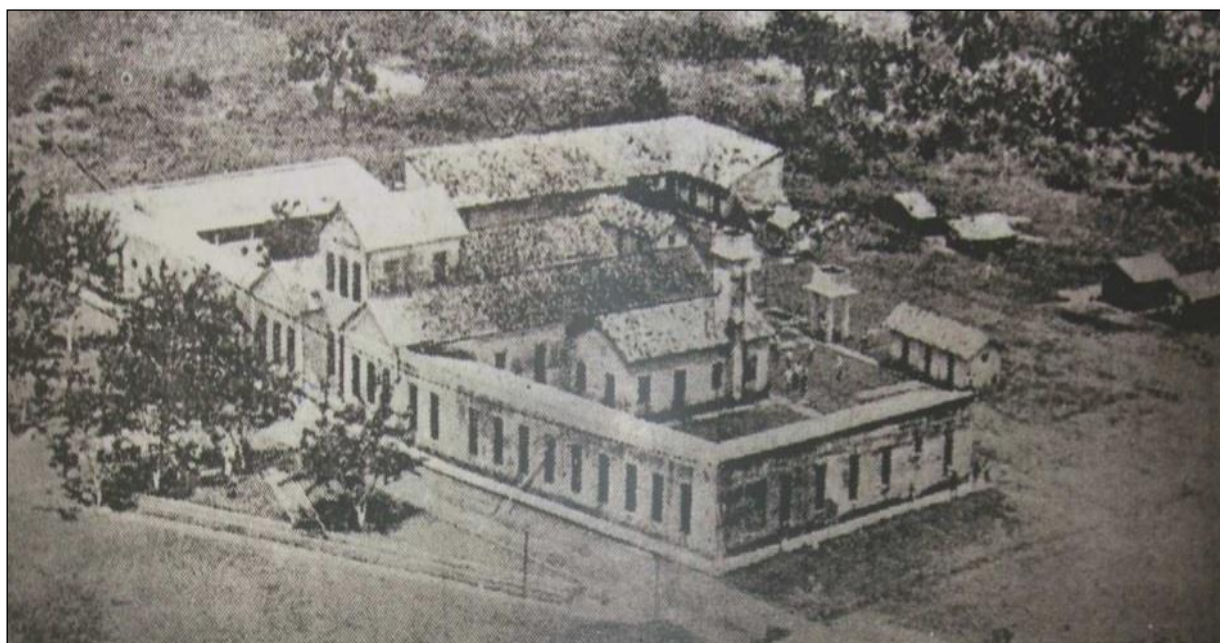
[...] chegou a adotar um dos alunos como filho, trata-se de Raimundo dos Santos, (...). Marta da Conceição transmitia aos professores toda a história da Ilha. Ela faleceu na Ilha nos braços de seu filho Raimundo dos Santos. Em sua homenagem seu nome foi emprestado a Escola Estadual de Primeiro Grau, que funciona na Ilha (AMARAL, 1992, p.10).

Haviam também algumas outras construções anexas ao prédio central onde se encontrava a casa de banho e sanitários e também os espaços destinados às oficinas das quais os internos participavam. Na parte interna da Colônia ficava um eficiente sistema de abastecimento de água composto por duas caixas d'água que eram abastecidas pelos poços escavados no terreno da instituição e forneciam toda a água necessária (MELO, 2010).

Toda essa estrutura abrigava as aulas profissionalizantes de educação agropecuária, cujo conteúdo consistia em teoria e práticas de campo. Além disso, as instalações da instituição correcional também possuíam

[...] uma escola do Curso Primário, cujas aulas eram ministradas por professores da rede estadual [de ensino], uma seção de assistência social, atendimento médico e odontológico semanalmente, oficinas de carpintaria, mecânica, selaria, alfaiataria, sapataria, etc<sup>132</sup>... Além disso, havia quadra de esportes e uma capela improvisada onde eram praticados os cultos religiosos (DIAS, 1998, p.1) Quanto à limpeza e organização da instituição, caberia aos internos, que deveriam encará-la como uma atividade pedagógica.

**IMAGEM 12:** Prédio da Colônia Reformatória de Cotijuba em 1960.  
Nessa época com poucas alterações em relação à planta original.



**Fonte:** A Província do Pará (1973)

<sup>132</sup> Além dessas oficinas Oliveira *et all* (2006) também acrescenta as de marcenaria, serraria, ferraria e padaria dentre as que eram oferecidas na CRC.

De acordo com Dias (1998, p.1), a “manutenção do Reformatório fazia parte dos processos educativos adotados, daí ser praticada em forma de rodízio, pelos educandos divididos em turmas”. Também era de responsabilidade dos internos a limpeza da própria ilha, ou pelo menos da área que circundava a CRC: “tiravam o mato, a estrada era bem limpinha, não era como hoje em dia que é um capinzal (...) Naquela época os menores faziam este trabalho de limpeza até lá perto da unidade de saúde daqui a um quilometro” (OLIVEIRA *et all*, 2006, p.16).

De acordo com Araújo (2014), o período que corresponde aos anos de 1870 e 1930 foi o ápice do processo de higienização pelo qual as cidades passavam quando novas formas de sociabilidade eram pensadas para os espaços públicos, por isso, o trânsito dos infantes nas ruas dos centros urbanos foi olhado com mais atenção, pois, com o

[...] crescente aumento da população e, conseqüentemente, de crianças em situações de risco junto à marginalidade, o ócio e a vadiagem, levou o Estado e suas instituições a busca de uma resposta frente à expansão desses males atribuídos na época à pobreza e à miséria (ARAÚJO, 2014, p.11).

Por isso, a criação da CRC é considerada uma resposta do Estado ao aumento “da criminalidade infanto-juvenil em Belém, a partir de 1930, ocasionada pela estagnação econômica após o declínio da borracha” (SILVA, 2003, p. 30) e também às reclamações da sociedade belenense acerca dos elevados índices de pequenos delitos cometidos por menores, principalmente nas áreas de grande afluência de pessoas no centro da cidade, como se pode observar no relato publicado pelo jornal “Folha do Norte” em 1934

As autoridades devem deter os menores nas ruas, sem ocupação, mandando em seguida chamar aos pais ou responsáveis pelos mesmos, a quão fazendo a entrega dos menores culpados, advertirá que na segunda detenção por vagabundagem, serão eles encaminhados à Cotijuba.

Assim, a Colônia era uma instituição que objetivava abrigar, corrigir e recuperar menores abandonados que viviam na delinquência pelas ruas de Belém, além do mais, ela serviria de refúgio aos menores abandonados que eram vítimas de suas próprias famílias e da orfandade. Ao receber esses meninos, a Colônia civilizaria<sup>133</sup> e recuperaria os jovens transgressores e, acima de tudo, os colocaria à disposição da sociedade paraense como mão de obra.

---

<sup>133</sup> Ser civilizado naquele momento era “ser abençoado com sentimentos refinados, paixões temperadas, maneiras agradáveis e uma mentalidade aberta. (...) com uma sensibilidade inata para os interesses dos outros, exercitar a autodisciplina e estar preparado para sacrificar os próprios interesses egoístas pelo bem do todo” (EAGLETON, 2005, p.32).



Consequentemente, esperava-se que aquele estabelecimento fosse capaz de forjar homens civilizados, ou seja, modelos humanos desejados pelas culturas que visavam o desenvolvimento social a qualquer preço<sup>134</sup>. Experiência semelhante foi vivenciada quando os indígenas eram conduzidos à submissão do colonizador, num verdadeiro processo que Vitor Leonardi (1996) classifica como *filosofias da morte construtiva*<sup>135</sup>.

Nesse contexto, a CRC também se prestava a um importante papel político, pois com ela a situação dos jovens na cidade de Belém seria escamoteada, embora o problema social que gerava os menores em situação irregular não fosse de fato atacado. Para Oliveira *et all* (2006, p.11) o estabelecimento “acabou trazendo benefícios à comunidade paraense, sem resolver a origem do problema social, mas sendo de imensa ajuda à política populista do interventor Magalhães Barata”.

A implantação da Colônia naquela ilha marca uma mudança de mentalidade local que é promovida principalmente pela ascensão de intelectuais oriundos da classe média urbana que defendiam ser a educação uma alternativa para a superação do atraso que se atribuía ao Brasil na primeira metade do século 20. Ela também representa, para a ilha de Cotijuba, “um novo momento de sua história, perpassado pelo isolamento de menores infratores que ali desembarcavam vindos de Belém” (HUFFNER, 2011, p.98), pois com a chegada dos “delinquentes” intensificou-se o processo de ocupação da ilha.

Vale também destacar que os internos da Colônia Correccional tiveram importante papel no processo de urbanização da ilha já que dentre outras coisas eles participaram das obras de construção da Igreja de São Francisco de Assis<sup>136</sup> e da Praça Matriz, na instalação das redes de água, luz e esgoto, na edificação de casas coloniais e na conservação de estradas da ilha (MELO, 2010).

Acerca dos internos, Chaves (1986) e Dias (1998) os descrevem como membros das várias raças existentes no Brasil, ou seja, brancos, pretos, mulatos, cafuzos e caboclos. Em síntese, uniformizados em suas calças e camisas de mescla azul, botas e gorros<sup>137</sup> eles eram “meninos de aspecto comum, animados como todas as crianças pela novidade” (CHAVES, 1986, p.124).

---

<sup>134</sup> Chamados por Geertz (2008) de universais gerais.

<sup>135</sup> Ações empreendidas pelo colonizador, que em nome da civilização tão almejada, que ele representa, utiliza-se de todo e qualquer método, mesmo o genocídio.

<sup>136</sup> Antes da construção dessa igreja os menores internados na CRC participavam de celebrações religiosas realizadas numa capela improvisada dentro da própria Colônia. Neste local os ilhéus também podiam participarem das missas (PARÁ, 1998).

<sup>137</sup> Segundo Dias (1998, p.2), os internos da CRC “Tinham também uniformes de Educação Física, ou seja, camiseta, calção e tênis”.



Para Oliveira *et all* (2006, p.5), indepenente da sua origem, ao ingressar na Colônia Correccional, o interno “sofria perda de identidade ao trocar seu nome por um numero e seu isolamento, no caso, parcial do mundo externo”.

Posteriormente, a Colônia foi rebatizada com o nome de “Educandário de Menores Abandonados Magalhães Barata”. Anos depois, 1957, em homenagem ao seu fundador, passou a chamar-se **Educandário Raymundo Nogueira de Faria**, reconhecendo esse desembargador como o grande responsável pela instalação desse “empreendimento educacional” na Ilha de Cotijuba.

A assunção do controle da CRC pelo governo do Estado marcou o início do período de decadência da Colônia que durou até 1951 quando o governador Zacarias de Assumpção promove melhoramentos tanto na ilha, com a construção de um parque infantil, campo de futebol, quadra de vôlei e basquete, instalação das redes de água, luz e esgoto. Em relação à Colônia Reformatória

[...] ele comprou e recuperou móveis, utensílios, máquinas, gerador, transmissores, polias das serras, construiu uma granja, um aviário, seis casas coloniais para avicultura. Na área da saúde instalou um consultório odontológico e um consultório médico que também atendiam a população da ilha (OLIVEIRA *et all*, 2006, p.5)

Depois disso, mantendo a característica de “altos e baixos”, o estabelecimento passa por nova fase de declínio que vai até 1963 quando, sob a direção do tenente João Ferreira Lima, o estabelecimento correccional volta a ganhar notoriedade. De acordo com Dias (1998, p.3) foi sob a administração desse militar que a CRC passou por uma reforma, “construíram novos banheiros, compraram novos uniformes, adquiriram instrumentos musicais para a formação da banda escolar e outros melhoramentos, dotando o Educandário do que havia de melhor, inclusive presentes para os educandos no período natalino”.

Porém, em 1968, a instituição é transformada em Colônia Penal marcando definitivamente o fim da utopia de Nogueira de Faria. Nesse período muitos menores ainda foram enviados para Cotijuba vivendo em total promiscuidade com os presos adultos, no entanto, parte da sociedade paraense ainda fantasiava que ao serem encaminhados para a Ilha os menores

[...] iriam frequentar escola, e o processo correccional seria aplicado de forma diferenciada entre adultos e menores, quando a realidade era outra, não havia mais escola e os menores misturavam-se aos presos de alta periculosidade, tornando-se mais revoltados e adquirindo os mesmos hábitos (DIAS, 1998, p.5).

Dessa forma, por um breve período, o educandário e a prisão coexistiram, “porém logo o local transformou-se em Ilha Presídio, recolhendo condenados e presos políticos, adultos e menores. Os internos que ainda restavam à época foram “transferidos e distribuídos para órgãos de assistência a menores na Capital, como: Escola Salesiana do Trabalho<sup>138</sup>, Instituto Lauro Sodré, Fundação do Bem-Estar Social e alguns voltaram para o convívio familiar” (DIAS 1998, p.3).

Esse período ficou conhecido como a “época negra” pois passou a funcionar um sistema que funcionava por meio da violência extrema tanto por parte dos policiais com os detentos, quanto entre os próprios presos entre si, com histórico de fugas, normalmente em toras de madeira e muitas mortes, tanto dentro quanto fora dos muros da instituição, num sistema penal que Oliveira *et all* (2006, p.3), classificam como “violento e arbitrário”, o que levou a constituição de um imaginário mitológico para a Ilha de Cotijuba que confunde os dois períodos, o primeiro quando existia apenas a Colônia Reformatória, sob a direção de Nogueira de Faria, e o segundo quando o Presídio passa a dominar a cena prisional no Estado do Pará.



---

<sup>138</sup> Segundo Oliveira *et all* (2006), esse estabelecimento recebeu, encaminhados pelos Governo do Estado do Pará, um total de 120 menores antes internados na CRC.



---

## SEÇÃO 5: A VIDA DE RAYMUNDO NOGUEIRA DE FARIA NUMA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA

---



*[...] a escrita biográfica está bem próxima do movimento em direção ao outro e da alteração do eu rumo à construção de um Si transformado em outro.*  
François Dosse<sup>139</sup>

Esta seção trata da vida do desembargador Raymundo Nogueira de Faria, um intelectual que teve, no período de 1930 a 1950, grande destaque na vida pública no Estado do Pará. Respeitado socialmente, foi um dos principais assessores e também amigo do Interventor Federal, o Major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, que o comissionou para importantes cargos públicos, como por exemplo, o de Assessor Jurídico do Governo e também o de Secretário Geral de Estado.

Nogueira de Faria se considerava um homem com a missão de transformar a vida das pessoas das camadas mais pobres, principalmente através de ações educativas que podem ser exemplificadas com a fundação de estabelecimentos educacionais típicos como as escolas primárias que ele criou, assim como por meio da criação de instituições relacionadas à saúde, como o Instituto de Proteção à Infância do Pará (IPAI), que tinha dentre seus objetivos transmitir às mães paraenses os modernos métodos da puericultura do início do século XX.

Além disso, Raymundo Nogueira de Faria foi o primeiro juiz de menores do Estado do Pará, tornando-se o titular da 5ª Vara de Menores delinquentes e Abandonados, em Belém, no ano de 1930 e, nesse campo, promoveu a criação da Colônia Correccional da Ilha de Cotijuba, sua principal realização, cujo objetivo era justamente atender aos menores, inclusive os filhos dos ilhéus.

Seguindo a orientação de Sirinelli (2003) nos propusemos a apresentar aqui a trajetória de vida de Nogueira de Faria destacando os itinerários de formação, as redes de sociabilidade e a sua geração. Assim, abordamos seu percurso pessoal, suas experiências profissionais, sua participação em movimentos sociais e religiosos, além de sua produção nos campos da literatura e da magistratura.

---

<sup>139</sup> DOSSE, 2009, p14.

Devido ao caráter biográfico dessa seção gostaríamos, antes de adentrar à vida desse obidense, apresentar o tipo de “biografia” a que nos propomos neste estudo, considerando as ideias de Duby (1998), Levillain (2003), Silva (2003), Borges (2008), Dosse (2009), Bazant (2013) e outros. Acreditamos ser importante refletir sobre o gênero biográfico pois, como nos aponta Levillain (2003, p.68), “se os indivíduos são modelados pelas sociedades, eles manifestam preferências que devem ser explicadas” e, ao traçarmos a biografia de alguém, invariavelmente teremos que explicar tanto algumas das escolhas, quanto certas preferências observadas ao longo da vida do intelectual. Nesse sentido, os autores supracitados podem nos ajudar nessa melhor compreensão.

### **5.1 Contribuições metodológicas do gênero biográfico para a construção do itinerário do intelectual Raymundo Nogueira de Faria**

De acordo com Borges (2008) “Biografia” é um termo polissêmico, híbrido, controverso, problemático, confuso, duvidoso e polêmico que, ao longo dos séculos, por razões diferentes, fez oposição à História. De acordo com a autora, o termo é historicamente novo, mas a “preocupação com a descrição da história de uma vida teve seu início no mundo grego antigo, ao mesmo tempo em que surgiu a História como forma de conhecimento” (BORGES, 2008, p.205).

Esse tipo de “história de vida” ficou conhecida como “biografia clássica”, que tinha como característica mais marcante a de evidenciar o “caráter político, moral ou religioso do biografado do que em sua pessoa, em sua singularidade” (BORGES, 2008, p.205), por isso, e também pelas características apontadas no parágrafo anterior, por muitos séculos a biografia foi considerada um “gênero menor”, principalmente no início do século 20, mas nunca deixou de ser praticada.

Para Cadiou (2007, p.187) a rejeição ao gênero biográfico pelos historiadores do início do século 20, especialmente os pertencentes à Escola dos *Annales*, deveu-se ao fato destes considerarem “que o relato da vida de um indivíduo não poderia ser objeto de um autêntico trabalho de historiador”<sup>140</sup>. Para Avelar (2011, p.140) essa rejeição também podia ser explicada pelo fato da biografia simbolizar um daqueles “ídolos (...) dos quais os historiadores do século

---

<sup>140</sup> Segundo Duby (1989 *apud* BORGES, 2008, p.209) tal concepção é lamentável pois ignora que “o grande homem (ou o homem médio, que o acaso faz com que tenha falado muito ou se tenha falado muito dele) é, tanto quanto o acontecimento, revelador, por tudo que desperta como declarações, descrições e ilustrações, pelas ondas que seus gestos ou suas palavras põem em movimento ao seu redor”.

XX deveriam se afastar definitivamente”. Autores como Dosse (2009)<sup>141</sup>, Borges (2008) e outros apontam que a partir da metade do século passado inicia-se o “retorno da Biografia”<sup>142</sup>. Segundo Levillain (2003, p.162) nos anos de 1980 “vimos os ensaios sobre o gênero biográfico florescerem, os dicionários consagrarem-lhe um verbete, e organizarem-se seminários sobre o tema”, fenômeno que também pode ser encontrado em outros países da América Latina (BAZANT, 2013).

Para Carvalho (2011, p.133) a biografia oriunda desse ““retorno” questiona a forma como a linearidade, as “balisas temporais clássicas, a vida biológica e o ciclo de nascimento e morte” foram abordados pela biografia tradicional fazendo surgir a necessidade de se “biografar” de uma nova maneira. Isso, de acordo com Bazant (2013, p.20), conferiu ao gênero biográfico “un futuro prometedor, no extento de las ambivalências propias de su naturaleza”.

Ao tratar desse momento histórico, que Avelar (2011) denomina de “retomada”, ele afirma que a biografia promoveu ou possibilitou inovações significativas na historiografia, dentre elas, o redimensionamento de diversas problemáticas relacionadas à escrita da história e também às relações sociais e o questionamento, a partir de personagens comuns e homens pouco conhecidos, da “racionalidade dos atores, relações entre grupo e indivíduo, lançando luzes sobre os vínculos entre experiência comum e autonomia individual” (AVELAR, 2011, p.144). Dessa forma, segundo o autor,

A produção biográfica tem se mostrado, portanto, mais receptiva aos personagens comuns, com consideráveis ganhos em torno do conhecimento de trajetórias pouco visíveis ou mesmo desafiadoras das normas vigentes. A inclusão de indivíduos aparentemente destituídos de interesse no rol dos homens e mulheres dignos de terem suas biografias escritas suscita esperanças e anseios emancipatórios numa época em que as energias transformadoras parecem ter se esgotado com a falência dos grandes projetos de mudança social (AVELAR, 2011, p.144).

---

<sup>141</sup> Para Dosse (2009) o gênero biográfico tem um caráter híbrido tensionado entre o viés científico e a aspiração à verdade e o elemento ficcional e uso da imaginação histórica no suprimento de deficiências documentais, no entanto, pode ser considerado “um terreno propício à experimentação para o historiador apto a avaliar o caráter ambivalente da epistemologia de sua disciplina, apanhada na tensão entre seu polo científico e seu polo ficcional” (DOSSE, 2009, p.18). Segundo esse historiador tal gênero passou por três fases distintas: a heroica, a modal e a fase atual, iniciada por volta dos anos de 1970, denominada de idade da hermenêutica, quando ocorre uma retomada do gênero. Assim, hodiernamente, os estudos biográficos formaram um campo privilegiado de experimentação para o historiador.

<sup>142</sup> Como se pode ver a retomada do gênero biográfico tem marco semelhante ao das viradas da História Intelectual e da História Cultural. Segundo Dosse (2009, p.242) “A intrusão do biográfico nas ciências sociais sacode alguns postulados “científicos” [...], pois os relatos se situam num espaço entre a escrita e a leitura literárias ou entre escrita e leituras científicas”.

Silva (2002, p.23) defende que para ser considerada como biografia “é necessário que a narração de uma vida seja circunscrita no interior de um espaço social preciso e/ou de um contexto histórico determinado. As biografias intelectuais, que interrelacionam o indivíduo a seu tempo dentro de uma lógica hermenêutica”, portanto,

[...] a História Intelectual reabilita esse gênero de maneira um pouco distinta. Não se trata mais, (...) de narrar de maneira linear e cronológica a vida de um personagem intelectual, mas de buscar nessas trajetórias individuais, imbricadas à própria história intelectual, “os sentidos da vida” (SILVA, 2003, p.21).

Segundo Levillain (2003, p.175) “a biografia pode ser um empreendimento de homologação seja do conhecimento adquirido, seja das ideias prontas sobre um homem, seja das relações entre um sistema político e a coletividade”, enquanto para Krauze (2013, p.15) “la biografía: [eres] un canto en prosa a la vida”. Há, no entanto, visões menos poéticas, como a de Bazant (2013, p.17):

Como todas las escrituras históricas, la biográfica es árdua, a ratos tediosa, a ratos estéril, pero siempre está latente el sentir apasionado que significa la reconstrucción de los trozos de vida de aquel ser humano común y corriente, o bien ilustre, del pasado del cual nos enamoramos.

A autora, justifica tais sentimentos porque “el biógrafo siente esta experiencia transportadora porque está intentando decifrar las emociones y los sentimientos de su biografiado; es decir, es este aspecto vivo lo que alimenta su fuerza, u por momentos siente que vive, incluso, la vida de su biografiado” (BAZANT, 2013, p.17).<sup>143</sup>

De acordo com Lemos (2011) a abordagem biográfica tem o potencial de fornecer instrumentos para a explicação dos problemas sociais pois a “biografia é uma das portas disponíveis para a entrada nos meandros da sociedade. Pelo uso da abstração como recurso analítico, pode-se partir do indivíduo, como síntese singular de determinações sociais, para a compreensão da sociedade” (LEMOS, 2011, p.159).

Dosse (2009, p.195) destaca o caráter multidisciplinar da produção biográfica “que abre caminho para hipóteses não reducionistas”, o que segundo Levillain (2003, p.176) faz da biografia um “lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, [mas apenas] se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes”.

Assim, já que adentramos ao campo metodológico, Almeida (2014, p.299) afirma que na realização de “um trabalho biográfico, quatro elementos devem ser analisados, o papel do

---

<sup>143</sup> Por isso, para Lemos (2011, p.161) o “biógrafo sente-se íntimo de seu personagem”.

historiador, as fontes disponíveis, o contexto no qual o biografado se inclui e por fim a narrativa textual”.

Para esse autor o biógrafo é como um artista que solitária e intuitivamente busca a verdade sobre o seu herói, por isso, ele procura acumular a maior quantidade possível de informações sobre o biografado. Ele está sempre entusiasmado e deseja aproveitar todos os documentos aos quais pode acessar assim como se diverte, comove, se agrada e desagrada com o que vai descobrindo. O biógrafo não está interessado somente nos méritos e triunfos do seu personagem, mas também em suas misérias, defeitos e até vícios. Apesar de solitário, esse trabalho de compilação é justamente o que fará com que ele se aproxime cada vez mais do seu personagem, ou seja, é dessa intimidade que nasce a biografia (ALMEIDA, 2014).

Para Avelar (2011, p.148) “o biógrafo transita por distintas temporalidades, o que implica o abandono da linearidade cronológica. Assim, ganham forma o tempo “contextual” (o cenário político, econômico, cultural), o tempo familiar, o tempo interior, o tempo da memória”.

Dosse (2009), em relação ao papel do biógrafo diante dos intelectuais, se pergunta se descrever um intelectual seria apenas falar da obra do mesmo ou também seria relevante tratar de aspectos de sua vida cotidiana? Esse autor, considera que toda obra é produto do desejo de quem a escreve e no texto se misturam tanto os traços da vida vulgar como os conhecimentos e reflexões mais sofisticadas. Diante disso, propõe uma travessia por meio da obra à vida de forma que “obra e autor aparecem numa irredutibilidade que é como um domínio próprio no qual se revela não uma intenção oculta, mas um já-lá implícito, latente, que mostra ao biógrafo uma longa melodia ininterrupta que é ao mesmo tempo vida e obra” (DOSSE, 2009, p. 369).

Borges (2008) aponta que o biógrafo precisa estabelecer um relacionamento de compreensão com o biografado por meio da empatia evitando-se interpretar as ações ou palavras do personagem por meio de filtros como a “normalidade” ou “racionalidade”, pois, tanto nós, quanto aqueles que biografamos,

[...] não somos modelos de coerência, de continuidade em nossos procedimentos e vivemos em uma tensão entre o vivido e o imaginado, o desejado, entre razão e paixões (amores, medos etc). Leis, normas e práticas existentes são constantemente desrespeitadas; a longa discussão nas ciências humanas entre o que seria "normal" e o que seria um "desvio" das práticas, dos padrões de comportamento nos encaminha para perceber que a discussão entre o que seria normal e patológico é muito complexa. Isso deve levar o biógrafo a caminhar lenta e cuidadosamente em conclusões desse tipo.<sup>144</sup>

---

<sup>144</sup> Nogueira de Faria, ao tratar dessa questão num de seus diários, em registro onde reflete sobre as suas próprias limitações e incoerências atribui, a complexidade de si a sua “humanidade”.

O segundo elemento a ser analisado são as fontes. Em relação a isso Borges (2008, p.212) afirma que a vida de um indivíduo pode ser pesquisada

Por intermédio das "vozes" que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como "sem documentos não há História", os vestígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação.

A historiadora ainda faz questão de lembrar que, a despeito da riqueza que os documentos podem conter, “Infelizmente, a maioria das vezes não ficam documentados os comos e os porquês das decisões do biografado; poucas vezes pode-se acompanhar os desafios decisórios, em **momentos de conflito, as hesitações e dúvidas**. Mas é preciso ter sempre em mente que esses existiram (BORGES, 2008, p.224).

Almeida (2014) relaciona como fontes importantes para a escrita biográfica os documentos oficiais, arquivos pessoais e judiciários, imagens, objetos arqueológicos, periódicos, fontes orais, fontes audiovisuais, moedas, selos, canções, atas administrativas, atas e planos militares, enfim, todas as fontes disponíveis para o trabalho do biógrafo, mas destaca duas fontes: os diários pessoais<sup>145</sup> e as cartas, como expressão da

[...] vida privada, revelações íntimas e jogos simbólicos entre personagens (...). Muitas cartas referem-se a assuntos corriqueiros e sem importância que, entretanto, podem significar chaves explicativas importantes para o pesquisador. Outras cartas poderão escamotear sentimentos e ações, inclusive com a utilização de pseudônimos e códigos entre os missivistas (ALMEIDA, 2014, p.302-303).

Silva (2003, p.22) aponta a entrevista com os familiares, colegas e amigos do autor biografado como uma forma de obter maior compreensão da vida e da obra dos personagens. Em nosso entendimento, a conversa com aqueles que conheceram ou guardam informações acerca do nosso personagem pode ser um recurso importante para dirimir dúvidas e esclarecer aspectos que se encontram obscuros ou não explicados na escrita do biografado<sup>146</sup>. As conversas travadas com parentes de Nogueira de Faria, no caso seu neto Luís Ercílio<sup>147</sup> e seu sobrinho

<sup>145</sup> Acerca dos quais tratamos na seção metodológica. Na construção dessa seção os diários foram muito importantes no sentido de que se configuraram na própria voz de Nogueira de Faria registrando e ao mesmo tempo refletindo sobre episódios de sua vida.

<sup>146</sup> Segundo Borges (2008, p.221) “A memória familiar pode (ou não?) ser fundamental; quanto à memória que faz parte do domínio público, não há dúvida sobre sua importância para o trabalho do historiador”.

<sup>147</sup> Luís Ercílio do Carmo Faria Junior, neto mais velho de Nogueira de Faria, é Bacharel em Geologia, Especialista em Geoquímica, Mestre em Ciências na área da Geologia pelo NCGG/UFPA e Doutor em Ciências Naturais pela Faculdade de Geociências da Universidade de Würzburg/Alemanha. Atualmente é Professor Aposentado da UFPA e colaborador eventual da Faculdade de Oceanografia do Instituto de Geologia. Também atua como Consultor e Assistente Técnico de empresas nas áreas de Meio Ambiente e Mineração. Durante sua carreira acadêmica contribuiu para a criação do Curso de Oceanografia e, posteriormente, da Faculdade de Oceanografia do Instituto de Geociências da UFPA. Ocupou, ainda, os cargos Diretor Técnico e Presidente da Companhia de Mineração do Pará (Paraminérios) e de Diretor de Meio Ambiente da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio



Aurélio do Carmo<sup>148</sup>, durante os acessos aos diários pessoais do intelectual foram importantes para nossa investigação, no sentido de que puderam esclarecer alguns aspectos dos diários como nomes de pessoais citados e fotos anexadas aos registros, dessa forma, essas comunicações pessoais nos ofereceram maior inteligibilidade do pensamento do nosso intelectual em relação a CRC.

Voltando ao pensamento de Almeida (2014) e os quatro elementos apontados por ele como os que devem ser analisados quando realizamos uma produção biográfica, restam ainda a relação entre o biografado e seu contexto de inserção e a própria narrativa biográfica.

No que diz respeito ao contexto, de acordo com esse autor, é fundamental compreendê-lo como alterável e heterogêneo no tempo e no espaço, ou seja, “Ele sofre modificações e o biógrafo deve perceber essas mudanças e indicar no texto como essas alterações afetam o comportamento do biografado” (ALMEIDA, 2014, p.302-303). Além disso, a partir da discussão feita na seção que trata da História Intelectual também falamos da importância do contexto, considerações que ponderamos desnecessárias retomar aqui.

Quanto à narrativa biográfica, Almeida (2014) afirma que esta traduz o trabalho final do biógrafo e também suas relações, tanto com o biografado quanto com o leitor, que serão reveladas a partir do que foi escrito.

Para Avelar (2011, p.148) “Os historiadores devem, portanto, escrever suas biografias dentro de um novo quadro de referências ante o declínio dos grandes paradigmas explicativos

---

Ambiente do Estado do Pará (SECTAM/PA). Adaptado da Plataforma Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4721486H4>. Acesso: 23 mar. 2017. Luís Ercílio foi o primeiro entrevistado e também o familiar que assumiu a função de guardião e protetor dos documentos que o filho de Nogueira de Faria, seu pai, guardou ao longo dos anos.

<sup>148</sup> Aurélio Correia do Carmo nasceu em Belém em 31/01/1922. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Pará em dezembro de 1944. Foi escriturário no TJEP. Em 1945 filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) no Pará. Entre 1945 e 1956 desempenhou as funções de Promotor Público, assistente judiciário cível, chefe da assistência judiciária, secretário do Ministério Público, delegado de polícia de Belém e corregedor do Departamento de Segurança Pública. No governo constitucional de Joaquim de Magalhães Barata, foi Chefe de Polícia. Com a morte de Magalhães Barata em 1959, o vice-governador Luís Geolás de Moura Carvalho apoiou sua candidatura ao Executivo estadual no pleito de outubro de 1960. Nessa eleição, Aurélio foi eleito por maioria absoluta pois a população aderiu a sua proposta de campanha que apontava os problemas de fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água como os principais a serem resolvidos em sua administração. Ainda como governador criou as Centrais Elétricas do Pará (Celpa) e o Banco do Estado do Pará. Em 1964, após o Golpe Militar, foi cassado e perdeu os direitos políticos por dez anos. Afastado da política, exerceu a advocacia. Ainda lecionou direito penal na Faculdade de Direito do Estado do Pará, foi secretário de Estado de Interior e Justiça e procurador da Fazenda Nacional. Foi nomeado desembargador do TJEP em 1972 onde permaneceu até sua aposentadoria compulsória em 1985. Depois de aposentado, continuou exercendo a advocacia em seu escritório particular. Adaptado de: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carmo-aurelio-correia-do>>. Acesso: 23 mar. 2017. Aurélio do Carmo, se considerada “filho de criação” de Nogueira de Faria com quem veio morar, mudando-se do interior do Estado, aos doze anos de idade, a partir de um convite que o próprio desembargador fez para que ele viesse estudar em Belém.

que sustentaram a pesquisa histórica ao longo de boa parte do século XX”. Em relação a isso, Borges (2008, p.216) nos oferece um importante conselho:

Pode-se, hoje, afirmar que não há regras ou métodos indiscutíveis para se escrever a história de uma vida, ou seja, para se produzir uma biografia. Mas pode-se afirmar, também, que os problemas enfrentados são semelhantes aos que precisamos encarar em qualquer trabalho de pesquisa histórica, acrescidos dos inerentes à observação específica da vida de um indivíduo.

Essa autora, no entanto, nos recomenda cuidado ao classificarmos os acontecimentos da vida do biografado como “menores ou maiores” pois esse ato já se configura numa atribuição de sentido, portanto, uma forma de interpretação. Ela ainda sugere que na hierarquização dos acontecimentos o biógrafo tenha em mente que

Não se pode ter a pretensão de esclarecer o mistério de uma vida somente a partir de fatos e de achados concretos; é significativo não só o que se encontrou documentado, mas as incertezas intuídas, as possibilidades perdidas etc. A sensibilidade e a intuição do historiador são muito importantes a fim de **aproveitar ausências e vazios** com os quais ele depara em seu trabalho de pesquisa para também interpretá-los (BORGES, 2008, p.221).

Ainda acerca da narrativa biográfica, Borges (2008) apresenta muitos aportes que consideramos valiosos para o ofício de biografar, no entanto, no espaço desta seção fica inviável listar, mas o leitor pode conhecer esses aportes por meio do texto da autora. Queremos, no entanto, destacar a instigante conclusão dessa historiadora. Ela diz: “não há métodos canônicos para se escrever uma biografia e cada biógrafo vai ter de estar atento aos princípios que enunciaremos, para encontrar finalmente o que considerar boas soluções” (BORGES, 2008, p.223). Para Krauze (2013, p.14) a melhor maneira de escrever uma biografia é

[...] lanzarse a nadar libre e azorosamente em el flujo de los recuerdos y documentos para escuchar atenta y apaciblemente qué nos dicen. El impulso de conocimiento debe ser científico – la búsqueda de la verdade -, pero la vuelta de ese impulso – la recreación – es artística, y no hay reglas que la gobiernen”

Por isso, no entendimento de Levillain (2003, p.175) a biografia “consiste em realizar uma verificação do conhecimento histórico já elaborado, servido de instrumento de medida *sui generis* com suas fontes parcelares, necessariamente parciais e de uma inteligibilidade subjetiva”.

Bazant (20103, p.20) também aponta o caráter investigativo do fazer biográfico “que se desarrolla en el intento de revivir a un ser humano de carne y hueso del pasado, aunque también puede ser del presente; ambos os casos requieren um tratamento distinto y están supeditados a la riqueza óptica de la imaginación histórica”. Ela ainda destaca que “El secreto de una buena biografia es que haya equilibrio entre ambos [el protagonista y su contexto], que

el protagonista interactúe en su escenario, que está circunscrito a sus movimientos de corto, mediano y largo alcances” (BAZANT, 2013, p.23).

Assim, “a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História. A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu” (BORGES, 2008, p.215) de forma que esse gênero tem o potencial de

[...] revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. Tudo depende do nível significativo do personagem. É certo que quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento tem chance de ser rico (LEVILLAIN, 2003, p.175).

Mas a despeito de tudo isso, a produção biográfica não tem condições de esgotar a diversidade humana, pois “É impossível se esgotar o absoluto do ‘eu’ ” (BORGES, 2008, p.216-217), seja na compreensão da própria vida, seja na daqueles que pesquisamos”. No entanto, ela aposta “é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida” (LEVILLAIN, 2003, p.176).

Em relação ao pensamento dos intelectuais, a biografia pode contribuir para o reconhecimento da importância dos sujeitos históricos nos objetos e resultados de suas elaborações intelectuais e da intervenção individual em processos coletivos que se manifestam em determinadas condições sociais.

Nesse sentido, o gênero biográfico reconhece no “grande homem um indivíduo proeminente que é ao mesmo tempo um produto e um agente do processo histórico, ao mesmo tempo representativo e criador de forças sociais que mudam a forma do mundo e os pensamentos dos homens” (CARR, 1989, p.19). Lemos (2011, p.161) sintetiza essa ideia afirmando que o grande homem “pode ser entendido como uma expressão de movimentos igualmente sociais”.

## **5.2 Reconhecendo Raymundo Nogueira de Faria como um intelectual**

De acordo com Bobbio (1997, p.11) “Toda sociedade tem os seus detentores do poder ideológico, cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiantes sendo também as relações, ora de contraposição, ora de aliança, que eles mantêm com os demais poderes”. Com isso ele quer dizer que os intelectuais, ou seja, aqueles que detêm o poder ideológico, sempre existiram (mesmo que com denominações diferentes), porque sempre houve aqueles que exerceram esse poder “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de

símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO, 1997, p.11).

Um exemplo dessa “onipresença histórica” encontra-se na obra de Jacques Le Goff (2003) que ao tratar dos intelectuais ainda na Idade Média os apresenta como “aqueles cujo ofício é pensar e ensinar o pensamento” (LE GOFF, 2003, p.23) ou também os que se propõem a “escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente, tem uma atividade de professor erudito” (LE GOFF, 2003, p.30), daí sua importância nas sociedades de sua época pois se propõem a compreender o mundo, os homens e as ideias. Tal compreensão é registrada por meio da escrita onde os intelectuais delineiam seus métodos de trabalho. Por isso, de acordo com Botelho (2004),

[...] se o exercício do poder ideológico caracteriza a especificidade dos intelectuais nas sociedades e, como visto, está em vários sentidos suscetível a condicionantes de ordens diversas, todos eles, inclusive, sujeitos às mais variadas possibilidades de combinação.

Nesse sentido, os intelectuais assumem o importante papel de críticos de uma realidade ou de legitimadores de uma determinada ordem por serem “portadores de uma percepção histórica que lhes permite estar em contato com todos os pontos de vista, deles tirando as grandes sínteses culturais possíveis” (GONZALEZ, 2001, p.32).

Nesse sentido Daniel Pécaut (1990, p.10) complementa que “em todas as épocas, ou quase, os governantes pareceram querer se apropriar das representações do fenômeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com frequência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado”.

Assim, a principal função do intelectual é mostrar uma “Verdade” na concepção que ele pronuncia em seus textos ou livros, iluminando o que o inculto desconhece ou é incapaz de perceber. Por isso, a partir do momento que tem um papel público na sociedade, o intelectual “não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses” (SAID, 2005, p.25).

Em relação a isso, Said (2003, p.35) afirma que “O papel do intelectual, de modo geral, é elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder individual, em todo lugar e momento em que seja possível” com vistas a “derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação” (SAID, 2005, p.10).

Para Lopes (2003, p.41) o que caracteriza um intelectual, segundo os pressupostos da HI, é que ele tenha “adquirido notoriedade colocando sua verve, ou melhor, seus dotes de

retórica e seu prestígio pessoal a serviço do bem-estar de seus compatriotas (...). E, além disso, o fato de se bater na defesa de valores universais como a verdade e a justiça”.

Nesse caso, entendemos que Raymundo Nogueira de Faria pode ser classificado como intelectual já que enquanto bacharel em direito e juiz de menores (e antes mesmo disso) identificou-se com a situação das crianças órfãs, pobres, desvalidas e delinquentes, grande preocupação da sociedade nos anos de 1930 e usou do seu prestígio pessoal, enquanto amigo do interventor federal Magalhães Barata, para concretizar o sonho de construir uma colônia reformatória na Ilha de Cotijuba, que serviria de um lar substituto a todos os meninos sem famílias e também aqueles que embora as tivesse não tenha sido amparado, protegido e cuidado adequadamente, ou seja, ele estava alinhado aos fracos e aos que não tinham representação, característica que Said (2005) aponta como típica dos intelectuais.

Graças ao seu prestígio, a campanha pública de arrecadação de recursos para a construção da Colônia foi tão bem-sucedida, contando com o envolvimento de diferentes grupos sociais como os estudantes do Ginásio Paes de Carvalho (MOREIRA, 1974), além de importantes autoridades paraenses que acompanharam e apoiaram a construção da CRC.

Mas quem seriam os intelectuais? Gonzalez (2001, p.116) considera que a definição do que é um intelectual e da sua função tem um caráter perturbador, mesmo assim os define como “pedaços de uma argamassa cultural que se ilude com uma unidade impossível e que está condenada à fragmentação, às lutas sociais”. Nessa tentativa de conceituação lançaremos mãos das ideias de autores como Gramsci (1982), Foucault (1997), dentre outros, como veremos a seguir.

Gramsci (1982) define os intelectuais como possuidores de uma capacidade dirigente e técnica e também como expressão de uma “utopia social, segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes”, autônomos, revestidos de características próprias, etc.” (GRAMSCI, 1982, p.6)

Segundo Altamirano (2005), os intelectuais são as vanguardas ou as elites culturais dos países, ou seja, homens de letras, doutores ou literatos que ao longo da história foram agentes com participação destacada na discussão das problemáticas de seu tempo e espaço. Quanto a essa circunscrição temporal Pécaut (1990, p.8) destaca que embora radicados “em seu tempo, nem por isso os intelectuais deixam de ter o privilégio de se situarem, graças ao seu conhecimento, à frente dos seus contemporâneos”.

Wasserman (2015, p.64) refere-se aos intelectuais como os letrados ou homens de cultura, como agentes que se fizeram presentes e, principalmente, participaram dos processos

históricos mais relevantes, usando suas habilidades para “discutir, argumentar, projetar o futuro a serviço de combates políticos”.

Para Said (2005, p.12) os intelectuais são “aquelas figuras cujo desempenho público não pode ser previsto nem forçado a enquadrar-se num slogan, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma rígido”. São aqueles dotados “de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2005, p.25). De acordo com esse autor o intelectual é

[...] alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer isso em público (SAID, 2005, p.35).

Sowell (2011) define os intelectuais como categoria ocupacional formada por aqueles cujas ocupações relativas a sua profissão funcionam basicamente em função das ideias, ou seja,

No âmago do exercício da atividade intelectual encontramos a noção do operador de ideias como tal (...) O trabalho de um intelectual começa e termina com ideias, sem levar em conta a influência que essas ideias possam ou não exercer sobre a vida concreta - nas mãos de terceiros (SOWELL, 2011, p.19).

Essa definição aproxima-se da acepção de Bobbio (1997) para quem a maioria dos intelectuais é mais reconhecida pela elaboração e transmissão de conhecimentos, teorias, doutrinas e diagnósticos que objetivam apresentar alternativas para as problemáticas da sociedade e, por isso, emitem opiniões sobre os mais variados assuntos e constroem complexas concepções do mundo, nessa compreensão o intelectual seria “alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas” (BOBBIO, 1997, p.68).

Consideramos, no entanto, que os intelectuais não se dedicam apenas ao campo das ideias, mas concretizaram empreendimentos, como por exemplo, o desembargador Nogueira de Faria, que possui diversas realizações no campo social, como a fundação de estabelecimentos educativos (Escola Mont’Alverne, IPAI etc). Por isso, ponderamos que a definição de Gonzalez (2001), por seu caráter problematizador, é mais adequada para conceituar o intelectual, que surge a partir, sobretudo, do século 20, já que para esse autor,

[...] o intelectual é a mais frágil ação que se desenvolve na sociedade, precisamente porque não pode evitar transmitir suas contradições. (...) O intelectual é a demonstração, no nível das escrituras, dos símbolos, da criação de novos valores, de que esses fatos contraditórios existem como matéria-prima da realidade social (GONZALEZ, 2001, p.109-110).

Carlo Marletti (1998) corrobora esse entendimento e defende que só é possível falarmos em “intelectuais” a partir da modernidade por conta do desenvolvimento das forças produtivas, do rompimento das organizações corporativas e do processo de crescimento das cidades, pois, nesse contexto, os intelectuais, ao contrário dos sábios, doutores e sacerdotes reclamam seu direito à autonomia reflexiva apresentando-se como representantes da opinião popular e como interventores nos assuntos públicos.

Le Goff (2003, p.37) ratifica essa afirmação e destaca que é na Idade Média ocidental que nascem tanto os intelectuais quanto as cidades, que “são placas giratórias da circulação dos homens, responsáveis tanto pelas ideias como pelas mercadorias, são os pontos de troca, os mercados e as encruzilhadas do comércio intelectual” de maneira que, para o intelectual a urbe é o espaço onde ele exercerá seu papel, por isso, a condição de membro de uma comunidade urbana é determinante para que ele defina tanto o seu papel quanto o dos outros homens.

Para Gonzalez (2001, p.20) o intelectual “nada compreenderá da vida social se não ensaiar em seu próprio corpo e com sua própria vida todas as formas possíveis de humilhação social, encarnando e sofrendo em carne viva as rotinas sociais da opressão”, sendo a cidade o lugar por excelência da diversidade, da diferenciação, dos confrontos de ideias etc. Tal compreensão está de acordo com o que afirma Gramsci (1982, p.8) acerca da atividade intelectual cuja principal valor

[...] não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro - e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político).

Como se pode ver a noção de intelectual tem um caráter polissêmico o que promove certa imprecisão “para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram com as mutações da sociedade” (SIRINELLI, 2003, p.242).

É preciso esclarecer que o intelectual, para agir, não precisa ser comissionado pois, “é próprio do ofício do intelectual arvorar-se em defesa dos valores transcendentais para a sociedade. Por outro lado, essa defesa se assume sem que, para tanto, receba necessariamente algum mandato da sociedade” (GONZALEZ, 2001, p.119), de tal forma que o intelectual pode ser caracterizado “como um exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder” (SAID, 2005, p.15), tornando-se “uma espécie de memória alternativa, que exponha seu próprio discurso alternativo, que não permita que a consciência

ignore a realidade ou fique adormecida” (SAID, 2003, p.40), o que faz dele um outsider, um perturbador<sup>149</sup> do *status quo* (SAID, 2005).

Acerca desse sentimento Pécaut (1990) demonstrou que nem sempre o intelectual está a favor dos mais fracos, muitas vezes ele se identifica com o Estado e com sua política passando a ser seu principal defensor já que muitos intelectuais se colocam perante a sociedade, em posição homóloga à do Estado, para esse tipo Gonzalez (2001) denomina de “intelectuais do círculo do poder”, acerca dos quais falaremos mais adiante.

Bobbio (1997) divide os intelectuais em dois grupos. O primeiro deles é o dos Ideólogos (ou utopistas) e o segundo grupo é o dos Expertos. Enquanto os primeiros pensam acerca da realidade social e fornecem os princípios-guia, os demais operacionalizam os mapas traçados pelo ideólogo, ou seja, fornecem os conhecimentos-meio, de forma que até mesmo os deveres de cada tipo são distintos,

O dever dos primeiros [ideólogos] é o de serem fiéis a certos princípios, custe o que custar; o dever dos segundos é o de propor meios adequados ao fim e, portanto, de levar em conta as consequências que podem derivar dos meios propostos”. Com isso não está dito que os primeiros não tenham também eles a sua responsabilidade; mas é uma responsabilidade diversa. É uma responsabilidade com respeito à pureza dos princípios, não às consequências que podem derivar dos princípios. (BOBBIO, 1997, p. 97)

Gonzalez (2001) propõe uma tipologia com sete grupos de intelectuais, definidos a partir do seu posicionamento em relação à realidade e suas vicissitudes. São eles: 1) o intelectual maldito; 2) o intelectual precursor; 3) o intelectual revolucionário; 4) o intelectual populista; 5) o intelectual cosmopolita; 6) o intelectual orgânico; e 7) o intelectual do círculo do poder. Este último poderia ser caracterizado como o tipo de intelectual que pensa a sua “atividade intelectual como uma vocação que só tem sentido ao redor de um núcleo irradiador de força e de sentido” (GONZALEZ, 2001, p.103), o que não deve ser confundido com uma postura caracterizada pela complacência e adulação.

Pécaut (1990) nos auxilia na melhor compreensão desse fenômeno ao analisar a relação que os intelectuais estabeleceram com o Estado no início do século 20. Ele explica que no início do século passado, a questão da identidade nacional era uma grande preocupação para os intelectuais, pois embora eles confirmassem a sua existência não consideravam que a mesma tenha sido suficiente para a constituição política do brasileiro, assim, “essa nova geração de

---

<sup>149</sup> Segundo Said (2005, p.26) o papel do intelectual “encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete”.



intelectuais não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas ainda divisou o lugar que, naquele momento, poderia ocupar dentro da nação” (PÉCAUT, 1990, p.29).

Esse posicionamento dos intelectuais intentava demonstrar “que entre o ofício do intelectual e o de governante existe uma profunda semelhança” (PÉCAUT, 1990, p.31) de forma que o intelectual, no início do novecentos inseriu-se na construção orgânica da sociedade e também do poder ao assumir a função de assessorar o Estado a realizar seu projeto nacionalista, de forma que,

A geração dos anos 25-40 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente (PÉCAUT, 1990, p.22).

Em relação ao Estado, desejoso como estava, de realizar a unidade orgânica da nação recorreu aos intelectuais de forma que

[...] foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional. Se os intelectuais aderiram a uma “ideologia de Estado”, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo “intelectual” (PÉCAUT, 1990, p.72,73).

Para recompensar os intelectuais por sua contribuição à construção da identidade nacional o Estado passa a oferecer-lhe postos de trabalho por meio da inserção na administração pública de tal maneira que enquanto os intelectuais permanecessem fieis, eles “seu teriam lugar garantido nas fileiras do Estado” (PÉCAUT, 1990, p.74). Isso funcionou tão bem que

Com o fortalecimento do Estado, ocorrido após 1930, [os intelectuais] teriam sucumbido por fim à sedução dos empregos públicos que lhes foram oferecidos (...). Portanto, as opiniões ideológicas que professavam seriam, no essencial, apenas o produto de uma estratégia para preservar suas posições nas elites dirigentes (PÉCAUT, 1990, p.20).

A partir da tipologia anteriormente apresentada por Gonzalez (2001) cremos que Nogueira de Faria seria um intelectual do “círculo do poder” pois sua atividade intelectual é fundamentalmente política.

Quanto a isso Gonzalez (2001, p.107) destaca: “E, se o intelectual do círculo do poder leva até as últimas consequências sua relação com o herói coletivo, erguerá sua literatura em relação a ele, tornando-o seu personagem literário principal”. Em nosso entendimento, isto foi o que ocorreu em relação a Raymundo Nogueira de Faria, já que se percebe a partir dos seus diários pessoais que ele não assumiu atitude subserviente e bajulatória em relação a Magalhães Barata. Como o próprio intelectual afirma: “Sempre cumpri o meu dever sem o sacrifício da minha dignidade ou da minha consciência” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.41, nota).

Sirinelli (2003) propõe uma definição com duas acepções de intelectual. A primeira, que o autor classifica de ampla e sociocultural, que compreende os criadores e “mediadores” culturais, grupo onde podem ser incluídos os jornalistas, os escritores, os professores secundários e também os eruditos. A segunda concepção é mais restrita “e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades diferentes, como por exemplo, a assinatura de manifestos” (SIRINELLI, 2003, p.243)<sup>150</sup>.

Para Zanotto (2008, p.38) a tipologia proposta por Sirinelli nos remete “à notoriedade do grupo dos intelectuais, assim como à sua capacidade de especialistas em dado tema que podem pôr a serviço da causa que defendem”. Ela destaca que as definições apresentadas pelo autor contribuíram para a utilização de novas ferramentas “teórico-metodológicas que podem auxiliar nos estudos sobre este grupo social, das quais são destaques: a reconstituição de itinerários, a noção de geração e de estruturas de sociabilidade” (ZANOTTO, 2008, p.38). Tais elementos foram utilizados nesta Tese ao relacionarmos a obra de Nogueira de Faria e o atendimento a “delinquência juvenil”, que serão tratados mais adiante, ainda nesta seção.

De acordo com Foucault (1997) não podemos pensar sobre o papel do intelectual alienado de seu engajamento político, pois, no entendimento dele,

O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso (FOUCAULT, 1997, p.71).

Para demonstrar isso ele vai apontar a diferença entre dois tipos de intelectual: o universal e o específico. O intelectual universal<sup>151</sup> é aquele que atua num plano universal ou exemplar, é tido como a consciência de todos por supostamente ter uma visão global da sociedade e agir em função disto, é aquele dito “de esquerda” e que durante muito tempo “tomou a palavra e viu reconhecido o seu direito de falar enquanto dono de verdade e de justiça” (FOUCAULT, 1997. p.9), por isso, é visto como representante daquilo que é universal, dos pequenos, dos que não têm voz e coragem para se expressar.

Este tipo de intelectual é o típico escritor, aquele que tem uma consciência universal e é um sujeito livre que se opõe aos que servem ao Estado ou ao Capital, e tem sua imagem derivada de uma figura histórica bem particular: a do homem da justiça ou homem da lei, ou

---

<sup>150</sup> Essas definições são balizadas pelas representações sociais do intelectual que, segundo Sirinelli (2003), na sociedade francesa, vão da imagem religiosa dos intelectuais paladinos das grandes causas contemporâneas, até a leitura antiintelectualista de um século 20 desestabilizado pela ação perniciososa dos intelectuais, fermentos da dissolução nacional e agentes da perversão social na França.

<sup>151</sup> Também conhecido como “intelectual internacional ou cosmopolita” (VIEIRA, 1987)

seja, aquele que opõe a ideia de uma única justiça e de uma lei ideal ao despotismo, ao abuso e à arrogância da riqueza.

Vieira (1987) afirma que a esse tipo de intelectual se coloca “acima das circunstâncias” pois considera que a vida circundante não possui atrativos suficientes para o seu “notório saber”. Segundo essa autora, esses “intelectuais, recusam-se a “sujar as mãos” com tarefas aparentemente simples como a de *socializar* um conhecimento erudito que, diga-se de passagem, adquiriram às custas de rigorosos estudos e incomum esforço de busca de uma “nova verdade”, ainda que esta nem sempre fosse a de seu tempo e lugar” (VIEIRA, 1987, p.67-68).

O intelectual específico é aquele que atua local e regionalmente, com um engajamento válido para agir sobre o regime de “verdade/poder” onde está inserido, ou seja, ele é capaz de utilizar criticamente suas competências no trato de problemas específicos operando sobre problemas bem definidos com uma intervenção característica a partir de seus conhecimentos múltiplos. São exemplos desse tipo de intelectual os juízes, psiquiatras, médicos, assistentes sociais, pedagogos e outros, cada um atuando em seu próprio contexto por meio de influência mútua e de suas redes de apoio (FOUCAULT, 1997). Nessa perspectiva

O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...). Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer! (FOUCAULT, 1997, p.151)

Por isso, no entendimento de Foucault (1997, p.11) a principal diferença entre esses dois tipos de intelectuais é que enquanto o intelectual universal concentra todo o saber e detém sozinho os valores de todos, o intelectual específico é aquele

[...] que se opõe ao soberano ou aos governantes injustos e faz ouvir seu grito até na imortalidade; é aquele que detém, com alguns outros, ao serviço do Estado ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida. Não mais cantor da eternidade, mas estrategista da vida e da morte. Vivemos atualmente o desaparecimento do "grande escritor".

Nesse sentido, a partir do entendimento foucaultiano, podemos considerar Raymundo Nogueira de Faria como um intelectual específico à medida em que ele se voltou para um problema local que se apresenta em determinada prática, no caso a “delinquência juvenil” no Estado do Pará, notadamente em Belém, e, partindo disso, toma a atitude de apresentar uma proposta de resolução fundamentada em seus conhecimentos múltiplos (jurídico, educacional, político etc).

Foucault também aponta que o intelectual específico cresceu em importância principalmente a partir dos anos 1920, período em que Nogueira de Faria ingressa na magistratura, assume a titularidade da primeira vara de menores do Estado do Pará, funda a Colônia Reformatória de Cotijuba e também ascende ao desembargo e torna-se o principal assessor do interventor federal Magalhães Barata, assim, essa noção da geração do nosso intelectual reforça nossa intenção de identificá-lo nessa tipologia de Foucault.

Depois de tudo isso, podemos constatar e afirmar que a heterogeneidade de opiniões, de posicionamentos políticos, de atividades profissionais e de comportamentos diante dos problemas da sociedade ocasiona as mais diversas acepções de intelectual, mas é preciso deixar claro que

[...] para tornar-se um intelectual, na acepção moderna do termo, não basta pensar, elaborar conhecimentos acerca da sociedade e de seus problemas ou produzir objetos culturais concretos. A definição de intelectual, independente da atividade profissional, ou da natureza reflexiva do seu trabalho, está **condicionada pela intervenção desses produtos ou elaborações reflexivas nos assuntos públicos** (WASSERMAN, 2015, p.64-65, Grifo nosso).

Sirinelli (2003) destaca que um intelectual se define sempre por referência a um legado (como intermediação, ou mesmo como ruptura), por isso, os estudos no campo da HI não devem desconsiderar a responsabilidade do intelectual, atentando para seus erros e acertos, para as ideias avançadas e também retrógradas. Para ser bem-sucedido nesse aspecto, Sirinelli sugere que o pesquisador “destrinche” as relações entre a ideologia do intelectual e a cultura política da sua época, levando em conta a natureza do objeto que estaria vinculada à meta política correspondente aos confrontos ideológicos e políticos.

Para Said (2003, p.38) a atividade do intelectual na sociedade pode assumir “muitas frentes, muitos lugares, muitos estilos, e que mantêm em uso tanto o sentido de oposição quanto o sentido de participação engajada” (SAID, 2003, p.38) já que

[...] todos os intelectuais representam alguma coisa para seus respectivos públicos e, dessa forma, se auto-representam diante de si próprios. Seja um acadêmico, seja um ensaísta boêmio ou um consultor do Departamento de Defesa, o intelectual faz o que faz de acordo com uma ideia ou representação que tem si mesmo fazendo essa coisa (SAID, 2005, p.14).

Assim, “apesar de ninguém poder saber tudo, deve ser possível discernir os elementos de uma disputa ou tensão ou problema próximo de nós, que pode ser dialeticamente elucidado, e também sentir que outras pessoas têm um interesse semelhante e trabalhar num projeto conjunto” (SAID, 2003, p.38) e o intelectual pode ser o potencializador disso.

Para Gramsci (2001, p.18) “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”, com isso, ele pretende dizer que

[...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1982, p.7-8).

Tal conceito defende a ideia de que todas as pessoas têm potencial de promover novas maneiras de pensar já que são partícipes “de uma concepção de mundo e de uma conduta moral” (MISKULIN, 2009, p.19), no entanto, nem todas desenvolvem atividades intelectuais, sendo que, dentre os que as desenvolvem existem dois tipos: os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos.

De acordo com Sirinelli (2003), ao contrário de Gramsci, os intelectuais formam um grupo pequeno e, como a historiografia tradicionalmente se interessa pelas “massas”, o estudo do pensamento deles foi colocado em “ângulo morto” nas investigações acadêmicas, marginalizando-os, mas destaca que não se pode afirmar a existência de um descrédito em relação aos intelectuais em si.

No entendimento de Zanotto (2008), além de pequeno, o grupo social dos intelectuais apresenta dificuldades de delimitação o que pode ter afastado os pesquisadores desse campo, principalmente considerando outros aspectos que a autora também considera complexos.

Para Sirinelli (2003), em relação aos intelectuais, a historiografia precisa avançar. Para tanto, sugere uma HI norteada pelas seguintes questões: Quem são e que papel desempenham os intelectuais? Como e quando as ideias chegaram até eles? Qual a importância do estudo do comportamento político dos intelectuais? Porque alguns permanecem na penumbra e outros não? Para responder a esses questionamentos, Sirinelli também recomenda uma cartografia dos intelectuais que contemple **itinerários de formação**, suas **redes de sociabilidade** (filiação política) e a **noção de geração** (SIRINELLI, 2003).

Ainda de acordo com Sirinelli (2003) a observação dos itinerários políticos dos intelectuais revela o engajamento deles, enquanto o estudo das redes de sociabilidade demonstra as ideologias e a cultura política produzidas numa determinada época ou que foram veiculadas pelos intelectuais em dado momento, já o enfoque na noção de geração está relacionado com as solidariedades estabelecidas entre os intelectuais, a partir de um marco<sup>152</sup> que os diferencie dos intelectuais de outro grupo.

---

<sup>152</sup> Segundo Alves (2012, p.119) tal marco seriam os “eventos que anteriormente e na formação do processo de que se apresenta como geracional, fizeram-na emergir como agente histórico”.

Esses conceitos podem auxiliar no desenho de mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais, desde que o pesquisador não desconsidere as sensibilidades e representações multiformes, elásticas, de contornos incertos e bordas porosas onde as ideologias e a cultura política são produzidas, assim como o próprio intelectual é produzido.

Cláudia Alves, a partir do pensamento de Sirinelli, entende que os intelectuais são indivíduos inseridos em dimensões espaço-temporais múltiplas, por isso, seus itinerários de formação vão além da

[...] simples menção às etapas de vida e formação escolar, mas a tentativa de apreensão de como se foi construindo o “intelectual” em cada momento e em cada experiência, evitando a projeção de sua figura, tal como aparece ao fim da vida, sobre momentos anteriores, de forma a perceber que o caminho não estava predefinido (ALVES, 2012, p.116).

Nesse sentido, de acordo com Alves (2012), a construção de itinerários deve considerar a família, o meio social de origem, o grupo de pertencimento, assim como as adesões temporárias ou duradouras dos intelectuais, pois tudo isso compõe o processo de torna-se intelectual. As “vivências cotidianas, que marcam a sensibilidade, as escolhas, as afinidades, as aproximações e os deslocamentos que conformam o desenho da trajetória intelectual” (ALVES, 2012, p.116) são outros aspectos que também devem ser levados em consideração.

De acordo com Dosse (2004) as redes de sociabilidade e a noção de geração são conectores importantes para se dar conta de um material heterogêneo como é o usado na HI. A primeira por permitir a reconstituição da própria HI, destacando as estruturas elementares de sociabilidade<sup>153</sup> e a segunda por evidenciar “o impacto do acontecimento histórico na vida intelectual” (DOSSE, 2004, p.302), de forma que

Se postularmos uma autonomia do campo intelectual com os ritos e regras específicas de uma sociabilidade intelectual, estas pertenceriam, isso sim, a um campo magnético muito heterogêneo e cada vez mais flutuante no tempo, o que exige um olhar de historiador (DOSSE, 2004, p.302).

Para Alves (2012, p.118) “a sociabilidade se consolida em práticas estabilizadoras dos mesmos grupos intelectuais, tais como a frequência a determinados lugares, a troca de correspondência, a publicação de textos em certos periódicos, por exemplo.” Sendo que a

---

<sup>153</sup> De acordo com Dosse (2004, p.302-303) fazem parte das estruturas de sociabilidade “as revistas que são o suporte do campo intelectual, locais muito preciosos para analisar a evolução das ideias já que são locais de fermentação intelectual e de reações efetivas, (...). O segundo observatório é constituído pelos manifestos e outras petições que permitem ao meio contabilizar-se em um protesto, e representa portanto um bom sismógrafo para o historiador. Em terceiro lugar, o estudo das redes permite a restituição dos microclimas singulares”. Wasserman (2015) define as estruturas de sociabilidade como complexas relações que os intelectuais estabelecem entre si e os locais (espaços físicos) onde eles se reúnem de modo a formarem redes intelectuais que influenciam outros indivíduos.

pesquisadora considera que “a reconstituição dos elos de ligação com pessoas e lugares demonstrou-se indispensável” (ALVES, 2012, p.117) para a HI.

Quanto à noção de geração, de acordo com Wasserman (2015, p.71), “não se refere tanto aos nascidos em uma mesma época, mas está relacionada com marcos, episódios e processos históricos vividos por indivíduos de diferentes idades e cujas vidas foram impactadas por essas ocorrências”, ou seja, tal conceito “depende de um conjunto de afinidades, de sensibilidades comuns, herdadas e vivenciadas, capazes de condicionar o sentimento de partilha de um mesmo destino” (SILVA, 2003, p.23).

Segundo Alves (2012) a noção de geração também se constrói levando-se em consideração as diferenças de classes sociais, de gênero, a dispersão geográfica, a inserção profissional, as tradições regionais, o acesso à escolarização, acontecimentos políticos, conjunturas econômicas, mudanças culturais, e no caso específico do “Brasil, deveríamos incluir, ainda, as diferenças étnico-raciais, tão acentuadas nas clivagens que marcam nossa história nacional” (ALVES, 2012, p.119).

Para concluir essa subseção apresentamos argumentos quanto à importância dos estudos acerca dos intelectuais.

Bobbio (1997, p.92) considera que as investigações em HI têm forte influência da sociedade no sentido de que toda “vez que a cena política é atravessada por uma ação que sai fora dos esquemas habituais, volta ao palco com particular força o tema da relação entre os intelectuais e a política”. Autores como Said (2005, p.25) também destacam a importância dos intelectuais, o que ele considera que pode ser comprovado pelo fato de que

Cada região do mundo produziu seus intelectuais, e cada uma dessas formações é debatida e argumentada com uma paixão ardente. Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos.

A despeito disso, historiadores como Sirinelli (2003) destacam que se considerarmos que os intelectuais normalmente escrevem muito, qualquer pesquisa que tenha como fontes os seus escritos será necessariamente longa e ingrata e não poderá abrir mão da exegese dos textos impressos. Ele ainda acrescenta que a “abundância da documentação também é própria do campo estudado e constitui um obstáculo extra” (SIRINELLI, 2003, p.244).

Ainda em relação ao tratamento das fontes, Silva (2002, p.25) defende que “a história intelectual requer técnicas e procedimentos específicos de organização de fontes”. É inegável, porém, o potencial que essa especialidade histórica tem para a compreensão de uma sociedade situada num determinado contexto.

Wasserman (2015, p.77) declara: “a despeito das dificuldades de definição da natureza e das funções dos intelectuais e, mesmo considerando a multiplicidade de abordagens possíveis, a história intelectual pode fornecer pistas muito concretas sobre as sociedades e seus problemas ao longo da história”. Botelho (2004, p.109) contribui com esse debate afirmando que “a avaliação da especificidade desse legado histórico do protagonismo dos intelectuais brasileiros continua sendo condição para a compreensão tanto das potencialidades do presente, quanto das perspectivas de futuro da sociedade”.

Já no entendimento de Vieira (2008) o estudo dos intelectuais pode ser considerado importante porque

[...] o reconhecimento e a caracterização dos agentes são operações cruciais para estabelecermos os liames entre o plano subjetivo dos sentidos e o plano objetivo das práticas sociais. O processo de reconhecimento e de nomeação dos agentes, sejam eles grandes ícones do pensamento científico ou grupos profissionais e/ou religiosos, requer rigor, visto que este envolve a assunção de significados que incidem sobre o processo de interpretação (VIEIRA, 2008, p.80-81).

Acerca desses agentes, Sirinelli (2003) recomenda que não devemos nos limitar ao estudo do pensamento dos “grandes” intelectuais, mas, ao contrário, devemos descer

[...] até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política.

Isso porque, de acordo com as conclusões de Alves (2012, p.131), a partir dos estudos do pensamento de Sirinelli, a “reflexão sobre os intelectuais é, no fundo, uma reflexão sobre a própria possibilidade histórica de se perseguir a construção de formas de inteligibilidade do mundo que se mostrem como alternativas de se viver coletivamente, que é o sentido genuíno da política”.

Finalizando, deixamos o registro das expectativas de Michel Foucault acerca do papel do intelectual em nossa sociedade, que de certa forma nos apontam, pelo menos no entendimento desse autor, como os intelectuais poderiam ou deveriam ser, assim como o grau de importância da realização de investigações acerca dos intelectuais. Assim, proclama Foucault (1979, p. 242):

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; que contribui, no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da



revolução, se ela vale a pena e qual (quero dizer qual revolução e qual pena). Que fique claro que os únicos que podem responder são os que aceitam arriscar a vida para fazê-la

### 5.3 Itinerários, redes de sociabilidade e a noção de geração de Raymundo Nogueira de Faria

**IMAGEM 13:** Raymundo Nogueira de Faria aos 44 anos.



Fonte: Diário pessoal

#### 5.3.1 A Trajetória pessoal

Raymundo Nogueira de Faria nasceu na cidade de Óbidos<sup>154</sup>, em 15 de outubro de 1884. Ficou órfão aos quatro anos de idade e por isso teve que mudar-se para a cidade de Belém onde ficou aos cuidados de uma tia materna, Clara, a quem ele expressava muita gratidão pela acolhida (NOGUEIRA DE FARIA, 10/06/1932).

Em 1905 casou-se pela primeira vez, tornando-se viúvo no ano seguinte, quando sua esposa Maria Alzira Costa do Carmo, após um quadro clínico de eclampsia, faleceu. O parto também levou à morte o bebê que ela gestava, uma menina que se chamaria Esperança. No

<sup>154</sup> Óbidos, situada na embocadura do Rio Trombetas, à margem esquerda do Rio Amazonas, numa região originalmente ocupada pelos índios Paxis, foi elevado à condição de cidade em 1854. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/obidos.pdf>>. Acesso em 07. de nov. de 2016.

trecho de um livro escrito anos depois, Nogueira de Faria revela aspectos da dor causada por essas perdas: “Morre-nos algum ser querido. A sua afeição era para nós um grande bem. Essa perda enche o nosso coração de angustias supremas e uma tristeza indizível se apodera de nós” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.71).

**IMAGEM 14:** D. Zita, primeira esposa de Nogueira de Faria



Fonte: Diário pessoal

Dez anos depois do primeiro matrimônio realizou novo enlace com sua cunhada, Maria Torquata Costa do Carmo, ou D. Pequenina, como era conhecida, com quem viveu por 42 anos, até seu falecimento, e teve cinco filhos e duas filhas: Alberto José (1917), Luís Ercílio (1919), Alcino Oscar (1920), Lauro Cássio (1921), Mário Victor (1923), Alzira Emygdia (1926) e Rachel Edy (1927).<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> Entre parênteses encontram o ano de nascimento dos filhos do intelectual.

**IMAGEM 15: D. Pequeninina e Nogueira de Faria (1933)****Fonte:** Diário Pessoal.

Segundo os diários pessoais de Nogueira de Faria esse matrimônio contou com a oposição tanto da família da moça, extremamente católica, quanto dos companheiros do movimento espírita, em especial da Sra. Elmira Lima, que não concordavam que o intelectual tivesse escolhido para esposa uma mulher que não professasse a mesma fé que ele e, por isso, em dado momento pudesse impedi-lo de permanecer envolvido e militante na causa do espiritismo do Pará. Acerca disso ele reflete:

Pelo facto de procurar construir, ter o meu lar [rasura] com uma creatura que não professa as mesmas ideias? E possível. Mas onde a lei suprema do amôr? Cazar-me contra vontade de Mamãe? Mas porque será que mamãe não quer? Será somente porque necessita de mim? Não será também porque malquer a familia Matheus? E neste caso a obra da malquerença deve preponderar sobre a do amor? Emfim: farei mal procurando unir meus destinos a Peq.? Ah! Quem me dera a previsão do futuro! Entretanto caminho confiante. Tenho minha consciencia em paz. Fugindo a todas as tentações, tenho procurado ser virtuoso (NOGUEIRA DE FARIA, 10/04/1915).

Vencer a oposição da família do professor Matheus do Carmo, pai primeira esposa de Nogueira de Faria e também de D. Pequeninina, foi motivo de vitória para nosso intelectual:

Hoje tive o sim da familia Matheus. Houve apenas uma exigencia: a do casamento religioso... Para nós a religião é uma [//r?]. Religiões são productos da cultura humana. Além disso eu prezo a tolerancia. [?]? ... Confio em Deus. Comtudo esse consentimento vale por uma grande victoria moral. Eis porque sou grato ao Espiritismo... Que Deus me conserve sempre fiel aos seus principios. – e que me perdoe si erro... (NOGUEIRA DE FARIA, 1915).

Essa oposição ao casal, embora aparentemente possa ser encarada como uma questão doméstica, reflete aspectos da disputa que naquele momento se estabelecia no Brasil e na cidade de Belém em especial. Belém presenciou, no início do noventa e um a chegada dos protestantes, principalmente os presbiterianos e também os pentecostais que fundaram, por exemplo, a Igreja Assembleia de Deus em 1911, além os batistas e outras denominações também iniciaram suas atividades evangelísticas na cidade das mangueiras de forma que o catolicismo passou a ser ameaçado pela fuga de fieis atraídos pelo discurso das novas denominações. Em paralelo a isso o movimento espírita adquire grande notoriedade na cidade a partir da adesão de pessoas importantes da sociedade paraense como o maestro Ettore Bosio e políticos populares. Tudo isso fez com que a Igreja Católica, ameaçada de perder partes cada vez maiores de seus adeptos, se mostrasse ferrenha combatente e crítica desses movimentos.

Nesse sentido, a família Matheus, a qual pertencia a amada de Nogueira de Faria, ao rejeitar a ideia do casamento de ambos, temia na verdade, a perda de mais uma das suas beatas e ainda revelava que a despeito do obidesse ser amigo da família e até mesmo ter sido casado dez anos antes com uma pessoa desse clã, a união atual não foi encarada com a mesma tranquilidade. Da parte dos espíritas, o temor era que Pequenina conseguisse convencer seu futuro esposo, um dos principais propagandistas do movimento espírita paraense, a abandonar a causa e se convertesse à religião católica.

Na prática, nenhum dos temores que as partes possuíam se concretizou. Nogueira de Faria continuou extremamente envolvido com o kardecismo e Pequenina permaneceu manifestando-se católica e a despeito disso, ambos encontravam em suas respectivas confissões religiosas motivos para tentarem mudar a realidade social que viviam à época.

Ainda em relação ao segundo casamento, Silvio Hall Moura (1985) afirma que Raymundo Nogueira de Faria possuía “verdadeira adoração” por D. Pequenina. A esta dedicou um poema de sua autoria intitulado “Poema Simples”<sup>156</sup> e também registros apaixonados em seus diários pessoais como os que seguem: “Um beijo, um longo e saboroso beijo em

---

<sup>156</sup> O poema encontra-se integralmente reproduzido no anexo I dessa tese, onde podemos conferir o lirismo do sentimento do desembargador.

Pequenina” (NOGUEIRA DE FARIA, 15/10/1928). Em seus primeiros dias como juiz titular da comarca de Alenquer, distante da família ele escreveu:

Passa o meu pensamento ir para os seres amados! Pequenina! Minha boa e querida amiga! recebe o meu pensamento affectuoso. Amo-te. Tudo isto é por tua causa, por causa dos teus filhos. Que saibas apreciar tudo isso e com os desvelos do teu amor recompensar meu sacrificio! Paz. *Teu Dico* (NOGUEIRA DE FARIA, 30/01/1926).

**IMAGEM 16:** D. Pequenina e os filhos Alberto, Luis e Mário (1928).



**Fonte:** Diário Pessoal.

**IMAGEM 17:** Família de Nogueira de Faria (1933)



**Fonte:** Diário Pessoal.

Em outra ocasião, ao empreender uma viagem de barco à cidade de Recife para tratamento de saúde afirma: “Fiquei conhecendo tres capitães brasileiros: Recife, Fortaleza e S. Luis... E se Deus quizer, fim do anno Victoria, - mas com a mulher. Sosinho, só viajerei forçado; a serviço, jamais a passeio” (NOGUEIRA DE FARIA, 20/04/1932).

Os escritos sobre o desembargador obidense indicam que em relação aos filhos também nutriu grande afetividade, como demonstram as numerosas declarações de amor feitas a sua prole em seus livros e diários pessoais, como essa por ocasião do nascimento de sua primeira filha mulher Alzira Emydia:

Grande dia! Hoje nasceu Emy! Emy, a filha que espero ha 10 annos! Bem vinda sejas, minha filha! Possas tu realisar a obra de amor, que eu desejo, que minh'alma pede ardentemente ao Senhor! Mais do que nunca desejo ser honesto e bom! Justo e equitativo! Protege-me Senhor! (NOGUEIRA DE FARIA, 10/03/1926).

Ou da primeira visita que fez à recém-nascida em 12 de março de 1926:

Vou a Belem. Leva-me vultuosa serie de interesses: - mas acima de todos alegre-me ir conhecer minha filhinha. Minha filhinha! Senhor Deus que a vimda desta creança seja para mim taboa de salvação, segura e carinhosa. Que eu tenha coragem da modestia e da franqueza, da sinceridade e do trabalho; do amor e da bondade; da fé e da Esperança! Senhor! Que eu não me [?] nunca mais para ter sempre a meu lado um bom amigo, quando me aproxime dessa creaturinha, tao mimosa e que vem do teu amor perfeito, para o nosso amor terreno! Deus, bom Deus! – dá a minha existencia uma finalidade util, profundamente util aos meus semelhantes! Abençoa Emy, a perola do meu lar.

Os sentimentos de nosso intelectual em relação aos filhos também podem ser aferidos no texto abaixo escrito por ocasião do falecimento de seu filho caçula (o terceiro que ele perdia) publicado pela “Folha do Norte” em 14/08/1928:

O olhar de Lauro Cassio entrava na alma da gente, impregnando-a de mansas ternuras luminosas e o seu riso tinha um que de ineffavel traquinice. Eu nunca vira alguém rir assim! Ria, entrefechando os olhos, numa tão graciosa travessura de semblante que tambem fazia irresistivelmente sorrir... Tinham veludo as suas caricias. Ninguem resistia á tentação de retribuirlas, chamal-o para si, cobrindo-o de beijos! Quantas vezes não se deu isso num primeiro encontro!

Ou esse outro registro, quando relembra do filho morto: “Lauro! Lauro! Por que não me appareces? Por que não acodes ao meu chamado! Meu Lauro, meu “bichão” de outros tempos, por que não vens? ... Mas certamente estás aqui comigo! Sinto que estás, meu filho!” (NOGUEIRA DE FARIA, 2/11/1928).



**IMAGEM 18:** Lauro Cássio aos 7 anos (1928)



**Fonte:** Diário Pessoal

**IMAGEM 19:** Emy e Edy (1928)



**Fonte:** Diário Pessoal

Quando da mudança da filha ao Rio de Janeiro, o amoroso pai também escreve: “Minha filha Emy embarca hoje para o Rio, acompanhando o marido. É o destino. Ela será muito feliz. Não chorarei. Ela vai ser muito feliz. Não chorarei. Chorei mas conformado. É o destino. Emy chegará bem e será muito feliz” (NOGUEIRA DE FARIA, 06/06/1954).

Consideramos o maior exemplo dessa postura protetora assumida pelo desembargador em relação a sua esposa e filhos a criação da Vila do Filho Pródigo<sup>157</sup>, um sonho, como ele mesmo denominava pretendia juntar aquilo que ele considerava suas missões nesta vida: a orientação, proteção e encaminhamento familiar e a militância por meio da propaganda espírita, como podemos ver nesse trecho do seu diário pessoal de 05/01/1953,

A vila do filho prodigo deve ter 3 casas pequenas. Penso que cada uma tenha uma sala primeiro e segundo quartos (...) A primeira casa a ser construída é a nossa; seguir-se-ão as dos filhos, nessa ordem Luiz, Emy, Edy. As casas devem ser eguaes, salvo modificações desejadas pelos respectivos donos. Na

<sup>157</sup> A vila, ou Casa do Filho Pródigo, como também chamava Nogueira de Faria, tratava-se de seu último projeto de vida. Recebeu esse nome a partir da parábola bíblica contada por Jesus e registrada no capítulo 15 do evangelho de Lucas. A partir de seus diários podemos depreender que se tratava de um local onde toda a família do intelectual estaria reunida e praticaria obras de caridade. Nesse lugar ele sonhava com a distribuição de sopas, roupas para os moradores de rua, oferecimento de consultas médicas e formulas homeopáticas gratuitamente. Tudo sob a coordenação de sua esposa e de seus filhos. O paraense não chegou a concretizar esse sonho antes de sua morte.

destinada a nós dois faremos a distribuição da sopa dos pobres tantas vezes por semana quantas nos for possível. Por ocasião de realizar a obra fixaremos o plano de distribuição. Esta ficará, quanto á direção a cargo da Pequenina. Talvez tenhamos desde logo o posto e a farmácia homeopata. A segunda casa será dedicada ao grupo que deve ser dirigido pelo Luiz – com quem conversarei a respeito. Consta-me que Emy irá residir no Rio em virtude do emprego do marido. Assim, se tal a conhecer, a Vila do Filho Prodigio se comporá de tres casas apenas. A terceira será a de Edy e terá também o seu papel de utilidade ao próximo. Talvez seja muito cedo para pensar no papel que cada um de nós terá a desempenhar – mas o certo é que a Vila do Filho Prodigio terá o escopo principal de utilidade material e moral ao próximo. Se eu viver até lá tenho esperança e fé de concretizar o plano. Se Deus assim não quizer, Pequenina ficará ciente do que pretendo como plano da Vila – que terá como lema o pensamento de Jesus: amar o nosso proximo como a nós mesmo.

Por ocasião do centenário do nascimento de Raymundo Nogueira de Faria, seu filho Luís Ercílio, o mais velho ainda vivo, proferiu um discurso que explicou bem isso:

A minha maior admiração pelo velho magistrado, educador e professor era como Chefe de Família. Sempre me perguntei: De onde meu pai tira tanta força, com uma vida de trabalho incessante e ininterrupto, na qual as amarguras e os sofrimentos foram um traço constante, inclusive, de quatro filhos? Nessa pergunta também sempre encontrei uma resposta: no seu amor pela família. Essa força aliada à sua inabalável fé em Deus e à convicção da religião abraçada por ele, denominada doutrina, foi o seu sustentáculo, a coluna mestra da sua existência. E ninguém melhor, bem o soube a sua companheira de todas as horas, a sua esposa, a sua grande Pequenina, falecida no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1972, cujos despojos posteriormente vieram juntar-se aos do seu querido Dico, mãe de Alberto José, Luis Ercilio, Aleino Oscar, Lauro Cássio, Alzira Emygdia, Rachel Edy. (...). Hoje, neste dia maravilhoso, Edy, Emy e eu, aqui em Belém, reunidos, entre lembranças e saudades, nos sentimos cada vez mais orgulhosos e felizes por sermos filhos de um "Homem de Bem". E agora, neste momento, estou sentindo meu pai ao meu lado e ouvindo-o, com aquela voz suave, terna e carinhosa o que me disse, milhares e milhares de vezes, até o dia de sua morte: "Deus te abençoe, Luis! Deus te abençoe, meu filho! (FARIA, 1984).

Além de pai dedicado, em suas relações interpessoais o desembargador era considerado um homem bem humorado. Comprovando essa afirmação, Moura (1985) registrou várias modinhas e chistes usados por Nogueira de Faria para fugir do tédio das longas sessões ou julgamentos demorados em que participou enquanto servidor do Tribunal de Justiça do Pará, como vemos a seguir:

Quem canta seu mal espanta  
Canta, Cursino<sup>158</sup>, canta

<sup>158</sup> Curcino Loureiro da Silva nasceu na cidade de Muaná, em 08 de janeiro de 1890 e faleceu em Belém aos 24 de julho de 1975. Iniciou seus estudos em sua terra natal e o de humanidades no Ginásio Paraense. Iniciou o curso de direito na Faculdade de Direito do Ceará que foi concluído em Belém (1916). Foi auxiliar de revisor do jornal *A Folha do Norte*, promotor de justiça e juiz em diversas comarcas do Pará. Em 1930 ascendeu ao desembargo e posteriormente, tornou-se Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará de 1940 a 1942, tendo sido também reeleito para os anos de 1946 e 1956. Foi membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente deste tribunal



que vai longe a discussão  
 já podes pensar na janta  
 que a verborragia é tanta  
 que até nos lembra um vulcão  
 (NOGUEIRA DE FARIA *apud* MOURA, 1985, p.34)

Raymundo Nogueira de Faria morreu na fim da noite do dia 10 de maio de 1957, em casa de aluguel à Rua Senador Manuel Barata, 447, 2º andar. Luís Faria (1964), em relação a esse momento, afirmou: “morreu Nogueira de Faria pobre, honrada e dignamente pobre, cercado, apenas, do reduzido número dos seus familiares e amigos íntimos”. Na lápide do Cemitério de Santa Izabel, onde ele foi sepultado, está registrado o seguinte epitáfio: “Ele foi trabalhador, honesto, justo e bom” (FARIA, 1984).

Cinco anos antes de sua morte, em 15/10/1952, dia do seu aniversário, Nogueira de Faria, já adoentado, escreveu o soneto "Velho e Avós" cuja temática é o término de uma caminhada e a alegria do caminhante por haver percorrido aquele caminho<sup>159</sup>, numa alusão ao “bom combate” presente na carta que o apóstolo Paulo escreveu ao seu discípulo Timóteo, onde faz um balanço de sua vida missionária<sup>160</sup>.

Nos dias que se seguiram a sua morte os jornais paraenses prestaram muitas homenagens. “O Liberal”, de 11/05/1957, assim publicou:

[...] faleceu em sua residência o venerando desembargador Nogueira de Faria, magistrado aposentado e uma das figuras mais expressivas do nosso meio social, literário e jurídico.

Cidadão de grandes virtudes cívicas, cultura brilhante, o desembargador Nogueira de Faria exerceu nesta terra, sob o governo de Magalhães Barata, as mais altas funções, revelando em todas elas a sua notável capacidade de trabalho, sua grande cultura e sua maneira toda especial de lidar com os homens na solução dos nossos problemas.

(...)

Registrando o infausto acontecimento, que veio privar a terra paraense do concurso de uma das suas mais brilhantes e queridas figuras, o O LIBERAL chora com todo o povo paraense a perda dolorosa da vida útil e preciosa, como a do des. Nogueira de Faria, e apresenta, respeitosamente, à ilustre família, tao rudemente golpeada, as suas mais sinceras condolências.

“A Província do Pará” em reportagem de 12/05/1957 destacou, ao noticiar a morte de Nogueira de Faria, sua vida acadêmica, principalmente como professor na Faculdade de Direito e lembrou do período em que foi repórter desse jornal.

---

nos períodos de 1945 a 1946 e 1952 a 1954. Foi homenageado com medalhas, diplomas e outras manifestações. Foi membro da Academia Paraense de Letras.

<sup>159</sup> Esse soneto encontra-se registrado no anexo desta tese.

<sup>160</sup> Segunda epístola de Paulo a Timóteo, no capítulo 4.

Se o desencarne foi um momento íntimo, o mesmo não se deu com o velório e sepultamento de Nogueira de Faria que contaram com presenças ilustres como profissionais liberais (advogados, médicos, mestres e mestras, etc) daquela época e que pertenciam aos grupos com que o intelectual transitava, assim como juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.

Segundo “A Província do Pará”, “o cortejo fúnebre que levou seu corpo ao cemitério de Santa Isabel teve a acompanhá-lo altas autoridades civis e militares”, o que pode ser constatado na imagem 19. Na mesma foto destacamos a figura emblemática de Marta da Conceição, na cabeceira do caixão de Nogueira de Faria.

Marta da Conceição, babá de todos os filhos do intelectual e conhecida pelos menores internados em Cotijuba, onde passou a trabalhar como cozinheira e “conselheira”, como mãe preta, acompanhou o corpo de seu patrão até o ultimo adeus, como é possível ver na fotos do velório dele.

**IMAGEM 20:** Entrada do caixão no Cemitério Santa Izabel (Belém-Pa). Destaca-se, ao centro, a presença de Marta da Conceição



Fonte: Acervo familiar

**IMAGEM 21:** O caixão com o corpo de Nogueira de Faria sendo conduzido por desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



Fonte: Acervo familiar

**IMAGEM 22:** Sepultamento de Nogueira de Faria no Cemitério Santa Izabel



Fonte: Acervo familiar

No velório público e também no cortejo que conduziu o corpo do intelectual obidense ao sepultamento também estiveram presentes os menores da Colônia Reformatória de Cotijuba que num grande pelotão acompanharam o séquito que conduziu o corpo de seu bemfeitor, como se pode ver nas imagens abaixo:

**IMAGEM 23:** Um dos menores da CRC olha para o caixão com o corpo de Nogueira de Faria



Fonte: Acervo Familiar

**IMAGEM 24:** Internos da CRC aguardam o sepultamento de Nogueira de Faria



Fonte: Acervo Familiar

**IMAGEM 25:** Pelotão, formado por internos da CRC, que acompanhou o corpo de Nogueira de Faria ao cemitério.



Fonte: Acervo Familiar

Dois dias após o seu falecimento, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Pará, em reunião do pleno, manifestaram-se em conjunto com um “voto de pesar”, publicado no Diário de Justiça de 12/05/1957. A essa homenagem seguiram-se outras publicadas na imprensa paraense.

Novamente em 15/08/1957, parte de uma sessão do Pleno do TJEPA foi dedicada à memória do obidense recém falecido “num ambiente de profunda tristeza” (VANGUARDA, 16/08/1957). Na ocasião muitos magistrados discursaram, dentre eles o presidente da casa e também o procurador geral do Estado do Pará, tudo foi assistido por familiares de Nogueira de Faria e representantes da imprensa local, como o jornalista de “A Província do Pará” que publicou, no dia seguinte, matéria contendo fotos da cerimônia póstuma.

A direção da Colônia Reformatória também homenageou o magistrado falecido como destaca essa reportagem do jornal “O Liberal” de 14/05/1957:

[...] em reconhecimento aos numerosos serviços prestados, pelo extinto magistrado, o atual diretor, tenente Napoleão Brasil, propôs ao Governo a substituição do nome de Educandário “Monteiro Lobato” para “Nogueira de Faria”, no que foi atendido pelo general Magalhães Barata.

Agora com a morte do velho magistrado, os alunos, tendo à frente o diretor Napoleão Brasil e os professores daquele educandário, irão prestar significativa homenagem póstuma ao dr. Nogueira de Faria, mandando celebrar amanhã, na igreja da Ilha, missa de sétimo Dia, tendo a população local também se associado às manifestações de pesar, rezando todas as noites terço por alma do saudoso magistrado. Também no Educandário, será inaugurado, dentro de mais alguns dias, o retrato do desembargador Nogueira de Faria, ocasião em que será substituída a placa com a antiga denominação de Educandário Monteiro Lobato.

Os tributos ao intelectual paraense também vieram da Câmara Municipal de Belém, quando o vereador Vicente de Paula Queiroz, propôs projeto de lei que alterava a denominação da Rua 28 de Setembro, no bairro da Campina, centro de Belém, para “Desembargador Nogueira de Faria”. Sem maiores detalhes, “A Província do Pará” (16/05/1958) destaca que embora aprovado o projeto não foi colocado em prática devido às disputas internas entre os membros da casa.

### 5.3.2 A vida pública e carreira na magistratura

Nogueira de Faria iniciou sua carreira de funcionário público ainda adolescente, como segundo escrivão da Repartição de Terras e Colonização, aos 15 anos, atividade em que exerceu de 1899 a 1900. No ano seguinte foi nomeado Fiscal Aduaneiro<sup>161</sup>, função desempenhada ininterruptamente de 1901 a 1917. Foi nesse período que ingressou na Faculdade de Direito, contando, principalmente, com os amigos angariados por conta de seu envolvimento com o espiritismo paraense no início do século 20.

Em 1918, já bacharelado, foi nomeado segundo Prefeito da Polícia da cidade de Belém sendo, nesse mesmo ano, promovido à titularidade do cargo, que se configurou numa grande experiência para Nogueira de Faria. Em seus livros estão registrados episódios emblemáticos desse tempo, como o que transcrevemos a seguir:

Quando prefeito de policia em Belem, soubemos do seguinte facto: um lavrador matára annos atraz o seu companheiro de barraca. Praticado em logar distante e sem testemunhas, o crime ficára impune. Passaram-se muitos annos sem que a consciencia do homicida acordasse. Súbito, começou a ouvir-lhe a voz. O remorso tomou-lhe a alma. Entrou a soffrer barbaramente. Mudou-se. Procurou o bulício de uma villa. Não socego. Veiu para a capital. Em vão. A consciencia o perseguia, aconselhando-o a entregar-se á prisão. O remorso esporeava-o. não resistiu. Uma bella manhã em vez de seguir para o trabalho,

<sup>161</sup> Posteriormente, já como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, voltou a escrever na imprensa regional, não só na “Província do Pará”, como também na “Folha do Norte” e no “Estado do Pará”. Ele também colaborou com revistas paraenses como a “Pará Ilustrado”. No entanto, mesmo nos períodos em que não esteve escrevendo para os jornais paraenses, Nogueira de Faria não parou de escrever. Autor de reconhecido valor, ele é citado na *Antologia Amazônica* de Eustáquio de Azevedo (1918), por conta, principalmente, de sua obra poética.



dirigiu-se para a repartição central de policia. “Um valoroso campeão o acompanhava: a consciencia”. Confessou o delicto, entregando-se á autoridade para que lhe desse o destino conveniente. (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.103-104).

**IMAGEM 26:** Funcionários da Secretaria da Prefeitura de Polícia de Belém



**Fonte:** RODRIGUES, 1939

Por ocasião da sua saída da Polícia em 1921, por conta da nomeação como Juiz substituto da Comarca da Capital, o Comandante da Polícia do Estado do Pará publicou a seguinte nota no “Boletim Geral” do órgão. O texto destaca o caráter e senso de dever com a sociedade paraense como duas importantes qualidades desse juiz:

O governo do Estado, por acto de 17 do corrente, nomeou juiz substituto desta capital o dr. Raymundo Nogueira de Faria. Dou à Força Publica com immensa satisfação a noticia deste acto que honra tanto a quem o fez quanto aquelle a quem veio tão justamente galardoar. Affastado assim da Policia Civil como vae ficar, não é demais recordar aqui quão junto de nós o tivemos sempre numa acção conjunta, arguta e previdente em prol da ordem publica, agindo sempre de concerto com esta Força na manutenção da tranquilidade da cidade e com a sua rara e sagaz habilidade evitando males que viriam perturbar a normalidade de vida do Estado. Irmanados no desempenho da missão ingrata que nos coube na administração, é com pezar que vemos dela affastar-se o dr. Nogueira de Faria; satisfaz-nos, porém a circumstancia feliz de vel o entrar na magistratura onde a sua competência, a rectidão de seu espirito e a immalleabilidade de seu character lhe darão ensejo de brilhar e de subir (20/01/1921).

**IMAGEM 27:** Prédio do Estado onde funcionava a Polícia Central

**Fonte:** RODRIGUES, 1939

Em 1926 tornou-se Juiz de Direito da Comarca de Alenquer onde permaneceu até 1929 quando permutou com o juiz da Comarca de Conceição do Araguaia. Acerca de sua remoção para aquele município, o que foi muito desejado por Nogueira de Faria, ele escreve em seu diário

Até que enfim! Eis-me juiz de direito de 2ª entrância! (...) Pretendi Faro. Factos, aliás justos, contrariaram essa pretensão. (...) - eis-me em Alemquer, comarca de mais elevada categoria, cidade que não se compara a de Faro! (...). Como negar a protecção dos espíritos? Ah, como ha quinze anos ella [primeira esposa] se foi senti em minha vida! há quinze anos era guarda d'alfandega, quase analfabeto, pois nem o curso primário eu completara. Encaminhei-me no espiritismo. Encontrei almas irmãs que me ajudaram. Estudei. Formei-me. Vim para o funcionalismo do Estado como prefeito de policia. Trabalhei com afinco. Dahi passei para o tribunal, tendo antes conseguido por concurso a minha nomeação Faculdade de Direito, concurso no qual mais do nunca a protecção dos ceos me acompanhou. Quem era eu para concorrer a uma vaga na Faculdade? Depois com fundamento nesse concurso, fui nomeado professor da Escola Pratica do Commercio. (...) Aproveitado como juiz substituto, fui reconduzido em março deste [anno?], mao grado a má vontade do governo passado a quem eu havia dito algumas verdades. Como disse antes e [?] deste [?] pretendia faro. Perdi-a, para o meu bem. Agora sou nomeado para Alenquer, apesar de ter apenas oito anos como funcionário e ser ainda juiz substituto! Que quer isto dizer? Protecção dos espíritos, só e unicamente! (NOGUEIRA DE FARIA, 12/01/1926).



Por Decreto de 31 de outubro de 1930, foi nomeado Juiz de Direito da 5ª Vara da Comarca da Capital, a Vara de Menores “delinquentes” e Abandonados<sup>162</sup> voltando a morar na cidade de Belém, como era seu desejo. Por ocasião da nomeação, Nogueira de Faria escreveu em seu diário pessoal (31/10/1930)

[...] eis-me juiz da Capital, e juiz de Menores abandonados e delinquentes, em cujas funções posso ser tão útil á humanidade (...) Emfim: a toda a força do Espaço venho apelando do fundo do coração. E que todos esses generosos espiritos despertem em minha alma os mais puros sentimentos de humildade e gratidão, firmeza de caracter e tolerância!

Eis-me, pois, graças á influencia benéfica dos espiritos, feito juiz da Capital. Posso ficar tranquillo em relação a família e aos filhos, ao pão de cada dia.

Em 1931<sup>163</sup>, a convite de Magalhães Barata acumulou a função de Juiz de Menores com a de Chefe de Polícia, função análoga a que hoje conhecemos como Secretário Estadual de Segurança Pública. Por meio dos diários pessoais do intelectual constatamos que tal proposta do interventor federal lhe causou bastante surpresa:

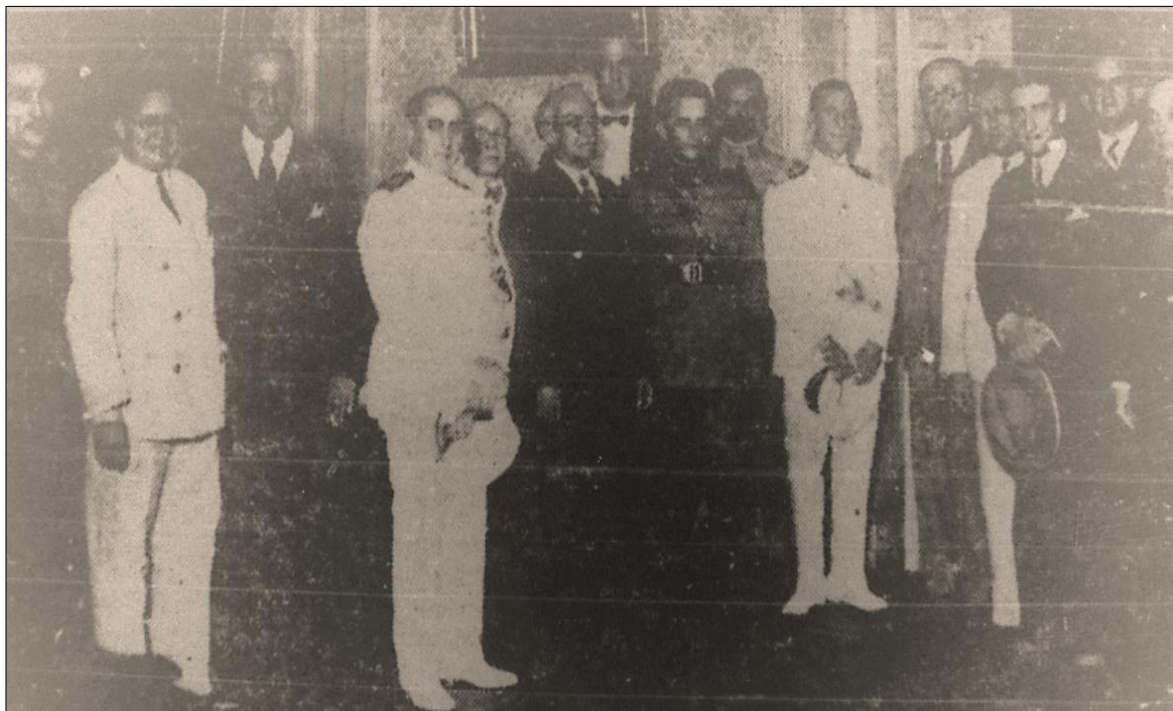
Nova reviravolta! Desta vez, Chefe de Policia! Chefe de Policia! Lá está realizada a intuição escripta no meu caderno ‘verde’! há esta: em 1930, juiz da Capital, em 1933, Chefe de Policia! E estamos em 31! O’ Deus! O’ espiritos bons, dae-me forças; dae-me energias! Cercai-me, amparai-me, illuminae-me! Isto só pode ser obra dos Espiritos! São elles, são elles que me conduzem! Conduzi-me, mas, pelo Amor de Deus, não me abandoneis! (NOGUEIRA DE FARIA, 14/11/1931).

No ano seguinte assumiu a Secretaria Geral do Estado<sup>164</sup>, ambos cargos de grande responsabilidade e de extrema confiança do interventor federal, como podemos constatar pelo discurso feito por Magalhães Barata na posse de seu secretário geral, ocorrida no final da tarde do dia 03 de março, e assistida por um grande número de convidados, destacando-se, dentre eles, pessoas importantes da sociedade paraense e também políticos ilustres como o comandante das forças armadas, o prefeito de Belém na época, educadores, secretários e assessores do interventor, portanto, representantes do poder legislativo e judiciário.

<sup>162</sup> Nesse ano Nogueira de Faria também foi o responsável pela publicação do segundo volume da Revista de Jurisprudência e Administração do Tribunal de Justiça do Pará.

<sup>163</sup> Em diário pessoal Nogueira de Faria aponta que o ano de 1931 foi muito positivo pelo fato dele ter obtido reconhecimento por parte do governo revolucionário: “Hoje finda o anno de 1931. Foi para mim um anno feliz. A misericórdia divina baixou mais do que nunca sobre o meu humilde destino. Juiz de menores, chefe de policia, - posição esta que demonstra a confiança do governo no seu humilde collaborador” (NOGUEIRA DE FARIA, 31/12/1931).

<sup>164</sup> A Secretaria Geral de Estado foi criada em 08/06/1932 por meio do Decreto nº 671 num contexto em que o interventor dava “nova organização aos serviços administrativos do Estado, (...) que abarcaria as repartições e institutos mantidos pelo Estado e por onde passariam a correr todos os negócios da administração pública” (CASTRO, 2011, p.75).

**IMAGEM 28:** Cerimônia de Nogueira de Faria como Secretário Geral de Estado

**Fonte:** Folha do Norte (04/03/1933)

O periódico “O Imparcial” reproduziu em reportagem publicada em 04/03/1933, trechos da fala do interventor federal que se manifestou, em relação a Nogueira de Faria, da seguinte forma:

O dr. Nogueira de Faria não participou, é certo, dos conciliábulos revolucionários, das lutas passadas.

E eu nunca reconheci essa qualidade como a única suficiente a recomendar alguém ao desempenho de alta funções do Estado. (...). Depois que a Revolução venceu esqueci as lutas, as paixões e me senti regressado aos sentimentos que eu alimentava antes da vitória. (...). É justamente o que eu poderia declarar quanto ao dr. Nogueira de Faria. Ele possui qualidades suficientes para bem ajudar-me. Tem dado provas de lealdade, tão necessária a quem governa, nesta hora de paixões, esforçando-se, para que eu chegasse, pacificamente, aos fins desejados pelo meu governo.

Lembro de seus actos que bem corresponderam ao meu contentamento ao velo aceder ao convite que lhe fiz, em aceitando aquella tremenda missão, deveras espinhosa, verdadeira prebenda, que foi a chefia de polícia. (...) Só ele e eu poderemos conversar, a sós, e lembrar o que ocorreu, as iniciativas que tomamos, os resultados que colhemos, tudo isso sem alarde, sem estrepitos, silenciosamente.

(...) Ao dr. Nogueira de Faria, pois agradeço, o seu assentimento em vir colaborar mais diretamente em meu governo (O IMPARCIAL, 03/03/1933).

O trecho do discurso apresentado acima nos apresenta elementos que demonstram que, a despeito do desembargador obidense não ter sido um revolucionário, ele galgou grande importância no governo que se instalou após a Revolução de 1930, provavelmente pela biografia já bastante conhecida como militante da causa da infância e também das pessoas mais pobres. Já naquela época seu mérito pessoal era reconhecido e os cargos assumidos, notadamente a chefia de polícia e a secretaria de geral, deixam isso bem claro, pois, principalmente como Secretário, Nogueira de Faria era a pessoa que substituíria interinamente o interventor federal quando este se ausentava.

O texto do jornal também nos autoriza a pensar que, além de juiz respeitado e vida pregressa cheia de referências positivas, outro motivo que o aproximava de Magalhães Barata era a relação de amizade e confiança, tanto que o interventor acatou de pronto a sugestão do desembargador em relação à criação de um estabelecimento que recebesse os desvalidos e os menores em situação irregular.

**IMAGEM 29:** Funcionários da Secretaria Geral do Estado do Pará



**Fonte:** RODRIGUES, 1939

Em 1932 a 5ª Vara foi extinta e Nogueira de Faria transferido para a 4ª Vara da Comarca da Capital que passou a tratar das questões relacionadas aos menores “delinquentes”<sup>165</sup>. Logo depois, a 4ª Vara também recebe a incumbência de julgar os feitos de crimes praticados contra crianças e adolescentes.

De acordo com esse magistrado, sua carreira sempre foi pautada no sentido de apresentar uma postura diferenciada na condução dos processos, audiências e oitivas de testemunhas como o relato a seguir pode demonstrar:

[...] eramos juiz summariante em processo de hediondo crime de homicidio. Por este ou por aquelle motivo, a testemunha estava disposta a inocentar o criminoso – e nesse rumo foram as suas primeiras declarações. Estas, entretanto, eram tão evidentemente falsas, que lhe recordamos o compromisso assumido perante a justiça de dizer a verdade – e então, lhe fizemos, em nome da sociedade que representavamos, um appello á sua consciencia, mostrando-lhe que seria tão injusto, embora menos odioso, inocentar um criminoso, como acusar um inocente. O elemento nocivo permaneceria impune, ameaçando aquella. Dissemos-lhe palavras amigas, demonstrando a função social da testemunha. E o que não conseguira a leitura do Codigo Penal, sobre testemunho falso, feita antes de começar o depoimento, conseguiu um appello á consciencia (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.104).

Em 16 de fevereiro de 1932 Nogueira de Faria ascendeu ao desembargo do Tribunal Superior de Justiça, hoje o Tribunal de Justiça do Estado, por meio de um decreto que reorganizava a justiça no Estado do Pará (BRAGA, 1963). Ele também presidiu a Comissão Mista de Conciliação do Município de Belém, por nomeação do Ministro do Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio do Governo Provisório da República.

---

<sup>165</sup> A extinção da Vara privativa de menores está inserida num contexto de reorganização do judiciário paraense com vistas ao fortalecimento do poder político de Magalhaes Barata que para promover essa mudança “alegou que o Estado não tinha meios, naquele momento, para instalar o serviço de juizado de menores, com a eficiência que esse departamento de assistência social requeria” (CASTRO, 2011, p.69). Na prática, como juiz titular da 4ª Vara da Comarca da Capital, Nogueira de Faria continuou atendendo às situações relacionadas aos menores “delinquentes”. Já as situações que não envolviam atos de delinquência juvenil passaram à competência do juiz de órfãos. A medida também teve o efeito prático de eliminar a necessidade da instalação de mais varas especializadas em outras cidades do Estado, mostrando-se, nesse sentido, muito eficiente. Um ano antes, o interventor já havia autorizado, por meio do Decreto nº 474, de 03/01/1931, que os funcionários públicos estaduais pudessem fazer doações, consignadas em folha de pagamento, em favor da assistência geral dos menores abandonados e “delinquentes”, justificando que “dentre as obras de alta finalidade moral e cívica, estava a assistência aos menores abandonados e delinquentes. E que, ao poder público, era impossível atender todas as imperiosas necessidades desse problema social nos seus variados e complexos aspectos (CASTRO, 2011, p.60), o que demonstra que o governo já pretendia reduzir os gastos com as questões relacionadas à menoridade paraense. Em 20 de julho de 1934 a 5ª Vara é restabelecida (Decreto 1.341) cuja alçada era “o processo e julgamento dos casos de acidentes de trabalho, de acordo com o disposto pelas leis que regulavam o assunto, e da assistência judiciária cível da capital, cuja regulamentação e processo seriam oportunamente decretados pelo poder competente” (CASTRO, 2011, p.107). Em 18/12/1934 novamente a 5ª Vara passa a compreender “a Vara Criminal, que seria ampliada com o juizado de menores e delinquentes. (...) O ato foi em decorrência da necessidade de uma nova e mais equitativa organização das Varas da capital, pois algumas eram sobrecarregadas, enquanto outras estavam desafogadas de serviços” (CASTRO, 2011, p.116).

Quanto à nomeação, escreveu: “Nova reviravolta, nova surpresa! Ainda não pude compreender as mudanças rápidas da Vida, a não ser como tuteladas pelas mãos invisíveis de Deus. Eis-me de repente Desembargador! E revendo o passado, vejo cumpridas muitas intuições e convem registral-as” (NOGUEIRA DE FARIA, 22/02/1932).

Nesse novo e respeitável cargo, Raymundo Nogueira de Faria assumiu funções importantes no tribunal paraense como a de vice-presidente nos anos de 1943 e 1944, e presidente no período de 1947 a 1949 (MOURA, 1989), além de ter participado de diversas comissões às quais foi designado. Aposentou-se, a pedido, em 15 de outubro de 1953, aos 69 anos de idade. Tal requerimento deveu-se ao fato do desembargador estar acometido de grave doença, provavelmente, Ataxia<sup>166</sup>, que pontualmente aparece em seus diários pessoais registrada junto com as preces por sua recuperação e saúde.

Durante o tempo em que ocupou esses importantes cargos públicos ele alega ter oferecido o melhor de si, de acordo com o que registrou em seu diário pessoal:

Deus me deu certa somma de poderes, em phase tão delicada e felizmente delles não abusei! Graças a meu Deus! Agradeço mesmo que Deus me tivesse propositado ensejo de pôr em prova as minhas convicções. Dellas não me afastei. Numa epoca das mais aquecidas paixões, jamais puz ao serviço dos meus resentimentos o cargo que venho exercendo. Entretanto, quantos e quantos inimigos meus eu os tive ao alcance das Mãos! Deus me livre de tal! E assim sendo, ao fazer hontem o balanço desse anno que passou não tive, graças a Deus, motivos senão para encurvar a cabeça deante dos olhos do Senhor e da minha propria Consciencia. Meus guias me perdoarão os pequenos fraquejos que tive, humano que sou, humanos que eles foram um dia! (NOGUEIRA DE FARIA, 16/10/1932).

Segundo Moura (1985), Nogueira de Faria era reconhecido por sua honradez e seu compromisso e ética no trabalho. Ele se considerava, apesar do alto posto no Judiciário paraense, apenas um funcionário público que devia servir ao seu Estado e, conseqüentemente a

---

<sup>166</sup> Ataxia, do grego *ataxis*, quer dizer sem ordem ou incoordenação, é um sintoma, não uma doença específica ou um diagnóstico. Ataxia significa a perda de coordenação dos movimentos musculares voluntários; é um termo que cobre uma grande variedade de desordens neurológicas e, portanto, pode fazer parte do quadro clínico de numerosas doenças do sistema nervoso. Algumas formas de ataxia são mais comuns que outras e têm até nomes específicos. Alguns tipos são causadas por uma anormalidade genética e com frequência os primeiros sintomas aparecem na infância (*early onset*). Outras formas podem aparecer até a metade da vida e são então conhecidas como de iniciação tardia (*late onset*). A ataxia pode afetar os dedos, as mãos, os braços, as pernas, o corpo, a fala ou o movimento dos olhos e aparecer subitamente, outras vezes ela pode aparecer gradualmente. Condições em que a ataxia pode aparecer subitamente incluem trauma craniano, derrame cerebral, hemorragia cerebral, tumor cerebral, anomalia congênita, pós-infecção, exposição a certas drogas ou tóxicos (por exemplo, álcool ou intoxicação medicamentosa), ou após uma parada cardíaca ou respiratória. Já em relação as condições em que ela pode aparecer gradualmente incluem hipotireoidismo, deficiência de certas vitaminas (por exemplo, vitamina E ou vitamina B12), exposição a certas drogas ou tóxicos (por exemplo, metais pesados, excesso de medicação, alcoolismo crônico, certas drogas cancerígenas), algumas espécies de câncer (por exemplo, de ovário ou de pulmão), anomalia congênita (má formação da parte de posterior do cérebro), esclerose múltipla, sífilis (ataxia locomotora), doenças hereditárias ou degeneração cerebelar de causa desconhecida.

sua nação. O próprio intelectual, registra em seus diários pessoais e livros sua concepção do funcionário público como sendo

[...] um depositario da confiança da Nação, perante a qual tem santos e graves deveres a cumprir e tanto assim é que ao assumir o cargo assigna um compromisso ou recebe um titulo que lhe é conferido em nome do poder publico, qualquer que seja a autoridade que, em nome deste o expeça. Os maus funcionarios são a praga damninha das administrações honestas e bem intencionadas. Por isso mesmo é que a lei pune severamente aquelles que se afastam do caminho do dever.

Por tôda a parte onde formos chamados a exercer a nossa actividade, devemos fazel-o não só com os olhos postos na nossa propria honra, em o nosso proprio bom nome, como tambem e principalmente no direito e no interesse alheio, quer publico, quer privado. E só assim teremos cumprindo o nosso dever profissional (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.148-149).

Ele chega a afirmar que o papel dos servidores do Estado é tão importante que pode afetar o futuro das nações, como podemos constatar a seguir: “O funcionalismo publico é uma das grandes forças vivas da Nação e por isso mesmo na fidelidade, no critério e zelo daqueles que o compõem está um dos factores mais eficazes do seu progresso e do seu bom nome” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.348).

Em seu tempo de magistrado, principalmente depois que passou a ter acesso direto do interventor Magalhães Barata, suas maiores realizações foram a ampliação do atendimento aos trabalhadores por meio da “Curadoria de Acidentes de Trabalho” e a criação da “Assistência Judiciária” do Estado do Pará, este último órgão pioneiro em todo o país.

Quanto à Curadoria, Nogueira de Faria afirma que ao dar conhecimento ao interventor das inúmeras reclamações dos operários em relação à garantia dos seus direitos em face dos acidentes de trabalho assim como acerca da existência de

[...] que mais de uma centena de inquéritos esperava andamento por absoluta angustia de tempo, sendo materialmente impossível ao unico curador acudir a tão elevado numero de casos, [Barata] determinou o aumento de mais dois curadores, a um dos quaes caberá exclusivamente o serviço de audiências, - de sorte a minorar tanto quanto esteja em suas mãos a sorte dos míseros acidentados (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.68)

A sugestão do desembargador para resolver esse problema foi extremamente bem sucedida pois, em 1945 o mesmo faz comparação entre o volume do atendimento aos trabalhadores antes do governo baratista e o incremento do mesmo após a Revolução de 1930. Abaixo seguem os dados do atendimento feito pelo órgão do governo:

Basta mencionar o seguinte: a importância paga aos acidentados de março de 1919 a novembro de 1930, isto é, em onze anos foi, aproximadamente, a de 72:000\$000. Entretanto, em QUATRO anos apenas de governo revolucionário, as Curadorias de Acidentes efetuaram pagamentos a

acidentados na quantia de 601:684\$028!! Explica-se: anteriormente, o “acôrdio” quase sempre encerrava o processo, de acordo em que quem menos recebia era o acidentado (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.81-82).

Quanto a Assistência Judiciária, pelos diários de Nogueira de Faria, sabemos tratar-se de um sonho antigo, sonhado de antes mesmo de seu ingresso na Faculdade de Direito, como podemos constatar abaixo:

[...] não tendo ido os outros companheiros de aula, o sr. professor Figueredo e eu entretivemos amena palestra sobre questão religiosa, terminando em confidencias mutuas sobre as ideas de cada um, dos seus sonhos etc. Falei-lhe longamente dos nossos sonhos da escola Mont’Alverne, do que pretendemos levar a effeito com auxilios dos espiritos: o pequeno instituto; a Assistencia Judiciaria etc. (NOGUEIRA DE FARIA, 03/02/1913)

No livro “A Caminho da História” Nogueira de Faria revela em que contexto ocorreu a criação desse serviço. O interventor federal diariamente realizava audiências públicas, momentos em que as pessoas, principalmente as mais pobres, levavam ao conhecimento do governante populista suas demandas. Segundo o autor, diariamente, esse quantitativo de pessoas que não tinham acesso à justiça crescia até que num dia de audiências ordinárias em que o desembargador encontrava-se auxiliando Magalhães Barata ele lhe dirigiu a seguinte reflexão, apontando o salão de espera lotado de pessoas: “tôda essa gente necessita de quem a defenda, de quem a encaminhe. Não tem ninguém! E eu, nem sempre poderei atendê-los! Pense nisso, Dr. E veja um meio de dar um defensor legal a tôda essa gente!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.76).

Lançado o desafio, nosso intelectual começou a raciocinar acerca de uma solução para esse problema, como ele mesmo nos conta: “Tomei a sério o caso e dias depois lhe apresentava o projeto da Assistência Judiciária, logo aceito e que se transformou no decreto n. 310, de 21 de abril de 1931” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.76). A provocação de Magalhães Barata deu ensejo a que Nogueira de Faria realizasse oficialmente o que há muito já praticava como magistrado. Sobre isto, ele declara:

O mágnio dos mágnos problemas sociais é o da Justiça. Enquanto esta não for completa e segura, infiltrando-se, á maneira de óleo salutar, em toda e imensa e delicada engrenagem social, haverá sofrimento, inquietação, incertezas. Onde quer que haja uma sociedade em crise; onde quer se dê uma perturbação, indagai: houve justiça. (...) essas injustiças de preferência ferem o pobre porque, baldo, carecente de recursos, nem sempre se podem defender do assalto contra os seus direitos. As custas judiciárias, os honorários profissionais, são uma espécie de tranca posta nas portas dos juizes e tribunais, impedindo-lhe a passagem, tranca essa muitas vezes reforçada pela ambição ou pelos “enganos” dos escrivães (NOGUEIRA DE FARIA, 1932. P.73).

Em 06/09/1931 nosso autor escreveu em seu diário que a “Assistência Judiciária Cível” foi “o amparo de tanto pobre cujos direitos estavam inteiramente postergados!”. Anos mais tarde, em um livro de sua autoria apresentou dados que procuravam mostrar como esse órgão veio suprir uma necessidade evidente da população mais pobre, pois de 1931 a 1934:

40.1885 pobres que ficariam sem defesa se a Assistência Judiciária não os amparasse; isso apenas em três anos e meio! E no decorrer do mesmo tempo quase trezentos mil cruzeiros foram recebidos, em diminutas parcelas – uma lavagem de roupa, um mês de cozinha – e entregues fielmente, aos seus humildes donos! (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.78).

Antes mesmo disso, a avaliação que se tinha acerca da Assistência Judiciária era de que a mesma cumpria adequadamente seu papel de acolher os mais pobres efetivando “os seus direitos postergados pela condição de miserabilidade em que viviam” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.66), por isso, considerando-se que

[...] a pobreza é eterna, e como a miséria é frequente, ha uma frequente corrida ao âmbito da Assistência Judiciária de portas abertas ao clamor dos desgraçados. Por isso mesmo, é que o major Magalhães Barata pensa em ampliá-la, dando-lhe novos funcionários, desdobrando-lhe o raio de acção profundamente caritativa e sábia, na conjuração de peores males (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, 67).

Por isso tudo até recentemente esse desembargador era lembrado por sua conduta pública diferenciada.

Em 1994, no centenário do seu nascimento, Nogueira de Faria recebeu muitas homenagens de pessoas importantes da sociedade paraense. Escritores, jornalistas e políticos escreveram textos ou proferiram discursos em honra ao obidense ilustre. Dentre os tributos recebidos, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio da resolução nº 021, institui uma série de publicações denominada “Perfil dos Magistrados do TJE”, sendo que o primeiro volume da coleção foi escolhido para homenagear esse Desembargador.

### **5.3.3 A participação no movimento kardecista no Estado do Pará**

Segundo Luís Faria, filho do desembargador, por ocasião de discurso proferido em comemoração ao centenário de nascimento do magistrado paraense, o falecimento da primeira filha foi a “redenção” de nosso intelectual, já que ateu, professo, com a morte de Maria Esperança, em 1906, passou a acreditar em Deus. Mais de vinte anos depois dessa grande perda, ele se manifesta assim em relação à crença em Deus

A fé em Deus é a alavanca de ouro que nos ampara nos momentos graves da vida, quando tudo parece que vae soçobrar. A descrença, o scepticismo são imensas, perigosas infelicidades, de funestas consequências incalculáveis. O ateu caminha sem guarda nem amparo algum. Aos golpes da adversidade,

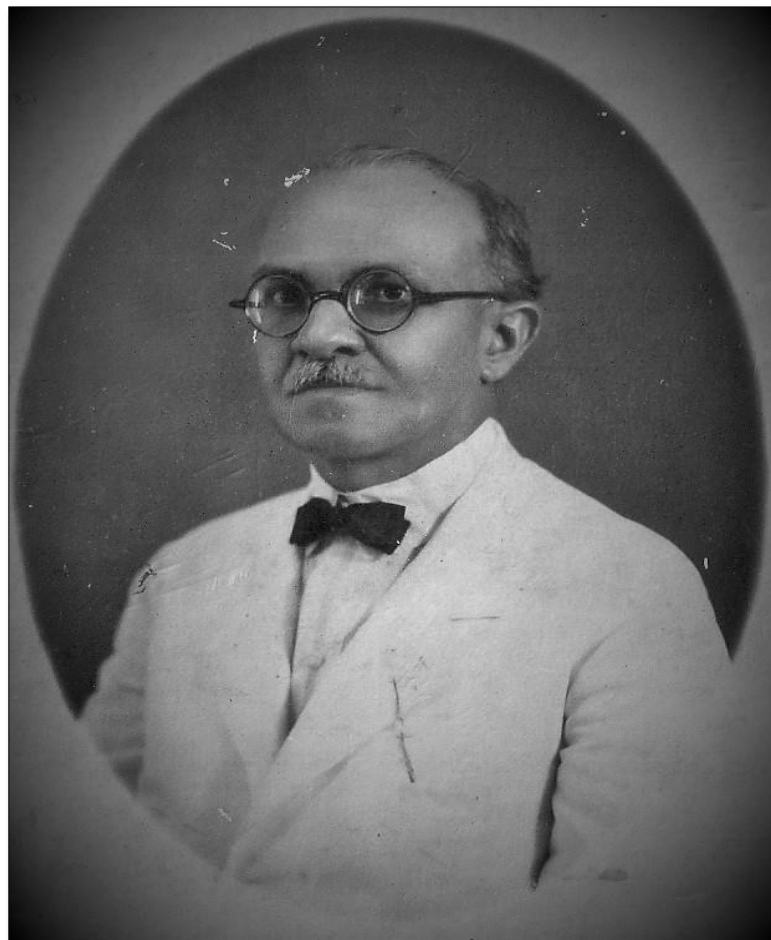


bem raros são os que resistem quando não os segura a poderosa mão da fé. Esta é a lampada que alumia todo o nosso caminho, através da escuridão mais densa, allumiando a nossa consciencia; a formidável força transportadora de montanhas a que aludia o Christo; o traço de união entre a creatura e o Creador (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.129).

Foi justamente esse giro que o fez estudar a doutrina espírita, passando a integrar grupos espíritas e a escrever obras com essa temática. Chegou a fundar seu próprio grupo, denominado "Grupo Espírita Filhos Pródigos", que se reunia nas dependências da Escola Monte'Alverne.

Seu envolvimento com a doutrina kardecista foi tal que em 1914 tornou-se Presidente da União Espírita Paraense (UEP), que ajudou a fundar. Exerceu o mesmo cargo nos anos de 1917, 1919, 1922 a 1924 e 1928, de forma que na década de 1920 Nogueira de Faria já era figura central do movimento espírita kardecista em Belém. Seu livro *O Trabalho dos Mortos*, publicado em 1921, até hoje é considerado uma referência para os estudiosos do espiritismo e pesquisadores das religiões.

**IMAGEM 30:** Nogueira de Faria como costumava se vestir para promover a propaganda espírita no Estado do Pará



**Fonte:** Diário Pessoal

No entendimento de Raymundo Nogueira de Faria o pensamento de Alan Kardec extrapolava o aspecto religioso, assumindo aspectos de filosofia e religião. Seu envolvimento com o kardecismo o levava a refletir sobre a sua própria prática, já que “como jurista ele sabia que a Justiça, seja ela qual for, é sempre tardia; por isso buscava a perfeição através do amor e acreditava sinceramente que por meio de reencarnações sucessivas é que o homem atingiria a perfeição” (MOURA, 1985, p.31). Essa, provavelmente, também foi a crença que o mobilizou pela causa dos menos favorecidos, como podemos depreender a partir da citação abaixo:

O mundo sofre porque há injustiça e há injustiças porque a Justiça tem sido procurada onde nem sempre está: no bojo dos autos, no seio dos processos. Ela, porém, tem a sua divina morada dentro de nós mesmos, asila-se em nossa própria Consciência. Coloquêmo-nos, antes de julgar, na situação do acusado, cerquêmo-nos das circunstâncias morais e materiais do momento; indaguemos como nós nos conduziríamos em tais momentos e tais condições, fiéis aos ditames da Consciência e, só depois de um exame corajoso e severo, norteemos o nosso julgamento pelo “alegado e provado”. Já a Consciência terá recebido a iluminação necessária para fazer Justiça! (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.44).

No movimento espírita paraense Raymundo Nogueira de Faria também contribuiu como sua experiência de jornalista na edição da *Revista Espírita*, fundada por ele e Domingos Sylvio Nascimento<sup>167</sup> em 1912. Essa revista era uma espécie de órgão de divulgação da “Escola Espírita Mont’Alverne”, que durou apenas um ano, mas ressurgiu em 1921

[...] e circulou até 1923, sob a direção dos que a fundaram em 1912. [Essa revista] Desempenha importantíssimo papel, fazendo a cobertura e completa divulgação dos acontecimentos que envolveram a compra do [novo] prédio da UEP e a realização das obras de sua adaptação às finalidades a que se destinava (SANTANA, 2006, p.177).

Um exemplo da importância dessa revista como órgão de divulgação, e também da postura militante de Raymundo Nogueira de Faria, é que através dessa publicação articulou-se a aquisição dos recursos necessários para a compra da sede própria da UEP, pois de acordo com Santana (2006), com vistas a realizar esse sonho, a *Revista Espírita* publicou, em 1922, uma conclamação em favor da compra de um prédio para o funcionamento da UEP.

A partir dessa publicidade a União passou à etapa do levantamento dos recursos necessários. Sendo que ao longo do processo, a referida revista informava acerca da

[...] marcha das iniciativas visando a aquisição do prédio da União, e que lhe deu valiosíssimo apoio, noticiando com detalhes os acontecimentos a ele relacionados, publicou, mês a mês, nominalmente, a relação das contribuições que iam sendo recolhidas, permitindo aos colaboradores e aos leitores em geral acompanhar a movimentação financeira e o esforço daqueles que estavam à frente da luta. Essa espécie de prestação de contas ajudava a

<sup>167</sup> No item 5.3.8 há uma breve biografia desse educador paraense.

alimentar o interesse e o entusiasmo de todos, traduzindo-se no empenho e até no sacrifício para não faltarem com sua parte (SANTANA, 2006, p.70).

A campanha popular foi bem-sucedida e a UEP conseguiu adquirir o prédio desejado e parece que Raymundo Nogueira de Faria considerou a dinâmica de envolver a sociedade com importantes causas como um recurso válido, já que anos depois fez movimento parecido para angariar fundos para comprar a Ilha de Cotijuba onde pretendia instalar uma colônia Correccional.

**IMAGEM 31:** Prédio da União Espírita Paraense localizado na Travessa Osvaldo Cruz, 45 Belém-Pa



Fonte: RODRIGUES, 1939

Esses acontecimentos corroboram o entendimento de Miskulin (2003) quando aponta que a imprensa pode ser um local onde o intelectual faz política, analisa a história, propõe políticas sociais e/ou culturais e assim pode intervir na sua realidade. Acerca do assunto, Zanotto (2008) aponta que a imprensa também representa os pontos de encontro de itinerários individuais e coletivos sob um “credo” comum e como meios de expressão coletivos.

Ainda como militante da doutrina kardecista esse obidense foi editor dos Jornais *A Redenção*, publicado durante o ano de 1925, e *Revelação*, jornal espírita que circulou nos anos de 1930.

Para Sirinelli (2003) as revistas (ou jornais), como os de temáticas espíritas onde Nogueira de Faria colaborou com textos ou mesmo responsabilizou-se pela edição, organizam o campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão e de exclusão, assim como podem ser consideradas como observatórios privilegiados do microcosmo intelectual e espaços

privilegiados à análise do movimento das ideias, ou seja, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, 2003, p.249).

#### **5.3.4. Formação intelectual e carreira acadêmica**

Em conversa com os parentes de Raymundo Nogueira de Faria, ele iniciou sua escolarização com sua tia materna na cidade de Belém, mas por questões econômicas não pôde prosseguir os estudos pela necessidade de trabalhar. Sua primeira atividade laboral foi como grumete nas embarcações que traziam os mais diferentes gêneros para abastecer o comércio da capital. Foi nos intervalos dessas viagens que ele aperfeiçoou sua leitura e adquiriu conhecimentos que lhe valeram muito nos empregos posteriores.

Em 1913 Nogueira de Faria decidiu fazer o exame de admissão da Faculdade de Direito. Tal ideia teve grande apoio por partes de amigos como Elmira e Archimimo Lima que chegaram, inclusive, a patrocinar a compra dos livros das matérias<sup>168</sup> cobradas nas provas, como nesse registro: “Maesinha é de um desvelo extraordinario. No dia offereceu-me mais um dicionario italiano e um Lusiadas” (NOGUEIRA DE FARIA, 11/02/1913).

O diário pessoal do obidense descreve detalhadamente sua maratona de estudos que durou aproximadamente três meses até a realização da prova. Tal maratona contava tanto com serões noturnos quanto com estudos aos finais de semana<sup>169</sup>. Sylvio Nascimento, amigo de todas as horas, também se encontrava entre os companheiros<sup>170</sup> de estudos.

O exame de admissão ocorreu em 19 de março de 1913. Nogueira de Faria foi classificado em primeiro lugar, mas, pesar de feliz pelo resultado também registra tristeza pela não aprovação de seu amigo Sylvio Nascimento. Assim, ingressou na Faculdade de Direito do Pará e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais quatro anos depois. Na cerimônia de colação de grau foi o orador da turma, pois à época, já se destacava pelas qualidades de orador e pelos atributos literários.

---

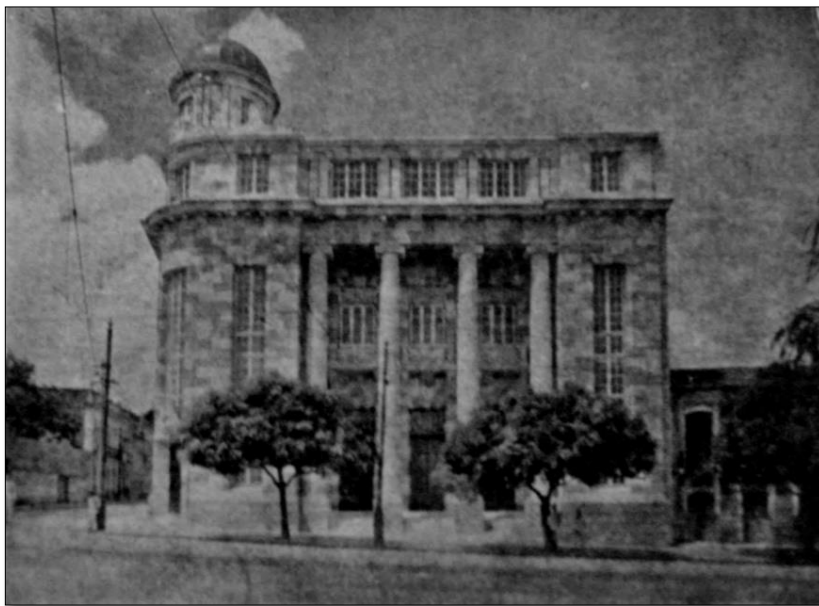
<sup>168</sup> Eram cobrados na prova de admissão conhecimentos em Francês, Latim, Lógica, História do Brasil, História Natural, Geografia, Português, Inglês ou Italiano, Física, Geometria e Aritmética.

<sup>169</sup> Apesar dos muitos relatos de longos exaustivos períodos de estudo nosso intelectual também registrou a ocorrência de momentos mais amenos, como, por exemplo, esse: “Gondrim, Sylvio e eu encerramos as aulas de italiano. Foi uma hora agradabilissima de util divertimento se assim me posso exprimir. Nossas almas cheias de satisfação sorriam e cantavam” (NOGUEIRA DE FARIA, 08/01/1913).

<sup>170</sup> Os diários de Nogueira de Faria revelam outros membros desse grupo como um chamado Gondrim de quem o diarista declara: “Gondrim passou a noite em casa. Estudamos até a meia noite. É o mesmo anjo desvellado. Penso mto fará por mim, com auxilio que me prestará” (NOGUEIRA DE FARIA, 05/01/1913) e o comandante do corpo auxiliar das praças o capitão Álvaro Fernandes.

Ainda durante a sua formação acadêmica, para complementar sua renda, Nogueira de Faria lecionou no Colégio Moderno, Fenix Caixerl Paraense, Escola Prática do Comércio (onde também foi diretor) e no Instituto Júlio Cezar. As disciplinas que ministrou foram Direito Comercial, Filosofia, Português, Educação Moral e Cívica e Legislação Fiscal.

**IMAGEM 32:** Associação Comercial do Pará. Aqui funcionava a “Escola Prática do Comércio” onde Nogueira de Faria lecionava



Fonte: RODRIGUES, 1939

**IMAGEM 33:** Salão de Recepções da Associação Comercial do Pará. Aqui Nogueira de Faria palestrou sobre temas relacionados ao “Direito Comercial”



Fonte: RODRIGUES, 1939



Em 1920 tornou-se professor da Faculdade de Direito, defendendo a tese “Constituição orgânica da sociedade comercial”. Na seleção para docente da cadeira de Direito Comercial, Raymundo Nogueira de Faria teve banca presidida pelo governador do Estado do Pará, à época Lauro Sodré. Borborema e Souza (1956, p.80), acerca desse processo seletivo e também do desempenho de Nogueira de Faria, afirmam:

[...] aluno que foi também dessa casa, e dos mais notáveis. Nesse concurso, o referido candidato deu provas incontestáveis de seus conhecimentos especializados da matéria e da sua natural inclinação espiritual para o ensino, pois professor também o era de várias disciplinas do curso de preparatórios.

**IMAGEM 34:** Faculdade de Direito do Pará



**Fonte:** RODRIGUES, 1939

Em seguida, esses mesmos autores, ao tratarem dos professores da Faculdade de Direito do Pará, assim se referem ao obidense ilustre: “nome já consagrado, quer como um dos nossos melhores poetas, quer como jornalista, quer como cultor do Direito” (BORBOREMA; SOUZA, 1956, p.80).

Posteriormente, Raymundo Nogueira de Faria foi promovido à catedrático dessa disciplina e mais tarde requereu transferência para a cátedra de Direito Penal, que assumiu interinamente em virtude do catedrático, Luiz Estevão de Oliveira, ter sido aprovado em concurso para juiz federal, transferindo residência para o Estado do Rio de Janeiro.

Em 1931 assumiu o cargo de Diretor Interino da Faculdade de Direito, reconhecimento que o deixou muito feliz, como registrou em seu diário pessoal:

Director da Faculdade de Direito! Quem diria?! Eu, o humilde guarda da Alfandega em 1917! Nesse anno completei o meu curso; logo chamado em 1º de abril para a Policia, como prefeito; em {20 de janeiro} 1921 juiz substituto da capital; em {12 de janeiro} 1926, juiz de direito do interior; em 1930, juiz da capital, em 14 de outubro de 1931 Director da Faculdade! Como não reconhecer ahi o dedo misericordioso da Providencia? (...) Eu, eu, o Dico, eu o antigo guarda da Alfandega, Director da Faculdade! Oh, Deus, oh, Deus! (NOGUEIRA DE FARIA, 14/10/1931)

Nogueira de Faria ainda receberia outra honraria por parte da Faculdade de Direito do Pará, que prova a consideração dessa instituição para com ele. Em 1957,

Um Pouco antes do seu falecimento foi agraciado com o título de Professor Emérito que lhe fora conferido pela Congregação da Faculdade, o tendo recebido em sua residência, à rua Manoel Barata, 447, 2º andar, em virtude da impossibilidade quase total de andar, consequência da pertinaz doença que o acometeu e o levou à morte (FARIA, 1985, p.41)

### **5.3.5 O homem de letras: jornalista, poeta e cronista**

A trajetória de Raymundo de Nogueira de Faria como homem de letras se inicia em 1901 quando ele começou a trabalhar como repórter para o jornal "A Província do Pará". Embora tenha permanecido pouco menos que um ano nessa função parece ter adquirido gosto pela crônica a partir de sua experiência no jornal, já que tempos depois assumiu o encargo de colaborador e editor de revistas e jornais, como, por exemplo, a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e também publicações espíritas, como já vimos anteriormente.

Autor de vários livros, publicou em diferentes gêneros literários textos acadêmicos, prosa, versos, ensaios e também os livros espíritas. No entanto, um dos temas preferidos de Nogueira de Faria era a educação sobre a qual possui duas obras de destaque: "Instrução e Educação Moral e Cívica" (1927) e "Meus Amiguinhos" (1935).

Esse interesse pela instrução é apontado por Pécaut (1990) como sendo comum aos intelectuais do início do século passado, como é o caso de Nogueira de Faria e se explica pela razão de que para eles o “ensino representava um dos campos onde foi mais sistemático o esforço do regime de criar uma mentalidade do “homem novo” (PÉCAUT, 1990, p.67).

Moreira (1975), enquanto educador e contemporâneo de Raymundo Nogueira de Faria, confirma que ele era um grande interessado pela mocidade e que não somente aplicou-se ao problema da delinquência juvenil como “dedicou-se também à elaboração de obras de fundo edificativo para a juventude em geral, havendo publicado duas com esse fim” (MOREIRA, 1975, p.47).

A despeito da dificuldade de localização dos escritos de Raymundo Nogueira de Faria, como já descrito na seção que trata dos aspectos metológicos dessa tese, encontramos autores, os quais citaremos a seguir, que destacam a qualidade da produção escrita do nosso autor.

Segundo Faria (1964) são obras primas da lírica desse paraense “Árvore Má”, “D. Branca”, “Um Sonho que Passou”, “in illo tempore” e “Sempre o Amor”, este último, um poema que se “tivesse sido publicado em outro lugar que não em Belém, teria tido a projeção da “Ceia dos Cardeais” de Júlio Dantas<sup>171</sup>, pois é “um poema admirável” (FARIA, 1985, p.35).

Ainda em relação à produção literária do desembargador, Moura afirma que Raymundo Nogueira de Faria é um nome de destaque no cenário intelectual do Pará, “um homem digno sob todos os pontos de vista, e um dos valores da intelectualidade da planície” (MOURA, 1985, p.35).

Eustáquio de Azevedo<sup>172</sup> ([1918] 1970) afiança que a poética de Nogueira de Faria tinha o lirismo puro, doce e ingênuo de um artista que vivia de emoção e, por isso, considerava lamentável que ele, pela força da magistratura, houvesse substituído a atividade literária pelos estudos científicos. Ele exemplifica isso apresentando a lírica do desembargador através de alguns de seus poemas, os quais o leitor pode encontrar em nosso anexo.

Luiz Barreiros<sup>173</sup>, inspetor geral do ensino no Estado do Pará e orador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, publicou, em 1928, um folheto intitulado "Os Nossos

---

<sup>171</sup> Júlio Dantas nasceu em 19 de maio de 1876 e faleceu em 25 de maio de 1962. Foi um escritor, médico, político e diplomata. Foi um dos mais conhecidos intelectuais portugueses das primeiras décadas do século 20. Escreveu textos de variados gêneros literários, da poesia ao romance e ao jornalismo, mas foi como dramaturgo que ficou mais conhecido, em particular, pela peça A Ceia dos Cardeais (1902), uma das mais populares produções teatrais portuguesas até hoje. Na política foi deputado, Ministro da Instrução Pública e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1921-1922 e 1923), terminando a sua carreira pública como embaixador de Portugal no Brasil (1941-1949). Polêmico, contava tanto com grandes admiradores quanto com ardorosos críticos a sua obra. Foi eleito sócio da Academia de Ciências de Lisboa (1908), instituição a que presidiu a partir de 1922. Quanto a “Ceia dos Cardeais”, a peça de apenas um ato, foi escrita em 1902, e compõe-se por três grandes monólogos que revelam as aventuras amorosas da juventude de três cardeais reunidos numa luxuosa sala do Vaticano durante o papado de Bento XIV, no século XVIII, momento em que partilham uma ceia digna da riqueza do ambiente que os envolve. Inicialmente encomendado para uma ocasião específica, posteriormente, o texto fez grande sucesso com mais de 50 edições em português e várias traduções noutras línguas. Foi encenado por toda a Europa e na América do Sul. Adaptado de: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio\\_Dantas](https://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Dantas)> e <<http://cvc.instituto-camoes.pt/teatro-em-portugal-textos-espectaculos/a-ceia-dos-cardeais.html#.WCH5V9UrKUK>>. Acesso em 08 de nov. 2016.

<sup>172</sup> José Eustáquio de Azevedo nasceu em 20 de setembro de 1867 e faleceu a 5 de outubro de 1943 em Belém. Poeta e prosador é mais conhecido pelo pseudônimo de Jacques Rola. Em sua época foi o centro de gravitação de um grupo de escritores e poetas da primeira metade deste século. Foi um dos idealizadores e fundadores da Associação “Mina Literária”, instalada em Belém no ano de 1895. Como ‘Mineiro’ adotou o pseudônimo, de uso obrigatório entre os associados, de ‘Muriato’. Participou da formação da Academia Paraense de Letras, fundador e primeiro ocupante da cadeira nº 2, cujo patrono é Dom Antônio de Macedo Costa.

<sup>173</sup> O cametaense, jornalista e bacharel em direito Luiz Barreiros nasceu em 07/07/1872 e morreu em 05 de fevereiro de 1933. Em 1912 assumiu o cargo de Inspetor Escolar que deixou para exercer o mandato de deputado estadual (1915-1917, 1918-1920). Pertenceu à Academia Paraense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Foi um dos fundadores e presidente da Associação de Imprensa do Pará. De 1920 até 1930 foi Inspetor Geral de Ensino do Estado do Pará, deixando essa inspetoria para assumir outra, a Inspetoria Federal de Seguros, onde permaneceu até sua morte.



Oradores", onde listou o nome dos homens paraenses que se destacaram pelo talento especial na oratória. Dentre eles, consta Nogueira de Faria, a quem Barreiros se refere desse modo:

Os seus discursos animados dos estremecimentos artísticos duma larga inspiração, refletem a expressão sintética da educação moram dum espírito formoso, voltado para as aspirações imanentes da Justiça e da fraternidade humana.

Afastado do meio intelectual de Belém, se encontra há alguns anos exercendo as graves funções de juiz de direito da comarca de Alenquer onde, pelo seu preparo jurídico e elevação de seu rígido caráter, vai honrando e dignificando a toga de magistrado.

(...) Ao ouvi-lo, os que lhe conhecemos a nobilitante vitória de seu preparo intelectual sobre as trulentas vicissitudes das condições modestas do início de sua vida pública, das quais, à força de talento e da vontade decisiva pode, um dia, triunfar, discernimos, sem maior exame, que naquele cérebro e volve a síntese psicológica duma organização mental que não age isolada, nos surtos da exclusiva eloquência oratória, mas, por efeito, duma causa pré-lógica na vida do espírito, resultando de inclinações emocionais de ordem moral, social e patriótica. (...)

Eis porque, em nossa opinião, embora desautorizada sempre colocamos as suas belíssimas produções de esteta da palavra falada, entre dos grandes iniciados nos segredos da Eloquência (BARREIROS, 1928 *apud* FARIA, 1985, p.46).

A faceta de poeta, cronista exercida por Nogueira de Faria ao longo de sua vida ainda é carente de estudos que se aprofunde na análise dos textos, suas temáticas, valor literário, volume produtivo etc.

### 5.3.6 Empreendimentos de Raymundo Nogueira de Faria

Nogueira de Faria, considerado por Moura (1985) como ““um intelectual de raça”, que não ficou apenas no discurso, mas se envolveu envolvido com as causas sociais, costumava visitar a Colônia do Prata<sup>174</sup>, para onde levava donativos e também “conforto espiritual” (FARIA, 1985, p.42).

Outro assunto que mobilizava a atenção desse magistrado era a situação da mocidade paraense, ou seja, a causa das crianças e jovens “em situação irregular”, por isso, ao longo de sua vida, tomou iniciativas com o objetivo de atender às necessidades desse grupo de pessoas. Segundo consta em sua biografia, criou estabelecimentos educacionais como a Escola Mont’Alverne, para crianças necessitadas.

---

<sup>174</sup> Colônia do Prata, criada em 1908 com o objetivo de atender os hansenianos do Estado do Pará, ficava localizada no município de Igarapé-Açu, acerca de 110 quilômetros de Belém. Durante seu funcionamento atendeu mais 13 mil pessoas.

A Mont'Alverne era uma escola mista que tinha como professores o próprio magistrado, amigos e amigas dele e sua esposa<sup>175</sup>. Posteriormente, quando foi transferido para Comarca de Alenquer, juntamente com a esposa criou outra escola de primeiras letras, como já o fizera em Belém, acerca da qual temos reduzidas informações.

Ele também foi um dos responsáveis pela criação de uma farmácia homeopática que atendia à população de Belém. Vendia fórmulas prescritas, após consultas gratuitas, a preços módicos. Posteriormente, com a adesão de mais mantenedores, a farmácia coordenada por ele tornou-se o “Dispensário Homeopático da União Espírita” e ficou sob sua direção. Ele era responsável por abastecer as farmácias de outros centros espíritas paraenses com menos recursos. Essa atividade, realizada pelo Departamento Assistencial da UEP, foi executada até meados de 1990 (SANTANA, 2006).

Raymundo Nogueira de Faria também foi um dos fundadores do Instituto de Proteção e Assistência à infância<sup>176</sup> do Estado do Pará (IPAI), juntamente com o médico Ophir Pinto de Loyola<sup>177</sup> e os Professores Raimundo Proença e Matheus do Carmo (CASTRO, 2011). Tal instituição, criada em 06 de outubro de 1912, na cidade de Belém, tinha como objetivo “atender crianças pobres e orientar mães nos princípios da puericultura, tão necessários à grandeza de uma raça, e tão garantidoras do futuro de uma nação forte e civilizada” (ARAÚJO; ALVES 2016, p.30).

De acordo com Heráclides César de Souza Araújo<sup>178</sup> (1922) este Instituto oferecia à população paraense muitos serviços como lemos a seguir:

---

<sup>175</sup> A Escola Mont'Alverne, fundada por Nogueira de Faria, era o local onde os membros das duas sociedades [União Espírita Paraense e “Centro Espírita ‘Eduardo Siqueira’”] se reuniam, estreitavam relações e trocavam idéias sobre essa união (SANTANA, 2006, p.55)

<sup>176</sup> Em 1934 o Instituto de Proteção e Assistência à infância do Pará passou a chamar-se Instituto Ophir Loyola, em homenagem ao seu fundador. Mais tarde, em 2006, foi criada a autarquia Hospital Ophir Loyola, com objetivo de oferecer atendimento médico humanizado através de excelência em tratamento do câncer, doenças crônico-degenerativas, fissuras labiopalatais, transplantes de órgãos, entre outros serviços. Além disso, o HOL executa um trabalho de ensino, pesquisa e extensão como forma de qualificar profissionais e estabelecer apoio e incentivo à pesquisa e produção científica no hospital. Atualmente, além da oncologia, o hospital ainda atende outras 17 especialidades médicas. Adaptado de: <http://www.ophirloyola.pa.gov.br/institucional/missao-visao-valores/>. Acesso em 06 de out. de 2016.

<sup>177</sup> No item 5.3.8 dessa tese consta uma breve biografia de Ophir Pinto de Loyola.

<sup>178</sup> Heráclides César de Souza Araújo (1886-1962) formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915. Antes disso concluiu o curso de farmácia e trabalhou como docente. Foi chefe do laboratório de leprologia do Instituto Oswaldo Cruz durante o período de 1927 a 1956. Publicou obras de referência para o estudo da história da lepra no Brasil como: *A História da Lepra no Brasil* (Volume I, II, III) e *A Lepra em 40 Países*. Esteve algumas vezes no Estado do Pará, uma delas no ano de 1933 como inspetor para a região norte, comissionado pelo governo federal. O jornal paraense *A Folha do Norte* acompanhou o médico durante sua missão oferecendo aos leitores notícias das atividades e eventos que o mesmo participou aqui. O arquivo pessoal desse cientista encontra-se no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz e reúne grande quantidade de trabalhos sobre a lepra e seu tratamento (FLEIUSS, 1957).

*Dispensário* para atender as crianças desvalidas matriculadas; *pharmacia*, onde se aviam gratuitamente as receitas formuladas pelo corpo clinico que compõe a altruistica instituição; *Serviço de assistência domiciliar* para os doentes, cujo estado de saúde não permite a ida ao Dispensário; *Serviço de assistência maternal* para o exame e o tratamento apropriado das mulheres grávidas pobres; *Obra de proteção ao berço*, para auxílio às mulheres matriculadas. Grandes serviços tem prestado o estabelecimento para a propaganda do aleitamento materno por meio de concurso de robustez (ARAÚJO, 1922, p.72)

Nogueira de Faria fez parte da diretoria do IPAI até 1934 (MARTINS, 2006). Como um dos diretores, buscou com afincos garantir atendimento às crianças pobres de Belém e até mesmo do Pará já que com o tempo o Instituto passou a atender pessoas de todo o Estado. A preocupação dos fundadores era promover na região uma infância saudável, oferecendo acesso

[...] à alimentação, ao vestuário, à habitação, à educação, à instrução, havia também a preocupação em cuidar das crianças que recebessem maus tratos e àquelas entregues à vagabundagem e à mendicância e aos filhos abandonados de pais de má conduta, mendigos ou condenados (ARAÚJO; ALVES, 2016, p.34).

Um aspecto importante descrito no Estatuto do IPAI do Pará era o papel das mulheres da sociedade paraense no atendimento das crianças desvalidas. Às senhoras “damas de assistência” eram atribuídas várias tarefas que vão desde a organizar bazares, quermesses e espetáculos, no sentido de angariar donativos para a melhoria das ações da comissão, até o atendimento às crianças cadastradas no Instituto.

Além disso, as “damas” assumiam também a tarefa de prestar socorro às crianças, auxiliar às mães e zelar pelo tratamento médico dos infantes, oferecendo bom atendimento, cuidado e conforto às crianças internadas no Instituto. A atuação das “damas de assistência” se estendia ainda em cuidar da confecção das roupas dos meninos e meninas e de promover programações que divertissem e educassem as crianças.

Assim, com a fundação do IPAI foram implementadas mudanças no atendimento à infância desvalida de Belém.

De todas as realizações da vida de Nogueira de Faria, o empreendimento mais importante, segundo Moura (1985) Faria (1984) e outros que falam a respeito desse magistrado, com certeza, foi a criação do reformatório na Ilha de Cotijuba, uma prova do quanto ele se dedicou “de corpo e alma à causa de infância desvalida” (FARIA, 1985, p.43).

A “Folha do Norte” em 05/09/1931 afirma que nesse empreendimento a responsabilidade com o juizado de menores foi a força motriz de Nogueira de Faria:

Tendo em vista a gravidade das funções de que se acha investido e alta responsabilidade que lhe pesa sobre os ombros como juiz dos menores é que o dr. Nogueira de Faria deu o brado de alerta convidando a mocidade a

cooperar consigo na realização do sonhado ideal. Como o dr. Mello Mattos, sáe a campo espalhando a semente que breve germinará e produzirá fructos optimos para o maior relevo do nosso Estado.

Ele mesmo escreveu em seu diário pessoal, em 06/09/1931, estar envolvido numa grande luta que lhe exigia grande dedicação, pois, segundo ele, se o reformatório não proporcionasse à juventude e às crianças infelizes

[...] o conforto e o carinho de um verdadeiro lar, ao menos [proporcionaria] uma assistência material e moral, capaz de lhes garantir um futuro promissor, bem diferente daqueles que de certo teriam se continuassem criados como párias, ao Deus dará, sem outra escola que a própria rua, sem outro destino que a própria miséria, chegando ao crime (FARIA, 1985, p.43).

Luís Faria, filho do desembargador Raymundo Nogueira de Faria, conta em detalhes como seu pai empreendeu fervorosa luta até finalmente alcançar seu objetivo:

Em 1933, após uma intensa campanha pela imprensa de Belém, de donativos particulares do comércio e da indústria; de colaboração eficiente dos estudantes, tendo à frente Solerno Moreira Filho, do Ginásio Paes de Carvalho, além de outros estabelecimentos de ensino; de espetáculos de arte e música no Palace Teatro e Teatro da Paz, [Nogueira de Faria] adquiria a ilha de Cotijuba para nela instalar a Colônia Reformatória de Menores. Uma luta titânica, tendo ao seu lado os velhos amigos Silvio Nascimento e Euzébio Cardoso e o major Pedro Nolasco, além do apoio do também seu amigo Joaquim Cardoso de Magalhães Barata. Para lá viajava nos fins de semana e aos poucos conseguiu edificar o Pavilhão "Soldado Pantoja", para os menores, a escola "Joaquim Távora" para as crianças moradoras na ilha, dois postos médicos, uma olaria e uma serraria para laborterapia dos internos. Uma frota de canoas para condução dos funcionários, dos menores e suas famílias e de si próprios, estas foram adquiridas e a principal denominada "Soldado Epifanio". Mamãe ao seu lado, em todas as horas. O que pôde ser feito, o foi (FARIA, 1985, p.43)

Acerca do empenho pessoal de Nogueira de Faria no processo de fundação da Colônia Reformatória de Cotijuba, o jornal paraense "A Folha do Norte", no período de 1932 a 1934, apresenta com detalhes todas as etapas do empreendimento, desde o lançamento da pedra fundamental até a concretização das obras, passando pelas visitas realizadas pelo Interventor Magalhães Barata, amplamente cobertas pela imprensa paraense.

A apresentação desses acontecimentos mostra porque o filho do desembargador considera que a luta travada pelo seu pai pode ser considerada como "titânica". Luís Ercílio Faria é, inclusive, um exemplo, de como o "sonho" de Nogueira de Faria foi intensamente vivido por toda sua família, pois além de ter morado com os filhos em Cotijuba, a esposa de Nogueira de Faria o auxiliava em todas as atividades relacionadas à colônia reformatória vindo a ser em 1946 vice-diretora do estabelecimento.

Essa causa, envolveu inclusive, os filhos deles, pois em 1946, Luís foi designado pelo governador da época, “para estudar no Sudeste do País, sem ônus para o Estado, o problema dos menores abandonados e delinquentes, principalmente nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, onde existiam, sobre o assunto, estabelecimentos modelares” (CASTRO, 2012, p.293). Os diários de Nogueira de Faria também revelam que as próprias filhas do magistrado exerceram voluntariamente o magistério naquela instituição durante um tempo.

Dentre os documentos de Nogueira de Faria encontramos um cartão de visita, cujo remetente traça uma elogiosa descrição desse homem e destacando o que considerava ser a Colônia Reformatória de Cotijuba:

Im<sup>o</sup>. Dr. Nogueira de Farias.

É na caída e não na phase do apogeu que costuma falar o meu coração.

Opposicionista, mas não systematico, do periodo que o teve como chefe de policia, devo proclamar a sua bela actuação que teve a realçar as suas excellentes qualidades de bondade e humanidade, menorando as victmas de idéaes respeitaveis, as humilhações, os soffrimentos moraes e salvando-lhes a propria vida. A minha consciencia perante Deus o apontará como merecedor de sua benção que ha de recahir sobre o **seu abençoado lar, abrigo de jovens dignos de um futuro preparado pelas boas acções de um exemplar pae e nobre cidadão.**

Tudo mal traz um bem e este consistio em conhecer o melhor e dahi ter a estima e a admiração de hontem augmentado consideravelmente em favor do meu prezado amigo credor, hoje, da gratidão de uma familia toda. Somente os ingratos e os de má fé poderão não reconhecê-lo como salvador dos creditos de um governo e o benfeitor de homens, chefes de familia, entregues ao azar da ignorancia, da ferocidade de maos que passam e não mais voltarão para felicidade geral. Aqui; ali ou acolá encontrará sempre a gratidão do

Renato Franco<sup>179</sup>

### 5.3.7 Histórico da criação da Colônia Reformatória de Cotijuba a partir dos jornais paraenses

Esta subseção tem como objetivo apresentar, por meio de notícias de jornal, o processo histórico que culminou na criação da Colônia Reformatória de Cotijuba. Um detalhe curioso é que a seleção das reportagens foi feita pelo próprio intelectual cujo pensamento estudamos nessa Tese, num caderno que ele reservou especialmente para isso.

---

<sup>179</sup> João Renato Franco nasceu e faleceu na cidade de Belém em 22/06/1895 e 7/03/1982, respectivamente. Foi odontólogo, professor da Universidade Federal do Pará, químico, jornalista e político brasileiro com longa atuação no Pará. Foi Diretor do Colégio Paes de Carvalho e do Colégio Paulo Freire (Rio de Janeiro). Participou da criação das faculdades de Medicina e Odontologia da UFPA. Colaborou com a Folha do Norte, O Correio de Belém, O Estado do Pará e Jornal do Brasil, bem como foi proprietário e diretor do vespertino A Vitória. Foi membro do Sindicato dos Jornalistas e do Instituto Histórico e Geográfico, ambos no Pará, fundou a Associação paraense dos Funcionários Públicos Federais e atuou como secretário-geral do Museu Comercial do Pará. Após a Revolução de 1930 assumiu a Subdiretoria de Educação e a Superintendência da Caixa Econômica Federal no Pará. Filiado ao PTB, foi vice-governador do Pará em 1965 assumindo posteriormente, a presidência da Assembleia Legislativa do Pará. Depois filiou-se à ARENA, sendo eleito senador em 1970.

As notícias colecionadas por Nogueira de Faria foram importantes para fazer o resgate dos principais acontecimentos relacionados à CRC, mas também para tomar conhecimento das críticas que esse estabelecimento recebeu por meio dos periódicos paraenses.

De acordo com texto de Nogueira de Faria publicado na “Folha do Norte” de 09/08/1931, Magalhães Barata, grande apoiador da ideia da criação de um estabelecimento de reforma também foi quem deu a sugestão de que os recursos para realizar a “redenção social dos nossos vagabundinhos” fossem buscados junto à sociedade paraense:

Então, reconhecendo-se a insuficiência de recursos do Thesouro do Estado para arcar com as enormes despesas na realização dessa obra, vasta e complexa, de generosa finalidade, ficou assentado fervoroso apelo á filantropia particular. Sómente com o concurso desta, sempre valioso e fecundo, poderão ser triumphante causas assim. E esta, em que Belem ora se empenha, caminha de victoria em victoria. Do estudante ao rico; do rico ao pobre, a causa os menores vem despertando as mais vivas sympathias.

Foi a partir disso que a CRC conseguiu um lugar cativo nos jornais paraenses que diariamente ofereciam à população de Belém a evolução da campanha de arrecadação que começou ainda em 1931 e avançou no sentido de envolver toda a sociedade paraense.

Um desses grupos sociais a ser alcançado era o dos estudantes, que por sua experiência no magistério, Nogueira de Faria considerava que poderiam ser excelentes militantes, provavelmente pela maior disponibilidade de tempo, por isso, investiu em abordagens, palestras e conferências públicas junto aos alunos das escolas secundárias e superiores do Estado do Pará.

O jornal “Folha do Norte” registra as expectativas depositadas na participação estudantil: “O movimento ora iniciado em favor dos menores abandonados e delinquentes promete empolgar a cidade, entregue como foi á mocidade das nossas escolas de ensino superior e secundário” (26/08/1931).

Em outra matéria, intitulada de “A marcha de uma grande causa”, diz-se:

Vae tendo larga repercussão no seio dos estudantes das nossas escolas secundarias e superiores a idéa de lhes confiar a campanha em pról da assistência geral dos menores abandonados e delinquentes. Nem poderia ser de outra forma: o coração da mocidade é sempre assim, terreno fecundo em que facilmente germinam as iniciativas nobres. Após a conferência de domingo será effectuada uma grande reunião de estudantes a fim de organizar a “frente unica” da grande batalha social (FOLHA DO NORTE, 21/08/1931).

O lançamento oficial da “campanha” em favor dos menores ocorreu no dia 24/08/1931 e segundo a “Folha do Norte” contou com a presença ilustre do Interventor Federal Magalhães Barata, do Maestro Ettore Bosio, além de outras autoridades belenenses.

No Theatro da Paz realiza-se hoje, ás 9 horas da manhã, a conferencia em que o dr. Nogueira de Faria iniciará a cruzada patriótica para a fundação da Colonia Correccional e do Abrigo para os menores abandonados e delinquentes

confiando-a em seguida aos estudantes das nossas escolas superiores e secundarias. Após a sua palestra será effectuada grande reunião de estudantes para a organização da “frente única” dessa campanha de assistencia social.

O “Estado do Pará”, em 23/08/1931, também publicou suas expectativas em face da realização do evento acima, prevendo a presença de muitas pessoas<sup>180</sup> já que segundo o jornal

Teve a mais franca acolhida em todos os meios sociaes a campanha que amparada pelo sr. interventor federal, está promovendo o dr. Nogueira de Faria em prol dos menores desamparados e delinquentes. Hoje, pela manhã, o dr. Nogueira de Faria realizará uma palestra focalizando essa obra de grande finalidade social.

No dia seguinte, a “Folha do Norte” apresentou relatório desse evento onde constatamos que o interventor Magalhães Barata fez uma abertura:

[...] dirigiu palavras de incitamento aos estudantes e as todas as pessôas que quizessem trabalhar por essa obra meritória e de finalidades altruísticas, (...). A seguir, deu a palavra ao dr. Nogueira de Faria, que em bem elaborado discurso, iniciou a cruzada para a fundação da Colonia Correccional e do Abrigo de Menores. Demonstrou a importancia dessas instituições, cuja falta ha muito se fazia sentir em nosso Estado, entregando, em seguida, aos estudantes das escolas superiores e secundarias a realização dessa causa, altamente patriótica (25/08/1931).

O “Estado do Pará” de 25/08/1931, ao abordar esse acontecimento, complementa:

O dr. Nogueira de Faria, por nosso intermedio, convida os alunos dos diversos estabelecimentos de ensino superior e secundário para uma reunião amanhã, ás 5 horas da tarde na Faculdade de Direto, afim de serem organizadas as commissões a cargo das quaes deve ficar a direção da campanha. Diz-nos o dr. Nogueira que estimaria a presença dos professores dos mesmos estabelecimentos.

A reunião na Faculdade de Direito também foi evento importante na campanha em favor dos “menores delinquentes” que contou com a presença de Amazonas Figueiredo, diretor daquela Faculdade; do desembargador Augusto de Borborema; de Buarque de Lima, juiz titular da 2ª Vara da Comarca da Capital; de Renato Franco, diretor do Ginásio Paes de Carvalho, além de representantes de importantes instituições públicas e também Sylvio Nascimento, melhor amigo de Nogueira de Faria (FOLHA DO NORTE, 27/08/1931). O resultado desse encontro, onde também discursaram representantes discentes, foi a criação da “Frente Única” da campanha em prol da criação da CRC (ESTADO DO PARÁ, 28/08/1931).

---

<sup>180</sup> Em texto de sua autoria publicado na “Folha do Norte” em 31/01/1933, Nogueira de Faria informa que o lançamento da campanha pública ocorreu “em face de reduzido publico (...). Do mundo oficial, dois homens apenas: major Magalhaes Barata e o tenente Ismaelino de Castro. E ainda: uma turma de alumnas do Instituto Carlos Gomes, graças á bondade do meu velho amigo, maestro Ettore Bosio; vinte e tantas outras pessoas, e a banda dos Bombeiros Municipaes, incumbida de dois numeros do programma. Só.”

Obtida a adesão dos estudantes, Nogueira de Faria volta-se a outros públicos, como os fazendeiros e comerciantes do Estado, a quem ele, por meio da “Folha do Norte” e do “Estado do Pará”, ambos com data de 29/08/1931, faz um “Rôgo” direcionado a “Sociedade Cooperativa de Agricultura e Pecuária do Pará Ltda., para que seus associados cooperassem com a causa dos “menores delinquentes” por meio de

Uma mensalidade de cinco mil réis e uma quota extraordinária de dez; aquella será destinada a concorrer para a manutenção da Escola Correccional, do Abrigo de Menores e do Albergue Nocturno dos pequenos vendedores de jornaes (...) A quota extraordinária convergirá com outros auxílios para a imediata aquisição de uma ilha tão proxima da capital quanto possível, onde instalaremos a Colônia Correccional (ESTADO DO PARÁ, 29/08/1931)<sup>181</sup>.

Como argumento para que os fazendeiros, pecuaristas e produtores rurais aderissem à causa proposta, ele usa

O imperioso interesse social de salvá-os [que] exige muito dinheiro e ainda mesmo nos paizes ricos a generosidade dos particulares se associa ao Estado no dever humanitario de assistil-os. Venho bater á porta da vossa abundancia, certo de que ella me será aberta pela mão de ouro do vosso altruísmo (FOLHA DO NORTE, 29/08/1931).

A rogação foi bem-sucedida pois, segundo o “Estado do Pará” de 30/08/1931, “Varios comerciantes adheriram, num gesto digno de philanthropia, à idéa lançada na imprensa pelo dr. Nogueira de Faria, juiz de menores, a favor das crianças abandonadas e deliquentes”.

De acordo com a “Folha do Norte” (01/09/1931), devido a esse sucesso, “Em próxima edição será publicado mais um apelo daquele magistrado, na defesa da causa dos seus pequenos e infelizes jurisdicionados”<sup>182</sup>.

Assim, como nos aponta a “Folha do Norte” de 01/09/1931, “pouco e pouco a idéa em favor dos menores ganha terreno e entre logo na phase de francas realizações”. Os periódicos a partir de então passam a noticiar diariamente as adesões à causa do Juiz de Menores da capital<sup>183</sup>, como por exemplo: em edição de 05/09/1931 quando a “Folha do Norte” informa que “conhecido fazendeiro, ouvindo o rogo do juiz, poz á sua disposição algumas cabeças de

<sup>181</sup> Muitos comerciantes aderiram à proposta de Nogueira de Faria, dentre eles a Empresa Importadora de Ferragens S.A que contribuiu “com a mensalidade de duzentos mil reis para as obras da Colonia de Menores” (Estado do Pará, 13/9/1931). Posteriormente os jornais também trazem notícias acerca das doações de alguns fazendeiros, tanto em espécie quanto em gado.

<sup>182</sup> Em 15/9/1931, o “Estado do Pará” noticia que a empresa Teixeira Martins S.A, do ramo de hotelaria e entretenimento, comunicou a Nogueira de Faria que pretendia “promover um espetáculo cinematográfico em favor da mesma causa. E assim de todos os lados chegam adesões em favor dos menores abandonados e delinquentes”.

<sup>183</sup> O primeiro dia do mês de setembro de 1931 os funcionários dos Correios aderiram à causa da CRC ofertando um total de 1\$000 (um conto de réis). Nos dias seguintes houve novas adesões: dia 7, funcionários da Recebedoria do Estado; dia 8 e 10 de setembro servidores do Fórum e do gabinete do interventor federal; dia 10 membros do ministério público e funcionários da Secretaria do Interior e Justiça e da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça; no dia 19 é a vez dos trabalhadores do “Serviço de Febre Amarella do Pará;



gado para o inicio da fazenda. (...) Salim Salles & Cia assossiam-se á idéa ofertando 500\$000, em dinheiro”.

Numa próxima etapa Nogueira de Faria buscou o apoio das organizações civis como o Rotary Club do Pará - Seção Belém, onde, em sessão de 10 de setembro de 1931, devidamente acompanhado do interventor Magalhães Barata, ele expôs seu projeto de atendimento aos menores abandonados e “delinquentes” do Estado, e recebeu apoio daquela fraternidade. Nessa seção, Ophir Loyola, membro do Rotary, proferiu um parecer onde afirmou “que a acção em benefício da infancia se deve exercer desde os primordios da vida, de modo que o Pará, em futuro próximo, possa ufanar-se de possuir creanças robustas e, mais tarde, homens fortes socialmente uteis, quer physica quer moralmente” (FOLHA DO NORTE, 11/9/1931)<sup>184</sup>.

Nogueira de Faria também buscou o apoio da sociedade paraense em geral, principalmente de duas classes, “que muito podem contribuir para o exito rapido da jornada piedosa cuja realização integral exige avultada somma” (ESTADO DO PARÁ, 02/09/1931), a dos funcionários públicos, que poderiam contribuir com a consignação de um valor determinado em folha de pagamento<sup>185</sup>, e a das donas de casa “creando o “cofre maternal da juventude abandonada”, onde deixará cair diariamente um ou dois tostões poupados ás despesas geraes da despensa”<sup>186</sup> (ESTADO DO PARÁ, 02/09/1931).

Assim, o desembargador conclui, “todos poderão dar, na certeza absoluta de que quanto derem será rigorosamente empregado na obra sonhada” (ESTADO DO PARÁ, 02/09/1931). Nesse sentido, a imprensa paraense<sup>187</sup> aponta perspectivas positivas de tais iniciativas de Nogueira de Faria: “Não ficarão alheios, também, os srs medicos, advogados, professores, jornalistas e industriaes porque, cõnscios de sua missão social, ligarão os seus nomes á obra da defesa dos menores abandonados e delinquentes”.

---

<sup>184</sup> A acolhida dos rotaryanos foi tão positiva que em 05/09/1932 ele, se tornou um membro do Rotary Club do Pará.

<sup>185</sup> Acerca disso a “Folha de Norte” de 05/09/1931 informa: “Continuam a ser distribuidas pelas repartições públicas as circulares em que o dr. Nogueira de Faria, juiz de menores, solcita um expontaneo auxilio em prol da grande causa dos menores abandonados e delinquentes. Pelos diversos departamentos foram essas circulares recebidas com muita sympathia por parte do funcionalismo, bastando frizar que até os de humilde categoria, num gesto altamente patriótico, se associaram, contribuindo (...) O major Magalhães Barata (...), por decreto recente, autorizou as consignações em folha”.

<sup>186</sup> Segundo Nogueira de Faria “A criação desse “cofre maternal” terá um fim educativo nos lares onde houver creanças porque lhes despertará a idéa dos nobres sentimentos de solidariedade social” (ESTADO DO PARÁ, 02/09/1931).

<sup>187</sup> De acordo com Nogueira de Faria numa carta dirigida à nova diretoria da Associação Paraense da Imprensa e publicada pela “Folha do Norte” em 10/9/1931, tanto este jornal quanto “O Estado do Pará” estavam oferecendo “preciosa colaboração em que importa a publicidade de todos os actos relativos áquella causa, sobretudo na phase de realização a que já se passou, angariando donativos, aquelles nossos dignos e ilustres patrícios em breve fruirão o jubilo de vêr instalada e funcionando o primeiro marco dessa formosa cruzada social: - A Colonia Reformatoria”

Toda essa mobilização atingiu os mais diferentes públicos como, por exemplo, os operários da Usina Brasil Ltda que depositaram suas contribuições num cofre providenciado pela direção da indústria e alcançou a soma de 519\$000 réis<sup>188</sup>. Também os prefeitos de outros municípios do Estado do Pará contribuíram, como Marapanim e Chaves, sendo que nesta última cidade o prefeito criou até “uma comissão de senhorinhas da sociedade local, para angariar donativos em favor de tão útil quanto patriótica iniciativa” (FOLHA DO NORTE, 27/10/1931).

Sensibilizada a população em geral, caberia aos estudantes secundaristas saírem “a campo” batendo de porta em porta<sup>189</sup> “enquanto a comissão de estudantes das escolas de ensino superior, incumbida da organização dos festivaes, entrará, por sua vez, em risonha e engalanada ofensiva...” (ESTADO DO PARÁ, 02/09/1931)<sup>190</sup>.

As estudantes da Escola Phenix Caixerai também aderiram à causa da menoridade paraense. Segundo o “Estado do Pará” de 10/9/1931, das “alumnas da 3ª serie surgiu a idéa da realização de um festival littero-musical” a ser realizado no Teatro da Paz. Depois, “o Centro Academico de Agronomia e Medicina Veterinaria do Pará oficiou [a Nogueira de Faria] protestando-lhe solidariedade na causa em favor dos menores e pondo os seus serviços a disposição daquele magistrado” (ESTADO DO PARÁ, 15/9/1931).

Para reforçar a divulgação da campanha de arrecadação de recursos Nogueira de Faria envia correspondência ao Monsenhor Agermyro Pantoja, na época, o Vigário Capitular do Arcebispado do Estado do Pará, ou seja, líder da Igreja Católica no Estado, pedido sua ajuda em relação ao envolvimento dos sacerdotes e fieis católicos. A carta foi publicada pela “Folha do Norte” em 15/09/1931:

Certo de que o clero do Pará sentir-se-á feliz contribuindo para a victoria da causa dos menores abandonados e delinquentes, venho rogar a V. exc. Reverendíssima se permita bondosamente e recomendar aos illustres e dignos sacerdotes que o compõem o amparo da mesma causa no seio dos numerosos fieis catholicos (...). A obra é vasta, immensa, complexa, necessitando do auxilio, da colaboração de todos e a do clero, quer do púlpito, quer na imprensa, que nos lares importará em factor de primeira ordem para apressar a realização integral da idéa bemfazeja e christã.

<sup>188</sup> O cofre foi aberto e o valor conferido na presença de Nogueira de Faria e seu amigo Sylvio Nascimento por ocasião de uma visita sua à Usina. Nessa ocasião também agradeceu pessoalmente aos operários que encontrou no estabelecimento (FOLHA DO NORTE, 19/10/1931)

<sup>189</sup> Em 9/9/1931 a “Folha do Norte” publicou: “Hontem, a entusiasta mocidade do Gymnasio Paraense, num gesto de civismo e humanidade, percorreu os principaes bairros da cidade distribuindo circulares ás famílias em prol da assistência social (...). Os gymnasianos fôram muito bem acolhidos em todas as casas em que deixaram o appello, o que demonstra a sympathia que tal campanha vem despertando em todos os círculos (...). Bastante animados pelo exito alcançado os gymnasianos continuarão hoje, a percorrer outros bairros, sendo de esperar a mesma acolhida que lhes foi dispensada hontem”.

<sup>190</sup> A edição da “Folha do Norte” de 7/9/1931 anuncia que num desses eventos o grupo de estudantes já contava com a adesão de importantes artísticas belenenses.

O representante religioso, no entanto, informou que a Igreja Católica não anuiria ao projeto de Nogueira de Faria, posto que já se encontrava envolvida na causa dos menores com suas próprias obras assistenciais: “Cumpre-me declarar a v. exc. que, organizada pela Sociedade Salesiana do Beato D. Bosco, já existe, nesta capital a obra de amparo aos referidos menores, á qual estão os catholicos e o clero prestando o seu auxilio. Deus guarda a v. exc.”

Essa resposta revela na verdade, não uma insensibilidade em relação à situação dos menores “delinquentes” mas sim um momento conflituoso em que a Igreja Católica e o movimento espírita viviam, tanto no Brasil quanto no Pará, quando o catolicismo, apesar de ainda ser hegemônico, passa a ter suas doutrinas e práticas contestadas por novas confissões religiosas (OLIVEIRA, 2016; CAMURÇA, 2001), dentre elas o Espiritismo. Isso ocorreu principalmente durante a implementação do regime republicano no Brasil, quando a Igreja Católica foi considerada “como uma instituição exclusivamente monarquista, com pouca ou nenhuma utilidade para a República” (OLIVEIRA, 2016, p.89).

Assim, a partir da década de 1920, com a participação dos intelectuais católicos<sup>191</sup> a Igreja Romana buscava, por meio de um conservadorismo que se transformou numa força atuante, demonstrar tanto sua utilidade para o novo regime de governo quanto possuir seus próprios projetos para a República evitando-se assim associações que pudessem usurpar seu papel de protagonista. O seu maior interesse era a manutenção do seu papel junto ao Estado.

Acerca disso, Silva (2015) demonstrou que nesse embate entre espiritismo e catolicismo a imprensa católica foi um dos instrumentos da Igreja Romana para relacionar o kardecismo a representações negativas, como por exemplo, a associação desse movimento à loucura e à dissolução dos “bons costumes”. Mattos & Weber (2012) aponta que em alguns Estados a disputa chegou à instância judicial.

Na vida de Nogueira de Faria há dois momentos em que essa “disputa por território” se evidencia. A que acabamos de relatar e uma ocorrida anos antes quando manifestou seu desejo de casar com D. Pequeninina que pertencia, como já dissemos, a uma tradicional família católica da cidade de Belém. Nos dois episódios o que se constata não é o embate de um homem, mas sim o embate de duas correntes de pensamento religioso. O que a Igreja Católica rejeita é contribuir com uma obra de um homem espírita, da mesma forma, o que a família Mateus rejeitava era o espírita e não o homem Nogueira de Faria.

Mas, voltando ao levantamento de recursos para a construção da Colônia Reformatória, sabemos, pelos diários do intelectual e matérias de jornais da época que a arrecadação ocorreu

---

<sup>191</sup> Quanto à atuação dos intelectuais católicos nas primeiras décadas do século 20 recomendamos a leitura de Irschlinger (2014), Machado (2014), Mueller (2015) e Pécaut (1990).

de porta em porta. Associações esportivas e grupos comunitários também promoveram eventos com vista a atrair maiores recursos, no entanto, o maior evento artístico com verba revertida à causa dos menores foi organizado pelos estudantes universitários e ocorreu em 24 de setembro de 1931, no Teatro da Paz, e contou, além da participação voluntária de artistas paraenses, com atrações bem diversificadas como encenações teatrais, apresentações musicais, quadros humorísticos etc., protagonizados principalmente pelos alunos dos mais importantes grupos escolares<sup>192</sup> de Belém e dos institutos artísticos<sup>193</sup> mais respeitados.

Os jornais da época, que auxiliaram na divulgação do evento, principalmente na semana que o antecedeu, apresentaram depois de sua realização um resultado muito positivo à causa dos menores: “a sociedade paraense emprestou sua solidariedade e amparo a grande cruzada social, correspondendo plenamente a aspiração desses propugnadores do bem. Não mais se poderá por em dúvida, depois da consagração havida á causa dos menores” (FOLHA DO NORTE, 27/9/1931).

Quanto ao retorno financeiro da programação não encontramos informações, possivelmente porque o seu maior objetivo era divulgar a causa e mostrar à sociedade a sua importância, principalmente por meio das pessoas e instituições envolvidas e, nesse sentido, todos os jornais que tratam do evento não deixam de apontar que o resultado foi exatamente o esperado. No entanto, a maior contribuição à causa foi a doação de 16 contos feita pela Prefeitura Municipal de Belém.

Paralelamente à campanha pública para a arrecadação dos fundos, o interventor federal Magalhães Barata, Nogueira de Faria, outras autoridades e representantes da imprensa paraense, começaram a visitar as ilhas próximas à Belém com o objetivo de escolher o local ideal para a instalação da Colônia Reformatória. A visita à Cotijuba, a ilha escolhida posteriormente, ocorreu em 12/09/1931, de acordo com a “Folha do Norte” do dia seguinte.

Por ocasião dessa visita várias providencias foram tomadas, como a análise do solo, já que se pretendia implantar a agricultura sob a responsabilidade dos internos, além de outros aspectos. Ao término da inspeção o interventor autorizou Nogueira de Faria, como representante do Juizado de Menores, a negociar com o Banco Ultramarino, procurador do proprietário, a compra da ínsula.

A campanha realizada também sofreu a reprovação de alguns jornalistas. O jornal “A Critica”, foi um ferrenho combatente do projeto de construção de uma Colônia Correccional na Ilha de Cotijuba, alegando que a criação dessa instituição só iria onerar os cofres públicos e

---

<sup>192</sup> Grupo Escolar Floriano Peixoto, Grupo Escolar Vilhena Alves e Grupo Escolar Rio Branco.

<sup>193</sup> Instituto Suisso-Brasileiro e Instituto Carlos Gomes.

comprometer ainda mais a situação financeira do Estado e também que o estabelecimento correcional era uma utopia que não se sustentaria por muito tempo quando começasse a funcionar, principalmente considerando que se esperava garantir a manutenção da Colônia por meio das contribuições populares espontâneas que no entendimento daquele periódico “costumam ser inconstantes e falhas e até de difícil percepção” (A CRITICA, s/d).

O jornal também declara: “Outra razão poderosa que invocamos para mostrar a desnecessidade dessa fundação, é a de que, felizmente, não temos menores delinquentes em numero tal que exija no momento o sacrifício financeiro de que falamos” (A CRITICA, s/d). Dados que o número de atendimentos da CRC derrubam, como veremos mais adiante.

Por sua intensa e pessoal dedicação ao levantamento dos recursos, Nogueira de Faria também foi censurado. Novamente o “A Critica” em edição de 10/11/1931 aponta que o juizado de menores, recém-criado pela Revolução de 1930, a despeito do seu excelente propósito,

[...] parece que só tem servido para dar ensanchas ao exhibicionismo morbido e calculado do ilustre e inteligente titular daquelle cargo (...) Todos os seus cuidados, os seus maternas anseios tem girado unicamente em torno de duas dúzias de garotos incorrigíveis, trancafiados no presidio de São José (...). Tem s.s. conseguido até commover o nosso publico com a sorte dos endiabrados “gavroches”, que, entre elles mesmos já firmaram uma aposta: mostrar qual o primeiro a fugir da futura colonia de Cotijuba, a nada para o Mosqueiro...

O periódico justifica as censuras tão duras a triste realidade vivida por outros menores na cidade e que não estavam recebendo, segundo essa publicação, a devida atenção do recém criado Juizado de Menores: “Exploram, por ahí, a infancia por muitos modos. Uns como meio de vida, outros como pretexto ás suas exhibições”. Para exemplificar isso o periódico cita a situação de certas meninas, algumas com menos de 14 anos de idade, que frequentavam bares e casas noturnas de Belém, seja servindo os fregueses ou se apresentando em números musicais ficando, portanto, vulneráveis a quaisquer tipos de violações, principalmente considerando a clientela daqueles estabelecimentos.

Nesse sentido, o periódico desafia: “Percorra o digno Juiz de menores, nas noites de sabbado e domingo, alguns dos nossos “bars”, e verificará se exaggeramos, se mentimos, se inventamos” (A CRITICA, 10/11/1931). Ainda segundo esse jornal, tal atitude, por parte do titular da Vara especializada seria imprescindível para garantir o reconhecimento da seriedade daquela, pois “O Juizado de Menores, se quizer vingar, se quiser ser levado a serio, está na obrigação moral de olhar pela sorte dessas creaturas”(A CRITICA, 10/11/1931).

Depois do destaque dado à campanha pública de arrecadação de fundos a CRC, o assunto praticamente some dos jornais. Atribuimos esse fato aos acontecimentos relacionados

à Revolução Constitucionalista de 1932, que recebeu todas as atenções dos governos federal e estadual. O próprio Nogueira de Faria fala a respeito disso:

[...] atravessamos o período mais agitado da administração policial paraense, de 9 de julho a 3 de outubro do ano passado [1932], dificultado pelos factores diversos que a trabalhavam, desde a fremencia revolucionaria até a propagando extremista. Jamais tivemos phase assim em todo o período republicano (FOLHA DO NORTE, 30/03/1933).

Contornadas as consequências mais graves do movimento, as “coisas” parecem que aos poucos retornaram à normalidade. Outra situação que pode ter ocasionado o atraso no início das obras foi a demora nos “desembaraços” dos documentos da ilha, que durou bastante tempo, já que em 29/06/1932 o “Estado do Pará” publicava que o governo ainda estava aguardando “o desembaraço dos papeis de transpasse, quando serão, então, iniciados as obras do edifício da Colonia”. Quanto a isso, o próprio Nogueira de Faria declara:

Em 12 de agosto, a primeira visita á Cutijuba: (...). Nesse memorável dia foi escolhida a formosa ilha para servir de ninho ao sonho lindo e patriótico do Governo Revolucionario. Continuou a lueta sem treguas; mas, a ausência do proprietario e usufructuarios da encantadora Cutijuba, as idas e vindas de propostas e documentos, tudo demorava e parecia entrar o remate final do negocio (FOLHA DO NORTE, 31/01/1933).

Ainda de acordo com nosso intelectual nesse texto supracitado a compra só foi efetivada em 20 de julho de 1932 e que já em 15 de agosto do mesmo ano “começaram os serviços de limpeza, e, em cinco mezes de labor continuo, o que lá já está feito, aos olhos de todos, é para contentar o mais exigente pessimista” (FOLHA DO NORTE, 31/01/1933).

Em 04/01/1933 a “Folha do Norte” informa que finalmente as obras estavam em curso e também que o juiz de menores, mesmo de férias, visitava a construção semanalmente e que em breve haveria o lançamento da pedra fundamental, o que ocorreu em 06/01/1933, após ter sido concluída a construção do primeiro pavilhão (composto por um dormitório, almoxarifado e o alojamento dos inspetores), a primeira escola e o primeiro posto médico da ilha (que também atenderiam aos ilhéus) e uma serraria.

Para essa cerimônia foram convidadas muitas autoridades e os representantes dos jornais “Estado do Pará”, “Diário da Tarde”, “Folha do Norte” e “O Imparcial” que em 06/01/1933 publicou o convite recebido do qual reproduzimos um fragmento abaixo:

O Dr. Pedro Leite, em nome do desembargador Nogueira de Faria, vem convidar o IMPARCIAL para tomar parte no passeio à Ilha de Cotijuba, que está sendo adaptada à Colônia Correccional dos Menores Abandonados e delinquentes, e assistir o lançamento da primeira pedra do edificio vae funcionar a escola e o baptismo da canoa “Soldado Epiphanio”... O major Magalhaes Barata, interventor federal a cuja proteção está entregue esse grande empreendimento de assistência social, irá presidir as cerimoniaes,

pretendendo o desembargador Nogueira de Faria vir a esta capital fazer o convite a s. exc.<sup>194</sup>

Na mesma data a “Folha do Norte” informa que o interventor Magalhães Barata e outras autoridades já havia confirmado suas presenças no lançamento da pedra fundamental. Barata, inclusive, presidiria o cerimonial do evento.

Em 07/01/1933 a “Folha do Norte” publicou extensa matéria sobre o evento em que, por meio dos relatos e fotos contidos na reportagem, se pode constatar o comparecimento da imprensa e de autoridades, tanto paraenses quanto de outros Estados da federação. As ilustres presenças nessa cerimônia, e em outras posteriores, demonstram a importância daquele empreendimento e colocavam em evidência a administração de Magalhães Barata, exatamente como ele desejava, pois, medidas como essa representavam a consolidação do governo revolucionário e promoviam o controle ideológico da sociedade paraense que recebia a segurança e paz públicas almejadas<sup>195</sup>.

O representante da “Folha” é generoso nos detalhes oferecidos. Apresenta aos leitores informações sobre a saída dos convidados em direção à Ilha, a chegada e o retorno, assim como cada momento da programação realizada em Cotijuba. Os detalhes que não foram escritos foram registrados nas fotografias presentes na reportagem que vemos a seguir:

---

<sup>194</sup> O Soldado Epiphanyo era lotado no 26º Batalhão de Caçadores do Estado do Pará. Por ocasião da Revolução de 1924 foi um dos militares rebeldes que “tombou” (FOLHA DO NORTE, 5/1/1933)

<sup>195</sup> Um exemplo disso é que dois meses antes da inauguração oficial da CRC 600 estudantes de escolas públicas fizeram uma visita ao local a convite de Raymundo Nogueira de Faria. O objetivo do passeio era de “justificar a necessidade de se implantar o empreendimento reformador” (MELO, 2010, p.81). A visita foi devidamente noticiada pela imprensa: “A mocidade estudantina do Gymnasio Paraense, acompanhada do secretário e do fiscal federal desse estabelecimento fará amanhã (01.08.1933), uma visita à Ilha de Cotijuba, onde será installada a Colônia Reformatória de Menores Abandonados. Participam da excursão cerca de seiscentos estudantes que serão recepcionados pelo sr. Desembargador Nogueira de Faria, secretário geral do Estado logo após o desembarque na própria ilha” (O IMPARCIAL, 04.08.1933).



**IMAGEM 35:** Comitiva Oficial que acompanhou o interventor federal na cerimônia em Cotijuba. Na foto vemos Magalhães Barata, ladeado pelo Major Eurico Mariano (à esquerda), Dr. Mario Chermont e Padre Leandro Pinheiro (à direita).



Fonte: Folha do Norte, 07/01/1933

**IMAGEM 36:** Autoridades presentes à Cerimônia de lançamento da pedra fundamental do edifício da CRC. Ao centro está o Major Magalhães Barata, à esquerda o Padre Leandro Pinheiro, à direita estão Luiz Estevão de Oliveira, Maurício Pinto, Nogueira de Faria e outros.



Fonte: Folha do Norte, 07/01/1933



**IMAGEM 37:** Ato de batismo da embarcação "Soldado Epiphanio" por uma senhora da sociedade paraense.



Fonte: Folha do Norte, 07/01/1933

O “Estado do Pará” em edição de 20/01/1933, tratando do mesmo evento, informou que ao chegar à Ilha de Cotijuba o interventor federal foi recebido pelas “creanças ali nascidas, ao som do hymno a Cotijuba, por eles entoados, acompanhado pela banda de musica”. O jornal também destacou os discursos proferidos, notadamente o de Magalhães Barata que na ocasião fez um “balanço” dos dois anos de sua administração no Estado do Pará. Nessa fala o governante ainda salientou seu compromisso com a educação do povo e com a proteção dos mais fracos da sociedade.

Em 06/02/1933 a “Folha do Norte” traz uma nota sobre rumores de que a CRC seria transferida para a Ilha de Outeiro e nas instalações em construção seria implatado o “Leprosário do Estado do Pará” por conta da política nacional de combate à lepra promovida pelo governo federal:

O dr. Heraclides de Sousa Araujo, (...) esteve hontem, pela manhã, na Ilha de Cutijuba, onde foi fazer observações para a possibilidade de ser ali instalado um leprosario. Pretende o dr. Sousa Araujo, de acordo com o sr. major interventor, obter do governo federal permissão para transferir a Colonia Correccional de Menores, daquela ilha para Outeiro, onde está o Patronato Agricola Manuel Barata, instalando em Cutijuba o leprosario.<sup>196</sup>

<sup>196</sup> Segundo a “Folha do Norte” de 08/02/1933 o “dr. Sousa Araujo, [era] comissionado pelo governo provisório [federal] a inspecionar o norte do paiz e organizar em programma eficiente de combate ao mal de Hansen e amparo aos leprosos”

No dia seguinte o mesmo periódico divulgou uma entrevista com o próprio Nogueira de Faria sobre esse assunto, onde o primeiro juiz de menores paraense declara:

Essa noticia foi uma das surpresas mais dolorosas da minha vida. (...) Ponhamos, preliminarmente, os pontos nos ii. Entre as vantagens decorrentes de uma Colonia Reformatória e as de um Leprosario, não ha termo de comparação. Seria idiota fazel-o, no caso, o que nos surpreende é que, num Estado, em que archipelagos e ilhas se espalham por toda a parte, as visitas do grande filantropo brasileiro fossem recahir sobre a nossa querida Cutijuba, que contra essa preferencia já protestou atraves de ondeas revoltas e ventos bravios (FOLHA DO NORTE, 07/02/1933).

A possível transferência do local da Colônia, como pudemos ver no fragmento acima, era um grande golpe nos planos de nosso intelectual, isso porque, no entendimento dele, a Ilha de Outeiro não ofereceria as mesmas condições que Cotijuba para o que se pretendia realizar por meio da instituição reformatória, como afirma nesse outro trecho:

No Outeiro, a Colonia sera uma efectiva fonte de despezas para o Estado, que não pode suportar as em Cutijuba, dentro de dois anos, no maximo, a Colonia viveria sem ônus para os cofres publicos. Outeiro é propriedade de muitos; Cutijuba seria unicamente da Colonia Correccional e seus moradores, simpres foreiros, submetidos a um regulamento interno (FOLHA DO NORTE, 07/02/1933).

Outro aspecto negativo da instalação do Leprosário em Cotijuba seria a necessidade de retirar a população local o quê, como vimos, não se fazia necessário em relação à CRC. Essa possibilidade causava indignação em Nogueira de Faria, expressada no seguinte extrato da entrevista à “Folha do Norte” (07/02/1933):

Seria horrível arrancar de Cutijuba os seus velhos moradores, alli nascidos e envelhecidos, muitos dos quaes cercados de numerosa prole. A população de Cutijuba é de 350 moradores, dos quaes cento e vinte e sete creanças. Com a fundação de um Leprosario alli, a mudança dessa gente será obrigatoria.

Mesmo com a possibilidade de que as famílias fossem indenizadas pela saída, apontada como alternativa reparadora, pelo jornalista da “Folha”, essa medida não seria satisfatória no entendimento do magistrado: “Tudo não compensará os soffrimentos de deixarem o lugar em que nasceram e em que viveram até hoje, maximé agora que já antegosavam os benefícios de que tantas vezes lhe falei, com a transformação de Cutijuba em um villa de paz e trabalho, instrução e conforto” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1933).

Diante do que considerava imutável (a instalação do Leprosário), Nogueira de Faria lamentava profundamente. Ao ser perguntado se pretendia voltar à Ilha de Cotijuba, respondeu: “Não me considere um piégas, nem um sentimental. Creia, porém que me custa voltar alli com essa noticia depois de ter accenado áquella boa gente com uma obra de alegria e paz, conforto e educação de que lhe falei a instantes” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1933).

Claramente resignado e nitidamente preocupado com futuro de seu grande empreendimento, Nogueira de Faria (FOLHA DO NORTE, 07/02/1933) prossegue:

Aguardo a chegada do exmo. sr. major interventor, que dará instruções. (...) Eu me propusera a contribuir para a fundação de uma Colonia Reformatoria e tinha muita esperança em entregal-a ao Estado dentro de cinco anos, na realização lenta do plano traçado, mas perfeitamente organizada, devendo ser inaugurado o primeiro pavilhão para cincoenta menores em 1º de junho próximo. No Outeiro tudo está feito. Darei por finda a minha intromissão no assumpto com a entrega de Cutijuba ao Leprosario.

Depois dessa entrevista não encontramos nos jornais pesquisados nenhuma menção a esse assunto até que em 28/02/1933 a “Folha do Norte” publica uma matéria intitulada: “Em Cutijuba prosseguem as obras da Colonia Reformatoria”, onde o jornal informa:

De ordem do sr. major Magalhaes Barata prosseguem em Cutijuba as obras que alli se estavam fazendo, devendo ser inaugurada ainda março procimo a escola primaria e levantada a cumieira do grande prédio destinado á primeira turma de cincoenta menores. (...) Ainda hoje, aquelle magistrado volverá a Cutijuba a fim de dar novas providencias em relação ao andamento das obras (FOLHA DO NORTE, 28/02/1933).

O texto não confirma nenhuma atitude por parte de Nogueira de Faria no sentido de recorrer a Magalhães Barata pela permanência da CRC na ilha adquirida, mas é grande a coincidência de que as obras tenham sido retomadas somente após o interventor voltar à Belém, sugerindo que ele pudesse ter intervindo na possível transferência da Colônia para a Ilha de Outeiro.

Por ocasião de uma visita à Ilha de Cotijuba em 19/03/1933 o interventor é saudado por um grupo de crianças, dentre elas uma menina, chamada Leonor Ferreira dos Santos, aluna de uma das escolas primárias inauguradas por Nogueira de Faria naquele ilha, que direcionou a seguinte fala ao interventor:

Sêde bemvindo, sr, major Barata! Cotijuba abre os braços para receber aquelle que não consentiu em que lhe arrancarem seus filhos, para espalhal-os por aqui e por alli, á mercê de outra gente e de outra terra; Cotijuba bemdirá para sempre o nome de v. exc., não apenas como bemfeitor que lhe vem dar saude, ensino e conforto, mas como a alma amiga e bôa que lhe permittiu ficar seus filhos no sólo bemdicto em que nasceram e desejam morrer e que não trocam senão a força, pela região mais rica e mais feliz deste mundo! (FOLHA DO NORTE, 20/03/1933)

Embora nós não saibamos o que ocorreu com a ideia do “Leprosário”, a menina Leonor parece saber bem do que falava e, por esse trecho de seu discurso, a permanência dos ilhéus e da Colônia em Cotijuba teve sim alguma intercessão de Magalhães Barata. Assim, não somente foi dado prosseguimento à construção como também à realização de outras obras relacionadas

à Colônia Reformatória como a de urbanização da ínsula e também a de avaliação técnica dos aspectos naturais desta, como podemos constatar a seguir:

Ultimamente foi aberta uma grande estrada ligando as duas margens da ilha, indo ter ao campo onde sendo construída a casa para aquella escola. Domingo ultimo, a convite do desembargador Nogueira de Faria, esteve em Cutijuba o dr. Vicente Rangel agrônomo, que veio bem impressionado com a área já plantada de arros e canna de assucar, bananeiras e milho trazendo diversas qualidades de terra do solo e subsolo para o devido exame (FOLHA DO NORTE, 28/02/1933)<sup>197</sup>.

A partir dos textos publicados nos periódicos também chegamos à conclusão de que os menores continuaram a ser encaminhados à CRC:

Foi apresentado, hontem, pela manhã, ao commissario de permanencia na Central de Policia, o menor Antonio Pureza dos Santos, paraense, pardo, 10 annos e que residia com a família Anna Coelho, á Avenida Conselheiro Furtado, n. 440. Antonio, que é orphão de pae e mãe, vae ser recolhido á Colonia Reformatoria de Cutijuba, segundo os desejos daquela família (FOLHA DO NORTE, 09/11/1933).

De acordo com Amaral (1992) antes mesmo de 1933 a CRC já havia recebido um menor “delinquente” conhecido como “Fuzil”, que seria de fato o primeiro interno daquele estabelecimento. “Fuzil” era um menino de 9 anos que a despeito da idade já era bem conhecido pela Polícia de Belém, tendo um histórico de nove apreensões. Na última delas ele foi entrevistado pessoalmente por Nogueira de Faria e após seu consentimento foi encaminhado para Cotijuba onde ajudou a construir não somente o estabelecimento correcional como benfeitorias estruturais da própria ilha (FOLHA DO NORTE, 05/09/1932).

Em 24 de outubro de 1934, quando a obra foi finalmente concluída, houve nova cerimônia de inauguração. Porém, somente a partir de 1934 a polícia passou a enviar um maior quantitativo de meninos e jovens em “situação irregular” à Ilha de Cotijuba, como afirma Melo (2010). Isso também pode ser constatado nessa reportagem de “O Imparcial”:

*Vae para Cotijuba:* Vindo de Val de Cães com officio do commissário de Policia Local, foi recolhido preso hoje, à Central de Policia o menor Aurelino Alves de Lima, paraense, branco, de 13 annos, que naquela localidade perambulava sem occupação. Aurelino vae para a Escola Reformatória de Cotijuba, onde receberá educação, afim de não ingressar tao novo na escola do crime (O IMPARCIAL, 09/06/1934).

A partir de então o encaminhamento dos “delinquentes” tornou-se uma prática cada vez mais comum, como demonstram as notícias, a seguir, que também reforçam o quanto o internamento provisório foi se tornando cada dia mais intenso: “Para a CAC [Colônia Agrícola de Cotijuba] devem seguir, hoje, os seguintes “menores”, que andavam pelas nossas ruas sem

---

<sup>197</sup> Posteriormente Vicente Rangel foi nomeado agrônomo oficial da CRC.

destino certo: Antonio Manuely Raymundo da Silva, Arino Manoel Salles, Manoel Demetro, Raymundo Pereira da Cruz, Walter Lemos e Raymundo Pereira Marques” (O IMPARCIAL, 15/07/1936).

A veracidade do grande número de encaminhamentos de meninos pode ser atestada por meio do quantitativo de internos que a Colônia recebia diariamente. Em 26/12/1935, em seu diário pessoal, Nogueira de Faria contabiliza um total de 65 menores, pouco mais de um ano depois a “Folha do Norte” publica em 07/02/1937 que a Colônia Reformatória de Cotijuba contava, naquele momento com “cerca de cem menores”. Dias (1998, p.3) afirma que em dado momento de sua existência, provavelmente após passar à direção do Estado, o Educandário “recebera, em algumas ocasiões, mais de 500 alunos”.

Os jornais, no entanto, não se privam de detalhar, ao lado da notícia da detenção dos menores, os benefícios que os mesmos receberam por ocasião do internamento na instituição corretiva, como assistência médica, conhecimentos sobre natureza e agricultura, “rudimentos das letras e, sobretudo, instrução profissional que os habilite a enfrentar a vida honestamente quando dali saírem escoimados dos vícios em que se crearam” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1937).

Poucas foram as reportagens encontradas sobre as dificuldades vivenciadas pela CRC, no entanto, elas existem. Em 11/08/1937, o “Estado do Pará” publicou um apelo de estudantes, que após visitarem Cotijuba e constarem as transformações produzidas naquela ilha com a presença da Colônia Reformatória e, principalmente, com os benefícios que a instituição correccional proporcionou aos ilhéus, dizem:

Entretanto, “Cutijuba” ainda não é e está longe de ser o que se póde desejar, como colonia de correccção. Faltam-lhes as instalações necessárias para dar ás creanças uma educação mais aprimorada, isto é, inicial-as, pelo menos, no trabalho profissional. As verbas destinadas pelo governo do Estado á manutenção da Colonia são incompatíveis com as despesas que requer o custeio e melhoramento da mesma, despesa essa que, para bom exito daquele empreendimento louvável, é bem considerável.

Em 1941, o filho de Nogueira de Faria, assume a direção da Colônia e passa a trabalhar junto com o pai. No período em que permaneceu nesse cargo Luis Faria investiu na criação de um jornal chamado a “A Voz de Cotijuba”, editado pelos internos e distribuído para os ilhéus. Ele também comandou a construção de mais um pavilhão da CRC e de outra escola primária, assim como efetivou a instalação de uma usina que gerava energia elétrica para parte dos

moradores da ilha. Todas essas realizações eram projetos pensados por Nogueira de Faria para Cotijuba<sup>198</sup>.

Em 1947 Nogueira de Faria passa ao governo do Estado a responsabilidade pela Colônia Reformatória, nessa época já denominada de Educandário Magalhães Barata, acreditando na proposta de reformulação do sistema sócio-penal do então governador Luiz Geolás de Moura Carvalho<sup>199</sup>. Segundo Faria (1951) “o desembargador Nogueira certo que

---

<sup>198</sup> Essa experiência fez com que Luis Faria também se tornasse um militante nessa causa. Em 1955 o Rotary Club de Belém publicou em seu “Boletim Semanal” um discurso intitulado “Cerca de quatrocentos mil menores vivendo sem outra escola que a própria vida, sem outros conselhos que suas próprias necessidades”, onde ele apresenta uma perspectiva histórica do atendimento à juventude “delinquente” em diversos países e dá destaque especial ao que precisava ser feito no Brasil.

<sup>199</sup> **Luís Geolás de Moura Carvalho** nasceu em Belém no dia 25/07/1906. Fez os primeiros estudos em importantes estabelecimentos particulares belenenses como o Instituto Nossa Senhora de Nazaré. Em 1922 ingressou na Escola Militar do Realengo tornando-se aspirante em 1930 quando também incorporou-se ao 26º Batalhão de Caçadores (26º BC), com sede em Belém. Já promovido a segundo tenente, apoiou a Revolução de 1930, participando do grupo ligado a Magalhães Barata. Por ser pertencente ao grupo vencedor assumiu o comando do 2º BC do 1º Grupo de Batalhões de Caçadores da Brigada de Operação do Norte, comissionado no posto de tenente-coronel por Juarez Távora. Em novembro seguinte foi designado comandante-geral da Brigada Militar do estado do Pará e, ainda no mesmo mês, assistente militar interino do capitão Magalhães Barata, então interventor federal no Pará. Em janeiro de 1931 assumiu o comando da Guarda Civil e o cargo de inspetor do Corpo Municipal de Bombeiros de Belém. Em março de 1932 foi promovido a primeiro-tenente e comandou o contingente do 26º BC. Em julho de 1932, com a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, apoiou o governo federal. No início de 1933 voltou a exercer a função de assistente de Magalhães Barata, ainda interventor federal no Pará, e, em maio, eleger-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte pelo Pará na legenda do Partido Liberal (PL) do estado. Assumiu sua cadeira em novembro, ao se instalar a Constituinte, e após a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935 como os demais colegas, passando a integrar as comissões de Segurança Nacional e de Viação e Obras Públicas da Câmara dos Deputados. Reincorporando-se ao Exército em 1935, serviu no 27º BC em Manaus e voltou depois ao 26º BC em Belém. Esteve em missão no Oiapoque (AP), onde contraiu uma doença que o levou ao Paraná. Restabelecido, aí serviu junto ao 13º Regimento de Infantaria (13º RI), sediado em Lapa, sendo promovido a capitão em maio de 1937. Voltou a Belém ainda nesse ano como chefe de polícia, servindo também no 26º BC e no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) da 8ª Região Militar (8ª RM). Em 1941 partiu para o Rio de Janeiro, onde se incorporou ao Batalhão de Guardas e fez um curso de aperfeiçoamento para oficiais. Em 1943 retornou ao Pará, onde, em fevereiro, tornou-se comandante da Força Pública do estado e no final do ano, foi nomeado diretor-geral do Departamento de Segurança Pública. No exercício desse cargo, construiu o presídio São José e fundou o Instituto de Reeducação Social. Com a redemocratização do país em 1945, Moura Carvalho filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), retomando assim as atividades políticas. Em dezembro eleger-se primeiro-suplente de deputado pelo Pará à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do PSD. Ocupando a cadeira deixada vaga por Magalhães Barata, que, eleito também senador, preferiu este último cargo, iniciou o mandato em fevereiro de 1946 e, em setembro seguinte, foi promovido a major. Signatário da Constituição, cuja promulgação (18/9/1946) transformou a Constituinte em Congresso ordinário, abandonou as funções parlamentares em janeiro de 1947 para concorrer ao governo do Pará. Vitorioso, exerceu o cargo de março desse ano a junho de 1950, não concluindo o mandato com o objetivo de desincompatibilizar-se para concorrer ao Senado nas eleições de outubro. Nestas, todavia, não conseguiu eleger-se. Em janeiro de 1952 foi promovido a tenente-coronel e, em outubro de 1954, eleger-se deputado estadual no Pará, assumindo o mandato em janeiro de 1955. Eleito também vice-governador do Pará na legenda do PSD em outubro desse ano, reelegeu-se deputado estadual em 1958. Entretanto, em virtude da morte do governador Magalhães Barata em maio de 1959, deixou a Assembléia para assumir novamente o governo do Pará, exercendo-o até janeiro de 1961, quando foi substituído por Aurélio Correia do Carmo. Presidente do PSD no Pará em 1960, eleger-se por fim prefeito de Belém, cargo em que permaneceu de 1961 a julho de 1964, quando teve seus direitos políticos suspensos e seu mandato cassado por força do Ato Institucional nº 1, editado em 9 de abril de 1964, poucos dias depois da deposição de João Goulart pelo movimento político-militar de 31 de março daquele ano. Alcançou o posto de coronel já na reserva. Fundou em Belém o vespertino “O Liberal” e a “Rádio Difusora”, atual Rádio Liberal, ambos de sua propriedade. Como fazendeiro, dedicou-se à pecuária.

Moura Carvalho levaria avante o seu vasto e humanitário plano [para o sistema penal paraense] não hesitou em passar às mãos de seu governo a antiga Colônia Reformatória de Cutijuba”.

“A Província do Pará” em 27/04/1947 publicou trechos de uma carta de Nogueira de Faria onde ele demonstrou bastante otimismo em relação a essa mudança: “O Educandário Magalhães Barata vai receber do atual governo amplo e eficaz auxílio (...). Transformar-se-à, então realmente, na **Ilha da Redenção**” (Grifo nosso).

O otimismo de Nogueira de Faria não era sem motivo. Moura Carvalho tinha um projeto para o sistema penal local que previa da “creche para a prole do sentenciado até um lar para os liberados e presos de justiça de ótimo comportamento” (CARVALHO, 1947, p.15), tudo isso financiado pela arrecadação proveniente do imposto chamado “selo penitenciário” que era cobrado pela União em cada Estado. Os planos do político, no entanto, não se realizaram pois em 1950 Moura Carvalho renunciou ao governo do Estado do Pará para concorrer a uma vaga no senado federal, mas como não foi eleito deixou incompleto seu projeto de reestruturação do sistema penitenciário paraense.

Em 1951 Luís Faria atesta, no jornal “A Província do Pará” de setembro de 1951, a preocupante situação dos menores do Estado do Pará, que ele considera uma consequência da forma como o governo paraense passou a administrar o já denominado educandário com a saída da família Nogueira de Faria:

No Pará é quase criminoso o descaso a tão angustioso problema. Somas vultosas, quantias exorbitantes são dispendidas em obras de fachadas para fins políticos. E continua o número de menores, especialmente meninos, crescendo ao “Deus dará” entregues ao próprio destino sem outra escola que a própria vida, sem outros conselhos que as suas próprias necessidades.

A decepção da família de Nogueira de Faria também é compartilhada por outros intelectuais paraenses como Annunciada Chaves<sup>200</sup> que assim se expressa em relação à decadência experimentada pela CRC após o governo do Estado ter assumido seu controle: “Se

---

Faleceu em Belém em 13 de setembro de 1988 (Adaptado de: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-geolas-de-moura-carvalho>).

<sup>200</sup> Maria Annunciada Ramos Chaves nasceu em 1915 faleceu em 2006. Foi aluna de tradicionais instituições de ensino particular belenenses, como o Instituto Gentil Bittencourt e o Colégio Moderno. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Pará, onde teve como um de seus mestres Raymundo Nogueira de Faria. Atuou como professora no Colégio Moderno (cuja direção assumiria depois), no Instituto Gentil Bittencourt, no Colégio Santa Rosa e no Colégio Estadual Paes de Carvalho. Foi uma das fundadoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde também foi professora titular da Universidade Federal do Pará. Teve uma carreira de destaque como servidora pública e atuou como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da Academia Paraense de Letras, da Sociedade Paraense de Educação e Conselho Estadual de Cultura. Foi agraciada com diversos prêmios dentre os quais, destacamos a Comenda da Ordem do Mérito Grão-Pará, conferida pelo Governo do Estado e a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, pelo Presidente da República Portuguesa, entre outros. Fonte: <[http://moronguetaufpa.blogspot.com.br/2015/11/maria-annunciada-ramos-chaves\\_53.html](http://moronguetaufpa.blogspot.com.br/2015/11/maria-annunciada-ramos-chaves_53.html)> (Adaptado). Acesso em 25 maio 2017.

a mesquinha rivalidade humana não tivesse deixado fenecer aquela iniciativa admirável, haveria hoje, menos criminosos em Belém e maior seria o número de homens dignos e capazes no Pará” (CHAVES, 1986, p.125).

De acordo com Dias (1998) uma das consequências da decadência da Colônia Reformatória de Cotijuba foi a fuga de alguns educandos. Isso é ratificado por Oliveira *et all* (2006, p.7):

O convívio de jovens que compreendiam da faixa etária entre 12 (doze) e 21 (vinte e um) anos, com os presos de justiça, facilitou no surgimento de desvios de comportamentos por parte dos jovens, que passaram a se desviar do caminho educativo profissionalizante que tinha o educandário Nogueira de Faria contribuindo nas fugas de menores que, se baseavam nas fugas de presos de justiça. Fugas estas que traziam aflições e prejuízos aos moradores da ilha, que tinham utensílios roubados nas fugas como: facões, redes de pescas, canoas etc.

### **5.3.8 A rede de sociabilidade de Raymundo Nogueira de Faria**

Para mapear essa rede de sociabilidade, de acordo com o que propõe Sirinelli (2003), usamos os registros feitos nos diários pessoais de Raymundo Nogueira de Faria. Vale destacar que nem sempre foi possível identificar, a partir das referências, a quem o intelectual se referia, seja porque usava um apelido ou alcunha, somente conhecido por ele ou da intimidade de ambos, ou mesmo por se referir àquela pessoa por um sobrenome, que provavelmente na época seria suficiente para saber de quem se tratava, mas que hoje não apresenta a mesma inteligibilidade.

A partir dos registros nos diários pessoais e cadernetas de notas foi possível identificar, no entanto, as pessoas mais significativas na vida de Nogueira de Faria, seja pelo número de vezes que aparecem, sejam pela forma como o diarista fala a respeito delas, e que apresentaremos a seguir por ordem alfabética.

Nessa apresentação procuramos fazer uma breve biografia de cada pessoa destacando como conheceram nosso autor e em que episódios de sua vida estiveram presentes. Alguns casais são abordados juntos como por exemplo, Matheus e Brígida do Carmo, porque normalmente aparecem assim nos registros de Nogueira de Faria e também porque encontramos apenas escassos dados biográficos dos dois ou somente temos informações acerca de um deles, como é o caso da esposa do maestro Ettore Bosio.



**Antonio Francisco Pinheiro Filho** (15/03/1880 a 25/08/1967)

Dr. Pinheiro Filho, como Nogueira de Faria costumava chamar, era engenheiro mecânico de formação, proprietário e gerente de uma fábrica. Também era conhecido por falar fluentemente vários idiomas.

Segundo Nogueira de Faria (22/12/1925) o engenheiro era um “homem de nobre caracter, amizade que fiz graças ao Espiritismo”. Pinheiro Filho aderiu aos principais projetos liderados pelo intelectual obidense durante os períodos em que esteve na presidência da UEP, tais como a aquisição do prédio da União Espírita, o “Dispensário Homeopático”, o consultório médico e a farmácia popular.

Em relação à farmácia, inclusive, era o principal patrono contribuindo com grandes somas para a manutenção dos estoques com a medicação que seria doada aos mais pobres após os atendimentos médicos. De acordo com Santana (2006, p.214)

Em setembro de 1913, surgiu a idéia de se montar uma farmácia na UEP (...). Foi quando Antônio Pinheiro Filho doou todos os medicamento e ajudou na campanha de arrecadação de numerário para construção do local adequado para instalação a farmácia, ajudando a mantê-la.

Além dos trabalhos promovidos pelo movimento espírita os dois amigos também compartilhavam de outros momentos juntos como, por exemplo, nas férias, como podemos constatar no registro a seguir: “Encontro-me há cinco dias num retiro, proximo da Villa de Mosqueiro. É a formosa vivenda de propriedade do dr. Pinheiro Filho” (NOGUEIRA DE FARIA, 22/12/1925).

A convivência em todos esses momentos fez com que em registros nos diários pessoais de nosso intelectual Pinheiro Filho aparecesse listado entre aqueles que mais o apoiavam nos momentos difíceis, como por ocasião da querela envolvendo os castanhais do município de Alenquer (20/12/1926).

Outro episódio em que Nogueira de Faria contou com esse amigo foi por ocasião da publicação do livro “Instrução e Educação Moral e Cívica: pelo despertar da juventude”, de 1927, como ele declara a seguir: “Os Pinheiro Filho também muito muito me auxiliam (...) na publicação do livro”.

**Archimimo Pereira Lima** (31/08/1876 a 14/05/1938).

Casado com Elmira Lima. Escritor e engenheiro civil, foi diretor do Patrimônio Municipal da Prefeitura de Belém, mas destacou-se como ferrenho propagandista do espiritismo e da Maçonaria no Pará sendo que em ambas as causas teve várias realizações,

dentre as principais está da fusão do “Centro Espírita ‘Eduardo Siqueira’” com a UEP, o que foi fundamental para o fortalecimento da União e do movimento kardecista no Estado do Pará.

Conheceu nosso autor por meio de sua esposa que era a discipuladora de Nogueira de Faria e junto com ela investiu financeiramente na vida e carreira do intelectual. Por ocasião do exame de admissão na Faculdade de Direito, o casal financiou a compra dos livros necessários para que Nogueira de Faria pudesse estudar e ainda pagou por algumas aulas particulares de que ele precisava.

### **Domingos Sylvio Nascimento** (14/09/1882 a 23/05/1947)

Literato e poeta, periodista e palestrante de reconhecida competência, advogado e professor (ministrou aulas no Colégio Estadual “Paes de Carvalho”, no Colégio Moderno e no Instituto “Lauro Sodré”) era culto, querido e respeitado por seus alunos devido o seu caráter, austeridade e firmeza com que costumava tratá-los. Também foi diretor do “Paes de Carvalho”.

No movimento Espírita conheceu e tornou-se o melhor amigo de Nogueira de Faria por quem manifestava profunda admiração, o que o levou a engajar-se nos projetos daquele como o dispensário homeopático e a comissão de aquisição do novo prédio, por exemplo. Ainda junto com Nogueira de Faria, fundou a Escola “Mont’Alverne”, a Revista Espírita (1912), o “Grupo Espírita Filhos Pródigos” (1930) e a Colônia Reformatória de Cotijuba.

Nos diários do obidense são numerosos os registros em relação ao amigo Sylvio e das coincidências entre ambos como a origem humilde, a perda precoce da primeira esposa, os sonhos de atendimento às crianças carentes de seu tempo. No entanto, segundo nosso intelectual, o que mais os unia era a propaganda espírita, como vemos no registro a seguir:

Hontem a noite senti-me feliz. A propaganda espirita andava esmorecida. Falei ao Silvio. Este logo tocado de entusiasmo, lembrou varias idéas, todas optimas. Pensámos e agimos (...). Resultado: hontem, a união voltou aos seus grandes dias: a festa de homenagem a Kardec teve grande vibração. Hoje, iremos aos Caminheiros do Bem... E a obra da fraternidade que se faz. Já era tempo! E assim a propaganda avança! Louvado seja Deus! (NOGUEIRA DE FARIA, 04/10/1935).

Enquanto ministravam aulas na Monte’Alverne começaram a estudar para o concurso público para juiz do TJEPA, mas não obteve aprovação, fato que causou grande tristeza a Nogueira de Faria, sobretudo porque Sylvio não voltou a tentar novo concurso para esse órgão.

### **Elmira Ribeiro Lima (1898-1955)**

Nascida em Manaus (AM), mudou-se para Belém aos três anos de idade. Conhecida como “Dequinha”. Foi jornalista e escreveu sobre temas relacionados às mulheres (o voto feminino, participação política das mulheres e o emancipacionismo feminino) em periódicos como “Jornal de Belém”, a “Folha do Norte” e o “Estado do Pará”. Como poetisa publicou os livros “Alma em Ritmos” (1914) e “Lira Azul” (1951), este último contendo uma coletânea de sua produção literária das décadas de 1930 e 1940.

O sufragismo paraense teve em Elmira a sua grande articuladora sendo que em junho de 1931 criou o “Departamento Paraense pelo Progresso Feminino”, tornando-se a primeira Presidenta do “Núcleo Sufragista no Pará” e cujo principal objetivo era a maior mobilização das mulheres paraenses para a luta sufragista<sup>201</sup>.

Como militante do movimento espírita paraense foi co-fundadora do “Centro Espírita Caminheiros do Bem” e fez inúmeras conferências, posteriormente publicadas no livro “Na Seara de Jesus”, “que pela moral contida em suas páginas bem poderia ser admitido nas escolas primárias” (ESTADO DO PARÁ, 01/01/1918). Escreveu sobre o espiritismo em jornais e revistas como a “Alma e Coração”.

Em 01/01/1918 o jornal o “Estado do Pará” publicou uma homenagem de meia página a essa manauara onde afirmava-se que Elmira Lima havia conquistado a admiração de todos que a conheciam e que isso era resultado de sua bondade, das ações filantrópicas, e de seu talento literário e de conferencista, além de divulgadora do Espiritismo no Pará. Aliás, em relação a isso o jornal não deixa dúvidas quanto a importância dessa mulher para a história do movimento espírita paraense, onde introduziu Raymundo Nogueira de Faria e aderiu a muitos de seus projetos como a Escola Monte’Alverne, o Instituto de Proteção à Infância do Pará “que lhe deve em grande parte as victorias que o consolidaram” (ESTADO DO PARÁ, 01/01/1918).

Em 09 de janeiro de 1913, em registro sobre Elmira Lima em seu diário pessoal Nogueira de Faria assim escreve: “Esta senhora é um anjo de dedicação! Rogo aos Ceus, como tanto pedimos aos nossos guias que saibamos agradecer-lhes as inumeras provas de bondade com que nos tem distinguido”. Mas antes mesmo disso, os registros apontam a importância dessa mulher na vida do jovem obidense

De suas mãos recebemos o Evangelho que nos despertou o desejo de nos melhorarmos; de seus encorajamentos e dedicação nasceu a escola Mont’Alverne; de seus conselhos varias resoluções honestas e [?] – e agora ainda de sua bondade recebemos o emprestimo que vem nos facilitar a realização dos nossos planos (NOGUEIRA DE FARIA, 03/01/1913).

---

<sup>201</sup> Fonte: <<http://luzia.alvares.zip.net/mulheres/>>. Acesso em 10 abr. 2017.

A parceria com Nogueira de Faria também produziu um livro, que ele assinou sob o pseudônimo de Leocádio Guerreiro, intitulado “Os Regenerados” que consistia num drama em versos que até onde sabemos nunca foi publicado.

No relacionamento de ambos, no entanto, houve um momento tenso: quando Nogueira de Faria resolveu casar-se com D. Pequenina. D. Elmira ficou preocupada com o fato da futura esposa de seu protegido não somente não professor a fé espírita como ser de uma conhecida família católica em Belém. Apesar dessa oposição, o casamento ocorreu e aparentemente isso causou um certo afastamento de Elmira pois os registros nos diários do intelectual a que tivemos acesso não trazem mais nenhuma informação sobre ela.

### **Eusébio de Mattos Cardoso** (10/03/1876 a 07/11/1949)

Era solicitador. Conheceu o Espiritismo através de seu pai que era um militante espírita. Em outubro de 1927 foi eleito, pela assembléia geral da União, membro de seu Conselho Fraternal, exercendo essa função, em razão de eleições sucessivas, até 1936.

Assumiu, em janeiro de 1937, o cargo de presidente da Casa, por escolha do referido Conselho, nele permanecendo por muitos anos. Em 1940, além de presidente da UEP, era da “Confederação Espírita Caminheiros do Bem”. Foi na sua gestão que ocorreu um sério desentendimento entre a FEB e a UEP. Uma carta datada de 18 de janeiro de 1939, enviada para a Federação, comunicando formalmente a reforma do estatuto da União foi mal interpretada pela diretoria. Eusébio se houve com muita habilidade no lidar com o problema, logrando, cerca de um ano depois, a normalização das relações entre as duas instituições.

Travou conhecimento com Nogueira de Faria a partir do seu ingresso no movimento espírita aderindo principalmente a um dos projetos desse intelectual, a Escola Monte’Alverne. Registro em diário pessoal de 16/08/1936, mostra que por ocasião da reativação desse estabelecimento educacional Eusébio Cardoso foi uma das pessoas que acompanhou nosso intelectual à visita ao terreno onde a escola seria instalada.

Em 1935, quando Magalhães Barata deixa a interventoria do Pará, Nogueira de Faria é obrigado a deixar o comando da Colônia Reformatória de Cotijuba. Em 09/01/1937, ele registra sua recondução ao estabelecimento correcional por obra de Cardoso: “Voltei porque assim o entendia a gentileza do sr. Eusebio Cardoso e seu filho dr. Luiz Cardoso, actual administrador de Cutijuba. Fiz bem em voltar. Filho Prodigio dum grande e santo ideal foi por este recebido de braços abertos. Fiz nova profissão de Fé”

**Ettore Bosio** (07/02/1862 a 17/04/1936) e **Luiza Bosio** (? a 1936)

No final do século 19 o governador Lauro Sodré promoveu, segundo Paracampo (2015, p.15), uma “política de atração de artistas e intelectuais” para o Estado do Pará, dentre os quais veio Ettore Bosio, músico italiano que chegou a Belém em janeiro de 1892 junto com uma companhia de ópera italiana que apresentou aqui “O Duque de Vizeu”, um musical cuja maior propaganda era “o fato de ser cantada totalmente em língua portuguesa, mesmo advinda de uma companhia lírica italiana” (PARACAMPO, 2015, p.15).

Essa era a terceira vez que o maestro vinha ao Brasil, já tendo passado por São Paulo e Rio de Janeiro. Após essa temporada de apresentações, Bosio resolveu fixar-se em Belém, onde aos poucos “conquistou uma parte da sociedade belenense através da sua erudição e competência artística” (PARACAMPO, 2015, p.16). Envolveu-se com diferentes grupos, desde ricos emigrantes italianos e paraenses até pessoas menos abastadas, inclusive membros do movimento espírita, que não eram bem vistos por setores ligados ao catolicismo local, dentre eles Nogueira de Faria (PARACAMPO, 2015).

Em 1921 Ettore Bosio ingressou no “Conservatório Carlos Gomes” e em 1929, depois de promover a reorganização desse instituto artístico, assumiu a sua direção onde permaneceu até 1936, ano de sua morte. Como professor no “Carlos Gomes” foi mestre e incentivador de personalidades da geração modernista paraense como Waldemar Henrique, Gentil Puget e os irmãos Nobre.

Logo após Nogueira de Faria ter perdido a primeira esposa e sua primogênita, a família Bosio esteve entre as pessoas que consolaram o obidense por sua perda, como vemos no registro a seguir

Em hora de amaríssima provação, sacudido até as raízes da alma pelo sofrimento, tive a fortuna providencial de encontrar em meu caminho os corações dos velhos Bosios. Abriram-me os braços. Deram-me conforto e auxílios, impondo-me o silencio de que me veio libertar o desencarne de ambos (NOGUEIRA DE FARIA, 31/05/1936).

Depois, quando aderiu ao movimento espírita, Nogueira de Faria passou a conviver mais com essa família e conhecê-la melhor, fortalecendo a cada dia essa amizade que se estendeu a todos os outros membros desse núcleo. Acerca de Ettore Bosio, Nogueira de Faria ([1921] 2016, p. 25) elogia:

[...] compositor exímio, seu temperamento e sua timidez o afastaram das glórias autorais, que lhe estavam reservadas, a julgar pelo início de sua carreira de artista, pelo êxito de seus trabalhos de moço. Uma de suas mais apreciadas óperas, quando ainda jovem, *O Duque de Vizeu*, (...), conquistou aplauso dos mestres, a simpatia dos críticos, a consagração das plateias. Falam por nós testemunhos insuspeitos: em 22 de junho de 1895, Carlos Gomes, o imortal

maestro nacional, escrevia ao empresário F. Brito, do Rio, recomendando-lhe *O Duque de Vizeu* (...).

Os registros nos diários pessoais também fazem referência à Luzia e Raphael Bosio, esposa e filho do maestro, sempre de forma carinhosa e agradecida. Quanto a Sra. Luzia são inúmeros os registros do afeto que sentia em relação a ela. Ele declara: “Mas quem seria D. Luiza Bosio? Uma das criaturas que mais bem me fizeram aqui na terra... Espero em Deus não esquecer-a nunca, em minhas preces! Luiza Bosio, - A Mãe-Comadre que me abriu os braços e a bolsa” (31/05/1936).

A família Bosio, segundo os diários de Nogueira de Faria, por mais de uma ocasião investiu em seus projetos como se lê no registro de 13/10/1933 “Pois bem: ontem alguém, D. Luiza Bosio, a querida Mae – Comadre, me ofereceu a joia desejada”, que ele usou para concretizar um projeto pessoal que não pudemos identificar qual teria sido.

Os Bosios também ofereciam apoio financeiro regular a Nogueira de Faria (20/12/1926), pelo quê o intelectual reflete: “ahi estão os meus credores, ali estão as minhas cautelas do penhor das joias da minha mulher, do meu proprio relógio...”, concluindo posteriormente:

[...] possuo amigos como os velhos Bosios (...). Os Bosios me escravizam dia a dia: - tantas, tão numerosas, são as demonstrações de affeto fraternal que me dão. Devo ensinar os seus nomes aos meus filhos. São realmente meus amigos; interessam-se por mim. Não é só dinheiro que põem á minha disposição; são provas de carinho, que me confundem, penhoram para sempre (NOGUEIRA DE FARIA, 05/01/1927).

Por ocasião do falecimento do maestro, Nogueira de Faria publica um artigo no “Estado do Pará”, de 23/04/1936, onde, de forma poética, descreve o funeral e o cortejo que conduziu o corpo do maestro ao cemitério. Esse texto expressa um pouco dos seus sentimentos em relação à perda do amigo.

Em procissão affectiva, carreta puxada pelas cordas que mãos gentis e boas apertavam, o feretro de Ettore Bosio avançava, no compasso vagaroso da saudade das suas discipulas, pelas ruas de Belem, para o ponto final da jornada terrena, com a mesma lentidão serena e firme com que elle avançara na vida, de esforços, de trabalho em trabalho, de conquista, para o triumpho inesquecível, puro, superior, daquela homenagem posthuma. Se lhe tivessem dado a escolher, para engrinaldar-lhe a derradeira scena da vida, o cahir do panno, o lance apothetico entre aclamações, e fortes remigios de gloria e aquelle com que a mão de Deus o galardoou, elle, decerto, outro não teria desejado nem preferido! (...)

Os coveiros lentos, aos poucos iam descendo a terra, a largos golpes das enxadas. Em torno delles, cercando a sepultura, ninguém se movia. Ninguém tinha pressa. Ninguém murmurava. Fez-se, por momentos, um silencio completo, quebrado apenas pelo surdo cahir da terra sobre o caixão: – um silencio absoluto, dominador, empolgante! Sem que alguém pedisse, sentiuse que todos oravam! O ambiente se impregnou todo de inefavel caricia

espiritual, envolvendo a alma de Ettore Bosio na sua volta para a vida eterna! Reingressava no espaço o autor de “Semele” ouvindo a poderosa orquestração da Fé, cujo hymno, a Prece, era entoada em côro silencioso pelos que alli estavam: visíveis uns, nós, os da terra; invisíveis outros, os do Além, vibrando todos em santa comunhão de pensamento, – uns indo para deixal-o, outros vindi para recebê-lo, victorioso e feliz após a encarnação em que triumphara pelo trabalho e pelo talento!

Dias depois ocorre o surpreendente falecimento de Luiza Bosio, ensejando a publicação de um novo desabafo no “Estado do Pará”, onde também se revela seu afeto em relação a esta senhora:

MÃE COMADRE! chamava-a eu quando tinha os olhos voltados para o passado, fixos nessa hora-seculo, que o tempo não faz recuar antes alimenta e conserra e que a sua mão maternalmente, amenizára. Deus te acompanhe, MÃE COMADRE! orei, hontem, deante do seu esquife querido. E agora, ao arrancar, de minhalma, o pedaço que estas phrases representam, eu te desejo, com todas as veras confiantes, vehementissimas da minha crença: boa viagem, MÃE COMADRE! Que o teu amor te arrebate e te conduza, célere, para o teu, para o nosso querido velho Bosio! MÃE COMADRE, bôa viagem! (NOGUEIRA DE FARIA, 31/05/1936).

### **Genuíno Amazonas de Figueiredo** (01/12/1875 a 03/09/1942)

Educador, magistrado, latinista, membro da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, e político. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Veio para Belém onde foi nomeado promotor público da Comarca de Cintra, hoje município de Maracanã, sendo posteriormente transferido para Cametá, como juiz substituto.

No governo de Augusto Montenegro ocupou de 1901 a 1908 o cargo de Secretário de Justiça, Interior e Instrução. Foi professor da cátedra de Legislação Comparada do Direito Privado na Escola Teixeira Mendes (1902), que deu origem à Faculdade de Direito do Pará, sendo um dos idealizadores dessa instituição. Em 1909 foi eleito Senador Estadual e, posteriormente, deputado estadual (1921). Em 1917 foi nomeado diretor do Colégio Paes de Carvalho permanecendo até 1930. Nesse mesmo ano publicou o livro “Tratado de Direito Romano” que obteve grande repercussão em todo o Brasil. Depois disso foi Diretor da Faculdade de Direito mantendo-se no cargo até sua nomeação como Procurador Geral do Pará em 1934.

Embora não seja uma figura encontrada nos diários pessoais de Nogueira de Faria sabemos, pelos textos do desembargador publicados nos jornais paraenses do início do século, que nosso intelectual o considerava um amigo que contribuiu bastante com a causa da minoridade no Pará, principalmente por ocasião da campanha pública para a arrecadação de

fundos e também para o envolvimento dos estudantes no projeto da Colônia Reformatória da Ilha de Cotijuba.

### **Matheus (?) e Brígida do Carmo (?)**

Nogueira de Faria, todas as vezes que se referia a seus sogros, demonstrava muito respeito, gratidão e carinho. Por ocasião do falecimento de Brígida do Carmo ele escreve em seu diário pessoal de 09/09/1935:

Hontem desencarnou d.Brigida, minha sogra. Inexplicavelmente, soffreu muito. E digo inexplicavelmente porque d. Brigida era o que se chamava “uma boa creatura”. Jamais a vi ter gestos e actos de vingança, de malidencencia ferina, de odio. Naturalmente, teria defeitos – mas minimos em face das sua optimas qualidades de Mãe e Esposa. Não sei se levou queixa de mim. Procurei tratá-la sempre e sempre, com muito respeito, muita amizade! (...) Meu pensamento se eleva a Deus, pedindo Paz a sua alma!

Essa gratidão se devia ao fato deles serem genitores das duas esposas desse paraense, mas também a outros motivos. Quando Nogueira de Faria começou a estudar para o exame de admissão da Faculdade de Direito, o professor Matheus do Carmo procurou o chefe de seu genro, Eloy Simões, solicitando a este que flexibilizasse o horário de trabalho daquele para que pudesse estudar satisfatoriamente e, quando chegasse as provas, que o favorecesse com uma licença, que já era um já direito adquirido por Nogueira de Faria, que usaria para investir mais tempo nos estudos.

Ante hontem estive em companhia de meu **sogro** o professor Matheus, com o Sr. dr. Eloy Simões d.d. Chefe de Policia. Tratou-me assas bem. O professor foi apresentar-me a fim de que, quando me seja preciso, eu obtenha tres mezes de licenca. Hoje ficou definitivamente assentado o meu horario de trabalho. Espero que os meus guias me permittão seguil-o a risca (NOGUEIRA DE FARIA, 26/01/1913).

Posteriormente, já aprovado em concurso público para juiz substituto, Matheus do Carmo intervém novamente em favor de seu genro, dessa vez junto ao governador do Pará para que nomeasse Nogueira de Faria juiz titular de uma comarca do interior: “Hoje meu sogro entrou em palácio [do] governador, [que] em palestra, reiterou a promessa, que já me fizera, de minha ida para Alemquer” (NOGUEIRA DE FARIA, 5/11/1925).

Houve também um período em que envolvido com o projeto de publicar um livro, Nogueira de Faria contou com o apoio do sogro em relação a acolhe-lo em sua própria casa. O dinheiro economizado com o pagamento dos alugueis seria investido na publicação do opúsculo. Em seu diário pessoal de 15/01/1927 ele registrou:



Hoje devíamos voltar a Alemquer. Eu ia profundamente desiludido quanto ao meu livro sobre instrução e educação moral e Cívica por que não conseguira a sua publicação. Tudo me falhara. (...) Mas, Deus escreve direito sobre linhas tortas: - o governo até passagens me negou. O meu embaraço cresce enormemente. Para voltar a Alemquer fui obrigado a pedir 1.000\$. para as despesas. E então, refleti: - porque não empregar essa importaria na publicação do livro? Pedirei licença por dois meses. Recolho-me a casa de meu sogro, onde pouparei casa, fazendo apenas as despesas diárias - e me dedico de corpo e alma ao livro. Não ha duvida: - farei isto. Ah! deposito tantas esperança no meu livro!

Em relação a esse comportamento dos sogros, principalmente em face da dedicação do professor Matheus do Carmo em relação a sua pessoa, Nogueira de Faria (05/01/1927) exclama: “Este tem feito por mim o que pode e o que não pode!”.

### **Joao Alfredo de Mendonça (?)**

Acerca dele temos poucas informações. Sabemos que era jornalista e secretário da “Folha do Norte” onde iniciou uma amizade com Nogueira de Faria que se estendeu a esfera particular. Sabemos inclusive que o filho mais velho de Nogueira de Faria foi noivo da filha de Mendonça.

Por ocasião dos fenômenos espíritas que se materializaram em Belém e foram descritos por Nogueira de Faria no livro “O Trabalho dos Mortos”, a Igreja Católica, na figura do padre Florence Dubois, iniciou um ferrenho combate a tais ideias advindas do kardecismo. Nesse combate o padre utilizou-se de palavras duras e desrespeitosas em relação aos envolvidos (SANTANA, 2006), o que fez com que João Mendonça, mesmo não sendo adepto do espiritismo, saísse em defesa dos envolvidos, também por meio do seu jornal.

### **Joaquim Cardoso Magalhaes Barata (02/06/1888 a 29/05/1959)**

Militar e político, é até hoje uma das figuras mais importantes da história paraense. Foi afilhado religioso de Lauro Sodré com quem veio a desentender-se quando adulto por questões de divergências políticas. Estudou em escolas particulares e também na Escola Militar de Realengo (RJ). Em 1904, ao lado de seu padrinho, combateu o governo na Revolta da Vacina, o que ocasionou sua exclusão das fileiras do Exército Brasileiro. Foi anistiado no ano seguinte e passou a fazer parte do contingente do 20º Batalhão de Infantaria. Também reingressou na Escola Preparatória e Tática do Exército concluindo sua formação militar em 1911, ano que retornou à Belém, como aspirante a oficial, lotado no 47º Batalhão de Caçadores, onde permaneceu até 1919, quando foi promovido a 1º Tenente e retornou ao Rio de Janeiro.

Na capital do Brasil participou intensamente dos movimentos históricos das primeiras décadas do novecentos como os levantes tenentistas de 1922 e 1924, ocasiões em que conheceu figuras importantes da história do Brasil como Getúlio Vargas, com quem combateu na Revolução de 1930.

Após a Revolução, já no posto de major, assumiu o governo do Estado do Pará na condição de interventor federal onde permaneceu até 1935. Durante sua liderança tomou medidas que lhe deram muito prestígio junto à população mais pobre como a desapropriação de terras para destinar aos posseiros, o congelamento dos preços de alugueis e remédios e o confisco de bens de pessoas ricas da sociedade paraense (CASTRO, 2011).

Dessa forma, de acordo com Damasceno (2012, p.37), “Barata criara uma forma até então nunca experimentada de governo, relacionando-se diretamente com o povo. As pessoas simples a ele tinham acesso sem as conhecidas dificuldades que se enfrentar na busca de uma audiência com a maior autoridade do Estado”. São exemplos disso, as audiências públicas, conduzidas pelo próprio Barata e também as visitas que o governante realizou aos municípios do interior do Estado do Pará, numa proporção que nenhum outro titular do poder executivo havia feito até então.

Com uma trajetória pública extensa, podemos apontar, dentre as principais realizações de Barata a criação do Partido Liberal (1931). Cumpriu os mandatos de senador (1945 a 1949) e de governador do Estado do Pará (1955 a 1959). Faleceu após uma longa luta contra uma leucemia. Para obter maiores informações sobre a Revolução de 1930 no Pará e a atuação de Magalhães Barata como interventor federal no Estado do Pará sugerimos a leitura de Souza Júnior (2000) e Damasceno (2012).

Magalhães Barata e nosso intelectual obidense se conheceram quando o primeiro tornou-se interventor do Pará. Nogueira de Faria afirma: “vindo a Revolução de 1930, o destino me aproximou do Major Barata” (13/01/1935). A partir daí estabeleceram uma amizade que ao longo dos anos só se aprofundou de forma que o intelectual passou a ser um dos principais assessores de Barata durante seu governo, chegando inclusive a assumir interinamente seu lugar em diversas ocasiões. Nogueira de Faria guardou algumas correspondências deles que demonstram o grau de amizade e confiança que havia entre ambos.

Vários projetos de Nogueira de Faria foram concretizados durante o governo de Magalhães Barata como a “Assistência Judiciária Cível”, a “Curadoria de Acidentes de Trabalho” e a criação da Colônia Reformatória de Cotijuba. Ele de alguma forma parecia pressentir isso pois com a chegada de Barata ao Pará afirmou: “Hontem chegou do sul o interventor Barata. É possível que se abra novos horisontes á minha Vida” (19/06/1931).

A relação próxima entre esses dois homens era pública e, por isso, suas figuras estavam inter-relacionadas, tanto que, quando Barata deixa a interventoria, Nogueira de Faria (16/08/1935) também é “convidado” a retirar-se do comando da CRC, como vemos abaixo:

Em virtude da queda do Major Barata, do governo, sou forçado a entregar Cutijuba – e registrar para sempre a seguinte lição: em todo empreendimento devemos nos pôr a salvo da dependência de terceiros... humanos. De terceiros só os invisíveis; Eles nos orientarão, nos conduzirão pelas mãos aos nossos sonhos. Assim, pois, entregando Cutijuba, volto ao sonho da Escola Mont’Alverne, retomo o fio do meu destino espiritual aqui na terra.

### **Ophir Pinto de Loyola** (13/04/1886 a 11/10/1930)

Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Realizou seu estágio no Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Mudou-se para Belém em 1910, com apenas 24 anos de idade. Na capital do Estado exerceu a medicina na Santa Casa de Misericórdia.

Em 1914, juntamente com outros médicos criou a Sociedade Médico-cirúrgica do Pará, na qual assumiu a comissão científica de Clínica Pediátrica e Ortopédica. Em 1919 essa sociedade se transformou na Faculdade de Medicina do Pará. Logo depois assumiu o cargo de diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Após concurso tornou-se docente cadeira de Clínica Pediátrica e Higiene Infantil na Faculdade de Medicina do Pará.

Segundo Saldanha (2012, p.27), “Como um dos pioneiros da Pediatria no Pará se sensibilizou com os quadros de desnutrição e falta de higiene vivida pelas crianças que atendia na Santa Casa, surgindo então o desejo de fundar uma instituição semelhante a que tinha conhecido no Rio de Janeiro”. Pelo seu profundo envolvimento na causa das crianças desvalidas, Ophir Loyola foi chamado de “Pai da Pediatria no Pará” (BORDALO, 2002).

Devido ao seu interesse em alterar a situação da infância paraense, Nogueira de Faria aproximou-se de Ophir Loyola e foi um dos seus principais auxiliares na criação do Instituto de Proteção à Infância do Pará, sendo um dos primeiros diretores dessa instituição onde permaneceu por muitos anos.

### **Rafael Fernandes de Oliveira Gomes** (01/09/1891 a 07/02/1979)

Foi vereador na cidade de Belém por dois mandatos. Ingressou no Espiritismo em 1923, em virtude de uma série de fenômenos mediúnicos ocorridos em sua residência. Fundou e dirigiu o programa “A voz da terceira revelação” na “Rádio Marajoara” contando com a ajuda de sua neta Áurea Celeste, com apenas cinco anos de idade, que fazia pequenas preces. Participou das sessões de ectoplasmia com a médium Ana Prado. Fez parte do grupo liderado

por Figner, trabalhando pela aquisição da sede própria da UEP; tomou parte na fundação da “Mocidade Espírita Legião do Bem”. Fundou e dirigiu por várias vezes o “Centro Espírita Assembléia de Jesus” e o “Grupo Espírita Roustaing”. Foi membro do Conselho Fraternal da UEP e participou várias vezes da sua diretoria, sendo presidente em 1927, doando-lhe uma tipografia para a impressão do seu jornal “A Revelação”. Lançou campanhas fraternas para amparo à pobreza, e aos internos nas colônias hansenianas, do Prata e Marituba. Durante cerca de 50 anos foi incansável no seu trabalho junto aos hansenianos (SANTANA, 2006).

Seu contato com Nogueira de Faria ocorreu inicialmente por conta das sessões realizadas na residência da Família Prado, mas ampliou-se pela adesão aos projetos apresentados pelo intelectual em relação à assistência dos mais pobres. Os registros nos diários de nosso intelectual apontam que Rafael Gomes tornou-se, nos anos que se seguiram, um grande amigo do obidense, sendo inclusive citado numa lista com o nome dos melhores amigos e cooperadores.

Como se pode ver a rede de sociabilidade de Nogueira de Faria é formada a partir de pessoas com as quais ele travou conhecimento, principalmente no movimento espírita paraense e nas diversas ações assistências por ele empreendidas. A vivência no magistério também agregou pessoas como o professor Matheus do Carmo e Sylvio Nascimento, sendo que no caso específico de Sylvio a amizade entre eles perpassou a religiosidade, a prática docente e também os projetos pessoais compartilhados.

Ao movimento espírita também se deve as principais experiências de Nogueira de Faria com a edição de revistas como o “Alma & Coração”, que também agregaram pessoas a sua rede de sociabilidades, o que não aconteceu por exemplo com sua experiência como cronista da “Folha do Norte”.

Ao contrário do que se poderia pensar, mesmo com tantos anos na magistratura, nessa rede de sociabilidades não se encontram nem juízes nem membros do poder judiciário. Isso em parte pode ser atribuído a um comportamento irrepreensível do magistrado que em algumas situações chegou a censurar posturas que ele não considerava adequadas a um juiz.

Da experiência política, a principal adesão a essa rede foi justamente a do interventor federal Magalhães Barata que possibilitou a realização de muitos sonhos do intelectual e nos faz caracterizá-lo como um intelectual do círculo do poder. As cartas trocadas com o interventor mostram o nível de confiança angariado por Nogueira de Faria junto ao governante que, a despeito da deferência, nunca usou isso em benefício próprio.



---



---

## SEÇÃO 6: ANÁLISE DO PENSAMENTO DE RAYMUNDO NOGUEIRA DE FARIA POR MEIO DE SEUS ESCRITOS

---



*A salvação estará na criação da nova mentalidade e isso não será obra de um dia.  
Nogueira de Faria<sup>202</sup>*

A história da infância e juventude no Brasil está marcada pelo abandono e descaso, mas, também, por tentativas de atendimento a esse grupo populacional no sentido de inseri-lo em idealizações, tanto pensadas pelos Estados quanto pela sociedade civil de forma que ao longo dos séculos crianças e jovens foram alvos dos mais diversos projetos de sociedade e tiveram que se submeter a diferentes expectativas políticas de governantes.

O século 20 presenciou um momento muito importante nessa história do atendimento à infância no Brasil com a promulgação do primeiro código de menores no ano de 1927 (Decreto nº 17.943-A), que inspirado pelos “ventos” que sopravam na América Latina, a partir da criação dos Tribunais de Menores, instituiu os rudimentos da doutrina da “situação irregular” e favoreceu a criação de estabelecimentos especializados no atendimento aos menores “delinquentes” e abandonados, como vimos na quarta seção desta tese.

No Estado Pará a adoção do código menorista ocorreu quando o interventor federal Magalhães Barata aderiu ao processo judicial de menores em uso no Distrito Federal<sup>203</sup> por meio do Decreto nº 116, de 30/01/1931, que apresentava os seguintes “considerandos”:

[...] considerando que não existe na legislação do Estado nenhuma lei ou decreto que estabeleça as normas disciplinadoras das medidas de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes; considerando que, depois da publicação do Código de Menores, ao poder competente do Estado competia aparelhar o Poder Judiciário de leis adjetivas que estabelecessem as formas de proteção, assistência, processo e julgamento desses menores; considerando que, com a criação do Juízo de Menores na comarca da capital, mais se acentuou a necessidade de leis que viessem facilitar a solução dos casos ocorrentes; considerando que a organização de um Código ou regulamento, consolidando as disposições reguladoras da competência dos juizes, das formas do processo e da constituição dos órgãos de proteção e assistência aos referidos menores, exige estudo demorado, o que vem retardar o funcionamento do Juizado de Menores e criar dificuldades na aplicação da lei substantiva nos casos ocorridos e emergentes (PARÁ, 1931, p.73-74).

---

<sup>202</sup> (1932, p.30).

<sup>203</sup> Na época a cidade do Rio de Janeiro.

Antes disso, algumas providências já haviam sido tomadas como a criação de uma Vara especializada para atendimento aos menores e a nomeação de um juiz titular para nela atuar. Esse magistrado era o intelectual Raymundo Nogueira de Faria, cuja vida, pensamento e práticas são objeto de nosso estudo.

Tais medidas foram efetivadas no último trimestre de 1930 e depois delas faltava a criação de um estabelecimento específico para atender aos “deserdados da sorte”, o que ficou ao encargo desse educador e magistrado, que antes mesmo de assumir tal função pública já tinha envolvimento pessoal com a causa, como demonstram a sua militância, produção intelectual e experiência na criação de estabelecimentos educacionais, pois foi o criador da “Escola Monte’Alverne”, dedicada ao ensino de primeiras letras com turmas noturnas para jovens trabalhadores e operários que não podiam deixar de trabalhar para estudar.

Nesta seção, analisaremos o pensamento de Raymundo Nogueira de Faria. Para isso, fizemos, até aqui, um esforço de fornecer elementos teóricos para que ele fosse compreendido enquanto um intelectual, assim como apresentamos o contexto em que suas ideias nasceram e foram formuladas. O pensamento dele será identificado especialmente a partir de suas obras de caráter político, a saber: “Instrução e Educação Moral e Cívica: pelo despertar da juventude” (1927), “Uma Advertência ao meu País” (1932), “Meus Amiguinhos” (1935) e “A Caminho da História: subsidio para a história política e administrativa do Pará” (1945).

Após a compreensão da lógica de seu modo de pensar e entender a realidade e o contexto em que estava inserido, analisamos também sua proposta de atendimento aos menores abandonados e “delinquentes” do Estado do Pará no início da década de 1930, a amplitude dessa proposta e o diferencial que ela enseja.

### **6.1 “Essa falta de justiça parece ser o maior mal do Brasil”<sup>204</sup>: uma análise contextual da primeira metade do século 20 por Raymundo Nogueira de Faria**

Na maioria de seus livros, em especial em “Instrução e Educação Moral e Cívica” e em “Uma Advertência ao Meu Paiz”, Nogueira de Faria costuma iniciar com uma contextualização histórica.

De tal modo, a partir de suas obras, podemos conhecer sua análise da realidade do Estado do Pará na primeira metade do século 20, período que ele considera como “o momento mais serio para a existencia da nossa nacionalidade” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.52, nota rodapé), pois, de acordo com esse intelectual no início do século passado os brasileiros em geral experimentavam um mal-estar provocado por “um pressentimento cruel, em relação aos

---

<sup>204</sup> (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.73)

destinos da nossa Pátria, cuja prosperidade, tranqüilla e segura, ingressa aos poucos, de quatrienio em quatrienio, na ordem das cousas impossíveis...” (FOLHA DO NORTE, 15/11/1921). Isso já tinha sido apontado por Veríssimo (1985, p.43) no livro “A Educação Nacional” que assim escreve:

Se, como é forçoso reconhecer, o estado moral do Brasil, e ainda seu estado material, é propriamente desanimador e precário e, sobretudo, está muitíssimo aquém das justíssimas aspirações dos patriotas e dos gloriosos destinos que lhe antevemos, não há tampouco negar que nem somente a monarquia e as instituições que lhe eram ministras, senão nós todos somos disso culpados.

Esse pessimismo em relação ao futuro do Brasil, naquele momento histórico, era compartilhado pelos intelectuais das primeiras décadas do novecentos que vivenciavam o que Pécaut (1990) chamou de sentimento geral de crise por considerarem que a república continuava marcada pelo “coronelismo e a dependência, com a violência e o particularismo que os acompanham e que corroem, tanto quanto os pseudopartidos políticos, a unidade nacional (PÉCAUT, 1990, p.52).

Ainda segundo Pécaut (1990) isso teria acontecido porque o regime republicano havia permitido que a influência das oligarquias locais se prolongasse indefinidamente no quadro das transações regionais pois, “sob o pretexto de uma “política de governadores”, se entregara aos acordos entre as oligarquias regionais, como também diante de uma ostentação insolente das fortunas” (PÉCAUT, 1990, p.23).

Assim, a geração dos intelectuais dos anos 1920, a qual também pertencia Nogueira de Faria, se sentiu “confrontada com uma república incapaz de constituir a nação, alimentou-se ainda desse ressentimento” (PÉCAUT, 1990, p.23) de forma que havia um hiato, criado pela República, entre o “país político” e o “país real”. Por isso, era uma das principais funções dos intelectuais dessa época propor a criação de instituições ou transformar as existentes de forma que elas pudessem corresponder à realidade nacional naquele início de século (PÉCAUT, 1990).

Em seus escritos Nogueira de Faria constata a existência desse hiato que ele denomina de “abastardamento dos costumes”, causador do “naufragio do bom senso que invade a família, reside uma das muitas causas do mal estar que aflige a nossa cara e estremecida Pátria – e a mais séria de todas” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.51) apontando outras causas que em seu entendimento levaram o Brasil a esse contexto desfavorável, o cinema e a literatura psicológica<sup>205</sup>

---

<sup>205</sup> O romance psicológico é um gênero literário que prioriza os motivos íntimos das escolhas e ações humanas, no fluxo de afetos e memórias do inconsciente para o consciente, determinando comportamentos em detrimento dos

[...] que de ha alguns annos para cá envenenam a literatura nacional, abarrotando, numa calamidade dez vezes maldita, a alma da juventude de futilidades dissolventes, fotografando podridões e desvirilizando-a para os nobres e santos ideaes que iluminam as existências dignas (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.51).

Dentre outros problemas apontados como causadores da desorganização social o autor destaca o álcool<sup>206</sup> e o jogo<sup>207</sup> que, no seu entendimento, e pelos males que causam, não estariam sendo reprimidos adequadamente pelas autoridades competentes. Ambos, inclusive, constam na lista das coisas que ele execra: “Detesto a inveja e a intriga, a covardia e o medo, a hipocrisia e a deslealdade, a preguiça e a mentira, o álcool e o jôgo!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.133).

Ele ressentia-se também de que tanto um quanto o outro, poderiam ser vencidos apenas com a “força de vontade” dos indivíduos, mas normalmente não via essa disposição de caráter naqueles acometidos por tais males: “Ha um sem número de drogas e panaceias anunciadas contra a embriaguez. Não discutimos a possibilidade dos seus efeitos; o que, porém, garantiremos é que o melhor de todos os remédios está na força de vontade do indivíduo” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.47). Questionando-se ainda se essa ausência de “força de vontade” para vencer o poder dos vícios não resultava de uma educação inadequada e alienada dos princípios morais, cívicos e da desvalorização do Trabalho.

Na percepção de Nogueira de Faria havia um excesso de liberdade que se somava a uma politicagem profissional promíscua que desconsiderava as necessidades do povo e da própria Pátria e causava prejuízos tanto às pessoas quanto às instituições republicanas, com os seus poderes constituídos (legislativo e judiciário), a Imprensa e o Direito, como ele alegou no trecho a seguir

E o que se dava com nossa Lei Magna repetia-se em toda a ampla esfera do nosso direito publico, - constitucional, penal, administrativo e judiciario. Vinha servindo apenas de balança de dois pezos e duas medidas: uma para o amigo, para o correigionário, para o afilhado, para a creatura do peito, emfim, a quem tudo é concedido, mesmo o que a lei não concedia; outra para o adversario, a quem tudo era negado, mesmo o que a lei lhe garantia. Esse, o

---

condicionantes exteriores do meio ambiente social e cultural. Nogueira de Faria cita como exemplos desses “romances psicológicos” os textos de Paul Charles Joseph Bourget, um romancista e crítico literário francês que exerceu grande influência na literatura de seu país no período que antecedeu o naturalismo, o qual combateu. Ele representava o tradicionalismo e a ordem moral.

<sup>206</sup> “O bêbedo é o palhaço das ruas. Em vez de salário, recebe o apupo dos moleques e sentimentos duma piedade triste e passiva, das almas bem formadas. Não é tudo, porém: - ela nos inutiliza para a luta pela vida, pois ninguém confia em que bebe; conduz a velhices miseráveis; transforma os organismos mais resistentes em trapos humanos, num lixo social, sobrecarregando hospitais, asilos e manicômios...” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.47).

<sup>207</sup> “O jogo: - outra maldição social, quer pelo lado economico, quer pelo lado moral, constituindo, além disso, um dos problemas mais árduos, quando encarado sob o aspecto jurídico em que se discute a conveniencia ou inconveniencia da sua regulamentação e da sua repressão” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.82).



profundo, o extenso, o apavorante mal do Brasil que se irradia pelo abuso de poder da grande maioria dos que detinham qualquer somma de autoridade, desde os mais altos cargos ao mais humilde agente de segurança publica; pelo abastardamento do funcionalismo, tida essa expressão como significando não apenas improbidade, mas todas as modalidades da prevaricação, por amor, por odio, negligencia, capachismo; pela fraqueza ou sujeição dos poderes judiciario e legislativo ao poder executivo; pelos desmandos administrativos que arruinam o paiz; pela politicagem que seduz, embriaga e perverte as mais esclarecidas consciências; pela imprensa mercernaria, corrompida pelo espirito de lucro, cevando-se de escandalos e impatriotismos sem escrúpulos nem dó pelas desgraças pessoas ou collectivas (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.27,28).

Esse também era o entendimento, segundo Pécaut (1990), da maioria dos intelectuais dos anos 1920 para quem a política contemporânea era reflexo do coronelismo praticado pelas elites regionais que se organizavam em pseudopartidos políticos que em alguns casos, nem mesmo possuíam um conteúdo programático definido de forma que a “jovem república parecia a todos precocemente envelhecida” (PÉCAUT, 1990, p.59).

Diante desse quadro adverso a população mais pobre precisava resolver solitariamente os seus problemas, enfrentando as dificuldades, fossem elas grandes ou pequenas, desamparadamente. E eram muitas e importantes as questões sociais, que segundo Nogueira de Faria, vinham sendo desconsideradas pelo Estado, como, por exemplo, o empobrecimento das famílias, principalmente a partir da Grande Depressão de 1929, e a negligência paterna em relação a sua prole, como veremos abaixo:

[...] uma das pragas da sociedade moderna é o abandono da família pelos respectivos chefes. Podemos afirmar que ha centenas de lares em que esposas virtuossimas se acham a braços com a miseria cercadas de numerosas proles e luctando heroica e santamente para se manter na sagrada redoma da virtude, alimentando e instruindo os filhos (...). Qual o governo que, até então, se preocupara com taes assumptos, de profunda significação educativa e social? (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.68).

Para o intelectual obidense fazer justiça “consiste em dar a cada um aquillo que é seu. Sobre ella [a Justiça] repousa a paz do mundo, da nação, da família e do individuo. A justiça é a alma da harmonia, espirito tutelar do direito” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.211), enquanto o Direito era o “meio necessario para a manutenção da sociedade humana” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.315) e da garantia da Justiça, pois através dele a sociedade pode cumprir sua principal função: “reparar as lesões sofridas ainda mesmo no mais caro dos nossos direitos, que é o da honra” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.211).

Ele reconhecia, no entanto, que por fazer parte do cotidiano da população paraense mais pobre a injustiça podia ser considerada como “o maior mal do Brasil” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.73), pois no entendimento de Nogueira de Faria (1927, p.233) ela promovia as

comoções sociais, ou seja, “Onde houver uma perturbação de ordem social, ha com certeza uma injustiça e nada mais perigoso do que isso, quer em relação ao individuo, quer em relação á collectividade, porque toda a injustiça importa na violação de um direito cuja defesa se impõe”.

Impregnado por essa certeza ele temia o futuro de nosso país já que no Brasil, denunciava Nogueira de Faria (1932, p.395), as próprias autoridades é que disseminavam e praticavam a injustiça, de forma que o futuro que se divisava não poderia ser positivo, por isso, era urgente que houvesse a

[...] perfeita subordinação das autoridades do império da lei, ao regimen do Direito, essa Patria adorada que todos nós extremecemos tanto mais nem por todos nós bem servida, conquista[rá] a idade de ouro de uma prosperidade sem par, de uma grandeza permanente porque a massa em geral dos cidadãos sentir-se-á feliz acatando e promovendo o acatamento da lei e daquelas autoridades.

Tal subordinação só seria possível com a presença de um interventor federal que seria uma “especie de medico em relação ao organismo social e deve recorrer o menos possível ás medidas violentas, confiando de preferencia na therapeutica preventiva da vigilância social” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.65). Dessa forma a Justiça seria restabelecida e consequentemente o equilíbrio social.

Com Magalhães Barata a Justiça foi “restabelecida” por meio de medidas enérgicas. Primeiro com a reorganização do órgão da justiça local, com vistas à “perfeita subordinação das autoridades ao império da lei”, o quê, como era de se esperar, promoveu desagradados:

[...] quando venceu a Revolução de 1930 e daí um dos primeiros atos do Govêrno ditatorial, quer federal, quer nos Estados, ter sido o atirar-se a juizes e tribunais. Do extremo norte ao extremo sul, sofreu a magistratura duros golpes: era que ela havia falhado e falido na sua alta, nobre e generosa missão equilibradora dos direitos feridos, dos interêsses em choque (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.73).

A falta de acesso da população à Justiça também foi enfrentada. Primeiro com a realização diária de audiências onde a população mais pobre poderia contar pessoalmente ao próprio Interventor e seus assessores suas mazelas e de pronto ele poderia determinar a solução<sup>208</sup>. Por ocasiões desses momentos de disponibilidade do interventor a quantidade de paraenses que aguardavam por atendimento era tão grande que Magalhães Barata incumbiu Nogueira de Faria, como um dos assessores que o acompanhava por ocasião das audiências, de apresentar uma solução ao problema. A resposta foi a criação da “Assistência Judiciária Cível”, acerca da qual já versamos em seção anterior.

<sup>208</sup> Devido a sua regularidade e abrangência tais audiências públicas ficaram famosas e geraram lendas urbanas.

Ao tratar das audiências realizadas diariamente pelo interventor federal, o magistrado obidense destaca serem muito comuns a presença de mães em busca dos direitos de sua prole abandonada pelos genitores

[...] frequentes, muito frequentes, as queixas de esposas e filhos abandonados, de concubinas, nem se fala! Algumas destas infundem comiseração porque o abandono vem após longos anos de afeto e dedicação muitas das quais também carregadas de filhos. A cifra de famílias legais e naturais, assim desfeitas é acabrunhante. E alarmante. Esse abandono é o fator mais sério da infância viciosa. Do lar sem chefe e sem pão certo, resvala a criança para a Rua, para a vadiagem. Criança abandonada, criança perdida! De cem cartas que tenho às mãos 30% tratam de abandono (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.139).

Pelo texto acima pode-se perceber que o intelectual tinha consciência de que a temática da “delinquência juvenil” era complexa e envolvia intervenientes que não podiam ser desconsideradas, mas principalmente entendia tratar-se de um problema social de múltiplas dimensões.

O citado abandono dos chefes de família, para Nogueira de Faria, também é um dos sintomas do egoísmo ou individualismo imperante na sociedade daquela época e causador de muitos males, mas acima de tudo era sinal do grau de “imoralidade” vivenciado no Brasil. De acordo com ele, o egoísmo e o individualismo eram como pragas sociais que precisavam ser combatidas “nos outros e também em cada um de nós, mas sobretudo nos jovens, não faremos apenas obra de melhoramento individual: - realizaremos obra de beneficência social” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.78), pois, se a filosofia de vida do egoísta consiste em viver apenas para si mesmo, isso não seria problemático desde que, para viver assim, ele não prejudicasse aos demais.

Para além disso, Nogueira de Faria (1927, p.78) afirma que o “egoísta é injusto porque não reconhece o direito de pessoa alguma quando este colide com os seus interesses; o egoísta é anti-social e encaridoso porque nega auxílio aos necessitados”. Por isso, para esse intelectual o egoísmo e individualismo do seu tempo mostram o grau de comprometimento da moralidade de sua época, afetando inclusive a compreensão de que as pessoas não pertencem a si mesmas, mas sim à sociedade em que vivem pois mesmo nos postos ou profissões mais humildes pode prestar serviços valiosos aos outros de quem também será devedor pois,

[...] Não ha ninguém sosinho no mundo. Ainda mesmo quando lhe faltem, de modo absoluto, parentes consaguineos e afins, ha amizades, ha affectos e mesmo quando nada disso houvesse, ha o proximo, ha o nosso semelhante ao qual devemos solidariedade e ha quem, duma hora para outra, poderemos amparar e socorrer porque sempre existirá alguém mais infeliz e desamparado do que nós (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.129).

Outro aspecto que o egoísmo desconsiderava é que a felicidade coletiva e a felicidade individual não são auto excludentes, ao contrário disso, para ele a felicidade verdadeira é a soma dessas duas, como afirma aqui Nogueira de Faria (1927, p.16):

Entre a felicidade pessoal e a felicidade colectiva haverá o poderoso traço de união do mesmo anelo de vida honesta e sã, perpendicularmente equilibrada sobre a rocha viva de princípios que resistirão à fúria dos mais desatados vendavaes, porque forjam caracteres imaleaveis e fulgidos como o diamante.

No entanto, ele admite que a única forma do ser humano abandonar o egoísmo e assumir um compromisso com o seu próximo e também com a sociedade é se ele for educado para isso, pois, somente a educação seria capaz de forjar uma nova mentalidade, “para ser conduzido pelo ensino para a Compreensão; por bem, para o Bem; pelo amor, para o Amor. Parece, entretanto, que somente sabe caminhar ás bordoadas, como as feras teimosas e bravias” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.24).

Como o ser humano nem sempre realizava essa vocação, a educação, principalmente aquela que contemplasse os aspectos morais e cívicos, assumia grande importância para o futuro da nação. Mas se isso não funcionasse, Nogueira de Faria considerava a possibilidade das “bordoadas”, como por exemplo a Revolução de 1930, que significou uma alternativa enérgica, mas necessária e até como resultado “natural dos paizes mal governados” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.97).

No entendimento do autor a Revolução surgiu com o objetivo de “salvar um paiz imenso, esmorecido por muitos annos de soffrimentos e desillusões, corroido pelo mais profundo e extenso pessimismo, de imoralíssimos costumes politicos, elevada cifra anlphabetica e financeiramente exhausto...” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.36,37). Assim, em seu entendimento, o governo instalado após o período revolucionário visava

[...] servir o povo como collectividade nacional e não para satisfazer vinganças e ambições pessoaes; [por isso,] crescerá nessa atmosfera da mais pura essência moral e nos dará seculos em fora, cada vez maior, cada vez mais forte, cada vez mais bello (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, 19).

De tal modo, ele acreditava na capacidade que essa Revolução tinha, apesar de ter abalado moral e economicamente o Brasil, e além de tudo ter causado o enlutamento de muitos lares brasileiros, de “crear uma nova mentalidade esclarecida e segura, capaz de encaminhar o paiz a gloriosos destinos, que poderão ser mais tarde consolidados no seio de um prudente federalismo” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.39). Confiava também que quando o governo instituído pela Revolução de 1930 terminasse, dentre outras coisas, teria esclarecido e orientado aos trabalhadores, abençoado os exércitos do progresso e da paz das nações mobilizadas pelas

necessidades permanentes da vida, assim como teria “creado leis ajustadas exatamente às exigências geraes do paiz, olhado de norte a sul com idêntica solicitude tutelar e ensinado a inflexível aplicação das mesmas, que é o bastante para evitar os chamados “males da Republica”” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.39).

Em tom profético nosso intelectual ainda afirmou, sobre o futuro do país: “A geração que surge, crescerá nesse radioso ambiente palpitante de ideal e de trabalho sacudindo para bem longe todo o sentimento mesquinho” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.19). Assim, devido a sua confiança no efeito regenerador da Revolução de 1930, Nogueira de Faria (1932, p.30) defende, inclusive, o regime que ela instalou, como vemos no fragmento a seguir:

Não tenho constrangimento algum, em, sem esquecer a minha qualidade de professor de uma Faculdade de Direito, a responsabilidade de magistrado e o facto de ser autor de um compedio de Instrucção Moral e Civica, em me filiar á terceira corrente. Não penso assim porque a Revolução tivesse vencido. Não fui revolucionario, nem sou adesista á idéa da dictadura. Eu a defendo como derradeiro recurso de salvação nacional desde 1921, (...) desde então, se fez em meu espirito a convicção da reconstrução pela base, pelos alicerces da nacionalidade, remodelando tudo e acompanhando essa remodelação com o ensino cívico do paiz.

Assim, ele propõe que os brasileiros tenham paciência, pois para realizar o que precisava ser realizado, ou seja, “a salvação nacional”, o governo revolucionário necessitava de tempo, o que só seria garantido com a implantação de uma ditadura, que em sua concepção seria um “recuo necessário a acertar o passo do paiz na marcha para a prosperidade geral e definitiva” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.97). Mas, não bastaria somente a instalação de um regime ditatorial, era preciso o apoio do povo que devia colaborar devotada e inteligentemente, como bons patriotas devem ser, nessa obra. Os resultados seriam engrandecedores para o Brasil, como ele aponta a seguir:

Deixemos que a Revolução faça a sua obra, preencha á sua finalidade, saneando o paiz com a diffusão dos preceitos de hygiene; ensinando a polycultura econômica, pela instrucção agrícola obrigatoria, creando o sentimento juridico do paiz, como primeira garantia ao cumprimento da Lei, - e isso, num povo que emergiu da amalgama rácica de que emergimos; num povo idealista, bom, valoroso, mas inconstante e enfermo e em cujo seio o analfabetismo apresenta cifra acabrunhadora, não será obra para um dia nem milagre de uma carta constitucional (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.45).

Tal ditadura seria, inclusive, a propulsora da educação do povo e da desejada nova mentalidade, como ele considerava necessário. Vale destacar, no entanto, que como ele afirma, sua defesa da ditadura antecede a Revolução de 1930, tentando desvincular suas crenças pessoais de qualquer oportunismo político

Ha dez annos que em varios artigos de imprensa, em discursos, nas minhas palavras á juventude acadêmica, aponto a dictadura como imperiosamente necessaria á creação do espirito novo, em corpos novos, - isto é, aparelhar, por aquelle ensino, a juventude de hoje para a direção do Brasil de amanhã (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.30).

Outro elemento usado em defesa da ditadura seria o perfil do interventor nomeado para o Estado do Pará, que nosso intelectual considerava um verdadeiro amigo dos pobres, das crianças, dos órfãos e todos aqueles que precisassem do amparo do Governo. Quanto a isso, Nogueira de Faria (1932, p.37) afirmou: “Nas mãos de um déspota, a dictadura é o arbítrio e o atentado contra o bom nome e os interesses geraes da collectividade; nas mãos de um homem honesto e justo, poderá ser o arbítrio mas é tambem a salvação do paiz. Confiemos no cirurgião que a Revolução nos deu”, demonstrando a segurança de que Magalhães Barata<sup>209</sup> era fruto da providência divina para garantir um futuro glorioso ao Pará, como lemos à frente:

Não sou fanático, nunca o fui, mas creio firmemente em Deus. Não invoco, em vão, o Seu Nome. Pois bem: tenho para mim que de ambas as vezes que o Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata veio ter ao Govêrno do Pará, foi trazido pela mão de Deus (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.13).

Apesar de inicialmente esse posicionamento em favor de um governo autoritário nos causar estranhamento, Pécaut (1990), ao tratar dos intelectuais que como Nogueira de Faria viveram nas primeiras décadas do século 20, aponta que a maioria deles foi defensora da necessidade de um poder forte pois consideravam que “o Estado devia “civilizar” e “enquadrar”: o autoritarismo era uma resposta a uma demanda tácita do povo, desejoso de que lhe dessem uma imagem de sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p.56).

Ainda segundo Pécaut (1990, p.15) os intelectuais dos anos de 1920 aderem a essa visão hierárquica da ordem social pois, “apesar das discordâncias, convergem na reivindicação de um *status* de elite dirigente, em defesa da ideia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir “de cima” e “dar forma” à sociedade”, de maneira que o governo

---

<sup>209</sup> Acerca de Magalhães Barata, os textos de Nogueira de Faria, principalmente o livro publicado em 1945, descreve o interventor como um homem eivado de qualidades: “É probo; (...) tem a obsessão da probidade e ai daquele que por s. exc. fosse apanhado em flagrante na rateeira! É possível que ainda haja no Pará quem prevarique no exercício de suas funções; é quasi certo mesmo, tão torta estava a boca pelo uso do cachimbo – mas o que podemos afirmar é que esse funcionario nem de leve sequer é pressentido por s. exc.; se rói, rói em silencio, ás ocultas. O major Barata é operoso; é realmente um dynamo humano. Quem ousaria negar isto? Pois ahi não está o Estado todo cortado de norte a sul, de leste a oeste pela presença de s.exc.? (...) É um simples. Já vimos, duma feita em que o fomos procurar em casa, levantar-se diversas vezes da mesa do almoço para atender a chamados de telephone”(NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.60,61). Diante de tantas qualidades nosso autor chega a seguinte conclusão: “portador de qualidades que o Pará jamais tivera a fortuna de conhecer nos seus outros governantes, entre os quaes o de resistir ao pedido de amigos quando o entende injusto; a mais límpida franqueza; ausencia absoluta de ressentimento, probidade inatacavel, operosidade sem par, absoluta simplicidade” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.60).

autoritário teria “o papel de fortalecer o Estado nacional e a própria nação” (PÉCAUT, 1990, p.17).

A defesa de uma intervenção ou república ditatorial mostra a influência das ideias positivistas no pensamento de nosso intelectual, pois como espírita<sup>210</sup> e positivista ele acreditava na necessidade de construção de uma nova ordem social e acreditava na necessidade de apressar o “desenrolar” da história. Da mesma forma, a crença na “missão” divina assumida pelo interventor era outro aspecto disso pois para os adeptos do Positivismo<sup>211</sup>, o governante, que seria perpétuo, teria o direito de escolher seu sucessor, desde que aprovado pela opinião pública, deveria concentrar em suas mãos, inclusive, as funções atribuídas ao poder legislativo (TAMBARA, 2005).

A intervenção, no entendimento de Nogueira de Faria, finalmente reconheceria o valor e importância da região norte<sup>212</sup> para o resto do Brasil, valor não somente atual, mas também histórico, além do que seria um duro golpe à politicagem profissional, que representava única e exclusivamente os interesses de determinados grupos sem a preocupação com a situação do povo e do país.

Esse tipo de politicagem era considerado o “cancro”, o “anjo máo dos destinos do Brazil, aza negra da felicidade nacional, praga que transformou a Republica em barregã prostituida até o cerne dalma e o povo em “polichinelo da democracia” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.39). Esse, seria outro mal extirpado com o advento da ditadura.

---

<sup>210</sup> De acordo com Pécaut (1990, p.51) “Os espiritualistas mostravam-se dispostos a reconhecer nos positivistas o mérito de darem primazia ao conjunto orgânico da sociedade, acima dos interesses particulares”

<sup>211</sup> Positivismo: 1.Sistema filosófico formulado por Augusto Comte, tendo como núcleo sua teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte. as ciências se ordenaram hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade. A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas. 2. Em um sentido mais amplo, um tanto vago, o termo "positivismo" designa várias doutrinas filosóficas do séc.XIX, como as de Stuart Mill, Spencer, Mach e outros, que se caracterizam pela valorização de um método empirista e quantitativo, pela defesa da experiência sensível como fonte principal do conhecimento, pela hostilidade em relação ao idealismo, e pela consideração das ciências empírico-formais como paradigmas de cientificidade e modelos para as demais ciências. Contemporaneamente muitas doutrinas filosóficas e científicas são consideradas "positivistas" por possuírem algumas dessas características, tendo este termo adquirido uma conotação negativa nesta aplicação (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.217).

<sup>212</sup> Acerca das desigualdades entre as regiões do Brasil o autor aponta: “o norte, e sobretudo o desgraçado extremo norte, foi o celeiro de muita riqueza que hoje o sul ostenta, e que, teta exausta, é repellido nas suas aspirações como creança malcriada” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.38).

No final do século 19 outro intelectual paraense, José Veríssimo<sup>213</sup>, também natural da cidade de Óbidos, como Nogueira de Faria, do mesmo modo aponta o quão negativa era a “politicagem” em nossa região:

Profundamente e justamente descrente dos nossos homens, eu vejo-os os mesmos neste movimento. Eles aí estão com a mesma educação e índole, representando, afora o rótulo, os mesmos costumes públicos, possuindo as mesmas tendências e aceitando daqui e dacolá as mesmas alianças (VERÍSSIMO, 1889, p.112).

Como vemos, a politicagem paraense, para Veríssimo, trazia prejuízos em todos os setores. No que diz respeito à educação, por exemplo, ele considerou o fim dos concursos para docentes um grande problema pois fez com que os cargos do magistério fossem dados

[...] como reconhecimento de serviços e até apenas de boas intenções políticas. Alguns dos professores, assim pelo favoritismo introduzidos no ensino, foram imediatamente mandados à Europa estudar as matérias que deviam lecionar, quando dessas matérias algumas, como a Sociologia, não eram ali objeto de ensino especial (VERÍSSIMO, 1985, p.20).

Tal situação, demonstrava, no entendimento desse intelectual, o quanto a “invasão do partidarismo, [estava] viciando a própria fonte da instrução pública, procurando sempre fazer do professorado um corpo, e das diferentes funções da alta administração da instrução pública um fato eleitoral” (VERÍSSIMO, 1892, p.V) e fazendo com que a instrução pública “retrocedesse quinze anos. A mudança constante dos diretores da instrução pública [também] era uma das causas desse retrocesso” (FRANÇA, 2004, p.122).

Para exemplificar esse retrocesso educacional apontado Veríssimo traz à baila o caso das autorizações indiscriminadas de criação e funcionamento de instituições educativas:

[...] o Governo, cedendo a exigências desarrazoadas da indústria do ensino particular (...), entrou desde os anos de 90 a conceder a colégios particulares de instrução secundária, depois a faculdades de ensino superior as mesmas regalias dos institutos de ensino oficial. E salvo uma fiscalização absolutamente ilusória e ineficaz, até ridícula, e a exigência da prova, na maioria dos casos sofismada, de um miserável capital de 50 contos de réis, nenhuma superintendência real e efetiva reservou o Governo de tais casas de comércio de ensino. (...) E hoje já se contam por dezenas essas estabelecimentos chamados equiparados, que são o principal fator do estado lastimável, verdadeiramente miserando e alarmante a que chegou o nosso ensino, entregue de um lado à desordem, indisciplina e desleixo que reina no ensino oficial, de outro, ao bronco mercantilismo do ensino particular (VERÍSSIMO, 1985, p.19).

---

<sup>213</sup> José Veríssimo Dias de Matos (Óbidos, 08/04/1857 a 02/12/1916, Rio de Janeiro) foi um escritor, educador, jornalista e estudioso da literatura brasileira, membro e um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras. Colaborou em jornais, além de exercer o magistério. Em 1891 tornou-se diretor de instrução do Pará (cargo hoje equivalente a Secretário de Educação). Neste ano volta ao Rio, onde leciona na Escola Normal e no atual Colégio Pedro II, do qual também foi diretor (ARAÚJO, 2007).



A politicagem local, também foi um dos motivos para que esse intelectual, desiludido, deixasse o Estado do Pará e fosse morar definitivamente no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2007). Por isso, para Nogueira de Faria, ao constatar que a tal politicagem permanecia viva, se o país passasse da fase da Revolução à etapa da Constitucionalização, como defendiam algumas pessoas da época, isso apenas favoreceria aos que tivessem “o apoio do governo, porque temos ainda a consciencia politica guardada pelas famosas elites dirigentes, tão susceptíveis de fallencia quando no poder; o resto do paiz é analfabeto e vive alheio aos destinos da nação” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.45,46). Ele, no entanto, defendia que com o tempo necessário para implantar seu projeto de governo e de nação a ditadura instalada a partir da Revolução de 1930 promoveria, ao final,

[...] senão a Republica unitária, - a mais conveniente para o Brasil, ao menos, um federalismo moderado, com a unidade do ensino, desde o primario; com a unidade da magistratura e do processo; com a continuidade da obra administrativa, o estudo seguido e pertinaz dos problemas economicos e financeiros, systema tributario, organizado e tanta cousa, enfim! Deixemos que a reconstucção se faça pelo alicerce de que o Codigo dos Interventores foi a primeira pedra; a Constituição por enquanto, com o mesmo largo federalismo, será a reforma pela cimalha, pela platibanda, pelo frontespicio da nação!... (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.46).

Para o nascimento dessa nova mentalidade o intelectual obidense acreditava na necessidade de mais disciplina, entendida por ele como “a harmonia da nossa vontade com a vontade da lei representada pela autoridade incumbida de executal-a” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.235). Autoridade que tanto podia ser o governador quanto o líder na família, normalmente o pai, ou mesmo outra pessoa que tivesse a incumbência de garantir a ordem.

Na ausência da disciplina se instalaria o caos, como lemos a seguir: “Um lar sem disciplina é um inferno; uma escola sem disciplina é uma fábrica de máus cidadãos; um Exército sem disciplina seria uma cilada contra a Pátria!” (NOGUEIRA DE FARIA 1963, p.127). Por isso, ele acreditava que

Disciplinar o povo brasileiro é a magna tarefa do momento. Disciplina e liberdade são condições existenciaes da ordem juridica; liberdade sem disciplina, sem limites, é confusão, é chaos, é licença e ha quase meio seculo no Brasil, se confunde o direito de liberdade com licença e licença é o que havia na ordem administrativa, na ordem politica, no direito de liberdade e, muito particularmente, na liberdade de imprensa. Mas também disciplina sem ideal é corpo de ferro sem alma. O Brasil necessita de idealismo. Difundamos o ideal collectivo da salvação patria (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.33).

Nessa perspectiva a escola, sendo o espaço onde ocorria o primeiro contato do indivíduo com o mundo exterior, ou melhor, com a sociedade em geral, possibilitaria o “convívio com outros caracteres, cada qual com a sua feição própria: amável êste, grosseiro

aquêle; sinceros uns, disfarçados outros: amálgama de bons e de maús sentimentos” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.92,93), adquiria o papel de uma instituição de suma importância para o progresso da Pátria e, por isso, assumiria uma importante função: “de disciplinarização do pensamento, de unificação cultural e nacional e de legitimação do ideário político” (SANTOS, 2010, p.92). Isso fica mais evidente quando nosso intelectual faz uma lista com os deveres dos alunos, tanto em relação a si mesmos, quanto em face da instituição, dos demais colegas e dos mestres. Em relação à escola, que precisaria engendrar o patriotismo, o aluno deveria:

[...] amá-la sobretudo, e testemunhar-lhe êsse Amôr no zêlo pelo que lhe pertencer: (...); ao próprio edifício, enfim, sob cujo teto as mais doces satisfações nos tomaram a Alma e quanta vez em presença de nossos adorados Pais, em as nossas provas de exames nas distribuições dos prêmios conquistados e que foram para eles a maior recompensa! Em relação aos discípulos: - o conjunto dos deveres do estudante se resume nestas palavras: Fraternidade e Auxílio. O mais adiantado e inteligente auxiliará o mais atrasado e o mais rude. O mais forte defenderá o mais fraco. Mas fraternidade não indica apenas auxílio; é também amabilidade, estima, afeto, devotamento, abnegação. As amizades feitas nos bancos escolares quase sempre perduram por tôda a vida e felizes aquêles que sabem conservá-las! Os deveres com os nossos professôres são os de sincero e profundo respeito, mas do que respeito: veneração; e estima, a mais profunda e sincera; mais do que estima, afeto, carinho, amôr; e mais do que tudo, - respeito e gratidão, sentimentos que devem perdurar através da vida, qualquer que seja a posição social que chegemos a atingir (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.91, 92).

Se a Escola seria o instrumento de disciplinarização, moralização e propagação do civismo, os professores seriam os “agentes” disso tudo, responsáveis, inclusive, pelos calouros e por sua perfeita adaptação às novidades da escolarização: “Estaremos à mercê daquele ambiente, se não velar por nós, orientando-nos, o professor” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.93).

Nogueira de Faria acreditava que os mestres possuíam um papel de extrema importância naquele contexto em que o Estado do Pará e também o Brasil viviam, pois seriam exemplo, tanto nas habilidades úteis à vida cotidiana, como sua “Assiduidade, pontualidade, asseio, cordialidade, estima, afeto, alegria, eis os elementos da bôa Moral escolar, - e tudo isso depende do professor e só do professor!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.91). Através de seus exemplos os professores educariam pelo afeto, como ele afirma a seguir: “O afeto é comunicativo, e quando, por sua vez, as crianças amam o Professôr, tudo se torna fácil: os alunos e professôres trabalham com prazer e com proveito” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.94).

Assim caberia ao docente ensinar “como nós podemos servir a nossa amada terra em tempo de paz: - pelo trabalho honesto, pela colaboração continua nas industrias, nas artes, nas ciencias, em toda a actividade, enfim, da qual resulte uma utilidade bemfaseja, por insignificante que seja” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.364), mas também se incumbiria de orientar-nos

[...] como devemos servir-a na guerra: - dando-lhe a nossa vida, se preciso, pagando o nosso tributo de sangue, mas, quando vencedores, respeitando o vencido, abominando violências, esbulhos, saques, deshumanidades phisicas e moraes, incultindo-lhe no espirito que o toque de clarim anunciador da victoria transforma logo o adversário, o inimigo, em proximo, em irmão, põe diante de nós o homem para o qual devemos todas as atenções e cuidados que a sua situação inspira (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.364).

Para esse intelectual o professor assumiria, além do compromisso de ensinar o conteúdo escolar e o civismo, ensinar a melhor forma dos alunos viverem, por isso, deveria abordar todos os temas, orientando inclusive sobre os vícios que perturbavam a paz da sociedade, como por exemplo o jogo: “É preciso que a palavra do educador se levante com energia sagrada para infundir também na alma da **juventude** toda a aversão possível a esse anjo mau da paz, da felicidade das famílias e dos futuros brilhantes e seguros” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.84). Também caberia ao mestre demonstrar como ser forte diante das adversidades, ensino que os docentes compartilhariam com os pais dos alunos, como demonstra a evocação a seguir:

Paes e professores! procuraes lançar no espirito de vossos filhos e discípulos, sincera aversão pela pusilanimidade, pelo pieguismo doentio e, ao lado da Fé, o entusiasmo sagrado pela lucta da vida honesta, farta sementeira de utilidades para o individuo e para a collectividade! (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.74).

Conscientizar os alunos acerca da importância da Justiça e de garantir que ela se efetivasse em toda e qualquer condição era outra atribuição do mestre. De acordo com Nogueira de Faria (1927, p.363): “Não se fatigue o professor de pintar com as mais vivas cores o que ha de horrível num julgamento feito á mercê de sympathias ou antipathias, de solicitações ou venalidades, - factos que dia a dia desacreditam cada vez mais essa augusta instituição democrática”.

E assim, por meio de seu exemplo, de seus posicionamentos e de sua Moral, o professor apresentaria os “princípios e doutrinas fortes e sadias, fertilizando o subsolo da alma, para crear as existências limpas de erros, votadas ao melhoramento social pelo constante respeito à Lei, ao direito alheio, à prática do Bem” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.91). Agindo assim, o mestre promoveria a libertação da “nossa juventude do mal imenso da

Inconstância e da Indecisão. (...) E como fruto de tal ensino assistiremos ao triunfo definitivo dos mais belos destinos individuais e com eles as mais belas vitórias da nossa querida Pátria” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.59). De tal modo, o professor assumiria uma tarefa ao mesmo tempo educativa e tutelar, pois

Com seu exemplo de assiduidade e pontualidade, seremos assíduos e pontuais. Com seus gestos de atenção e carinho, seremos afetivos com os nossos colegas, criando um pequeno mundo de cordialidade e trabalho, esboço do que há de ser, um dia, a Sociedade, quando a Educação, tão generalizada quanto possível, tiver moldado todos os caracteres com as suas mãos firmes e inflexíveis, mas serenas e amorosas (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.93).

Nogueira de Faria (1963, p.93) conclui seu pensamento sobre a importância e função dos professores da seguinte maneira:

[...] a conduta do Professor, cujas qualidades são: o Amôr às crianças, Serenidade e, portanto, Paciência e Método. As palestras amáveis, as festas cívicas, os contos oportunamente narrados, a propósito dos nossos diversos deveres, tudo isso, cria um excelente ambiente moral propício ao desabrochar e crescimento das almas (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.93)

O texto acima também mostra o alinhamento de Nogueira de Faria ao ideário da Revolução de 1930 que, de acordo com Santos (2010, p.108), determinava que os mestres agissem em consonância “com os pressupostos da campanha de nacionalização e suas intenções de abasileiramento”. A ideia era de que por meio de uma ação governamental as escolas,

[...] se tornassem instrumentos ideológicos a serviço do enaltecimento de valores e atitudes tidos como alicerces de um patriotismo parametrizado por fatores genuinamente brasileiros, que deviam contrapor-se aos aspectos sociais e culturais estrangeiros (SANTOS, 2010, p.108).

Esse ideário tinha marcas do pensamento positivista que se apresentava como a doutrina que finalmente consolidaria a ordem pública, desenvolvendo nos indivíduos um espírito resignado ao seu *status quo*. A ordem era um dos principais valores, pois sem ela seria impossível progredir. Nesse sentido, o positivismo tornou-se a ideologia da ordem e da resignação. Nada de doutrinas críticas, destrutivas, subversivas, revolucionárias como as do socialismo.

A simpatia pelo Positivismo, segundo Pécaut (1990) era outra característica dessa geração de intelectuais que por meio desse pensamento “criaram os meios de atribuir ao Estado uma margem ilimitada de ação para promover politicamente a cooperação orgânica entre os diversos segmentos sociais” (PÉCAUT, 1990, p.51)

Quanto a essas ideias, contrárias ao civilismo, Nogueira de Faria (1932, p.38) as considerava “doutrinas extremistas que se espalham pelos quadrantes do mundo”. O trecho a seguir demonstra a preocupação quanto a aceitação destas no Brasil:

Não nos illudamos: aquellas doutrinas, que exercem tão grande fascinação sobre as massas populares, chegarão até nós: já estão connosco. A lucta decisiva dar-se-á no campo das idéas: palavra contra palavra, pamphleto contra pamphleto, livro contra livro para que a nação possa conscientemente escolher o rumo que melhor convenha aos seus proprios destinos (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.38,39)

Nogueira de Faria (1932, p.38) também alertou que nenhum patriota poderia fugir a esse embate a partir da compreensão de estar-se envolvendo numa tarefa dupla que consistia

[...] em instruir e educar o povo nos seus direitos e deveres politicos; ha que fazer obras mais vasta e mais séria; crear, por aquella infiltração jurídica-constitucional, pela cerrada expansão de principios moraes, pela indicação do que não nos aproveita no exagerado collectivismo contemporâneo, a resistencia consciente do paiz ás doutrinas extremistas que se espalham pelos quadrantes do mundo. Só assim, o povo saberá aceitar, amar, defender o que lhe convém e repelir tudo quanto prejudique a nacionalidade varrendo com vigor das cogitações do nosso futuro pesadelo separatista com que, de quando em quando nos ameaça o sul, como se com essa desgraça tivéssemos de ficar de peor partido.

Para que o Brasil de fato alcançasse o desenvolvimento que precisava, todos os cidadãos, independente do trabalho executado ou da função social desempenhada ou mesmo da disposição de contribuir com o futuro da Pátria, precisavam se ver como um educador da juventude, de forma que surgisse

[...] em cada um de nós um educador. O jornalista, no seu jornal pela palavra escripta; o homem de governo nos seus actos, pelo exemplo; os oradores, em seus discursos pela palavra falada, tão impressionante; os paes, em suas palestras, nos serões do lar, que se pregue, que se pugne, que se faça o ensino do sentimento jurídico pelo culto da justiça pura, sem eiva de mesquinho interesse! (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.398)

Assim, em relação à juventude e à infância brasileira, cabia a todos os bons patriotas agir como os educadores profissionais o fazem, pois todos os que desejavam o progresso da Pátria tem essa como sua missão principal. E para isso a escola contribuiria garantindo a instrução e a educação da população brasileira e paraense ao transmitir os princípios valorosos da Educação Moral e Cívica na vida dos indivíduos. Nesse modo de expressar-se Nogueira de Faria para concordar com o entendimento de Verissimo (1985, p.43) quanto ao papel a ser desempenhado por cada individuo na construção de um futuro promissor para a nação brasileira: “É, pois, a nós mesmos, é ao povo, é à Nação, que cumpre corrigir e reformar, se quisermos realize a república as bem fundadas e auspiciosas esperanças, que alvoreceram nos corações brasileiros”.

A importância atribuída à educação por Nogueira de Faria revela na verdade um ideal que estava presente na mente dos homens de seu tempo, como se pode constatar nessa mensagem que o governador Dionísio Bentes envia ao Legislativo: “País novo, precisando tudo

organizar sob condições de meios especialíssimos, o Brasil, imenso para ser instruído d'um golpe só, tem a questão do ensino (...) como obrigação indeclinável de seus governos” (PARÁ, 1927, p.7).

Antes disso, o paraense José Veríssimo (1985), em seu livro “A Educação Nacional”, ressalta a importância da educação como “o meio mais apto, mais profícuo, mas direto e mais prático de obter emenda e correção” (VERISSIMO, 1985, p.13) e preparar o homem para a vida completa, como membro da família, da Pátria e da humanidade e, portanto, como sujeito importante na construção do futuro da nação brasileira. Esse futuro, no entendimento dele, dependia inclusive do tipo de educação dada à população, pois para ele a “educação não deve ser uma simples aquisição de saber; porém uma cultura de forças vivas, que tenha por fim obter a vantagem para as ideias-forças mais elevadas” (VERISSIMO, 1985, p.38).

Coelho (2008) afirma que nas décadas iniciais do século 20 valorizava-se a educação como símbolo da modernidade, do progresso e da civilização e como uma das colunas essenciais para o controle social. Veríssimo (1985, p.38) corrobora com esse juízo quando afirma:

A educação não é uma panaceia, um remédio infalível para todos os males e eficaz em todos os casos e indivíduos, mas é um poderosíssimo modificador e diretor (...) de almas, e pode-se afoitamente asseverar que, se ela não foi mal dada, seus efeitos não são jamais completamente nulos. E como os seus efeitos se acumulam, passando de umas gerações a outras, e irradiam no meio em que se realizam, a obra coletiva da educação (...) é eminentemente, primeiro, um dever nacional, depois, um dever de humanidade (VERISSIMO, 1985, p.38).

Declarações como esta, segundo Delgado, Lopes & Oliveira (2014) demonstram que a elite republicana e também os intelectuais acreditavam no potencial da educação de transformar os indivíduos e também a sociedade, isso fica bem evidente na seguinte fala de Verissimo (1985, p.51):

Nós também temos de refazer-nos, não somente temperamento, ideias e costumes novos, senão também um espírito novo, o espírito nacional tão enfraquecido em nós. Assim urgente quanto imperiosamente o estão igualmente exigindo os nossos novos destinos (...) Aqui, como ali, como por toda a parte, é a educação que compete essa tarefa.

## **6.2 “Quanto mais moralizado um povo, mais feliz e mais forte”<sup>214</sup>: Educação e Instrução Moral e Cívica como salvação do Brasil.**

Segundo Coelho (2008) a instituição oficial da disciplina “Educação Moral e Cívica” nos currículos das escolas paraenses ocorreu em 1903, passando por algumas alterações, pouco significativas em reformas curriculares ocorridas em 1918, 1929 e 1931 época em que Nogueira de Faria já era docente de algumas escolas secundárias.

---

<sup>214</sup> NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.26

Talvez por isso, ele tenha elaborado o livro “Instrução e Educação Moral e Cívica: pelo despertar da juventude” (1927) para ser usado como um “roteiro” em que os educadores poderiam lançar mão ao lecionarem a disciplina e também mostra toda a importância que nosso intelectual a ela atribuía.

A obra principia conceituando termos que serão retomados ao longo do texto e que, no entendimento do autor, devem ser compreendidos para que se possa avançar na leitura. São eles: educação, instrução, moral e a interseção entre eles. Tais conceitos também aparecem em outras obras do autor, às vezes reformulados e/ou exemplificados o que nos ajuda na melhor compreensão do pensamento de Raymundo Nogueira de Faria.

Para esse intelectual “Instrução é o desenvolvimento ou o cultivo da nossa inteligência pela aprendizagem das letras e das artes” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.23), pela sua conotação prática ela pode ser considerada como um “farol que ilumina o caminho” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.13) porque “liberta-nos de pungentes vexames. Dilatando o nosso horizonte intelectual, livra-nos de preconceitos que o orgulho afaga e os bons sentimentos repelem” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.33).

Já a educação pode ser entendida como o desenvolvimento gradual, harmônico e muitas vezes “penoso” das nossas faculdades, quaisquer que estas sejam (NOGUEIRA DE FARIA, 1927). Nessa concepção a Educação é um termo amplo que possui o que ele denomina de sentido técnico e vulgar, como o próprio Nogueira de Faria (1927, p.54) explica:

O sentido técnico póde ser lato e restricto; lato, indica o desenvolvimento de nossas faculdades físicas e psíquicas; abrange a actividade total do individuo. Em sentido restricto, significa a disciplina individual sob o ponto de vista psíquico, pois tem por objeto particular os fenômenos psicologicos. Às vezes é usada como synonymo de moral, com a qual, entretanto, não se confunde.

Assim, embora instrução e educação sejam coisas diferentes, devem caminhar sempre juntas, como duas asas de uma ave que não conseguiria voar com apenas uma, pois enquanto a instrução tem um caráter mais prático e sem a educação pode até ser nociva (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.33), a educação funciona como uma bússola, é “energia realizadora e está para a Vontade como para as lâminas a têmpera de que são feitas. Não basta querer nem saber **o que quer**; é preciso saber pensar para saber agir na conquista do **que quer** e a Educação é a ciência da ação” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.12-13).

Veríssimo (1985, p.53), ao tratar desse par conceitual, chega a ser mais incisivo ao afirmar que “toda a instrução cujo fim não for a educação e, primando tudo, a educação

nacional, perde, por esse simples fato, toda a eficácia para o progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo”.

Nogueira de Faria considera que o principal objetivo da educação é o de fornecer aos indivíduos elementos que potencializem sua convivência social, pois, ele acredita que

Um homem de boas maneiras, tipo de gentileza nas atitudes, nas palavras e ações, quer na rua, quer nos salões, em toda parte, enfim, onde estiver, em contacto com o público, conquistará as simpatias dêste e por êste será recebido com agrado, impondo-se à afabilidade de todos. Êsse homem respeita a Sociedade, acata a moral pública, que é a que regula nos nossos atos quando em convívio com o meio em que vivemos, com o mundo social exterior que nos cerca, por oposição à moral privada, reguladora da nossa conduta perante nós mesmos, no mundo íntimo da Família (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.113).

Assim, no entendimento de Nogueira de Faria (1927, p.56)

[...] o fim precípua da educação é tornar o homem senhor de si, forte, mas bom; destro, mas prudente; perpiscas, mas exacto; decidido, mas sereno; dócil, mas perseverante; energico, mas impassível; disciplinado, mas digno, obedecendo sem baixeiras; altivo sem orgulho, despido de presunção; tolerante, sem fraquezas, repelindo transigências aviltantes. Resistirá mais facilmente do que outros a fadiga; alegrias e dores o deixam impertubavel pois saberá suportar-as. São esses os fructos maravilhosos da educação

Os resultados da educação, ou seja, aquilo que ela é capaz de produzir nos indivíduos são evidentes para Nogueira de Faria, posto que ele considera “innegavel que quanto mais o homem se instrue, se educa, se disciplina, mas avança na aquisição de sua liberdade de acção, do seu livre arbítrio, augmentando tambem a somma de sua responsabilidade. Domina quase sempre a força selvagem dos instinctos e das paixões” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.95).

Assim, de acordo com Nogueira de Faria (1927, p.16) o indivíduo educado faz-se “o agente de policia de si mesmo” pois a educação “faz o policiamento dos nossos defeitos e, de assedio em assedio, reduz o inimigo á impotência. Extingue-o” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.76). Portanto, “aprender a governar-se e proceder como ser consciente e racional (...) é tão necessário como saber ler, escrever e contar; é preparar-se para entrar na vida capaz não só da luta material mas, principalmente, da luta moral” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.13). Ele também defende a amplitude da educação pois acredita que todos podem ser transformados ao entrarem em contato com ela já que “Não há ninguem incorrigível. Isso é falso; é mera desculpa dos falhos de vontade, que invocam em seu favor as taras orgânicas. Sómente não se corrige



quem não quer; para conseguil-o basta a sincera vigilancia de uma auto educação" (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.76)<sup>215</sup>. Deste modo,

A intelligencia educada é aquella que recebe o conhecimento e o digere, com methodo, pelo raciocinio, e o retem o maior espaço de tempo pela memoria convenientemente exercitada, creando a cultura e a illustração. A vontade educada é aquella que domina o mundo emotivo, os fluxos e refluxos do systema nervoso (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.55).

Por toda essa importância dada à instrução e educação nosso intelectual acredita que o Estado deve usá-las como ferramentas para esclarecer e fortificar “o indivíduo na luta pela vida, dando-lhe, com essas idéias elementares de intelectualidade e moralidade, as da sua responsabilidade no meio em que vive” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.15). Ao dizer isso ele parece concordar com o pensamento de Veríssimo (1985, p.38) que dizia

Não basta instruir; cumpre que a instrução se torne por si mesma uma educação, um processo de seleção refletida e metódica entre as ideias que tendem a realizar-se em atos (...) A educação não deve ser uma simples aquisição de saber; porém uma cultura de forças vivas, que tenha por fim obter a vantagem para as ideias-forças mais elevadas.

Quanto à participação do Estado na educação do povo, como educador militante e com longa experiência no magistério, tanto primário e ginasial, quanto no ensino superior, Nogueira de Faria (1945, p.91) acreditava que a escola tinha uma “influência decisiva na formação do Carácter, constituindo precioso complemento da sagrada obra do lar”, por isso, em seu juízo o poder público tinha o direito, obrigação e o dever

[...] de instruir e educar o povo. Direito, porque é responsável pela direção da coletividade quer em seus destinos internos, quer como membro da comunhão universal. Obrigação porque, instruindo e educando, concorre para a felicidade do indivíduo e a felicidade desse concorre para a da Nação. Instruído e educado o indivíduo, a sua atividade maior soma de utilidades oferece. O mal indivíduo é um perigo ambulante, entregue às paixões, à ignorância - forças cegas e brutais (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.14).

Se a conduta do indivíduo afeta em maior ou menor proporção a sociedade, tal conduta deve ser do interesse do Estado que, dentre seus objetivos, tem o de “proporcionar o bem estar do povo, que é um dos seus elementos constitutivos, cabe-lhe o direito e a obrigação, de intervir na formação intelectual e moral do individuo, unidade social cuja conducta boa ou má affecta a harmonia do conjunto” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.34).

---

<sup>215</sup> Em “Meus Amiguinhos” a palavra orgânica, como adjetivo de “taras”, é substituída por “temperamento”: “Não há ninguém incorrigível; isto é falso; é mera desculpa dos falhos de vontade, que invocam em seu favor as táras de temperamento” (1963, p.25).

A instrução e educação garantidas pelo Estado devem estar, na concepção de Nogueira de Faria, baseadas nos princípios da gratuidade, obrigatoriedade e laicidade tolerante. Quanto à obrigatoriedade, ele se distancia do pensamento positivista, pois seus representantes a rejeitavam veementemente como se pode ver neste manifesto: “desde os tempos do império que declaramos estar dispostos a não admitir a ingerência do estado, sob qualquer forma, na educação e na instrução que julgamos dever dar aos nossos filhos e aos que estiverem sob nossa solicitude doméstica” (IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA NO BRASIL, 1914, p.2)<sup>216</sup>.

Defendendo a gratuidade do ensino ele também pretendia desconstruir uma ideia muito em voga naquela época de que os pais, principalmente das camadas mais pobres, não tinham real interesse na escolarização dos filhos ou não reconheciam o valor dela. Nesse sentido, embora muitas crianças se encontrassem fora da escola, isso não era, necessariamente, resultado da negligência parental, pois Nogueira de Faria (1927, p.35-36) reconhecia a existência de

[...] paes e responsaveis que têm muito bôa vontade de instruir os filhos mas não podem fazel-o porque só a despeza de livros e vestuario exige somma avultada. Os livros de ensino são caríssimos, condemnando o estudante pobre a mil esforços exaustivos e quasi sempre a um papel secundario na classe a que pertence. Em socorro destes surge o Estado com a instrucção publica e gratuita. E assim combate e ociosidade, o crime e todo o sinistro cortejo de males que nascem da ignorância e do abandono do individuo a si mesmo, ás forças do instinto, mas livres na **infancia** e, então, creadoras de habitos que constituem depois uma segunda natureza.

Além gratuito, ele também acreditava o ensino deveria ser obrigatório e para isso cita Ruy Barbosa, conhecido por seu envolvimento nas causas educacionais brasileiras e na promoção dos direitos e garantias individuais.

Também não basta a instrução gratuita: é necessário que seja obrigatória. Para que a gratuidade do ensino elementar corresponda ao seus fins e respeito, diz Ruy Barbosa, cumpre associá-la inseparavelmente ao princípio da instrução obrigatória. Frequente a criança escola pública ou particular, mas a frequente obrigatoriamente, sob pena de qualquer sanção coercitiva para responsáveis ou pais (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.15).

Embora não fosse opositor do ensino religioso, que em seu entendimento tem uma utilidade moral ao indivíduo, já que segundo Nogueira de Faria (1927, p.54) haviam “principios geraes communs a todas as religiões que podem e devem ser ensinados nos estabelecimentos de ensino publico”, ele não considerava lícito “pagar com o produto dos impostos cobrados a protestantes e hebraicos, a casa mobiliada para o sacerdote catholico ensinar a sua doutrina” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.51), portanto, compreende que seria dever das famílias a formação religiosa, pois,

---

<sup>216</sup> Os pensadores iluministas pregavam uma educação cívica gratuitamente oferecida pelo Estado.

Do lar é que virá a reacção contra o naufragio do que a família brasileira tem de mais caro, reacção que influirá salutarmente nos destinos da nossa nacionalidade, porque a escola, através de palestras cívicas e moraes, completará a obra religiosa dos lares, que somente aos lares cabe (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.51).

Devido a essa proposta de parceria e complementariedade entre família<sup>217</sup> e escola Nogueira de Faria defendia que o ensino religioso fosse mantido nos currículos escolares somente como um exercício à tolerância entre os indivíduos, mas para isso tal ensino devia se ater em princípios e aspectos gerais das religiões. Sugerindo que não se deflagrasse

[...] guerra contra o ensino religioso porque a sua utilidade como fator moral é inquestionável. Seríamos, pois, por um largo e generoso theísmo, bafejado pela tolerancia mais larga, sob o qual todos os credos se podessem abrigar e tão somente destinado a manter na alma da juventude o espirito religioso que certamente lhe déra a palavra materna na sagrada intimidade do lar (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.54).

O civismo, outro importante elemento que aparece na obra de Nogueira de Faria, é conceituado pelo magistrado como “a manifestação ostensiva do mais profundo acatamento a tudo quanto concerne á Patria, à Lei e à Autoridade. Tem como objetivo principal estimular e enriquecer o patriotismo” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.24). Nesse sentido, seu pensamento coincide com o de Veríssimo (1985, p.39) quanto ao amor à Pátria:

O amor que possamos ter a nossa Pátria só será legítimo e profícuo se nos for um estímulo para, melhorando-nos a nós mesmos, a melhorarmos também, e se não pretendermos isolá-la do resto da humanidade. É por esta que afinal devemos trabalhar, ainda na obra da educação nacional, e esta, pena de ser imoral e degradante, há de desprender-se inteiramente de todo o sentimento de egoísmo coletivo...

Nogueira de Faria ainda considerava que o Civismo estava sendo mal compreendido e praticado e, por isso, afirmava:

Não basta, porém, a escola publica “como fóco poderoso de onde irradiará a luz profusa capaz de redimir da ignorancia as medias e baixas camadas populares; não bastam as Universidades, “como eixo imprescindível de coordenação da nossa mentalidade”; ha que lançar mão da imprensa edificadora; da tribuna popular, do comício publico para letrados e iletrados; ha que instituir as missões de apostolado civico interior a dentro, conscientificando o âmago do paiz, fazendo a instrucção juridico-constitucional e moral do povo (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.37).

O fragmento acima mostra que no entendimento do intelectual o direito, ou melhor, a aplicação satisfatória e honesta das leis era uma forma didática de ensinar e exercer o civismo,

---

<sup>217</sup> Isso adquire maior importância quando compreendemos que Nogueira de Faria entende a Pátria como a “associação de famílias unidas pelo mesmo laço de sangue, interesses e tradições” (1927, p.246; 1963, p.100).

mas não era “só cumprindo a Lei e respeitando as autoridades que demonstramos Civismo” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.97), pois, de acordo com esse educador,

Servimos à Pátria diariamente com a nossa conduta sempre limpa, trabalhadora, eficiente, útil. Assim agindo, não só acatamos a harmonia social mas para ela concorremos, evitando a mais leve perturbação de ordem pública – sentinelas do Dever e da Justiça. E homenageamô-la, cultuando-lhe o nome querido, os seus Augustos Símbolos, a memória de seus heróis; as datas dos feitos memoráveis, grandes surtos de Amôr que fazem os Heróis. Por isso, é que o autor do “Breviário Cívico” assim distingue essas duas nobres potências construtoras das nacionalidades fortes: - Patriotismo é Amôr; Cívismo é Respeito. O primeiro é a religião do qual o segundo é o rito. Um prende o homem à Pátria pelo coração, o outro pelo dever. (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.97, 98).

Por isso ele defendia que somente por meio de “uma permanente cruzada de propaganda poderá [se] criar em nosso povo o sentimento civico imprescindível á sua indiferença pela fórmula de governo adoptada, para despertar-lhe o dever de amal-a, respeitá-la e defendê-la” (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.37), sendo tal campanha imprescindível para o progresso da nação brasileira pois com indivíduos descomprometidos com seu país, número que ele via crescer a cada dia, o Brasil não assumiria um destino satisfatório em sua história. Assim, ele clamava aos brasileiros, especialmente aos jovens:

Reconheçamos os sagrados direitos da Patria em querer ser grande, forte e gloriosa, entre as grandes pátrias, gloriosas e fortes e lhe rendamos, se tanto fôr preciso, a homenagem da nossa vida, mas sobretudo, lhe demos, continuamente, ininterruptamente, a prova do nosso entranhado amor na inteireza do nosso caracter! (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.398)

A importância do ensino do civismo e o desejo de potencializar o progresso da nação brasileira, que a grosso modo pode ser chamado de nacionalismo, tem relações bem estreitas, pois, de acordo com Santos (2010, p.85), na chamada “Era Vargas, a educação assumiu um papel fundamental”, isso porque,

Na primeira metade do século XX, notadamente após a Primeira Guerra Mundial, movimentos da sociedade brasileira evidenciavam um país em construção, que caminhava no sentido de uma inexorável modernização. Em nome do desenvolvimento e da transformação, forjaram-se ideologias focadas na constituição de uma nação única e original: para o governo como para o povo, os referenciais culturais e sociais deviam convergir numa homogeneidade de pensamento e ação, numa elaboração da realidade amalgamada por uma essência: a brasilidade (SANTOS, 2010, p.85).

Dias (1998, p.2) nos fornece exemplos de como o civismo era vivenciado na jornada pedagógica diária da CRC, pois segundo ela, já ao “amanhecer, soava a sineta e os educandos perfilavam-se para o hasteamento do Pavilhão Nacional e, às dezoito horas, novamente, eram convocados para o descimento da bandeira, ao som do Hino Nacional, cantado por todos”.

O pensamento de Nogueira de Faria, anteriormente expresso, reflete aspectos do projeto socio-político do governo implantado a partir da Revolução de 1930, já que ao defender a escola e o ensino do civismo ele exemplifica “o modo como a educação escolar foi utilizada pelo projeto de nacionalização, no governo de Getúlio Vargas (...) [contribuindo] na construção da ideia de uma nacionalidade brasileira” (SANTOS, 2010, p.86).

Quanto à Moral, Nogueira de Faria (1927, p.24) a entendia como “o conjunto dos princípios que nos inspiram e ensina a prática do Bem”. Além de nos inspirar, a Moral “nos sustenta, iluminando a nossa consciência” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.68), por isso, ela é como uma dupla couraça as quais nos protegem intimamente dos nossos poderosos desequilíbrios emotivos e dos efeitos que podem nos causar as paixões alheias (NOGUEIRA DE FARIA, 1927).

A moral possui um aspecto teórico e outro prático. O primeiro aspecto é da doutrina, dos princípios e das máximas, enquanto o segundo aspecto se refere aos “actos de coexistência humana pelo continuo exercício do Bem, pela incessante repulsa ao Mal” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.63). Para o nosso intelectual, ensino da moral visava o aperfeiçoamento do ser humano à medida em que

É ella que nos dá, pela comprehensao de nossos deveres, o conforto necessario nas luctas da vida. É ella que nos indica, através dos seus principios, das suas máximas, o caminho que devemos seguir para alcançar o supremo ideal da perfeição sempre inatingido mas sempre desejado, pelo uso e gozo honesto e justo de nossas faculdades (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.67).

Nesse sentido, a Instrução e Educação Moral e Cívica (IEMC) como disciplina possui o grande potencial de impulsionar a nossa nacionalidade levando o Brasil a alcançar o destino que lhe cabe na história transformando “pelos seus ensinamentos e pelo exemplo que aponta, um máo cidadão num cidadão exemplar, uma péssima creatura numa creatura de bem” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.26), sendo, portanto, sua presença um fator positivo para o progresso do país, como afirma Nogueira de Faria (1927, p.292) no trecho abaixo:

Saibamos crear pelo ensino da Instrucção e Educação Moral e Civica, distribuída em programma sabiamente dosados, os impulsionadores da nossa nacionalidade, os guias do povo brasileiro para os gloriosos destinos de que elle é tão digno pelos seus lindos e puros dotes de coração, - impulsionadores e guias que vejam em cada um patricio um irmão pelo grande laço da nacionalidade e jamais um instrumento passivo das suas ambições e vaidades, ou servil degraão para a sua ascensão ao poder.

Por meio desse programa de ensino, ou seja, do seu currículo, a IEMC nos dá

[...] idéas geraes sobre a organização política da Patria; mostra-nos os seus formosos symbolos e as suas grandes datas; fala-nos dos feitos capitães da nossa historia, inspirando-nos o culto dos heróes e dos que bem a serviram na

paz e na guerra, na sciencia e nas artes. Não esquece aquelles que, filhos de outras terras, merecem o respeito universal pela formosura heroica ou bemfazeja dos seus actos (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.25,126).

Por isso, ela nos instrumentaliza com o “conhecimento dos nossos deveres, em seus variados aspectos, ensinando-nos, afim de cumpril-os, principios e normas de conducta relativos a cada um” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.25). Ou seja, a IEMC

[...] visa, com os conhecimentos que oferece, acordar, desenvolver, nutrir e fixar os mais puros sentimentos, imprimindo firme equilíbrio á existencia humana, que na esfera mais agitada e mais ampla da actividade publica, quer no domínio mais limitado e menos tempestuoso da actividade particular, o estudo da Instrucção e Educaçãõ Moral e Civica é necessario, é útil, indispensavel mesmo, pelas grandes vantagens dele decorrentes. É preciosa fonte de energias salutaes, robustecendo as boas inclinações e reagindo contra as más, iluminando o nosso espirito, dando-lhe decisão e segurança através das maiores dificuldades, das mais renhidas e dolorosas luctas da vida, porque tambem nos dá a comprehensao perfeita do dever e forças para bem cumpril-o. Descobre-nos a sublime finalidade do ser humano, dentro do soberbo quadrante da existencia terrena: Familia, Patria, Humanidade e Deus” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.25)

Fazendo isso, essa disciplina se apresentava como salvadora de um país, que na avaliação do intelectual que estudamos vivenciava o que ele chamou de falência do regime representativo e graves alterações sociais que atingiam os seculares alicerces da sociedade brasileira e da organização jurídica das famílias. De acordo com Nogueira de Faria (1927, p.57) a IEMC salvaria a Pátria promovendo “o desenvolvimento moral, que é o fim supremo do indivíduo e a propria condição de existencia para a sociedade”. O indivíduo a fim de aperfeiçoar-se e se tornar útil à sociedade onde vivia podia lançar mão desse recurso.

Para os jovens, sobretudo, o ensino da IEMC se justificaria por ele funcionar como uma “força intemerata que se oppõe ás más inclinações, exercitando as nossas energias contra os ímpetos violentos da natureza animal” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.68). Para esse educador paraense são as leis morais que

[...] regem a nossa conducta, inspirando-nos a pratica do Bem e a respectiva sancção nasce do aplauso da propria consciencia. Na alegria que sentimos, após a pratica de uma boa acção, ou na tristeza e no remorso de uma acção má, está o nosso premio ou o nosso castigo. O arrependimento, a reparação voluntaria do mal praticado e, inquestionavelmente, a mais bela sancção da lei moral (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.232).

Nesse contexto da importância da regulação das leis morais no relacionamento entre as pessoas, Nogueira de Faria aponta a necessidade de se construir uma espécie de “Moral Humanitária” que inspire a solidariedade humana, mesmo nas condições mais adversas, como por exemplo, as guerras, pois é a esse tipo de Moral que

[...] nós devemos a fraternidade, o altruísmo, a caridade, as obras de assistência social. - desde as creches até os asylos para a velhice desamparada, quer ellas se ergam construídas pelo devotamento da iniciativa particular, quer pelas bemfazejas administrações publicas; ella sustenta os orpãos, ella funda os patronatos, onde os menores pobres encontram tecto, ensino e trabalho; ella constróe casas de saude; ella protege os desvalidos, velando pelos inválidos physicos e moraes. Ella crea fundações e assim, por toda a face da terra, derrama a sua luminosa actividade, provocando bençãms, secando lagrimas dando fé, distribuindo esperanças... O seu estandarte, côr do céu mais lindo, se hastea sempre onde houver sofrimento (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.202-203).

Para defender ainda mais a importância da IEMC o educador apresenta os prejuízos da ausência desse ensino, como por exemplo a “falta de caracter individual e colectivo” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.26). Para esse intelectual paraense,

O homem sem instrução é um eterno acorrentado ao concurso de terceiros, a prejuízos e superstições grosseiras, algumas até repulsivas. Se tem a imensa desventura de ser analfabeto, para os menores atos da vida será forçado a procurar estranhos. O nome de uma rua, o número de uma casa, uma indicação de jornal, o leva a confessar a sua triste e vergonhosa indigência intelectual. Traz a vida no conhecimento das pessoas às quais recorre para lerem toda a sua correspondência íntima ou profissional, arriscando-se a ser vítima da má fé alheia a cada passo. **Não pode ter segredos** e só isto já representa enorme infelicidade. Não disfrutará um dos maiores gosos do mundo: a leitura e o estudo, o grande consolador. Está privado do exercício dos direitos políticos e nem funcionário público poderá ser, pois não tem Instrução. Desconhece a história e a geografia de sua Pátria; ignora tudo quanto devemos aos nossos antepassados, construtores da civilização que hoje fruimos, do conforto inestimável que ela nos proporciona, sabe Deus à custa do sacrifício de quantas vidas e de quantas fortunas! (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.11,12).

José Veríssimo também foi um defensor da necessidade da educação cívica entendida por ele como “a generalização de toda a instrução dada na escola para fazê-la servir ao seu fim verdadeiro, que é, com a cultura moral e intelectual do indivíduo, a educação nacional” (VERISSIMO, 1985, p.56) e seria capaz de promover “o sentimento nacional e com ele o amor da nossa Pátria, indispensável para a fazermos grande, poderosa e invejável” (VERISSIMO, 1985, p.60).

Outro elemento de suma importância para o progresso do Brasil e que as instituições deveriam incentivar, era o trabalho. Para Delgado, Lopes & Oliveira (2014) o louvor ao trabalho tinha forte associação com o culto ao patriotismo e, oferecer sua força de trabalho à nação era uma forma de honrá-la.

De acordo com Nogueira de Faria (1963, p.46), “Trabalho, Repouso, Conforto, Método” estão entre os fatores que geram a saúde e fomentam a alegria de viver dos indivíduos. Por isso, indica aos seus leitores: “Trabalhai, sede probos e justos, bons e alegres – e sereis fortes e felizes!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.43). O Labor também é considerado por

Nogueira de Faria (1927, p.233,234) como uma “actividade que nos proporciona a satisfação das nossas necessidades physicas, intellectuaes e moraes” ou seja, ao Trabalho

[...] devemos tudo, desde o berço em que dormimos o primeiro sono até o tumulto, última guarida do nosso corpo; e, através da Vida, o pão que nos alimenta, a roupa que nos veste, o teto que nos agasalha. Nós lhe devemos a alegria e a saúde. Por toda parte ele semeia as suas graças de tranquilidade, de conforto, de abundância (NOGUEIRA de FARIA, 1963, p.62).

Algumas vezes referindo-se ao labor como um ente, Nogueira de Faria (1927, p.114) o classifica como

[...] o grande, o melhor e o mais fiel amigo dos homens. Na dôr, proporciona a mais suave consolação. No seu entretenimento, esquecemos a dôr horas inteiras. É um fator moral de solida efficacia porque nos affasta das tentações prejudiciais, dos vícios que atentam contra o nosso corpo e contra a nossa bolsa. O trabalho dignifica, pois que nada é mais aviltante do que, sendo valido e sadio, devermos aos outros o nosso alimento, o nosso vestuario e o tecto em que vivemos.

Pelos textos citados, podemos identificar que na concepção desse autor o trabalho possui características que transitam entre o humano e o divino, como um ser que perpassa tais dimensões, vejamos: “O Trabalho! A grande, a generosa, a fecunda e abençoada lei da Vida! Ela rege o Universo inteiro, - desde a elaboração inconsciente dos mundos, no seio dos espaços intérimos, até as supremas alturas de conhecimento na terra” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.62). Ou mesmo nesse trecho: “O trabalho é como um deus: - está em toda a parte e onde elle não estiver, estará a miseria e estará o crime” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.113-114).

Tal compreensão atribui ao Labor valor elevado de forma que a nação só tem a ganhar com a conscientização de todos, autoridades e povo em geral, da sua importância em todos os aspectos, principalmente no que se refere ao progresso da Pátria, como podemos ver nesse texto: “O trabalho é o grande operário da civilização, o amigo dileto da ciência, a força carinhosa da fraternidade. Invade todos os domínios do mundo. Sobe do âmago escuro das minas ao seio claro dos ares, além das nuvens” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.63). Ou mesmo, nesse outro extrato onde Nogueira de Faria (1927, p.116) fala do Trabalho como

[...] um grande transformador, que sob o ponto de vista material, modificando o produto primitivo e assim, facilitando a circulação da riqueza; quer sob o ponto de vista moral, evitando a miseria e a degradação; não raro arranca apreciaveis valores moraes á indolência abjecta do vicio.

Segundo Marcílio (2006, p.214) a profissionalização foi considerada, pelos criadores dos internatos, “o meio ideal para desenvolvimento do hábito e do amor ao trabalho e como uma forma de preparar meninos e meninas, para serem úteis à sociedade”. A principal vantagem disso era a de proporcionava a inclusão social de forma regulada ao se direcionar para um



contingente populacional específico, capaz de dar assistência e servir de “medida de controle social” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.108).

Barbosa (2011), em investigação sobre o ensino profissionalizante na segunda metade do século 19 revelou que o “amor ao trabalho” era um sentimento bem presente nos periódicos paraenses do final daquele século. O jornal “Diário de Belém” em 13/11/1872 publicou uma reportagem, com o título “As Bôas Doutrinas”, que exemplifica bem isso, pois se refere ao trabalho como

O correctivo de todos os attentados e de todos os abusos, da ignorância e do pauperismo, da guerra e do materialismo, é o exemplo e o **trabalho**, a instrução e a moralidade [...]. A liberdade não é só o progresso e a moralidade, a paz e a civilização, é sobretudo a iniciativa, o **trabalho** e a discussão (Grifos nossos).

Outro jornal aponta que o trabalho transformaria os indivíduos, livrando-os, inclusive da miséria, pois “o operario instruido encontra mais facil emprego, tem mais vantajosa retribuição” (JORNAL DO PARÁ, 08/01/1875), além de libertá-los “das malfazejas práticas” e favorecer o surgimento de

[...] um homem confortado, começando o seu caminho, avigorado em novos sonhos de felicidade, um productor activo, energico, firme, um factor encorajado fitando as balisas da jornada com a alma rejuvenescida, alflorontado a inercia, despedaçando as cadêas do vicio, e disendo aos viajadores, aos que passam: – Eu sou um trabalhador livre, eu sou um productor, que negocie a minha [liberdade] de trabalhar, eu sou **um factor do progresso d'esta terra esplendida em que, nasci, e onde até agora vivi equiparado aos animaes inferiores. Mas, agora, eu sou um homem; sim, um homem, que penetra nos limiares da vida social do seu paiz**, anunciando nas cidades, na campanha e nas florestas, que **comecei a ser uma força mobilidadora do trabalho** (O ABOLICIONISTA PARAENSE, 21/06/1883, Grifos nossos).

Em outro periódico os indivíduos, como os descritos acima, haveriam de considerar o trabalho como religião, pois “seriam cidadãos conhecedores da lei e dos seus direitos, e renderiam culto ao trabalho incessante, methodico e honesto” (GAZETA DE ALENQUER, 1885, p.3). Por tudo isso, Marin (2006, p.122) aponta que os internatos, como a CRC eram espaços privilegiados para esse processo de doutrinação, pois a

[...] preparação da mente e do corpo para o trabalho deveria começar nos primeiros anos de vida, pois a infância era considerada a fase da vida ideal para formar o caráter das pessoas. A educação fundamentada no rigor do trabalho e dos valores morais e cristãos era uma forma de encaminhar os “inocentes filhos do povo” e “desherdados da fortuna” e de construir uma nova civilização comprometida com o engrandecimento da pátria

Para os positivistas o trabalho também assumiu grande valor como vemos na seguinte declaração de Comte (*apud* JAPIASSU; MARCONDES, 2008, p.269):

O Trabalho Positivo, isto quer dizer, nossa ação real e útil sobre o mundo exterior, constitui necessariamente a fonte inicial, aliás espontânea ou sistemática, de toda riqueza material, porque, antes de nos poderem servir, todos os produtos naturais requerem alguma intervenção artificial, ainda que esta se limite a recolhe-los no solo, para transformá-los a seu destino.

Assim, na perspectiva da filosofia positivista o trabalho é a única maneira de se ganhar a vida e é uma característica ontológica, isto é, inerente à condição humana. Por isso a miséria operária, a confusão e as greves são anormalidades que promovem a desordem social. De acordo com Ferreira & Henriques (2014, p.215) a educação, a disciplina e o trabalho constituíram

[...] a pedra angular de todo o processo de regeneração social e moral dos menores delinquentes (...) ao longo da primeira metade da centúria de novecentos. Estes princípios constituíam a base do processo de devolução dos colonos à sociedade com o objetivo de os tornar elementos uteis, produtivos e, devidamente, normalizados.

Uma das grandes qualidades do projeto de governo que assumiu após a Revolução de 1930, segundo Nogueira de Faria, é que os governantes revolucionários (no caso do Pará Magalhães Barata) promoveriam, junto com a IEMC, a imposição do trabalho a todos os homens e mulheres do Brasil, como podemos ver no fragmento abaixo:

A vontade férrea avança, impondo o salutar regime da laboraterapia e da ordem. Esta resultou daquela. O trabalho obrigatório, com a possível seleção de aptidões, produziu milagres. A pouco a pouco, a indisciplina, a imoralidade desapareciam (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.100).

Vencidos, assim, pelo trabalho todos os vícios, ele declara: “Abençoado, pois, êsse grande fatôr social do qual todas as Raças e todos os Povos devem o melhor quinhão da sua Fortuna e do seu Progresso!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.64,65).

De acordo com Tozoni-Reis (2002, p.30), pelo entendimento de seus adeptos, a “Revolução de 1930 marcou o fim do domínio da agricultura e a ascensão da indústria na economia brasileira”, de forma que depois da “revolução de 1930, a indústria foi o setor-chave do sistema econômico, e as transformações estruturais criaram as condições de expansão do modo capitalista de produção” (TOZONI-REIS, 2002, p.31). A principal beneficiária de tudo isso seria justamente a juventude a quem o educador oferece conselhos como o que segue: “Jovens! Escancarae largamente as vossas almas ás sagradas exhortações da Moral; ponde-as em prática com entusiasmo e fidelidade, lembrados do sabio e famoso provérbio oriental: *Sê puro, para seres feliz e para seres forte!*” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.68).

A tendência positivista presente no pensamento de Nogueira de Faria expressado nesses trechos que apresentamos, dá a tal pensamento um caráter reacionário, conservador e pragmático, típico dessa corrente de pensamento. Quanto ao pragmatismo, se apresentava como a convicção de que os conhecimentos adquiridos por meio da educação necessitavam, antes de mais nada possibilitar uma vida melhor, tanto em relação ao indivíduo quanto em relação a sociedade em geral.

Nesse sentido, a educação assumia um valor utilitário pois os conhecimentos mais importantes eram os que serviam para a conservação e melhora do indivíduo, da família e de todo mundo. Em tal perspectiva a educação visava em obter uma preparação completa para a vida inteira de forma que os conteúdos que mais contribuíssem para isso deveriam ser mais valorizados (SPENCER, 1888).

Além da adequação do conhecimento outra adaptação que deveria ocorrer numa perspectiva educacional positivista era a de que cada um deveria receber uma educação de acordo com a sua função social. Assim, segundo Durkheim (1955, p.25)

[...] a criança deve ser preparada em vista de certa função, a que será chamada a preencher, a educação não pode ser a mesma, desde certa idade, para todos os indivíduos. Eis porque vemos, em todos os países civilizados, a tendência que ela manifesta para ser, cada vez mais, diversificada e especializada; e essa especialização, dia a dia, se torna mais precoce”.

Assim como Durkheim, Whitehead (1969, p.2) também destaca a importância dessa educação “utilitária”:

Que as ideias principais introduzidas na educação de uma criança sejam poucas, porém, importantes, e que se permita sejam misturadas em todas as combinações possíveis. A criança deveria torná-las suas e saber como aplicá-las sempre em todas as circunstâncias de sua vida real (...). Os pedantes ridicularizam a educação útil; mas se a educação não é útil, o que será? Será um bem destinado a ficar oculto algures? Naturalmente a educação deve ser útil, qualquer que seja seu objetivo na vida.

Quanto aos aspectos reformatórios/correcionais, esse tipo de educação ou reeducação pelo trabalho procurava distinguir tais estabelecimentos das prisões e cadeias destinadas aos adultos, por isso, a formação profissional, como já vimos, era tão importante pois era uma forma de assegurar a reintegração dos jovens à sociedade, mas agora como homens úteis e capazes de viver autonomamente.

Além do mais, a fé na moralização da sociedade por meio do trabalho, da educação moral e civismo, exigia a repressão da mendicância e também da vadiagem com vistas à construção de uma nova sociedade, “reduzida, simplificada e coerciva onde aparecerá claramente a máxima: quem quer viver tem que trabalhar. Obrigação do trabalho, mas também

retribuição que permite ao detido melhor seu destino durante e depois da detenção” (DELGADO; LOPES; OLIVEIRA, 2014, p.708).

Dessa forma, as categorias fundantes do pensamento de Raymundo Nogueira de Faria eram: a educação, que devia ser gratuita, obrigatória e espiritualizada, a moral e o civismo, a disciplina e o trabalho. Todos esses elementos compunham uma pedagogia redentiva e se constituíram numa resposta do governo do Estado do Pará e do Poder Judiciário, já que Nogueira de Faria além de Secretário Geral de Governo era um desembargador do Tribunal de Justiça que tinha aos mesmo tempo um caráter protetivo e outro exclusivo, por isso, foi garantida uma grande infraestrutura, como vimos anteriormente, mas o projeto inicial, pensado pelo intelectual que estudamos, nunca foi concluído, abrindo espaços para desvios e deturpações.

No entanto, é preciso admitir que mesmo diante das limitações e de uma pedagogia do trabalho, praticada como caminho para a redenção, caminho este marcado por oscilações entre castigos e recompensas, definidos a partir das diversas tecnologias coercitivas, a Colônia Reformatória de Cotijuba foi capaz de harmonizar seu caráter disciplinar, presente em todas as atividades cotidianas, “a vocação para o trabalho”, as competências morais e cívicas por meio de uma jornada pedagógica que privilegiava a promoção da aprendizagem, principalmente por meio do ensino profissional, de forma a garantir aos rapazes que para lá foram encaminhados, certo nível de autonomia que pudesse favorecer-los quando fossem desligados daquele estabelecimento.

Além disso, a CRC não pode deixar de ser reconhecida como uma iniciativa pioneira quando se trata de projetos que buscassem colocar em prática o pensamento em voga em fins do século 19 e início do século 20, da necessidade de um tratamento judicial para os menores de idade diferenciado ao que estavam submetidos os adultos, nesse sentido, já pode ter seus méritos reconhecidos.

### **6.3 “O verdadeiro homem de bem é o que cumpre a lei da justiça, de amor de caridade, na sua maior pureza”<sup>218</sup>: o homem ideal na perspectiva de Raymundo Nogueira de Faria.**

Como vimos anteriormente, ao tratar da Instrução e Educação Moral e Cívica Nogueira de Faria (1927, p.25) a conceitua como “o conjunto de ensinamentos destinados a formar o homem de bem e o cidadão útil á Patria”. Ele apresenta esse “Homem de Bem” como o resultado de um grande investimento, tanto pessoal, quanto social, já que as instituições, como a escola, por exemplo, estão diretamente envolvidas nessa formação. Mas quem era afinal esse

---

<sup>218</sup> KARDEC, 2013, p.232.

Homem de Bem? É possível aprender a ser um Homem de Bem? Como um “homem de bem” agiria no cotidiano?

O Homem de Bem, de acordo com o espiritismo, é o grande ideal a ser alcançado pelo ser humano, por isso, vemos aqui a influência de tal doutrina no pensamento de nosso intelectual, cujos discursos convergem bastante com o pensamento de Allan Kardec<sup>219</sup>, que também usa o sinônimo “homem virtuoso” para conceituar um ser humano “bom, caritativo, laborioso, sóbrio, modesto” (KARDEC, 2013, p.238).

Para Nogueira de Faria (1963, p.115) o “Homem de Bem” é aquele

[...] em cujo íntimo há perfeita harmonia entre a consciência e o coração: ambos progrediram paralelamente. O homem de bem é justo, é probo, é verdadeiro, é trabalhador, é discreto, é corajoso, é sincero, é franco, é modesto, é grato, é cortês, é tolerante, é previdente, é liberal, é resignado, é caridoso, é disciplinado, é perseverante, é equitativo, é sóbrio.

De acordo com Kardec (2013, p.232) o homem virtuoso “Não alimenta ódio, nem rancor, nem desejo de vingança”, possui, portanto, um auto domínio bem superior ao dos outros seres humanos, sendo capaz, como aponta Nogueira de Faria (1927 p.68), de dominar-se pela vontade, agir livremente em relação à selvageria das paixões e conduzir o seu destino

[...] rumo de victorias definitivas, como é sublime! Conter-se, impossível, sem trahir os formidaveis terremotos da alma, em agudas crises intimas, pondo toda a sua energia em acção, quando em face de uma ofensa ou a exigencia de respeitos devidos á sua dignidade ou acatamento a um seu direito, cuja defesa lhe cumpre, custe o que custar; calar o ressentimento mais profundo, pagar o mal com o bem, ceder ao direito do adversário e perdoar o injusto, quanta superioridade ha nisso!

Para Huberto Rohden (2009) os “Homens de Bem”, o qual ele também apresenta com outras denominações, a saber, “homem iniciado”, “homem crístico”, “homem novo”, “homem bem-aventurado”, “homem feliz” etc. eram aqueles descritos por Jesus Cristo ao proferir seu famoso “Sermão da Montanha”, localizado nos evangelhos bíblicos<sup>220</sup>, como vemos a seguir:

“Os homens bem aventurados, os cidadãos do reino dos céus, são os “pobres pelo espírito”, são os “puros de coração”, são os “mansos”, os que “sofrem perseguição”, são os “misericordiosos” e “os que choram”, são os que “amam aos que os odeiam” e “fazem bem aos que lhes fazem mal” (ROHDEN, 2009, p.16)

<sup>219</sup> Hippolyte Léon Denizard Rivail (\*1804; +1869) foi um influente educador, autor e tradutor francês. Foi discípulo do teórico educacional Johann Heinrich Pestalozzi e um dos pioneiros na pesquisa científica sobre fenômenos paranormais, notadamente acerca da mediunidade, assunto que antes costumava ser considerado impróprio para uma investigação científica. Sob o pseudônimo Allan Kardec, adotado para fazer diferenciação em relação aos seus escritos pedagógicos anteriores, alcançou notabilidade como o codificador do Espiritismo (neologismo por ele criado), também conhecido como “Doutrina Espírita”.

<sup>220</sup> O “Sermão da Montanha”, também conhecido como “Sermão do Monte” está registrado em dois dos quatro evangelhos. Em Mateus está localizado do capítulo 5 ao 7 e no Evangelho segundo Lucas os teólogos afirmam que encontra-se diluído ao longo do livro.

No entendimento de Nogueira de Faria (1927, p.27) “Aprende-se a ser homem de bem estudando, meditando, realizando na vida, sem vacilações nem temores, os princípios ensinados pela instrução e educação moral e civica”, mas o que diferencia um homem “normal” de um Homem de Bem é o modo de agir, que é distinguido em todas as situações, já que este último é “sadio e forte, trabalhador e honesto, metódico e perseverante, justo e bom, sincero e verdadeiro, corajoso e leal, obediente e disciplinado, calmo e alegre, alegre sempre e sempre senhor de mim mesmo, tanto na dôr como no prazer, nem seguro equilíbrio moral!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.134).

Além dessas qualidades, segundo Kardec (2013, p.233), o “homem de bem” também

[...] é bom, humano e benevolente para com todos, sem distinção *de raças, nem de crenças*, porque em todos os homens vê irmãos seus. (...) É indulgente para as fraquezas alheias, porque sabe que também necessita de indulgência (...) Nunca se compraz em rebuscar os defeitos alheios, nem, ainda, em evidenciá-los. Se a isso se vê obrigado, procura sempre o bem que possa atenuar o mal.

Com isso demonstra uma compreensão profunda da condição humana que o faz ser sempre afável em seu agir. De tal modo, o “Homem de Bem” se conduz de forma que “nas suas relações particulares, jamais contribuirá, para que se deixe de dar a cada um o que é seu” (NOGUEIRA, 1927, p.171). Para ser sempre encontrado justo, o homem virtuoso examina-se a si mesmo constantemente pois como aponta Kardec (2013, p.232)

[...] cumpre a lei de justiça, de amor e de caridade, na sua maior pureza. Se ele interroga a consciência sobre seus próprios atos, a si mesmo perguntará se violou essa lei, se não praticou o mal, se fez todo o bem *que podia*, se desprezou voluntariamente alguma ocasião de ser útil, se ninguém tem qualquer queixa dele; enfim, se fez a outrem tudo o que desejara lhe fizessem.

Esse comportamento “irrepreensível” deve existir mesmo que produza inimizades, pois o “homem de bem” nunca “se receará de contrai-las no desempenho daquele, ainda mesmo quebrando as mais caras afeições – o coração, harmonizado com a consciência sofre resignado o golpe necessário” (NOGUEIRA, 1963, p.122). Para Rohden (2009, p.51) o homem de bem provocará, mesmo involuntariamente, ressentimentos em relação a sua pessoa devido ao seu modo de agir pois “o homem justo aparece como elemento hostil a outro homem menos justo. A simples presença de um homem mais santo do que eu é, para mim, uma declaração de guerra, ou, pelo menos, uma permanente ofensa”

Tal procedimento deve ser aplicado em todas as esferas de sua vida, pois no âmbito profissional esse homem também age honesta e responsavelmente independente das

consequências, pois “pratica a justiça com firmeza ainda mesmo contra o mais poderoso dos poderosos” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.119)<sup>221</sup>.

No entendimento de Rohden (2009, p.25) devido ao seu propósito de agir corretamente o “homem de bem”, ou o “homem iniciado”, mantém uma “permanente atitude interna de querer servir, servir espontânea e gratuitamente a todos”.

Quanto a isso, Kardec (2013, p.233) declara que o “Homem de Bem”, ou o virtuoso,

Encontra satisfação nos benefícios que espalha, nos serviços que presta, no fazer ditosos os outros, nas lágrimas que enxuga, nas consolações que prodigaliza aos aflitos. Seu primeiro impulso é para pensar nos outros, antes de pensar em si, é para cuidar dos interesses dos outros antes do seu próprio interesse.

Admitindo a essa ideia Nogueira de Faria (1963, p.134) explica como isso ocorre a partir dos seus próprios sentimentos: “Lá bem do íntimo de minha alma, eu desejo Paz e Bem-Estar à humanidade inteira!”.

Assim, como podemos constatar, seu agir é embasado em dois pilares: na crença de uma moral humanitária<sup>222</sup> e na fé advinda de uma religiosidade não dogmática. Quanto à crença numa moral humanitária, Nogueira de Faria (1927, p.68) reflete:

E qual o poder que nos inspira essa conducta superior e nos estimula contra as nossas próprias inferioridades; que dirige a nossa vontade para a realização pratica de todos esses sagrados heroísmos; que nos faz ver a formosura de lar feliz e respeitado, edificado pelo nosso amor e pelo nosso trabalho; que nos mostra no homem um irmão e não um rival, que nos aponta a sociedade como o campo de acção de nossas atividades puras e honestas? A Moral e só a Moral!

Segundo Nogueira de Faria (1927, p.239) “Quasi sempre, o homem de bem é profundamente religioso, possuem indestructivel crença em Deus. Comtudo, não pratica o bem pelo temor das consequências do mal e sim pelo proprio amor ao bem e ao dever”.<sup>223</sup> Acerca de sua fé e relação com Deus, Nogueira de Faria (1963, p.133) declara: “Creio em Deus, amo a

---

<sup>221</sup> Quanto à forma mais adequada de agir no âmbito profissional Nogueira de Faria, principalmente em relação à autoridade que possuía, parece concordar com o posicionamento de Kardec (2013, p.233) quanto à postura adequada das autoridades constituídas em relação aos seus subordinados: “Se a ordem social colocou sob o seu mando outros homens, trata-os com bondade e benevolência, porque são seus iguais perante Deus; usa da sua autoridade para lhes levantar o moral e não para os esmagar com o seu orgulho. Evita tudo quanto lhes possa tornar mais penosa a posição subalterna em que se encontram”.

<sup>222</sup> Quanto a isso, fica evidente a influência do pensamento espírita: “Possuído do sentimento de caridade e de amor ao próximo, [o Homem de Bem] faz o bem pelo bem, sem esperar paga alguma; retribui o mal com o bem, toma a defesa do fraco contra o forte e sacrifica sempre seus interesses à justiça”.

<sup>223</sup> Acerca dessa relação entre o Homem Virtuoso e a sua expressão religiosa Kardec entende que ao depositar sua “fé em Deus, na sua bondade, na sua justiça e na sua sabedoria. [O Homem de Bem] Sabe que sem a sua permissão nada acontece e se lhe submete à vontade em todas as coisas”. Dessa forma, sua fé fornece determinada compreensão da sua própria realidade.

Pátria e a meu próximo, a quem sempre ajudarei cumprindo o nobre dever de solidariedade humana!”, identificando-se, a si mesmo, como alguém em processo de constituição de vir a ser um Homem de Bem.

É também por meio da fé, que o “Homem de Bem” compreende, segundo Kardec (2013, p.232), que “todas as vicissitudes da vida, todas as dores, todas as decepções são provas ou expiações”. Nisso ele encontra forças para enfrentar as circunstâncias difíceis da vida sem murmurações, prosseguindo obstinadamente mesmo quando

Ferido por uma dôr, alcançado por um insucesso, o dever do homem digno deste nome é avançar porque é preferível a morte na luta do que sobre as ruínas dum sonho desfeito, e nenhuma luta mais soberba, mais edificante e mais enobrecedora do que a luta pela vida, em linha recta (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.74).

Acerca disso, em determinado trecho de sua obra nosso intelectual paraense defende que o “Homem de Bem”, devido a “nova mentalidade” que possui, é uma verdadeira fortaleza psíquica, em oposição às pessoas que costumava ver e/ou conviver, que segundo ele eram sempre muito frágeis diante das situações da vida. De acordo com Nogueira de Faria (1927, p.74), existem pessoas que “ao menor vento da adversidade, sintam a sua energia quebrantada e, em vez de reagir, se deixem abater e passa a lastimar indefinidamente o mal acontecido.... Nem a morte dum ser muito amado deve nos arrastar a esse estado dalma”.

Dessa maneira, independente da circunstância, por sua força mental, o “Homem de Bem” não se permitiria sucumbir. Para Rohden (2009, p.105) a fortaleza humana consiste em lançar “mão de todas as providências humanas – e ao mesmo tempo confiar plenamente na providência de Deus”. Segundo esse filósofo, ao tomar essas atitudes os homens se tornam iderrotáveis.

Essa é outra demonstração da doutrina espírita e da filosofia positivista no pensamento de Nogueira de Faria. A primeira devido ao entendimento sobre os carmas e a necessidade do desercane como elemento positivo do processo evolutivo, a segunda porque, o Positivismo se constituía como o amadurecimento do espírito humano, superadas as fases teológica e metafísica, tal amadurecimento poderia ser entendido também como o seu fortalecimento.

Para nosso intelectual, parte da fragilidade constatada nos jovens, ou pieguismo, termo que ele usava na época para designar esse tipo de comportamento, resultava do modelo de educação doméstica dada pelas famílias que ele avaliava como

[...] uma praga, uma grande infelicidade. Quantos e quantos moços não terão tido a carreira cortada pelo affecto doentio dos paes! Criam nos filhos o habito da covardia, da lamentação, da resignação passiva com o insucesso. Resignação passiva porque ficam inactivos, braços cruzados em face da adversidade, á qual cedem o terreno; a mais ligeira indisposição os prosta dias



inteiros; gemem á menor picada de alfinete, batem em retirada ao menor obstaculo. Pensar e agir assim é preparar-se um eteno papel secundario, na vida, é destinar-se a andar sempre atraz dos mais fortes, dos mais decididos e dos mais perseverantes (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.74).

Esse pieguismo também era o responsável, no entendimento desse magistrado e professor, pelas escolhas erradas feitas pelos jovens que consideravam muito mais os conselhos de seus pares do que dos pais e dos mestres. Nesse sentido, ele afirma: “Os falsos amigos são os piores inimigos e mais perigosos porque abrem cláros inesperados, defecções que surpreendem. Daí o dizer-se: que Deus me livre dos meus falsos amigos, que dos meus inimigos eu me sei livrar” (NOGUEIRA DE FARIA, 145, p.170).

Desse modo, o “Homem de Bem”, sob pena de corromper-se, deve evitar as “más conversações” e buscar, para sua rede de amigos, indivíduos que partilhem seus valores e ideais de vida. Ainda em relação a essa temática, Nogueira de Faria (1963, p.52) aconselha:

Jovens! Moços! Fugi, fugi dos maus amigos! Escolhei as vossas relações com o maior cuidado, atendendo aos conselhos daqueles que, mas velhos do que vós e mais experientes, conhecem melhor os homens e vos apontam o perigo das más companhias. Não confieis, absolutamente não confieis, os vossos sonhos, as vossas aspirações, os vossos segredos, a vossa vida, enfim, aquele cujo caráter não conheceis com segurança. São muitas vezes falsos apóstolos da amizade, lobos revestidos de peles de ovelhas, prontos a vos ferirem pelas costas e a vos abandonarem assim que os seus interesses e conveniências o reclamem. E por cima, rir-se-ão da vossa ingenuidade, sem o mínimo pudor de consciência! Escolhei, sim, uma ou duas almas que vibrem com a vossa e cuja influência benéfica sintais nas horas de tristeza e de adversidade. A esses abri o vosso coração, confieis os vossos segredos e ideias porque eles serão os vossos Cyrineus nas lutas que tiverdes de travar em busca da vitória.

Assim, o maior tesouro do “Homem de Bem” é seu caráter e seu maior orgulho é ser reconhecido por ele: “A obra prima da nossa vida, glória de todo homem de Bem, - a mais bela e a mais forte, a mais forte e a mais resistente, a mais resistente e a mais brilhante, a mais brilhante e a mais útil – é a formação, a consolidação inquebrantável de um bom Carácter” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.121).

O caráter<sup>224</sup>, inclusive, é o atributo que o “Homem de Bem” mais aprecia e distingue nos outros seres humanos de forma que todas as vezes que agimos honradamente nos tornamos “cada vez mais dignos de nós e daqueles que legaram ao mundo os mais formosos e tocantes exemplos de nobreza de Carácter e de grandeza de Coração” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.125).

---

<sup>224</sup> Para Kardec (2013, p.233) para aprimorar seu caráter o Homem de Bem “Estuda suas próprias imperfeições e trabalha incessantemente em combatê-las. Todos os esforços emprega para poder dizer, no dia seguinte, que alguma coisa traz em si de melhor do que na véspera”.

A honra é outro predicado que todo “Homem de Bem” tem a obrigação de preservar, por isso, ele afirma que independentemente de onde esteja ou do que faça,

Por toda parte onde formos chamados a exercer nossa actividade, devemos fazel-o não só com os olhos postos na nossa propria honra, em nosso proprio bom nome, como tambem e principalmente no direito e no interesse alheio, quer publico, quer privado. E só assim teremos cumprido o nosso dever profissionnal (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.150).

Sempre pronto a ajudar ou amparar, o “Homem de Bem” “se considera irmão dos outros homens, qualquer que seja a raça e a religião a que pertença, é uma força social de primeira ordem pelos beneficios que faz e pelos exemplos que dá” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.118). Nessa afirmação nosso intelectual segue a máxima de Kardec (2013, p.233):

Em todas as circunstâncias, [o homem virtuoso] toma por guia a caridade, tendo como certo que aquele que prejudica a outrem com palavras malévolas, que fere com o seu orgulho e o seu desprezo a suscetibilidade de alguém, que não recua à ideia de causar um sofrimento, uma contrariedade, ainda que ligeira, quando a pode evitar, falta ao dever de amar o próximo e não merece a clemência do Senhor.

O “Homem de Bem” age assim, de acordo com Nogueira de Faria (1963, p.119,120), pois tal comportamento é a melhor forma de dominar as paixões e tentações da vida, mas principalmente, uma forma proveitosa de zelar

[...] pelo seu nome como pelo melhor bem que possui. Leal e desinteressado nos serviços que presta, quer á humanidade, na pessoa do seu próximo, quer á Patria. Repele com horror a traição e ampara, protege e defende os fracos. Não abusa jámais das posições em que porventura se encontre nem poder que porventura lhe venha ás mãos, desafiando, seguro de si mesmo, a fatidica vertigem das alturas. Faz tudo bem que póde pelo amor do bem, sacrificando-se até á morte pelo seu semelhante e pela Patria. Em todos os actos da vida usa do mais puro cavalheirismo, caminhando, porém, sempre em linha recta, a passo firme, olhos postos no ideal duma vida limpa e util, apoiado na força branca do character, que “é o conjunto de qualidades moraes que distinguem uma pessoa.

A conduta do “Homem de Bem” é o que o levará a ser bem-sucedido, seja qual for o objetivo que precise alcançar. E a vitória, no entendimento desse autor, só pode ser completa e “socialmente” correta se ninguém tiver que perder com ela. Sua prece a seguir expressa bem isso: “Vencerei na vida, sempre em linha reta, entusiasticamente, edificando a minha própria felicidade e contribuindo para a felicidade alheia, ainda mesmo a de todo aquêle que me quizer mal” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.133,134)<sup>225</sup>.

---

<sup>225</sup> Acerca disso Kardec (2013, p.234) declara que “o homem de bem respeita todos os direitos que aos seus semelhantes dão as Leis da Natureza, como quer que sejam respeitados os seus”

Assim, se desde cedo as crianças forem ensinadas com valores que as façam, quando crescerem, “Homens de Bem”, o futuro, tanto delas mesmas quanto da Pátria estarão garantidos, pois “Homens públicos, amanhã, administradores, uns; magistrados outros; legisladores ainda outros; e professores e jornalistas, todos praticarão e pregarão esse admirável principio democratico” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.392) e saberão exatamente como agir, tanto em suas ocupações e cargos públicos quanto na vida doméstica.

Ensinar aos moços com vistas a fazer deles “Homens de Bem” pode ser considerado, no entendimento de Nogueira de Faria (1927, p.395), um projeto “pela educação moral da juventude de hoje, mocidade de amanhã, a cujas mãos irão ter os destinos do Brasil, ou, por outras palavras, tratando de curar o presente, gravemente atacado de amoralidade, previnamos a saúde nacional no futuro”.

Por sua crença e formação kardecista, Nogueira de Faria tinha um compromisso com toda a humanidade ou, como ele considerava, uma “Missão”. Esse conceito de missão, que tem estreita relação com o do “homem virtuoso”, e que se encontra muito presente no pensamento de nosso intelectual, que via a si mesmo como um missionário cuja o ministério era o de reformar a sociedade partindo do próprio indivíduo, cujo objetivo era mudar todo o contexto social negativo.

Para Rohden (2009) homens como Nogueira de Faria, devido ao sentirem-se como missionários, desenvolviam uma profunda capacidade empática em relação aos outros seres humanos manifestando-se todo a sua misericórdia<sup>226</sup>.

Enquanto um missionário, Nogueira de Faria (1945, p.169, 170) reconhecia que a sua incumbência, como uma grande causa humanitária, era “difícil, muito, muitíssimo difícil, inçada de cuidados tenebrantes no separar o joio do trigo, a sinceridade da mistificação [cheia de] prova[s] e sofrimentos, lutas e provações”. Mesmo assim, ele não a temia, pois considerava que todas as dificuldades eram inerentes à importância da Missão recebida.

Jamais um predestinado, um inovador, político ou religioso, atravessou incólume a tarefa missionária. O próprio Cristo foi tentado. Deve, por isso, forrar-se de heroicas resistências; vive cercado de forças benfazejas e de forças maléficas: aquelas empenhadas em secundar-lhe a ação renovadora, inspirando-o, intuindo-o no sentido do Bem; estas tudo empenhando para arrastá-lo ao fracasso, assediando-o de pensamentos e sentimentos inteiramente contrários àquele sentido, perturbando-lhe a marcha a cada passo. Às vezes e até com frequência, as forças do invisível se ajuntam no plano terrestre aos pensamentos e sentimentos de criaturas humanas, naquêl mesmo duplo sentido: de um lado, os amigos leais e francos e de outro lado

---

<sup>226</sup> Segundo Rohden (2009, p.33) “Misericordioso é aquele que tem coração para os míseros; aquele que compreende e ama os fracos, os ignorantes, os doentes, todos os necessitados de corpo, mente e alma, e procura aliviar-lhe os sofrimentos”.

os que raciocinam pelo estômago, pela bolsa insaciavelmente avida. Aquêles nem sempre agradam, por vezes desgostam; outras afastam-se ou são afastados. Mas nunca traem nem tomam posições opostas. Quando se opera a debandada dos ursos, ficam onde estavam. Sacrificam se conscientemente, mas ficam. Os que amam e raciocinam pelo ventre são fieis, conforme as conveniências e até o limite dos próprios interesses (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.169,170)

A partir dessa leitura é perceptível a compreensão de nosso intelectual de que o “Homem de Bem” é de fato um comissionado. Tal compreensão é semelhante a de Allan Kardec (2013, p.239): “Todo homem tem na Terra uma missão, grande ou pequena; qualquer que ela seja, sempre lhe é dada para o bem; falseá-la em seu princípio é, pois, falir ao seu desempenho”.

É com esse espírito que Nogueira de Faria encara a situação das crianças e adolescentes paraenses em “situação irregular”. Tal missão nasce em seu pensamento há muitos anos como podemos constatar nos registros de seus diários pessoais: “Novos sonhos bailam me meu espírito... sonhos [?] em favor das creanças e dos deserdados da sorte...” (NOGUEIRA DE FARIA, 13/07/1926).

Não sabemos ao certo que planos seriam esses, mas o itinerário desse magistrado pode nos fazer supor tratar-se de uma instituição como a que implantou em Cotijuba, pois, mesmo tendo tomado várias iniciativas nessa área, ele não parou enquanto não inaugurou a Colônia Reformatória naquela ilha.

É sobre essa “grande” realização, como diziam seus contemporâneos, e o pensamento que embasou Nogueira de Faria, que trataremos no próximo subtópico, onde também constataremos a influência dos conceitos já vistos aqui como instrução, educação, moral, civismo, trabalho, justiça, desenvolvimento social, etc.

#### **6.4 “Criança abandonada, criança perdida!”<sup>227</sup>: o projeto de sociedade criado por Raymundo Nogueira de Faria**

Como vimos, Nogueira de Faria, devido principalmente à influência da doutrina espírita, acreditava na evolução do ser humano cujo ideal a ser alcançado era o do “Homem de Bem”, arquétipo do nível mais elevado de caráter que uma pessoa poderia alcançar. Modelo das prédicas dos primórdios do cristianismo, como vimos anteriormente.

Nosso intelectual acreditava que nesse “processo evolutivo” a IEMC poderia contribuir na caminhada humana e no provimento do repertório adequado para que os indivíduos pudessem viver em sociedade. No entanto, reconhecia que a própria situação caótica em que a sociedade da primeira metade do século 20 se encontrava era um obstáculo para que

---

<sup>227</sup> NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.139

as pessoas se tornassem verdadeiramente homens e mulheres de bem: “Não ha homens bons. O mundo não permite a Bondade” (NOGUEIRA DE FARIA, 19/09/1934).

Dentre os empecilhos, ele destacava o jogo e o alcoolismo, mas, principalmente, a situação de extrema pobreza vivenciada pelas famílias que colocava, especialmente as crianças, numa “situação irregular”, pois, sob os cuidados de seus pais, nem sempre elas recebiam valores morais adequados e, em determinados casos, era dentro do cerne familiar que se viam mais desprotegidas.

Nesses casos, onde o “exemplo paterno corrompe os filhos e definitivamente os perde” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.83), mesmo com algumas ressalvas, o intelectual via nos internatos uma alternativa viável por serem estabelecimentos criados para cuidar da moral e integridade das crianças “carentes”, oferecendo-lhes instrução e educação adequada, ou seja, uma formação cujo objetivo principal era a transmissão dos valores morais e cívicos, e de valorização do trabalho para aqueles que estivessem em “situação irregular”.

Esse paraense reconhecia a existência de muitas críticas ao modelo de atendimento do internato, por muitos considerado “viveiro que póde ser de graves defeitos, muitos dos quaes effectam grandemente a saude, comprometendo para sempre o futuro do estudante” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.41-42), mas ainda o considerava um mal necessário, especialmente por que, a despeito de serem espaços de confinamento, atendiam o anseio social por maior segurança e proteção, sobretudo nos espaços públicos, como vemos no texto abaixo:

[...] impõe-se a criação imediata pelos governos, de certas instituições, onde encontre compassivo agasalho o clamor da massa que supplica a justiça. Mais do que qualquer meio repressivo, - do xadrez á deportação, aquellas instituições farão frente á iconoclastia das correntes terroristas no meio da qual se mistura habilmente o descontentamento faccioso para fins de estéril mas calculada agitação (NOGUEIRA DE FARIA, 1932, p.66).

Ele salienta, no entanto, a grande e patriótica missão que esses estabelecimentos tinham: a salvação do Brasil, por meio da salvação dos próprios brasileiros. Vejamos:

Penetrêmo-nos da grandeza desta missão, que é ajudar a crisálida a transformar-se em borboletas, ajudar a criança a transformar-se numa criatura humana, inteligente e liberta de impulsos brutais. Assentêmos, como princípio, que todos temos necessidade de Bondade e de Caridade, porque somos muito imperfeitos e desde que estejamos penetrados de respeito pela nossa obra e de bondade pelas crianças, que a Educação não pode reparar, obtem-se facilmente, o que aligeirá imenso a nossa tarefa (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.94).

É dessa forma também que parte da imprensa paraense via o advento da Colônia Reformatória de Cotijuba. Segundo a “Folha do Norte” de 09/09/1931, essa instituição: “Amparando os pequenos abandonados e separando num estabelecimento proprio, os menores

delinquentes, terá a sociedade paraense contribuído para a solução do problema da assitencia”. O “Estado do Pará”, em matéria publicada em 19/09/1931, com o objetivo de elogiar os que estavam contribuindo com a causa da menoridade no Pará por meio da doação de dinheiro e da participação nos eventos artísticos e culturais promovidos por alunos paraenses, aponta: “Bem hajam os que assim procedem, contribuindo eficazmente para **redempção moral e social de tantas creanças**” (Grifo nosso).

Essa credibilidade junto à sociedade paraense se devia ao fato da CRC estar pautada em fortes sentimentos de civismo, alimentado pela IEMC, e no reconhecimento do trabalho como uma das mais importantes dimensões humanas. No entanto, outros aspectos merecem destaque quanto ao propósito de Nogueira de Faria em criar uma Colônia Correccional em Cotijuba, como, por exemplo, sua visão diferenciada acerca do crime e dos criminosos, assim como sua grande fé no valor da juventude e, principalmente, na sua capacidade de alterar a realidade da Pátria na primeira metade do século 20.

A iniciativa também ganhou a adesão de políticos importantes como Moura Carvalho que ao assumir o governo do estado do Pará assim se refere à instituição criada na Ilha de Cotijuba:

[...] criado na primeira interventoria do seu hoje patrono e benfeitor, e cuja finalidade é amparar esses infelizes, tão dignos de compaixão e desvelo, já que lhes faltou tudo, a começar pela ausência do ambiente puro de um lar honesto e afetivo, com capacidade para assegurar-lhe, pelo menos, a necessária assistência moral e intelectual que constitui um dos imperativos do pátrio poder, propiciando-lhes ensejo para modelarem o caráter, educando-se e instruindo-se convenientemente (CARVALHO, 1947, p.22).

Quanto ao crime, para nosso intelectual, “a viuvez, a orfandade, a miseria, a deshonra, que se levantam em altos brados clamando aos céos, contra o assassino, o ladrão, o seductor e o difamador” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.346) são as principais evidencias da existência do crime nas coletividades humanas, que pode ser considerado, de acordo com ele, como um “filho espurio das sociedades, irmão gêmeo da crueldade e da improbidade” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, 348), que por seu *modus operandis* pode ser considerado

[...] um dos flagelos mais devastadores que perseguem a humanidade. É o monstro multiforme, sem entranhas, cujas pegadas são húmidas de sangue e de lagrimas. Ora atenta contra o sentimento de piedade – e fere e mata; ora contra o sentimento de probidade e rouba e furta. Alli é a ameaça ao direito de vida; aqui contra o direito de propriedade (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.346).

Assim, o crime tem um caráter devastador pois, mesmo quando praticado em oculto ou solitariamente, “não fere apenas o individuo (...) fere, tambem, diretamente, a propria

sociedade nas formas violentas dos chamados crimes sociaes” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.346), por isso, o crime “por toda a parte semeia o horror, o luto, a lagrima, a pobreza, a espoliação, a prova dolorosa e maldicta da inferioridade humana!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, 348)<sup>228</sup>. Suas origens podem ser as mais diversas, mas o autor destaca como principais a insensibilidade moral e as precárias condições de sobrevivência das famílias.

Quanto à insensibilidade moral, Nogueira de Faria (1927, p.72) salienta: “os criminalistas assignalam como um dos caracteristicos dos criminosos natos a insensibilidade moral” como atributo que pode atingir até mesmo aqueles com grande capacidade intelectual de forma que “A superioridade intelectual nem sempre importa nisso. Temos grandes talentos, genios mesmo, desprovidos de caracter e até dos sentimentos mais comuns de brio e probidade” (NOGUEIRA DE FARIA, 1927, p.72).

Em relação às famílias, a vulnerabilidade também é apontada como uma das circunstâncias que colocam as crianças em situação de risco, lançando-as “à vadiagem da rua, aos meios de moral duvidosa, em que cada vez mais se afundavam dia a dia” (ESTADO DO PARÁ, 08/02/37). Acerca do contexto desfavorável em que as famílias estavam enredadas, Nogueira de Faria (1945, p.139) salienta:

A cifra de famílias legais e naturais, assim desfeitas é acabrunhante. É alarmante. Êsse abandono é o fator mais sério da infancia viciosa. Do lar sem chefe e sem pão certo, resvala a criança para a Rua, para a vadiagem. Criança abandonada, criança perdida! De cem cartas que tenho ás mãos 30% tratam de abandono e seria enfadonho repeti-los.

Para Chaves (1986) Nogueira de Faria defendia a tese de que a maioria dos criminosos poderia ser recuperada e a CRC era sua forma de ilustrar isso. Para Dias (1998, p.2) “o Reformatório obteve o alcance social pretendido, já que oferecia todas as técnicas necessárias e convívio social para garantir seu objetivo, a partir do momento em que muitos menores foram reabilitados para a sociedade, com atividades definidas”.

Nesse sentido, é importante retomar aqui a defesa do trabalho, entendido pelo autor como um importante elemento de formação dos jovens (mesmo e principalmente sendo “delinquentes”), de modo que se tornem indivíduos uteis ao progresso de sua Pátria. Nogueira de Faria (1963, p.65) propõe: “Imprimamos a alma da gente nova ao lado do culto pela Justiça, o culto pelo Trabalho, porque só este, norteado pela vocação, trará o bem estar material e moral quando auxiliado pela economia”.

---

<sup>228</sup> O crime é tão destrutivo que “Todo aquêlo que tiver certeza do próprio êrro ou crime, não se revolte contra o castigo, contra a penalidade que lhe fôr imposta. Consciencia reconhece a justiça da condenação e lhe dá o seu íntimo assentimento” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.44).

Um exemplo disso é sua crença na capacidade de regeneração humana, sobretudo da juventude, que era levada ao crime não necessariamente por sua índole perniciososa, mas por outras circunstâncias que a teriam conduzido a tal destino, como, por exemplo, a influência perniciososa da própria sociedade<sup>229</sup>.

Outro motivo que poderia levar à delinquência seria a imprudência típica da juventude, que nem sempre conseguia agir adequadamente diante das situações difíceis da vida, reagindo, muitas vezes com violência e rebeldia por não entender que a melhor forma de agir era sempre a mais civilizada. Acerca disso ele nos apresenta um exemplo, publicado na “Folha do Norte” em 07/02/1937, de como em uma situação extrema um menino poderia tornar-se um delinquente:

Raymundo, há pouco mais de um anno, matou, com uma machada na cabeça, enquanto dormia, seu amo numa barraca á margem do rio Aruanã, no município de Afuá. Praticou o delicto não só para livrar-se das surras diárias que lhe infligia o patrão, como, principalmente, para não ver effectivada a ameaça de morte que pesava sobre si. Pois actualmente Raymundo Nonnato é o melhor e mais disciplinado elemento da Colonia; o alumno mais disciplinado, de melhor conducta e que melhor nota obtem em toda classe.

Os internatos, nessa perspectiva, pareciam necessários já que suas propostas pedagógicas tinham no trabalho e na disciplina esse importante artifício regenerador, sendo eles o que livraria o homem do crime, pois forneceria ao interno, as ferramentas necessárias à sobrevivência honesta, como vemos no fragmento a seguir: “Se tomardes a sério estes conselhos, educando-vos assim, desde a vossa infância, desde a vossa juventude, nessa guerra contra inclinações, sentimentos e pensamentos negativos, conquistareis, em plena mocidade, assegurando-a na velhice, a vossa Felicidade!” (NOGUEIRA DE FARIA, 1963, p.35).

Quanto à CRC, criada em 24 de outubro de 1932, em homenagem à Revolução de 1930<sup>230</sup>, tinha como projeto político garantir ao povo paraense uma instituição transformasse homens delinquentes em “Homens de Bem”, ou seja, possuidores de uma “nova mentalidade”, úteis a um “novo tempo”. As crianças pobres desde à infância, fadadas ao fracasso, aos vícios e à criminalidade, encontrariam nessa instituição “uma mudança de rumo” de modo que mesmo que inicialmente lhes desagradasse a ideia do internamento, depois dele passado, pela formação

---

<sup>229</sup> Esta compreensão de Raymundo Nogueira de Faria tem forte influência do pensamento de Rousseau.

<sup>230</sup> “A cidade está plena de festejos: a victoria da Revolução empolga a cidade. Dentro de onze mezes de governo o major Magalhães Barata tem feito o que os governo republicanos não fizeram em quarenta! É, sobretudo, amigo dos pobres e dos humildes. Entre outras instituições, creou a Assistencia Judiciaria no Cível, que tem sido o amparo de tanto pobre cujos direitos estavam inteiramente postergados! Deus o inspire, Deus o acompanhe sempre!” (NOGUEIRA DE FARIA, 24/10/1931).



recebida, seriam gratos à oportunidade que a vida lhes dera e não se envergonhariam “do motivo que para aquelle centro de trabalho os conduziu” (FOLHA DO NORTE, 21/9/1931).

Em diário pessoal, poucos dias após da inauguração da CRC, Nogueira de Faria (31/10/1933) registrou: “No dia 24 deste, inauguramos o edificio “Soldado Pantoja”<sup>231</sup>, na Colônia Reformatória de Cotijuba. Mais uma graça dos ceos. Precisamos agora continuar com aquela obra, que é formidavel. Agora, **a organização moral**” (Grifo nosso).

Criar um novo estado de moralidade, com uma nova organização moral da sociedade, que seria colocada em prática na Ilha de Cotijuba, era o grande empreendimento de Nogueira de Faria. A Colônia Reformatória era, portanto, a primeira etapa da execução de um grande projeto social elaborado por ele e que aos poucos vai se materializando. Nogueira de Faria, lança mão da “Parábola do Semeador”<sup>232</sup>, em analogia ao grande efeito moral que a CRC poderia ter na vida dos meninos encaminhados para lá,

[...] esses menores que delinquem são como a terra que julgamos improductiva, porque nada fazemos por explorar e adubar. São os engeitados dos homens e da sorte. Órfãos de cuidados e carinhos, atirados ao léo da vida, como a mosca incauta cahem, sem querer, na teia de aranha do Vicio, escola elementar do Crime, e progridem porque são intelligencias precoces, infelizmente não aproveitadas pelos governos e pelos homens que aferrolham os dinheiros (FOLHA DO NORTE, 07/09/1931).

Por meio da IEMC que receberiam naquele estabelecimento as crianças passariam a amar virtudes como o trabalho e a disciplina e, principalmente, sua Pátria, desejando serem úteis a ela. A CRC seria um esforço organizado e oficial de oferecer à juventude “delinquente” a redenção da condição em que se achava, ou que havia sido colocada pelos contextos desfavoráveis em que se encontrava antes do internamento.

A Colônia também representava dois grandes anseios de Nogueira de Faria: a salvação social e a salvação espiritual. Nesse sentido, a IEMC assumiria aspectos regeneradores transformando as pessoas e suas realidades, e “assim os pobrezinhos repudiados de hoje, poderão ser homens bemquistos e honestos no futuro, ao mesmo tempo que hão de abençoar tao nobre quão grande empreendimento” (FOLHA DO NORTE, 21/9/1931).

<sup>231</sup> O nome atribuído ao pavilhão era uma homenagem ao miliciano Joaquim da Silva Pantoja, morto no levante do 26º Batalhão de Caçadores em julho de 1924.

<sup>232</sup> A Parábola do Semeador é uma das parábolas de Jesus encontradas nos três evangelhos sinópticos (Mateus 13:1-9, Marcos 4:3-9 e Lucas 8:4-8) e no apócrifo Evangelho de Tomé. Nesta história, um semeador deixou cair uma semente no caminho, em terreno rochoso e entre os espinhos, e ela se perdeu, mas quando a semente caiu em boa terra, cresceu, multiplicando por trinta, sessenta e cem a colheita. No exemplo dado por Nogueira de Faria, os meninos e meninas pobres do Estado do Pará são uma terra com grande potencial produtivo, no entanto, precisam ser preparados adequadamente antes de receberem as sementes. Se houve o preparo adequado o resultado final produtivo e abundante e certo, mas do contrário, os resultados não são os esperados, no entanto, a culpa não é do solo em si, mas da ausência de um trabalho adequado em relação ao mesmo. A terra aqui é usada como forma de transformar, exercer poder, e reabilitar os menores “delinquentes”.

Sobre o que seria esse estabelecimento de internação, Nogueira de Faria o expõe como elevada política social preventiva, salvadora da juventude! Nesse sentido, a Colônia Reformatória é apresentada com “todas as possibilidades de se tornar uma instituição [correcional] modelar” (ESTADO DO PARÁ, 11/08/1937), pois o seu objetivo basal era o de

Dar assistência á orphandade, amparar os menores e prevenir a sociedade do vírus criminoso **dos que ainda não tem discernimento preciso para escolher entre o bem e o mal** (...) fazendo voltar ao caminho do bem os pequenos transviados, os que em virtude de sua convivencia na promiscuidade se tornariam elementos perigosos e temibillisimos ao organismo social, se não tivesse que lhes viesse ao encontro, salvando-os do abysmo (FOLHA DO NORTE, 05/09/1931. Grifo nosso).

Em razão disso, a CRC é compreendida como uma obra “digna da dádiva do rico e do óbulo da viuva que mereceu tão altos louvores de Jesus” (ESTADO DO PARÁ, 02/09/1931), principalmente considerando a origem dos internos, “quase todos recrutados no “bas fond” de Belém, nos mais sujos meios de corrupção da capital” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1937), ou seja, eles haviam sido “resgatados” da “vadiagem da rua, aos meios de moral duvidosa, em que cada vez mais se afudavam dia a dia” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1937).

A história oficial da criação dessa Colônia correcional contada pelo próprio Nogueira de Faria (1945) começa com o incômodo de se deparar frequentemente, pelos corredores da Central de Polícia os meninos, que apreendidos, aguardavam transferência para a Cadeia de São José<sup>233</sup>. Nesse momento, ao entrevistar esses meninos, ele percebeu que a incursão deles na criminalidade, muitas vezes, tinha sido resultado da negligência parental e também da omissão governamental. Decide, então, apresentar ao interventor federal uma alternativa para solucionar a questão que foi de pronto aceita por aquele “governante amigo das crianças”, como os jornais costumavam publicar.

---

<sup>233</sup> O Convento de São José foi construído em 1749 pelos frades capuchos de Nossa Senhora da Piedade, para promover as missões de evangelização em território brasileiro. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, o governo tomou posse da construção que assumiu diferentes funcionalidades ao longo dos séculos como, por exemplo, olaria, quartel do Batalhão de Pedestres, quartel do Esquadrão de Cavalaria (1804), depósito de pólvora, hospital (1835), e cadeia pública em 1843. Em 1943, depois de uma reorganização institucional transformou-se no Presídio de São José, sendo desativado em 1998 após diversas revoltas. Em 2002, após restauração, foi reinaugurado como o Espaço São José Liberto que abriga: a Capela São José (onde ocorre concertos de música sacra); uma ourivesaria; um polo joalheiro; a Casa do Artesão; o Museu de Gemas do Pará; o anfiteatro Coliseu das Artes (onde ocorre eventos culturais); o Memorial da Cela, e; o Jardim da Liberdade.

**IMAGEM 38:** Corredor da Central de Polícia onde Nogueira de Faria costumava encontrar com os menores que aguardavam transferência para a Cadeia de São José



**Fonte:** Rodrigues, 1939

Sabemos, no entanto, que esse “sonho” nasce bem antes disso, quando, exercendo o magistério, principalmente na Escola Monte’Alverne, Nogueira de Faria começa a ter contato com as carências da infância das camadas mais pobres, como declarou ao jornal “Vespertino” de 10/04/1943: “problema máximo da nacionalidade, que é a assistência aos pequeninos brasileiros que, numa terrá tão dadivosa como o Brasil, têm fome e vivem sem teto que os acolha”.

A experiência na Escola Monte’Alverne também o ajudou a perceber que a ideia corrente de que os pobres não se interessavam pela educação não era verdadeira, como vemos no registro a seguir, contido num de seus diários pessoais: “A noite iniciamos os nossos estudos quero dizer, as aulas da escola Mont’Alverne surprehende-me a concorrência de alunos para a 1ª parte: 30 (trinta) entre os de ambas as secções” (NOGUEIRA DE FARIA, 03/02/1913).

Posteriormente, já na função de magistrado, foi pressionado pelo então governador do Estado do Pará Dionísio Bentes<sup>234</sup> para que em um determinado processo judicial, envolvendo

<sup>234</sup> Dionísio Ausier Bentes nasceu em Faro em 13/02/1881 e faleceu no Rio de Janeiro em 13/12/1949. Foi médico e político paraense. No período de 1913-1915 atua como vice-presidente da Câmara. Em março de 1918, foi eleito deputado federal pelo Pará. Em 1925 assume o governo do estado onde permanece até 1929. O maior destaque de seu governo é a criação de uma lei, proposta por ele e aprovada pela Assembleia Legislativa do Pará em 1927, de concessão das terras às margens do Rio Tapajós à Companhia Ford Industrial do Brasil desenvolver um projeto de plantação de seringueiras, denominado Fordlândia. Os termos da concessão isentavam a companhia americana do pagamento de qualquer taxa de exportação de borracha, látex, pele, couro, petróleo, sementes, madeira ou qualquer

colonos e fazendeiros com interesses opostos, decidiu em favor dos mais ricos, demonstrando a opressão que as pessoas mais pobres e simples sofriam sendo expropriadas inclusive de seus meios de subsistência em prol de interesses políticos egoístas e perniciosos. Nesse momento, ele resolve abandonar a magistratura, mas depois reflete melhor e desabafa: “Para frente! Para frente! Nada de desanimar, nada de recuos! Recuar é deixar os perseguidos em abandono” (NOGUEIRA DE FARIA, 20/12/1926).

Com essa experiência profissional também compreendeu melhor que quando um juiz julgava uma causa em que o requerido fosse desprovido de recursos materiais, o magistrado deveria olhar de forma diferente para esse criminoso pobre, pois sua conduta delituosa poderia ser resultado de sua condição socioeconômica desfavorável: “Não te arrependas de fazer o bem aos criminosos humildes” (NOGUEIRA DE FARIA, 13/02/1926), porque, como vimos, em relação às camadas mais pobres, o crime nem sempre era uma escolha ou, quando o era, podia estar mais relacionado à questão de sobrevivência e preservação pessoal que a uma falta de caráter, necessariamente.

De tal modo, o grande sonho de Nogueira de Faria, de acordo com seu filho Luis Faria (1951), era “dotar o Estado de um estabelecimento que amparasse o menor abandonado e delinquente, desviando-o, com a sua assistência, do dia negro de amanhã”. Por conta desse propósito elevado, o “Estado do Pará” de 12/05/1957 afirma que a Colônia Reformatória seria “um lar cristão para crianças sem destino”, pensado com muito carinho por Nogueira de Faria, para quem o estabelecimento era:

[...] um pedaço do seu coração palpitante, dando fruto e água e sombra a tantas crianças desamparadas. Não há um recanto da escola onde não se depare, lavrado pela sua pena, um conselho generoso. É o seu próprio espírito, sempre ponderado e tranquilo, animando ao estudo, predicando a prática do bem, fortalecendo os desesperados, levantando os humildes (ESTADO DO PARÁ, 12/05/1957).

Nesse sentido, a Colônia de Cotijuba era o maior sonho desse intelectual, que não mediu esforços, como já vimos, para fazer dela uma realidade. Foi em nome dessa quimera que ele iniciou, como já apresentamos anteriormente, uma grande mobilização popular, acerca da qual ele registrou em seu diário pessoal em 06/07/1931:

Estamos lançados numa grande pugna: a criação da Assistencia Geral aos menores abandonados. Temos procurado interessar todas as classes; a campanha parece estar ganha. Deus permita que assim seja... O plano é vasto: vae do recolhimento infantil á Colonia Correccional. Devemos ter o recolhimento para os expostos e para os filhos de mulheres pobres que não

---

outro bem produzido na área. Depois da Revolução de 1930 muda-se para o Rio de Janeiro e volta a exercer a medicina. Em 1945, pela União Democrática Nacional (UDN), concorre ao cargo de deputado federal, mas não é eleito.

possam levar seus filhos para o emprego; o jardim da infância; a escola de preservação; a de reforma, a Colonia Correccional e o Abrigo Noturno, para os vendedores de jornaes. Essa é a obra a realizar; O major Magalhães Barata é um amigo dos humildes e dos pobres. É o braço direito da campanha. A mocidade das escolas superiores, - com uma ou duas excepções, ficou indiferente; mas a juventude do Gynnasio vem operando milagres.

“A Vanguarda”, em edição de 14/11/1943<sup>235</sup>, numa reportagem intitulada “Os menores desamparados encontram em Cotijuba o lar que não conheceram”, afirma já no título auxiliar: “Poderiam vir a transformar-se em facínoras mas hoje estudam e preparam sua profissão”. Depois, no corpo da matéria diz-se:

O problema dos menores desamparados tem ali uma ótima solução. Meninos que poderá vir a ser temíveis facínoras ou ladrões profissionais, justamente por jamais haverem conhecido qualquer carinho ou qualquer conforto, encontram na Escola Correccional de Cotijuba, um amparo paternal, comodidades que talvez julgassem antes impossíveis, e a educação que os encaminhará a uma profissão digna.

Em 20 de fevereiro de 1945, por meio do Decreto-lei estadual n.4.739, criou-se na Ilha de Cotijuba outro estabelecimento correccional, o Instituto de Recuperação Social (IRS). Embora ele fosse destinado a receber adultos criminosos, estava interligado à CRC pois, em seu regimento interno, havia a previsão de que receberia os jovens que completassem “a maior idade na Colônia Reformatória de Cotijuba sem que haja sido revogada a medida de internação” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.129) pelo mesmo não ter sido cumprido integralmente<sup>236</sup>.

O IRS também disporia de um espaço específico para o atendimento daqueles menores que, considerados muito perigosos, não poderiam conviver livremente com os demais, como previsto artigo 2º, parágrafo único do Estatuto daquele estabelecimento: “O Instituto de Reeducação Social disporá da seção especial destinada a internamento de menores considerados perigosos nos termos fixados no parágrafo 1º, art.8º, do Decreto-lei federal n. 6 026, de 24 de novembro de 1943”. Isso ocorreria até que fosse “declarada a cessação da periculosidade, de acordo com a lei de menores” (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.130). Mas gostaríamos de salientar que se tratavam de duas instalações distintas como destaca o regimento interno do Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP):

<sup>235</sup> Nessa ocasião a “Colônia Reformatória de Cotijuba” foi rebatizada como “Educandário Magalhães Barata”.

<sup>236</sup> O governador Moura Carvalho, ao elaborar seu projeto sociopenal havia pensado que o IRS teria uma seção específica para assistir “a todo aquele que, sendo válido, esteja em estado de verdadeira medicancia, proporcionando-lhe condições favoráveis de trabalho. Os mendigos e vadios internados no IRS serão submetidos a regime de readaptação moral, melhoria de condições físicas e intelectuais e a predisposição para o trabalho” (CARVALHO, 1947, p.27).

Art.93 **O Educandário Magalhães Barata** é o estabelecimento destinado a receber menores abandonados e delinquentes do sexo masculino, de 12 a 21 anos de idade, a fim de lhes dar a necessária e integral assistência, capaz de transformá-los, pelo trabalho, pelo estudo e pela moral, em elementos sadios e úteis.

Sobre essas instituições Nogueira de Faria (1945, p.129) declara:

Unificada a administração geral da ilha, C.R.C e I.R.S formarão um todo, na realização de uma missão social divinamente humana. Construídas ao longo da estrada central, as vilas de casas, em seções correspondentes. – teremos transformada a humildade Cotijuba de hoje na operosa **Cidade de Redenção**, de amanhã (*Grifo nosso*).

A despeito disso, o tratamento oferecido aos menores e aos internos do IRS, assim como as jornadas diárias dos dois estabelecimentos eram bem distintas, como podemos constatar no trecho seguir:

Os correccionais do Instituto de Reeducação Social plantavam roça para fazer a farinha deles, plantavam arroz, para comer o arroz deles, plantavam feijão, para comer o feijão deles e a macaxeira para comer com café, com o chá. O governo só dava o querosene e o sal e as coisas que eles não podiam produzir.

Eram todos ocupados, trabalhavam das sete da manhã até onze horas, pegavam duas horas da tarde até quatro horas na roça, depois iam tomar banho, almoçavam e jantavam bem, e eram recolhidos ao depósito deles. Não era de alvenaria o depósito deles. Era um barracão grande coberto de palha de inajá cerca de estaca de acapu e arame farpado por dentro e por fora. Dali eles não fugiam de jeito nenhum, fugiam do trabalho, mas lá de dentro do aparato deles não fugiam (OLIVEIRA *et all*, 2006, p.15).

É certo, por conseguinte, que o resultado esperado pelo trabalho feito na Colônia era a reintegração social dos indivíduos, como podemos depreender do fragmento abaixo:

[...] simples desajustados sociais, as portas das enxovias de negregada memória e, palmilhando a estrada larga da Redenção quando em brebe retornarem ao convívio social, regenerados e úteis pelo trabalho, pela moral e pela saúde, bendirão o Govêrno do Cel. Magalhães Barata que lhes estendeu a mão, considerando-os afinal, em lance de larga visão administrativa, seres humanos dignos (NOGUEIRA DE FARIA, 1945, p.130)

Essa reinserção social era objetivo tão importante que, ao serem considerados aptos ao convívio social, depois de passarem pela formação oferecida na CRC, os meninos eram desligados com toda a “pompa e circunstância” em ato que contava com as bênçãos das autoridades paraenses, como podemos constatar pelo fragmento da reportagem abaixo

Seguiu-se a cerimonia do desligamento dos alunos que, agora, já devidamente instruídos, prontos a enfrentar a vida prática e honesta, deixam a Escola de Cotijuba. (...) Receberam eles a importância depositada na Caixa de Previdência Social, correspondente a dois terços de seu salário pelos trabalhos executados. (...) Todos [governador e demais políticos presentes] tiveram

palavras de encorajamento e felicitações aos jovens rapazes (A VANGUARDA, 14/11/1943).

Instituições como a Colônia Reformatória também seriam, no entendimento desse educador paraense, uma importante alternativa de formação da juventude, como podemos conferir nesse extrato de um livro de Nogueira de Faria (1927, p.392):

De modo firme consolidemos na alma da gente nova o culto sincero, franco e leal pela lei mas é preciso que o exemplo venha das autoridades e caia em jorros claros, puros, lá do alto: - venha do Estado para o cidadão para que possa ascender deste para o Estado, fiel e respeitosa.

Além do mais, também seria uma forma do Estado demonstrar seu empenho no cumprimento de suas obrigações e seu compromisso com o futuro da Pátria, como ele defende em carta escrita aos fazendeiros e comerciantes do Pará: “Eis porque protegendo a infância viciosa, a juventude abandonada aos azares das sarjetas sociaes, nós nos defendemos a nós mesmos e conjuramos aquella ameaça, praticando obra de humanizado patriotismo em defesa da propria economia organica da raça” (FOLHA DO NORTE, 29/08/1931).

Nogueira de Faria reconhecia que somente a presença da Colônia Correccional naquela ilha a transformaria completamente e, assim, na Ilha de Cotijuba: “em vez de uma ilha mal cuidada e quasi deserta, teremos a “Cidade dos Menores Felizes”” (A VANGUARDA, 14/11/1943).

O Jornal “A Vanguarda”, em reportagem publicada em 14/11/1943, ou seja, quase uma década depois do início do funcionamento da CRC, atesta essas transformações na paisagem da ilha: “O matagal está derrubando. Surgem lugares outrora indevassáveis, plantações feitas pelos alunos, construções e limpas estradas de rodagem, sendo que uma vai da Escola á ponta norte da ilha”.

Esse periódico também menciona o nome do juiz Nogueira de Faria como aquele que investiu todos os esforços para se chegar aquele ponto: “Sabendo as dificuldades sempre encontradas para a realização de uma obra daquela natureza, convencemo-nos de que somente a energia e o amor pelos seus semelhantes de um homem poderia transformar aquela ilha no que é atualmente” (A VANGUARDA, 14/11/1943).

Mas o caráter “redentor” que a Ilha de Cotijuba assume após a instalação da CRC, acerca do qual já falamos anteriormente, e, principalmente, por conta da chegada dos primeiros menores “delinquentes”, passou a ser conhecido e desejado por toda a sociedade paraense como podemos ver nesse fragmento de uma reportagem do jornal “Estado do Pará” de 12/05/1957: “Graças á tenacidade desinteressada do homem que procurou a luz da verdade para a sua

consciência e para os seus semelhantes, a Ilha de Cotijuba há de ser um dia de fato a **Ilha da Redenção**” (*Grifo nosso*).

No entanto, essa redenção, é preciso evidenciar, se estenderia, não somente aos internos da Colônia Correcional, mas a todos os moradores da Ilha de Cotijuba. E, embora muitas vezes isso não estivesse claro, estava presente nas expressões de Nogueira de Faria quando se referia aos ilhéus e também nos projetos que tinha para a própria ilha e não somente para sua instituição correcional, pois acreditava que, se os menores podiam evoluir, regenerando-se, o mesmo poderia acontecer com todos os cotijubenses. Mas, para que essa evolução acontecesse, ele percebeu que a própria Ilha de Cotijuba precisava ter certas condições alteradas, principalmente as econômicas, as civilizatórias (ou higiênicas) e as educacionais, como forma de superar as condições de vida dos homens naquela ínsula.

Tais transformações visavam fazer de Cotijuba uma “villa de paz e trabalho, instrução e conforto” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1932). Essa foi inclusive, uma promessa feita aos próprios ilhéus por Nogueira de Faria, que conversou com eles sobre a Colônia Reformatória a ser instalada, principalmente as mudanças pelas quais a ilha passaria, como verdadeira urbanização do espaço e que os próprios ilhéus tanto desejavam. A CRC foi apresentada àquela “boa gente como uma obra de alegria e paz, conforto e educação” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1932), que só lhes traria benefícios e, por isso, deveria ser aceita e apoiada.

Como se pode perceber nos discursos do magistrado as palavras trabalho e instrução e os frutos advindos delas (paz, conforto e alegria aos moradores da Ilha de Cotijuba) se repetem com frequência. Nos discursos e textos, Nogueira de Faria apresentava seus planos grandiosos em relação às questões infraestruturais como revolução urbanística na ilha com a abertura de uma “extensa estrada de penetração, cortando a ilha de ponta a ponta e contornando o famoso grande lago, cheio de lendas” (FOLHA DO NORTE, 31/01/1933). Essa “larga estrada marginal, [seria] ligada por varias travessas, muito amplas” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1932).

Nogueira de Faria também prevê o advento da energia elétrica e da iluminação pública, como sinais urbanizadores importantes para a segurança da ilha. De forma bem otimista dizia aos moradores: “Dentro de um anno, talvez, luz electrica” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1932). Dessa forma, “Cotijuba dentro de pouco tempo não será mais a ilha abandonada e inútil, mas um nucleo de **regeneração pelo trabalho e edificação social** pela disciplina fecunda e salutar” (ESTADO DO PARÁ, 13/9/1931, grifo nosso).

A regeneração pelo trabalho ocorreria por meio da geração de empregos que surgiriam a partir dos incentivos à agricultura familiar e às diversas culturas praticadas pelos moradores de Cotijuba como arroz, açúcar etc. Para isso, inclusive, foi contratado pelo governo do Estado



um engenheiro agrônomo que prestava consultoria técnica tanto para CRC quanto para os demais agricultores da região. Além disso, Nogueira de Faria também pretendia criar postos de trabalho através da implantação de uma “pequena fabrica de tinta a óleo e também de uma pequena serraria” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1932).

A cooperativa de pescadores, secular em Cotijuba, igualmente receberia incentivos fiscais e orientação técnica de especialistas com vistas ao aumento do quantitativo de pescado. Outra forma de incentivar essa atividade e de ajudar os pescadores seria a compra, por parte da Colônia Reformatória, do excedente das pescarias.

Reconhecendo a precariedade econômica e o baixo poder aquisitivo da população da ilha, nosso intelectual também pretendia interferir no comércio interno e auxiliar aos mais pobres oferecendo-lhes melhores condições de vida, primeiro garantindo-lhes empregos e salários dignos, como já vimos acima, depois por meio da construção de “um grande almoxarifado, onde, pelo preço daqui de Belém, a população da Ilha se fosse suprir dos gêneros de primeira necessidade” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1932), um dos aspectos da edificação social pretendida. Iniciativas como essa procuravam minimizar um quadro de pauperização que as famílias experimentavam na década de 1930 devido ao “encarecimento da vida urbana [que] beneficiou a burguesia urbano-industrial e penalizou as classes médias e o proletariado” (TOZONI-REIS, 2002, p.29).

Outras etapas da edificação social supracitada se dariam por meio da criação de órgãos fundamentais para garantir direitos importantes aos cidadãos de Cotijuba como segurança pública, saúde e a educação. Por conta disso Cotijuba passou a ter “um comissariado e posto medico, que também terá uma pequena enfermaria” (ESTADO DO PARÁ, 20/01/1933), sendo projeto do desembargador fazer uma ampliação desses serviços com a construção de pelo menos mais um posto médico que seria exclusivo para o atendimento dos cotijubenses já que o posto médico da CRC estava com dificuldades para atender os ilhéus depois do aumento no número de internos da Colônia Reformatória.

O posto do Comissariado de Polícia foi criado pelo próprio Nogueira de Faria, numa das vezes em que assumiu o governo do Estado interinamente, substituindo Magalhães Barata (FOLHA DO NORTE, 09/03/1933), e era a materialização da força repressiva do Estado na Ilha, se em algum momento isso se fizesse necessário, mas, principalmente, uma forma de garantir a segurança da ínsula em relação às ameaças externas, como os “piratas” que já nessa época navegavam pelos rios do Pará.

Outro importante e significativo investimento feito na Ilha foi em relação a educação, pois, em paralelo à construção da instituição reformatória, houve a ampliação da oferta de escolas, como constatamos no trecho abaixo onde Nogueira de Faria afirma:

[...] nossa intenção [é] construir alli três grandes edifícios; um, cujas obras já estão muito adiantadas, para menores delinquentes e vagabundos; outro na ponta fronteira á Tatuoca, para menores abandonados; e, finalmente, no centro da ilha, o maior, destinado aos filhos de Cotijuba, dotado de uma seção moldada nos systemas de escolas domesticas. Além disso, duas escolas primarias (...) “as escolas “Joaquim Tavora” e a “Soldado Mello Valle”, mantidas pelo governo do Estado, situadas uma no interior e outra na extremidade oriental da ilha, destinadas aos filhos dos ilhéus. Funciona cada uma com a frequência de quarenta alunos, mais ou menos (ESTADO DO PARÁ, 07/02/1932).

Tudo isso, no entendimento de Nogueira de Faria, garantiria à população de Cotijuba a concretização das promessas da criação de uma comunidade marcada pela alegria, paz e conforto. Mas a edificação social contava ainda com outras medidas importantes como a elaboração de um regimento interno a ser cumprido pelos ilhéus e pela garantia dos direitos das proles<sup>237</sup>.

A primeira medida, segundo ele, faria dos moradores do lugar “simples foreiros” que, se desejassem permanecer na ilha deveriam se submeter “a um regulamento interno” (FOLHA DO NORTE, 07/02/1932), cujo objetivo principal era manter a ordem social garantindo uma convivência harmoniosa entre internos da Colônia Reformatória e os cotijubenses. O regulamento deveria disciplinar a vida comunitária em Cotijuba, inclusive a relação entre colonos e ilhéus. Oliveira *et all* (2006, p.16,17) nos oferece um exemplo prático de como isso funcionava:

Aqui ninguém podia vender cachaça, ninguém podia beber cachaça na Ilha de Cotijuba, ninguém podia trazer cachaça de fora. Se trouxesse esse material, o camarada era chamado e expulso da ilha com autorização da justiça. O juiz não deixava que acontecesse nada disso para não trazer o modelo errado para os menores daqui do reformatório.

A segunda medida, ou seja, a garantia dos direitos sucessórios, visava regularizar as uniões conjugais dos moradores de Cotijuba. Quanto a isso o jornal “Folha do Norte” em sua publicação de 28/02/1933 noticia: “O major Barata deu ordem ao dr. Nogueira para

---

<sup>237</sup> Por conta da defesa do trabalho, como a melhor maneira de se adquirir a dignidade e a honra pessoais, bem como para se conquistar o progresso coletivo, os positivistas também defendiam que eram necessárias a existencia de condições dignas para que o labor pudesse ser exercido satisfatoriamente, como, por exemplo, a educação e a saúde, que devem ser oferecidas pelo Estado. Educação e saúde, como temos visto, são elementos de suma importância no projeto de reedificação social de Nogueira de Faria.

providenciar no sentido de facilitar o casamento civil de diversos moradores que vivendo já maritalmente ha annos, desejam legalizar essa união em beneficio das proles”.

Ambas as medidas tinham um importante efeito controlador, disciplinar e moralizador, que destacavam os valores da Revolução de 1930, e do grupo que assumiu o poder e atendiam às expectativas de transformar a Ilha de Cotijuba num lugar ideal sem exploração do próximo, sem ociosidade, cujos habitantes fossem educados, disciplinados, moralmente dignos, ou seja, “Homens de Bem”, cumpridores da lei em todos as dimensões de sua vida, notadamente em relação as suas relações amorosas.

Para que todas as transformações se concretizassem e produzissem o efeito esperado, Nogueira de Faria estabeleceu inclusive um prazo:

Temos fé que dentro de cinco anos a ilha afortunada estará transformada em uma cidadezinha com a sua pitoresca avenida marginal de volta, com os seus três grandes pavilhões, um dos quaes, o maior, destinado á instrucção e educação dos filhos do logar, nos moldes de uma escola domestica, para as meninas; com as suas três escolas de ensino primário; com os seus campos de lavouras, celebrando o trabalho e a fé por toda a parte, sanatório de corpos e de almas, estas cheias do mais puro idealismo, enriquecida pelos sentimentos fundamentaes que distinguem e enriquecem a especie humana, tendo o Brasil em cada coração, e este também aquecido pelo amor da humanidade. Tenhamos fé no destino dessa obra, que irá sempre avante, graças á bondade humana e á protecção misericordiosa dos céos! Trabalhemos, fieis ao lemma sacrossanto: “Tudo pelo Brasil, nada contra o Brasil!” (FOLHA DO NORTE, 31/01/1933).

No entanto, antes mesmo de findo o tempo estipulado pelo desembargador, e também que todos os avanços e benefícios pensados fossem implantados em Cotijuba, havia sido feito: a criação do Posto Policial, a ampliação do número de crianças nas escolas primárias recém-criadas, a aberturas das ruas e travessas largas, a garantia de saúde aos internos e aos ilhéus com a inauguração da enfermaria. Tais feitos já haviam produzido alterações na própria apresentação da população e na realidade local pois, antes da Colônia a população foi descrita assim pelo “Estado do Pará” em 13/09/1931: “os habitantes parecem gosar saude, apesar de algumas physionomias indicarem a praga maldita do impaludismo”. Depois, num prazo de seis anos a população da ilha passa a ser apresentada como tendo:

[...] noção bem adiantada de civismo e que não desconhecem a disciplina. Um punhado de **creanças fortes** apresentando semblante alegre e uma disposição a toda a prova para o trabalho, obedientes ás ordens dos seus superiores, foi o que produziu “Cutijuba”, **transformando e corrigindo os nossos garotos vagabundos da cidade naquelles meninos que alli se acham apprendendo a amar á Patria e se educando num regimen de disciplina e de trabalho** (ESTADO DO PARÁ, 11/08/1937).

Como se pode ver, a criação da CRC fazia parte de um conjunto de medidas relacionadas à proteção e cuidado com a infância desamparada e com os menores “delinquentes”. Todavia tais medidas não se concretizaram integralmente. Os exertos anteriores demonstram que os planos de Nogueira de Faria eram mais ousados que a criação de um internato para meninos. Ele pretendia criar em Cotijuba uma nova cidade, a “Cidade da Redenção”, ou a “Cidade dos Menores Felizes”, onde os jovens, principalmente os mais pobres, seriam transformados em “Homens de Bem”. Para isso, seu projeto pessoal, como vimos ia além da criação de uma instituição; era na verdade um projeto para toda a ilha e é nisso que se encontra seu diferencial.

Tal projeto, em nosso entendimento encontra guarida no pensamento educacional do Iluminismo, especialmente no formulado por Jean-Jacques Rousseau<sup>238</sup>, em cuja obra encontramos o caráter indissociável entre a política e a educação, notadamente em duas delas “Emílio ou Da Educação” e “O Contrato Social”.

Na primeira, considerada um tratado de filosofia da educação no ocidente, Rousseau aborda a natureza do homem e sua relação com a sociedade, ele procura demonstrar como o indivíduo poderia conservar-se bom, mesmo vivendo numa sociedade corrompida, esse “como” trata-se de uma proposta de um novo sistema educativo que é experimentado pelo tutor do personagem principal chamado Emílio, que dá nome ao livro.

Na segunda obra, “O Contrato Social”<sup>239</sup>, o filósofo discorre sobre os “princípios do direito político” que permitiriam a cada indivíduo comprometer-se com os outros, renunciando

---

<sup>238</sup> Rousseau (Genebra, 1712 a 1778, Ermenonville). Em 1742, instalou-se em Paris e vinculou-se ao movimento enciclopedista. Em 1750 publicou o “Discurso sobre as ciências e as artes”, rompendo com o otimismo do Século das Luzes. Em 1755 publicou o “Discurso sobre a origem da desigualdade”, que lhe deu celebridade e causou polêmicas. Em 1762 publicou o “Contrato social”, livro que o levou ao exílio. Dos temas por ele abordados, destacamos: a) o homem é, por natureza, bom; é a sociedade que o corrompe; quer dizer: a sociedade não é, por essência, corruptora, mas somente certo tipo de sociedade, isto é, aquela que repousa na afirmação da desigualdade natural dos homens, oprimindo a maioria em proveito de uma minoria privilegiada; b) o estado de natureza é um estado primordial onde o homem vive feliz, em harmonia com o mundo e na inocência, não havendo necessidade de sociedade: o social não tem sua norma na natureza, mas no homem; a passagem da natureza à sociedade é puramente contingente, é uma causalidade puramente externa que o induz a isso; c) o homem difere essencialmente dos outros seres naturais e animais por sua perfectibilidade; o problema, para ele, consiste em encontrar uma forma de sociedade na qual possa preservar sua liberdade natural e garantir sua segurança; d) para solucionar esse problema, Rousseau propõe o contrato social. O soberano é o conjunto dos membros da sociedade. Cada homem é ao mesmo tempo legislador e sujeito. Ele obedece à lei que ele mesmo fez. Isso pressupõe uma vontade geral distinta da soma das vontades particulares. Cada homem possui, como indivíduo, uma vontade particular; mas também possui, como cidadão, uma vontade geral que o conduz a querer o bem do conjunto do qual é membro. Cabe à educação formar essa vontade geral. O regime social ideal é o democrático, mas Rousseau está consciente das dificuldades de tal regime: o governo, mesmo representativo, pode usurpar a soberania: “Um homem livre obedece, mas não serve; tem chefes, e não mestres; obedece às leis mas somente às leis; e é pela força das leis que não obedece aos homens” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.238, Adaptado).

<sup>239</sup> Obra fundamental de Rousseau (1762), na qual elabora os “princípios do direito político”, propondo-se a estabelecer a legitimidade do poder político, cujo fundamento não deve repousar na autoridade paterna, na vontade divina, nem na força, mas num pacto de associação. Tais princípios permitiriam a cada indivíduo comprometer-se

à sua liberdade individual em proveito da comunidade que lhe garantirá, como retorno, a dignidade do cidadão, ou seja, a igualdade jurídica e moral e a liberdade civil de forma que

As aspirações dos indivíduos à felicidade devem ser conciliadas com as exigências da vida social; as liberdades individuais devem se harmonizar com a submissão dos indivíduos ao interesse geral. Considerado por uns como a carta de fundação das democracias modernas, por outros, dos regimes totalitários, O contrato social não propõe nenhum modelo político, mas tão-somente os princípios da legitimidade do poder (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.55).

Nogueira de Faria, em trecho de sua obra já apresentado nessa mesma seção aponta a necessidade da felicidade individual estar compatível com a felicidade coletiva demonstrando filiar-se a ideia de Rousseau de que “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob o supremo comando da vontade geral e haverá de receber ainda cada membro como parte indivisível do todo” (ROUSSEAU, 2008, p.31). Por isso, Rousseau é considerado um contratualista<sup>240</sup> preocupado com as reais condições de vida na sociedade de sua época que ele considerava degenerada devido a um pacto iníquo que promovia uma ordem política ilegítima e instituições públicas irremediavelmente corruptas.

Tanto Rousseau<sup>241</sup>, quanto Nogueira de Faria fazem um diagnóstico bastante negativo de sua época e, por conta disso, mobilizados por um sentimento pessoal e pela simpatia do povo, pensam num projeto de intervenção. Monroe (1939) descreve a ação do filósofo genebrino como uma revolta violenta “contra as gritantes desigualdades sociais da sua época. Propôs, em vez da lei da razão, o novo evangelho da fé na natureza, no homem do povo, e na capacidade do homem de realizar o seu próprio bem na vida” (MONROE, 1939, p. 312). Mas contido em seus posicionamentos, o intelectual paraense valeu-se de sua proximidade com o

---

com todos, renunciando à sua liberdade individual em proveito da comunidade que lhe garantirá, como retorno, a dignidade do cidadão, vale dizer, a igualdade jurídica e moral e a liberdade civil. As aspirações dos indivíduos à felicidade devem ser conciliadas com as exigências da vida social; as liberdades individuais devem se harmonizar com a submissão dos indivíduos ao interesse geral. Considerado por uns como a carta de fundação das democracias modernas, por outros, dos regimes totalitários, O contrato social não propõe nenhum modelo político, mas tão-somente os princípios da legitimidade do poder (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.55).

<sup>240</sup> De acordo com Japiassú (2008, p.55) “A noção de contrato social, definindo a sociedade como o produto de uma convenção entre os homens, marca o nascimento da reflexão política moderna (séc. XVIII). Trata-se de uma concepção, bastante controversa entre os filósofos, que define a sociedade como o resultado das convenções pelas quais os cidadãos, de modo livre e voluntário, trocando sua liberdade natural pela paz e segurança, constituem o poder comum: "único meio de instituir um poder comum" suscetível de dar segurança aos homens, consiste em "conferirem eles todo o seu poder e toda a sua força a um homem ou a um conjunto de homens que pode reduzir todas as suas vontades a uma única vontade" (Hobbes). Para Rousseau, o contrato social é um pacto constituindo o fundamento ideal do direito político e repousando numa forma de associação capaz de "defender e proteger, com toda a força comum, a pessoa e os bens de cada sociedade, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece a si mesmo e permanece tão livre quanto antes".

<sup>241</sup> Essa contrariedade com a civilização em que vivia, considerada por Rousseau a fonte de todo o mal, fez com que o filósofo valorizasse o homem no seu estado natural e pensasse na proposta de um novo acordo, ou contrato onde o indivíduo tivesse uma atuação mais efetiva.

círculo do poder (GONZALEZ, 2001) para concretizar sua proposta de atendimento aos “deserdados da sorte”.

Para Eby (1952, p. 286) “Rousseau concebia uma sociedade na qual a proteção seria fornecida pela cooperação da massa, mas na qual não haveria limitação à liberdade individual”. Essa concepção de Rosseau demonstrava que

O Estado existe em virtude da “vontade geral”, que é o bem universal. As leis são apenas expressão deste interesse comum e deveriam ser aprovadas unicamente com o consentimento do povo. O Estado ideal de Rousseau é pequeno, como Esparta e Genebra. Opunha-se fortemente à política do governo representativo, pois cada indivíduo deveria ajudar na elaboração das leis. Como ele concebia a democracia, “o povo, sendo sujeito a leis, deveria ser o autor delas” (EBY, 1952, p.286, 287)

Seu esforço intelectual, portanto, era propor um novo e legítimo pacto social, no qual o direito político se assentaria em uma comunidade verdadeira onde a tensão entre individual e coletivo era resolvida na equação entre poder e liberdade.

A liberdade pessoal pertence ao homem por direito natural e é, para sempre, inalienável – isto quer dizer: nunca pode ser, com justiça, perdida, vendida ou de outra forma dispensada. Por esta razão, quando o homem entrou para o estado civil, êle o fez por um contrato mútuo ou social. Formando assim o Estado, dois fins foram buscados: primeiro, a defesa comum; e, segundo, a preservação da liberdade original do homem (EBY, 1952, p. 286).

Para Monroe (1939) Rousseau pensava numa nova sociedade em que a educação era um caminho que vinculado ao contrato social ganhava sentido. A educação que ele propunha almejava alcançar uma sociedade livre e justa, assim como as grandes doutrinas de libertação do homem do povo encontram sua origem nos ensinamentos de Rousseau. Neles se encontram também as grandes doutrinas educativas de libertação da criança, principalmente em sua obra “Emílio” que “contém em germe as ideias do jardim de infância, do trabalho da escola moderna e de toda concepção moderna de educação” (MONROE, 1939, p. 318). Para Snyders (1974, p.297) o que Rousseau propunha era

Uma regeneração da sociedade que faça a comunidade uma, reconciliada ao ponto de que o indivíduo possa entregar-se inteiramente a ela; uma vontade geral que o indivíduo reconheça como sendo, ao mesmo tempo, a sua própria. Síntese entre as doutrinas que desesperavam o mundo e, pois, acabrunhavam a criança sobre o peso do pecado, e as que se achavam logo à vontade neste mundo, fechando os olhos a tanto conflito, tanta discórdia. A criança será regenerada na medida em que uma renovação social permitir, a cada indivíduo, transformar-se em livre participante de uma totalidade unida. Tal o preço de uma pedagogia verdadeiramente nova

Esse ideal educativo, especialmente no que diz respeito à redenção da sociedade através da renascença do indivíduo, também está presente nos textos de Nogueira de Faria onde a educação assume um papel imprescindível na “salvação do país”. No entanto, como ele reconhecia que o sistema educacional de sua época ainda estava aquém do que seria, decidiu que ele mesmo deveria colocar em prática sua proposta educativa, primeiro na Escola Monte’Alverne, depois na Colônia Correccional de Cotijuba.

“Emílio ou da Educação”, revela o quanto Rousseau preocupava-se com a formação do homem, tanto para si mesmo quanto para os demais homens por meio da aprendizagem dos valores supremos da igualdade e da liberdade. Esta obra traz um projeto de educação idealizada, com características de uma filosofia moral e social, “através do qual transparece uma tentativa de explicação do homem, de seu destino e de sua missão, cujos temas fundamentais nos parecem tomados ao pensamento religioso tradicional, mas transportados para o plano duma filosofia sociológica da história (HUBERT, 1957, p.262).

A proposta educativa presente no “Emílio” de acordo com Eby (1952) desloca o centro do problema educativo do adulto para a criança defendendo que o fim último da educação se resume à preservação da bondade e das virtudes naturais. Nesse sentido, a educação “não deve nem tomar o rumo contrário ao da natureza, pois a natureza é boa, nem seguir os impulsos imediatos da criança, pois, hoje a bondade desapareceu sob o efeito dos hábitos sociais” (SNYDERS, 1974, p. 297).

Cambi (1999) apresenta o pensamento pedagógico de Rousseau a partir da relação de dois modelos, o do “Emílio” e o do “Contrato Social”, que trata de uma educação substancialmente socializada e socializadora pautada na intervenção do Estado que, por seu turno, deve representar a vontade geral, como vemos abaixo:

Política e pedagogia estão estreitamente ligados em Rousseau: uma é o pressuposto e o complemento da outra, e juntas tornam possível a reforma integral do homem e da sociedade, reconduzindo-a - por vias novas - para a recuperação da condição natural, ou seja, por vias totalmente artificiais e não ingênuas, ativadas através de um radical esforço racional. A pedagogia de Rousseau faz parte de um esboço bastante complexo da filosofia da história (baseada no princípio da decadência) e de reforma antropológico-social ao qual são dedicadas todas as grandes obras do genebrino, mesmo as do último período de sua vida, saturadas de gosto romântico e de forte individualismo, que aparecem, porém, como vias posteriores para realizar a renaturalização do homem, partindo agora do simples sujeito e da sua mais íntima sensibilidade. Há em Rousseau um único e grande problema antropológico-político (Fazer o homem sair do “mal” e ativar as vias para conseguir esse remédio), em cujo centro se coloca a própria pedagogia, articulada em várias formas, mas sempre essencial para promover o retorno do homem e da sociedade à condição natural (CAMBI, 1999, p. 343-344)

Segundo Winter-Jensen (2012) a visão iluminista de homem, a qual Rousseau ajudou a construir, era uma cristalização das visões que historicamente a precederam como a clássica, a cristã e a racionalista e resultaram “em uma nova ideia de homem”. Esse autor, no entanto, apresenta uma perspectiva mais crítica da proposta educativa do filósofo genebrino: “Quando a educação é mencionada, assume o caráter que chamaríamos hoje de uma educação de massa conformista, patriótica, de modo a criar e preservar uma sociedade ideal” (WINTER-JENSEN, 2012, p.223), sendo esse, portanto, um dos aspectos conservadores do pensamento rousseauriano.

Isso explica em parte a adesão de Nogueira de Faria ao governo do interventor Magalhães Barata e suas defesas públicas para que o povo apoiasse o governante incondicionalmente, pois se com o advento do governo revolucionário, instalado a partir de 1930, houve perdas, como certas liberdades, também haveriam ganhos, como o fato de o Pará ter um chefe executivo que somente visava o “bem do povo”, concepção que se coaduna com o seguinte pensamento de Rousseau (2008, p.37): “O que o homem perde pelo contrato social é sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que tenta e que pode alcançar. O que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo aquilo que possui”.

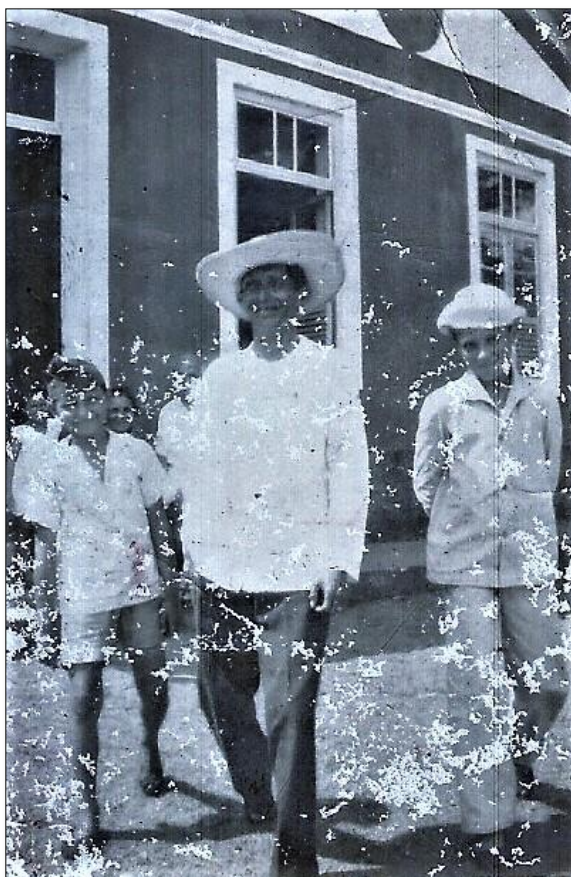
Nesse sentido, o pensamento educacional do iluminismo representou o fundamento de uma pedagogia burguesa do tipo que investe na transmissão de conteúdos e na formação social individualista. Ela resulta do reconhecimento burguês de que precisava educar a massa trabalhadora, para isso, ofereceu uma instrução mínima cujo principal objetivo era a formação do cidadão disciplinado, ou seja, no projeto educativo proposto por Jean-Jacques Rousseau a educação desempenha “um papel importante, no novo projeto de modernidade” (WINTER-JENSEN, 2012, p.224), como o considerava também Nogueira de Faria.

Já o caráter patriótico, ou cívico, do pensamento rousseauriano se mostrava quando sua proposta educativa era pensada, segundo, Winter-Jensen (2012, p.224) “não é apenas o republicano ou o cidadão do “Contrato social”, mas o patriota, que para o bem ou para o mal, alimentou-se, no leite de sua mãe, com um amor apaixonado por sua terra natal. Todos os meios são utilizados para desenvolver ainda mais essa nova atitude”.



Para encerrar essa seção apresentamos uma imagem (nº 39) que em nosso entendimento expressa parte do que seria o projeto de edificação social pensado pelo intelectual Raymundo Nogueira de Faria, cuja vida e obra estudamos nesta Tese. Na foto, podemos constatar a presença de um ilhéu, um interno da CRC e um menino filho do lugar, todos em frente ao prédio da CRC.

**IMAGEM 39:** Ilhéu, interno e menino cotijubense em frente à CRC



**Fonte:** Acervo familiar

Em nosso entendimento essa imagem demonstra que o projeto pensado pelo nosso intelectual se diferencia de outros similares que surgiram ao longo do século 20 pois não funcionava, como vimos, com características de instituição total e, portanto, não era marcado pelo segregacionismo e exclusão típico dos empreendimentos dessa época e em especial após a promulgação do Código de Menores de 1927.

O principal exemplo do que estamos dizendo é que os internos da CRC não somente podiam, como eram incentivados a interagir com os demais moradores da Ilha de Cotijuba, isso acontecia por ocasião das festas e cerimônias cívicas e comemorativas realizadas pela Colônia, franqueadas a todos os habitantes da ínsula. Outro momento que tal convivência se efetivava era durante as celebrações religiosas. Inicialmente as mesmas aconteciam nas dependências da

CRC, onde os ilhéus também podiam frequentar. Posteriormente, quando os menores construíram o templo local da Igreja Católica era para lá que todos se deslocavam com vistas a participar, novamente junto com os residentes de lá, para participarem das missas semanais.

Nesse sentido a Colônia Reformatória de Cotijuba, além de oferecer escolarização, saúde, alimentação, proteção, disciplinamento aos internos, também proporcionava, de um modo ou de outro, a possibilidade deles continuarem inseridos numa comunidade e inclusive de colaborar com ela envolvendo-se na sua própria edificação, como já discorremos aqui anteriormente quando apresentamos todas as alterações infraestruturais que Cotijuba vivenciou e que foram efetivadas com a força de trabalho dos “delinquentes”.

No caso dos moradores da ilha a instalação da CRC também poderia ser encarada como promotora de mudanças positivas tanto na geografia da ilha, com a abertura de vias e a reorganização do espaço, além da ampliação das lavouras das mais diversas culturas, como também trouxe para o lugar uma presença mais efetiva do Estado por meio da instalação de postos de saúde, de polícia e sobretudo pela criação de pelo menos três escolas de primárias, que atendiam não somente os internos da CRC, mas também as crianças cotijubenses, sendo que em algumas delas frequentavam a mesma sala de aula e estavam sujeitos as mesmas regras e normas, internos e os “filhos da gente do lugar”, como se referia Nogueira de Faria.

Essa interação, acreditamos, foi um dos motivos que fez com que muitos meninos após o período de internação, decidissem permanecer em Cotijuba por considerarem que era lá que estava sua rede de sociabilidades, seu trabalho, sua paróquia, seus mestres e tudo o mais com o que se acostumaram devido ao período de internamento naquela instituição.






---

## SEÇÃO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS

---



*Vou vê se tenho algum tempo e escrever minha vida...  
Nogueira de Faria<sup>242</sup>*

Em 21 de novembro de 1932 o Procurador Geral do Estado, acompanhado por representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil e da imprensa paraense fez uma visita ao Presídio São José com o objetivo de avaliar a situação dos menores “delinquentes” recolhidos naquele cárcere. Naquela ocasião constataram que estava “sendo mais ou menos observado o Código de Menores, que infelizmente não pôde ainda ser adoptado integralmente, visto não haver o elemento primordial, que seria um prédio destinado especialmente a tal fim, onde se pudesse fazer a classificação dos menores delinquentes, como exige o Código” (FOLHA DO NORTE, 22/11/1932).

Os órgãos da justiça reconheciam, portanto, que as disposições do Decreto nº 17.943/1927 (Código de Menores Mello Mattos), adotadas no Pará por meio de outro decreto de janeiro de 1931, ainda não haviam sido cumpridas integralmente, pois o Estado não providenciara uma instituição específica para receber menores “delinquentes”, que à época, ainda eram encaminhados ao Presídio São José, originalmente destinado a adultos criminosos, situação que permaneceu até o ano de 1933, quando finalmente se inaugurou a Colônia Reformatória da Ilha de Cotijuba, região insular de Belém.

Por trás desse grande empreendimento social existiu a figura emblemática de Raymundo Nogueira de Faria, que apesar de sua importância para a história do Pará, notadamente para a história regional da menoridade, ainda é pouco conhecida, tanto entre os acadêmicos quanto entre a população em geral, que ao passar em frente às ruínas do prédio da Colônia Reformatória em Cotijuba, não imagina o quanto de história elas contém.

Nogueira de Faria nasceu na cidade de Óbidos, interior do Pará, no final do século 19 e viveu até o ano de 1957. Foi poeta, escritor, jornalista, cronista, editor de revistas, professor do ensino de primeiras letras até superior, magistrado e, posteriormente, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Ele também foi militante do movimento espírita no Pará (sendo um dos principais responsáveis pela sua divulgação nas décadas iniciais do século 20), mas principalmente, foi

---

<sup>242</sup> Diário pessoal, 19/09/1934.

um grande defensor da da infância e da juventude e idealizador de propostas de atendimento para esse público.

A doutrina espírita e a proteção à criança e jovens “deserdados da sorte” foram suas causas e se constituíam, no seu entendimento, na sua missão aqui na terra, por isso, estão intimamente relacionadas e embasaram sua forma de viver e agir cotidianamente, assim como influenciaram sua produção escrita. Nesse sentido, não poupou esforços para concretizar sua missão, sacrificando em momentos, inclusive, seus recursos pessoais e sua reputação de jurista, para realizá-la.

Por conta dessa compreensão missionária de que cada pessoa tem a obrigação de contribuir com o desenvolvimento da humanidade oferecendo o que tem de melhor aos seus semelhantes, originária de uma cosmovisão kardecista-cristã do mundo, o intelectual Nogueira de Faria empreendeu por meio de projetos sociais no campo educacional ao criar estabelecimentos de ensino que atenderam aos mais desfavorecidos cultural, econômica e moralmente como as escolas de primeiras letras implantadas nas Comarcas por onde ele passou como juiz antes de assumir a titularidade da 5ª Vara de Menores Abandonados e Delinquentes em Belém e, nesta cidade, a própria Escola Monte’Alverne, criada antes dele ingressar na Faculdade de Direito e que fez parte de toda a vida de Nogueira de Faria.

Por ocasião da criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) do Pará, em 1912, Nogueira de Faria auxiliou Ophir Loyola em todas as etapas de sua implementação, como mostram as atas da instituição, e permaneceu por muitos anos na diretoria dessa instituição como um de seus administradores, assumindo algumas vezes a função de angariar recursos para o seu pleno funcionamento. Sua participação na criação e funcionamento do IPAI paraense o colocou bem próximo da realidade das famílias mais pobres, ajudando-as, inclusive, a superar preconceitos que se tinha em relação aos modos como tratavam e cuidavam de suas crianças.

Paralelamente a isso, Raymundo Nogueira de Faria assumiu várias funções públicas: segundo escriturário da Repartição de Terras e Colonização, Fiscal Aduaneiro e Professor, a maioria delas a partir de aprovação em concurso público. Na condição de docente, atuou primeiro na Escola Monte’Alverne, criada e mantida por ele com a ajuda de amigos, que atendia gratuitamente crianças carentes durante o dia, e oferecia o ensino de primeiras letras a jovens e adultos trabalhadores, no turno da noite.

As experiências supracitadas influenciaram bastante na compreensão que esse intelectual paraense passou a ter sobre a importância da educação, que para ele seria a salvação

do Brasil e dos próprios brasileiros. Passou, então, a atribuir os muitos males vivenciados no país à falta de oferta de uma educação “adequada” ao povo brasileiro.

Em 1915, já engajado e reconhecido como uma das lideranças do movimento espírita do Pará, no qual ingressou após uma tragédia familiar, passou a projetar realizações pessoais que visavam o bem dos mais desfavorecidos, principalmente crianças e adolescentes. Por isso é apontado como um dos criadores e principal defensor das obras assistenciais na União Espírita do Pará (UEP) nas primeiras décadas do novecentos, como, por exemplo, o “Dispensário Homeopático” que, com a ajuda de amigos e com recursos próprios, oferecia atendimento clínico e medicamentos a preços modestos e até mesmo, gratuitamente.

Sua experiência como funcionário público também se ampliou já que depois de bacharelado em Direito assumiu os cargos de Prefeito de Polícia e Juiz substituto, vindo a ser, após um período julgando em cidades do interior do Estado do Pará, o primeiro Juiz de Menores do Estado do Pará, assumindo a titularidade da 5ª Vara de Menores Abandonados e Delinquentes da Comarca da Capital.

Alguns anos depois ascendeu ao desembargo, ocupando importantes cargos na Interventoria de Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, que assumiu o comando do Estado do Pará por conta de nomeação feita pelo presidente Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, inclusive substituindo o interventor quando o mesmo se ausentava do Estado.

Ainda como juiz pôde colocar em prática seu entendimento acerca de como os magistrados deveriam atuar, principalmente em relação aos criminosos desprovidos de recursos materiais, no sentido de minimizar o sofrimento dos mais pobres. Nessa direção, também criou a “Curadoria de Acidentes de Trabalho” e a “Assistência Judiciária”, órgãos do Estado que tinham em comum o objetivo de minimizar a situação de negação ou a falta de acesso à Justiça que àquela época Nogueira de Faria considerava como um dos maiores problemas do Brasil.

No entanto, podemos afirmar que a sua maior realização foi a criação da Colônia Reformatória de Cotijuba, empresa que ele dedicou praticamente toda a sua vida e envolveu, inclusive, a própria família.

Nogueira de Faria já tinha uma certa compreensão da situação das crianças pobres do Estado devido o seu envolvimento com o movimento espírita e as ações assistenciais que esse movimento promovia regularmente. O magistério na Escola Monte’Alverne, como já apontamos, também contribuiu nesse sentido, isto é, ajudando-o a perceber, pelo número de matrículas no ensino noturno, que o povo não era completamente desinteressado por educar-se. Na sua compreensão o que faltava eram oportunidades e conhecimento sobre os importantes

resultados advindo de uma boa educação, ao que, normalmente a população mais pobre não tinha acesso.

Mas foi na Chefatura de Polícia, quando passou a ter contato com meninos apreendidos nas ruas, que chegou à conclusão de que a grande maioria de crianças e jovens “delinquentes” tinha sido conduzida à marginalidade por questões sociais muito complexas. A partir de então, decidiu se empenhar junto ao Estado na construção de um projeto para receber, instruir e educar moralmente os que ele chamava de “deserdados da sorte”. Tal intenção, pelos diários pessoais desse intelectual, já o acompanhava há anos, mas foi somente no governo de Magalhães Barata que teve o apoio político necessário para colocar o projeto em prática, nesse sentido é considerado um intelectual do “círculo do poder”, ou na perspectiva foucaultiana um “intelectual específico”.

Depois de uma intensa campanha pública de arrecadação de recursos, sugerida pelo próprio interventor federal, que envolveu os mais diferentes grupos sociais do Estado do Pará, Raymundo Nogueira de Faria conseguiu adquirir a Ilha de Cotijuba, local considerado ideal para a realização de tal projeto, que levou quase três anos para ser completamente concretizado. A ideia era edificar uma instituição correcional capaz de atender crianças e jovens recolhidos das ruas por delinquência nas cidades do estado, especialmente Belém, em múltiplas dimensões: instrucional, moral, afetiva e profissional.

Nesse estabelecimento, os abrigados recebiam, além de cuidados médicos, o ensino de primeiras letras; formação profissional por meio do ensino de conhecimentos relacionados à agricultura, à pesca e a atividades manuais diversas; Instrução e Educação Moral e Cívica (IEMC), entendida como instrumental necessário para a salvação do país.

A Colônia Reformatória de Cotijuba existiu até o início da década de 1970, quando foi desativada devido à criação da “Penitenciária de Americano”, no município de Santa Izabel, Pará. No entanto, antes disso, passou por muitas fases, com mudança inclusive de nomenclatura, assim como de objetivos, já que depois também passou a receber presos políticos e criminosos adultos. O início dessas mudanças ocorreu em 1947 quando seu idealizador transferiu a administração da Colônia para o Governo do Estado, data que para alguns, como Dias (1998), Chaves (1986) e Faria (1985) marca também o início da decadência da proposta inicial do “Educandário”.

Por conta do itinerário percorrido, entendemos que Nogueira de Faria, como órfão que era, se sentia mobilizado pela causa dos meninos abandonados. Mais ainda: se sentia comissionado a fazer alguma coisa por eles. Isso se deu tanto no âmbito privado, quando assumiu a responsabilidade pelos cuidados e escolarização de um sobrinho que veio do interior

do Estado residir com ele na cidade de Belém, quanto no âmbito público, com as iniciativas descritas nesta tese, com destaque para a Colônia Reformatória de Cotijuba.

Abordamos de forma detalhada a grande luta vivenciada por Nogueira de Faria em prol do que ele acreditava. Seu idealismo e sua convicção do que precisava ser feito pelos “menores”, ou “deserdados da sorte”, como ele costumava designar, contagiaram a sociedade paraense. Primeiro, os estudantes; depois donas de casa, fazendeiros, comerciantes e entidades (como o Rotary Clube de Belém), além de distintos senhores da sociedade civil.

Assim, praticamente toda a sociedade paraense independentemente do valor doado, pôde ajudar sentindo-se parte importante na causa dos menores abandonados e delinquentes do Estado do Pará, contribuindo financeiramente. As poucas críticas encontradas nos jornais da época, podem ser um exemplo claro do quanto a proposta do desembargador era ansiada e apoiada pelos paraenses naquele contexto.

Aqui é oportuno trazer novamente a concepção de Nogueira de Faria sobre o crime. Embora ele o considerasse devastador e devesse ser veementemente combatido, para os casos de crimes cometidos por indivíduos da camada mais pobre da sociedade, defendia análise e pena diferenciadas. Para ele, muitas vezes a situação socioeconômica em que se encontrava uma pessoa poderia levá-la a cometer práticas imorais e delituosas, já que a defesa da sobrevivência é um valor inerente ao ser humano.

De igual modo ele entendia que muitas crianças e jovens que se envolviam na criminalidade não o faziam por total inclinação à delinquência, mas por outros fatores, como as negligências parentais, a falta de uma educação consistente, a ausência da transmissão de valores adequados ou moralmente aprováveis.

Mesmo quando a delinquência implicava na vontade consciente de seu agente, o intelectual a entendia como transitória ou passageira, desde que houvesse a intervenção de um movimento de integração ou reintegração do “delinquente” à sociedade que ele agredia e para isso a institucionalização poderia ser uma boa aliada, embora nem sempre fosse a melhor alternativa, ainda era, de acordo com o pensamento do intelectual, uma medida de caráter protetivo.

De tal modo, Nogueira de Faria demonstrava, naquele momento histórico, uma compreensão bem superior do fenômeno da delinquência juvenil que os seus contemporâneos, o que o motivava a pensar numa instituição específica para atender esses “criminosos especiais” que não reproduzisse o modelo de instituição total e não os encarcerasse definitivamente. Por isso, ele levou o Estado a assumir a responsabilidade de combater essa questão social tornando os “deserdados da sorte”, potencialmente perigosos, em crianças governáveis por meio da

educação que lhes seria oferecida, ou seja, nessa proposta a regeneração e a moralização dos “delinquentes” continuavam sendo os maiores objetivos.

Sob essa lógica, Nogueira de Faria pensou em um sistema que não era essencialmente punitivo, mas assentado em três grandes eixos: a educação, a disciplina e o trabalho. A partir de uma reeducação integral, mesmo isolado do convívio dos seus, acreditava que a intervenção nestas três perspectivas exerceria influência sobre a vida dos menores a ponto de transformá-los em seres humanos úteis à sociedade. Essa “pedagogia reabilitadora” agiria em todos os momentos do cotidiano dos internos.

Após a aquisição da Ilha de Cotijuba, esse Juiz de Menores cuidou de todos os detalhes pessoalmente. Os registros em seus diários pessoais e as reportagens de jornal que acompanhavam o avanço das obras demonstram sua “onipresença” em Cotijuba. Mesmo em período de férias ele não passava mais que uma semana sem visitar a obra. Há registros de viagens rápidas, feitas por Nogueira de Faria em embarcações pequenas, da Ilha de Mosqueiro, onde a sua família costumava passar férias em propriedade do seu amigo Pinheiro Filho, à Ilha de Cotijuba, apenas para resolver um ou outro detalhe que a construção demandava. Posteriormente, com a inauguração desse estabelecimento correccional, ele, juntamente com toda a família passaram a residir naquela ínsula. Assim, suas marcas estiveram presentes em todos os cantos e recantos da Colônia Reformatória de Cotijuba.

Com o início do envio dos menores “delinquentes” era ele quem acompanhava cada etapa, desde a entrevista inicial com o “menor” até a sua acolhida na Colônia Reformatória. Há registros, inclusive, de que após a conversa com Nogueira de Faria os meninos se encaminhavam àquela ilha cheios de esperança em escrever uma nova história.

Ingressos na Colônia correccional, os meninos aprendiam as primeiras letras e também uma profissão, além de trabalharem nas atividades rurais e manufatureiras realizadas no local, com a possibilidade inclusive de formarem um pecúlio a ser utilizado quando fossem desligados do estabelecimento.

Além desse programa, o mais importante para Raymundo Nogueira de Faria era que naquela instituição os internos acessariam a IEMC, que os tiraria de vez do caminho da perdição. Importa destacar que à época era ideia corrente acreditar que meninos e meninas pobres estavam irremediavelmente inclinados a práticas viciosas e à vida criminosa.

No entendimento desse intelectual, a IEMC, além dos conteúdos profissionalizantes, abrangia os conhecimentos mais importantes que os jovens “delinquentes” deveriam adquirir durante sua passagem pela Colônia Reformatória de Cotijuba. Ela consistia, de acordo com ele, numa verdadeira “salvação do Brasil” pois além de inculcar o amor à Pátria, por meio do



patriotismo e da vocação para o trabalho promoveria o que nosso intelectual chamava de moral humanitária.

Assim, para esse intelectual a educação podia ser entendida como o desenvolvimento gradual, harmônico e muitas vezes árduo das nossas diferentes capacidades; ela funcionava como guia de nossa conduta, tanto privada quanto pública, daí considerar que o principal objetivo da educação era oferecer elementos que potencializassem nossa convivência social através do cultivo das virtudes mais elevadas. Por isso, quanto mais o indivíduo se educasse, mais adquiria liberdade, pois dominaria os instintos e as paixões. Sob esse aspecto, Nogueira de Faria acreditava que qualquer pessoa pode ser transformada por meio da educação.

Devido a esse elevado valor, a educação na visão desse intelectual, deveria ser gratuita e obrigatória, sendo que o Estado precisava assumi-la como a sua maior prioridade, pois a falta de acesso das pessoas à educação causava danos graves a toda a sociedade, pois se a conduta de uma pessoa tinha o potencial de afetar as outras, tal conduta deveria ser de interesse do Estado e, portanto, se com a educação garantida pelo Estado todos poderiam manifestar conduta mais adequadas e dignas de uma moral humanitária, a sociedade só tinha a ganhar.

Esse discurso em defesa de uma educação gratuita e obrigatória foi influenciado, de acordo com os diários pessoais de Nogueira de Faria, principalmente pelas leituras de Ruy Barbosa e mostra como o Juiz de Menores estava afinado com as discussões que aconteciam no Brasil e também no resto do mundo, que defendiam uma educação com as características apontadas acima, como assinala Barbosa (2014) em estudo acerca do pensamento do intelectual uruguaio José Pedro Varela, que em parte, reflete o pensamento corrente em toda a América Latina.

O civismo e a moral são dois aspectos que, segundo Nogueira de Faria, deviam estar ligados à educação. O primeiro por mostrar ao indivíduo como ele precisava se portar em relação a sua Pátria; o segundo por evidenciar como ele devia agir em relação aos seus concidadãos. Nesse sentido, a IEMC, pela sua capacidade de instrumentalizar os sujeitos oferecendo a eles o conhecimento apropriado sobre seus deveres e, principalmente, ensinando a cumpri-los, promoveria o progresso da nação brasileira, pois, se pudesse contar com brasileiros comprometidos com o futuro, esta assumiria o destino satisfatório que lhe cabia na história, sendo esse justamente o papel redentor angariado por meio do desenvolvimento moral dos indivíduos.

Outra consequência positiva desse tipo de educação seria a construção de uma espécie de moral humanitária, como já dissemos, inspiradora da solidariedade humana em qualquer que fosse a situação que uma nação estivesse já que mesmo nos contextos de guerra ela não perdia

a sua validade. A partir dessa “nova” Moral, teríamos novos sujeitos, dotados de uma nova mentalidade, tanto individual quanto coletivamente, pois estariam comprometidos em obter a felicidade individual sem comprometer a felicidade coletiva.

Junto a isso, o trabalho também recebia destaque na proposta pensada por esse intelectual como forma dos internos não somente se livrarem do ócio a quem muitas vezes estavam habituados em suas próprias casas, e serem produtivos, mas também se disciplinarem, corrigirem seus corpos. Disciplina é, inclusive, outro item importante nessa proposta de Nogueira de Faria, pois ele entendia que muitas vezes episódios de delinquência juvenil poderiam ser sintomas de uma educação excessivamente flexível e descomprometida com a realidade do Brasil e com o destino histórico que a nação deveria assumir.

Do mesmo modo, no pensamento de Raymundo Nogueira de Faria a educação moral e cívica, junto com o trabalho e com a disciplina, seriam elementos essenciais no projeto de regeneração da nação brasileira por meio da constituição de uma nova moral humanitária, que seria uma poderosa ferramenta para transformar os sujeitos em “Homens de Bem”, alvo final, no seu entendimento, do processo educativo marcado pela disciplina, educação e trabalho como elementos para a governação dos internos.

De tal modo, o resultado seria um indivíduo que agiria, tanto em suas relações particulares quanto na vida pública, de forma distinta dos demais homens, o que promoveria grandes benefícios à sociedade, pois esse indivíduo, forjado como uma “verdadeira fortaleza psíquica” por possuir uma “nova mentalidade”, estaria acima dos demais seres humanos por uma compreensão diferente da realidade circundante.

O “Homem de Bem”, conceito trazido da doutrina espírita e fundamentado nos princípios cristãos, expressos principalmente no conhecimento “Sermão do Monte”, proferido por Jesus de Nazaré, era o homem educado, civilizado, solidário, cumpridor dos seus deveres, trabalhador, honesto e possuidor de muitas outras virtudes já listadas na seção onde abordamos essa temática.

Para Nogueira de Faria a maior riqueza do “Homem de Bem” era ser reconhecido pelo caráter irrepreensível. Para alcançá-lo, teria, então, que dominar paixões, fugir dos vícios e assumir um compromisso de solidariedade para com toda a humanidade. Essa era a conduta que levaria o indivíduo a ser bem-sucedido, independente do que fizesse em sua vida.

Embora esse modelo fosse muito elevado, a crença de Nogueira de Faria no potencial da educação era tal que ele considerava o “Homem de Bem” um alvo plenamente alcançável. Era justamente esse modelo educativo o que se pretendia alcançar com a formação a ser dada na instituição correcional de Cotijuba, pois era perfeitamente possível, acreditava o intelectual,

aprender a ser um “Homem de Bem” por meio do estudo, ou melhor, da educação e isso se tornaria muito mais exequível se essa educação contivesse os pilares da moral e do civismo.

Para o nosso intelectual o mais importante era que as crianças podiam aprender, mesmo ainda muito pequenas, esses elevados valores. Para ele, se condições lhes fossem proporcionadas, tal aprendizagem ocorreria normalmente. Ele, então, por meio de sua instituição, toma para si essa responsabilidade em face dos menores abandonados e “delinquentes”, ou “deserdados da fortuna”, justamente porque no caso desses era comum a ausência de uma pessoa que assumisse tal missão.

Além de pensar na criação de uma colônia, Nogueira de Faria também pensou no lugar onde ela seria instalada e, principalmente, na população que já morava lá antes da chegada da instituição correcional. Isso porque, sua proposta partia de uma concepção diferenciada de crime e de justiça em relação aos magistrados seus contemporâneos, pois para ele a justiça haveria de diferenciar jovens “deserdados da sorte” (leia-se destituídos de condições econômicas e morais satisfatórias) dos delinquentes por livre arbítrio. Em sendo assim, deveria dar aos “deserdados da sorte” um atendimento educacional centrado na moral, no patriotismo e no trabalho.

Com a formação educacional devida, a verdadeira transformação ocorreria e se manifestaria nas mudanças que atingiriam praticamente todos os aspectos do lugar onde a Colônia Reformatória de Cotijuba foi instalada. Com relação à saúde foram criados postos médicos e de enfermaria, uma grande novidade para ilha, pois, até então os ilhéus não contavam com atendimento médico adequado.

A paisagem da ilha também foi alterada, primeiro com o desbastamento das matas próximas às margens para a construção de portos e das instalações da CRC, assim como para o uso da terra com as diversas culturas que estavam sendo incentivadas e/ou introduzidas. Cotijuba também passou por grandes transformações urbanísticas como a abertura de uma larga estrada principal, que cortava a ilha de uma extremidade a outra, e de travessas amplas e arborizadas cujo objetivo era tornar a ocupação territorial mais organizada e salubre, portanto, mais civilizada (higiênica).

A instalação de uma usina elétrica foi outra grande novidade e símbolo de toda modernidade e progresso que chegavam à Ilha. O Posto Policial, instalado por Raymundo Nogueira de Faria também foi visto da mesma forma. Ele era o primeiro de todo aquele arquipélago de forma que Cotijuba passou a representar, dentre outras coisas, a presença da segurança pública e da proteção do Estado aos ilhéus.

Não se pode esquecer também as iniciativas de fomentação de pequenas indústrias, como a de tintas a óleo, que daria emprego aos ilhéus não envolvidos diretamente com a pesca de subsistência e com a agricultura familiar. Para melhorar ainda mais as condições socioeconômicas dos moradores locais, Nogueira de Faria tinha o projeto de construir um grande depósito de mercadorias, em especial de gêneros alimentícios, que permitisse aos cotijubenses adquirir, por preços semelhantes aos praticados em Belém, produtos de primeira necessidade, em especial os que compunham a “cesta básica”.

A criação de mais de três escolas primárias e o atendimento educacional a praticamente todos os moradores da ilha foi outra marca da administração desse intelectual naquele lugar. Inicialmente, os meninos internados e as crianças da comunidade assistiam aulas juntos. Somente depois é que se criou uma escola de primeiras letras específica para o atendimento dos internos devido ao crescimento da demanda de alunos, tanto no “Educandário” quanto na própria ilha.

A moral também foi uma grande preocupação desse intelectual. O maior exemplo disso é quando Nogueira de Faria providencia o casamento civil de muitos moradores da Ilha de Cotijuba que ainda não haviam regularizado “sua situação” marital. Para o desembargador, assim como para o interventor federal, o amasiamento ou concubinato acabavam por negar importantes direitos às proles e, portanto, a regularização civil das uniões se reverteria, a longo prazo, em benefícios às crianças de Cotijuba.

Os dados demonstram que as ações de Nogueira de Faria extrapolavam o muro da Colônia Reformatória, convergindo no sentido de fazer de Cotijuba a “Ilha da Redenção”. Nesse lugar, os “deserdados da sorte”, que estariam fadados aos fracassos dos vícios antes do seu ingresso na Colônia, saíam aptos a serem cidadãos brasileiros prontos a defender a sua pátria e a honrá-la em quaisquer situações.

Na construção desta “Cidade Feliz”, guiada pelos princípios da disciplina rígida, da moral e do civismo, os menores “delinquentes” participaram ativamente. Eles ajudaram na construção dos prédios públicos, como os postos médico e policial, auxiliaram na abertura e calçamento das vias, participaram da construção da primeira igreja católica do lugar, além de se envolverem nas várias atividades comunitárias naquela ilha, demonstrando assim que ao contrário da política segregacionista que se implantou no resto do país, a qual adotou o modelo da instituição total, ou seja, todas as atividades e relações aconteciam exclusivamente no espaço intramuros, na Ilha de Cotijuba as atividades mais importantes se desenvolviam justamente no espaço externo e contavam com a participação e interação ativa dos moradores da ilha.

Por tudo isso, muitos internos ao encerrarem seu período de permanência na Colônia Reformatória resolviam permanecer na Ilha e “fazer sua vida” por lá mesmo, já que, além do sentimento de pertencimento, muitas vezes depois do período de internação perdiam completamente o vínculo com as pessoas que conheciam ou se relacionavam antes de irem para a Ilha. Além do que, muitos dos meninos encaminhados para lá eram originalmente órfãos. Assim, a Colônia e Cotijuba passavam a ser suas referências mais estáveis.

Diferente do que se propunha à época, Nogueira de Faria entendia que aqueles meninos que recebia na CRC somente se comprometeriam com uma sociedade que conhecessem e ajudassem a construir, por isso, tantos melhoramentos, tantas alterações naquela ilha e, o que é mais importante, a participação intensa dos internos na transformação disso tudo.

A despeito do caráter disciplinar rígido, da ênfase no patriotismo e em valores conservadores, a CRC também pôde ser considerada à época uma alternativa para a juventude, tanto de ascensão social quanto de escape das omissões e negligências que ela vivenciava cotidianamente. Não à toa, muitos dos internos lá se encontravam por solicitação própria e faziam isso como um modo de fugir da fome e das violências a que estavam sujeitos nas ruas, dos maus tratos, do abuso de seus “protetores” e da exploração do trabalho infantil.

Todavia, é necessário ressaltar que, independente dos sentidos subjacentes às intencionalidades de Nogueira de Faria, e mesmo de resultados não previstos, a implementação da CRC serviu a outros interesses. Não por acaso a sociedade belenense, principalmente a imprensa, encampou quase que de pronto a proposta. Provavelmente, ainda inspirada no higienismo do final do século 19 e início do 20, a população via no projeto a execução da “limpeza étnica e de classe” que ela proporcionaria. Do lado do Estado, os jovens internos fariam “de graça” o trabalho de saneamento e urbanismo que era de obrigação do poder público e, muitas vezes ficava em segundo plano, principalmente na região insular do Estado do Pará.

Importa ainda destacar que esta tese, para além de seus achados e resultados, contribuiu na divulgação do patrimônio histórico de Raymundo Nogueira de Faria ao ter patrocinado a digitalização de todas as suas obras constantes do acervo da “Seção de Obras Raras” da Fundação Cultural do Pará. Em breve esses livros estarão acessíveis a todos que desejarem conhecer o pensamento desse intelectual ou mesmo empreender novos estudos acerca da História do Pará e da História da Educação do Pará na primeira metade do século 20.

Também ressaltamos que nosso estudo contribui, em particular, para as discussões no campo da história da educação, especialmente em interlocução com os estudos da minoridade, campo no qual, com esta tese, me insiro enquanto pesquisador.

Acreditamos que a tese também agrega diferencial aos estudos sobre a temática, pois mostra, a despeito dos modelos gerais de política de atendimento ao “menor” copiados para o Brasil, principalmente na região norte, que um intelectual paraense, por possuir uma concepção diferente da maioria dos seus contemporâneos quanto a aspectos como juventude, educação e criminalidade, elabora uma proposta que se contrapõe, de certa forma, à política da internação compulsória e segregação social pura e simplesmente.

Por tudo o que foi exposto nesta tese, entendemos que a Colônia Reformatória e os diversos aspectos que a cercam, assim como a figura emblemática de seu criador e todas as articulações políticas que o mesmo empreendeu para que a Colônia se tornasse realidade, podem ser considerados objetos dignos de investigações acadêmicas e de futuros aprofundamentos teóricos nos campos da história, da política e da sociologia.

Consideramos, por tudo que levantamos da vida e obra de Nogueira de Faria, que outros aspectos relacionados a ele ainda merecem ser estudados como, por exemplo, sua escrita poética e sua cosmovisão sobre os mais variados temas como o cuidado com os animais, o escotismo etc. sugerem que ainda há muito o que se devedar em relação a esse intelectual paraense.

Também entendemos que novas análises podem ser feitas a partir de suas obras e as temáticas que elas contêm, como a Revolução de 1930 no Pará, o governo de Magalhães Barata, entre outras, devido a proximidade que havia entre ambos. Vale destacar que os escritos de cunho espírita desse autor ainda tem muito o que desvelar a pesquisadores dedicados.

Nesse sentido, a tese que defendemos é de que a proposta de Raymundo Nogueira de Faria, organicamente vinculada à história de vida e à história intelectual dele, decorre de uma formação doutrinária fundada no Espiritismo/Cristianismo que fazia com que esse intelectual acreditasse que tinha como missão materializar o seu projeto de “Homem de Bem” ao transformar os “deserdados da sorte”, por ele mesmo encaminhados à Colônia Reformatória de Cotijuba, que ele denominava de a “Ilha da Redenção”, em homens dignos, patrióticos, trabalhadores e úteis à Pátria.

Os dados coletados e as informações obtidas corroboram esta tese pois apontam que Nogueira de Faria, ao implantar uma colônia reformatória na Ilha de Cotijuba, parte insular do município de Belém, estado do Pará, Brasil, América do Sul, estava em sintonia com um pensamento mundial que via na criação de estabelecimentos de internação compulsória, afastados dos centros urbanos e altamente vigiados, a solução ideal para lidar com o fenômeno da “delinquência juvenil”, mas se diferencia ao pensar num projeto social articulado a uma proposta educacional para menores “delinquentes” que tinha a urbanização como importante

elemento de formação do cidadão. De forma que, mesmo que sua proposta de atendimento aos menores “delinquentes” seja apenas mais uma das que surgiram a partir da promulgação do Código de Menores de 1927, ela se diferencia das outras, hipótese que comprovamos a partir de nossa investigação.

Para finalizar, reconhecemos que para aqueles meninos de fato a Colônia Reformatória de Cotijuba se tornou, de alguma forma, o lar que Raymundo de Nogueira de Faria desejou desde muito cedo construir, assim como, pelo menos para os moradores da Ilha, uma grande obra de edificação social, como ele também sonhava.

Embora lutando às vezes solitariamente contra a falta de recursos e a politicagem paraense, Raymundo Nogueira de Faria, um intelectual específico, conforme denominação de Michel Foucault, pensou e criou uma instituição que permaneceu viva e ativa nos corações e mentes de jovens e moradores de Cotijuba. Certo ou errado, graças ao empenho pessoal do primeiro juiz de menores do Pará, jovens “deserdados da sorte” tiveram num certo momento da história alguém empenhado em mudar seus destinos sob o digno propósito de oferecer-lhes a redenção.






---

## REFERÊNCIAS

---



### I. Fontes Primárias

#### a) Artigos e Livros da autoria de Nogueira de Faria:

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **O Trabalho dos Mortos (Livro do João)**. FEB: São Paulo, [1921] 2016.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Meus amiguinhos**. 3 ed. Belém: Barra, 1963.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Ritmos da nova fé**. Belém: Imprensa Oficial, 1948.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **A Caminho da história**: subsídio para a história política e administrativa do Pará. Belém, 1945.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **O socorro que veio do céu**. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1944.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Uma advertência ao meu paiz**. Instituto Dom Macedo Costa. Belém, 1932.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **O delírio do meu “táti”**. Belém: Folha do Norte, 14/08/1928

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Instrução e educação moral e cívica**: pelo despertar da juventude. Belém: Gráfica e Editora Selecta, 1927.

#### b) Diários pessoais e cadernetas de notas:

FARIA, Alberto. **Fora do lar sob as bênçãos de Deus**. Diário pessoal: 1933 a 1936

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Folhas avulsas**. Caderneta de notas: 1913-1915.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Factos Capitais da minha vida**. Diário pessoal: 1925-1928.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Lances Principais da minha vida**. Diário pessoal: 1928-1932.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Sou gerador de poderosas correntes de harmonia**. Diário pessoal: 1933-1937.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Presente da Emy**. Caderneta de notas: 1951.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Novos sonhos de um velho**. Diário pessoal: 1953-1955.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Dai-me fé**. Caderneta de notas: 1954.

NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Para adiante!** Caderneta de notas: 1954.



### c) Jornais e periódicos

**ABOLICIONISTA PARAENSE, O.** Belém, Typographia d' A Província do Pará, 21/06/1883.

**CRITICA, A.** Belém, s. ed., 1931; s/d

**DIÁRIO DE BELÉM.** Belém: Typographia Diário de Belém, 1872.

**DIÁRIO DO GRAM-PARA.** Belém: Typographia Commercial; Typographia J.J. Mendes Cavalheiro; Typographia do Gram-Pará; Typographia da Estrella do Norte, 1885.

**ESTADO DO PARÁ.** Belém, Typographia da Folha do Norte, 1931-1937; 1957.

**FOLHA DO NORTE.** Belém, Typographia da Folha do Norte, 1921; 1931-1937.

**GAZETA DE ALENQUER.** Alenquer, Typographia do Gazeta de Alenquer, 1885.

**IMPARCIAL, O.** Belém, s. ed., 1933

**JORNAL DO PARÁ:** Órgão oficial. Belém: Typographia do Jornal do Pará, 1875.

**LIBERAL, O.** Belém: Delta Publicidade, 1957.

**PROVÍNCIA DO PARÁ, A.** Belém, Typographia d' A Província do Pará, 1947; 1951; 1957.

**VANGUARDA, A.** Belém, s. ed., 1943; 1957

**VESPERTINO.** Belém, s. ed. 1943

## II. Bibliografia

ALMEIDA, Francisco Alves de. A biografia e o ofício do historiador. **Dimensões**, V. 32, 2014, p.292-313. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8338/5916>>. Acesso em 27 mar. 2017

ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (Dir.). **História de los intelectuales en America Latina**. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz ed, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ideias para um programa de História intelectual**: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, junho/2007, p.9-17.

\_\_\_\_\_. De la historia política a la historia intelectual. Reactivaciones y renovaciones. **Prismas** - Revista de Historia Intelectual, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Argentina: núm. 9, 2005, pp. 11-18.

ALVES, Cláudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). **Pensadores sociais e a história da educação 2**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. **Infância e sociedade no Brasil**: uma análise da literatura. In BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. (ANPOCS). Rio de Janeiro, n. 26, p. 3- 37, 2º semestre, 1988.

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 123 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

\_\_\_\_. **Jubiabá**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

AMARAL, Assunção José Pureza do. **Registro histórico da ilha de Cotijuba**: uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba. 1992. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992. 119 p.

ANDRÉS BUSTOS, Lucas. “Los pibes chorros”. Análisis de una institución de menores desde una perspectiva comunicacional. *Revista Margen de Trabajo Social y Ciencias Sociales*. Abril de 2013. n. 68. Buenos Aires: Argentina. Disponível em: <<http://www.margen.org/suscri/margen68/bustos.pdf>> Acesso em 14 de mar. de 2014.

ARAÚJO, Heraclides Cesar de Souza. **A Prophylaxia rural no Estado do Pará**. Belém: Departamento Nacional de Saúde Pública. Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural no Estado do Pará; Typ. da Livraria Gillet; 1922. V.1. il.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. **Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912)**. *International Studies on Law and Education* 22 jan-abr 2016 CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto. p.29-38. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/isle22/29-38LauraSoniaF.pdf>>. Acesso em 07 de nov. 2016

\_\_\_\_. **Um estudo do pensamento educacional de mulheres latino-americanas do século XIX**. (Projeto de Pesquisa). Belém, 2014. (Mimeo)

\_\_\_\_. Prefácio. In: DAMASCENO, Alberto. **A Segunda república e a educação no Pará**: um primeiro olhar sobre o projeto dominante. Belém: Açai, 2012.

\_\_\_\_. **Um estudo comparado do pensamento educacional na América Latina – Brasil e Venezuela (1819-1928)**. (Relatório de Pesquisa). Belém, 2011. (Mimeo).

\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_ *et all* (Org.). **José Veríssimo**: raça, cultura e educação. Belém: Editora da UFPA, 2007. 225p.

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. **Entre a criminalidade e o cotidiano militar**: a inserção de menores nas forças armadas no Pará em finais do século XIX. Belém: UEPA, 2014.

\_\_\_\_. **O significado de infância na companhia de aprendizes marinheiros no arsenal de marinha na província do Pará no século XIX**. In: II Colóquio de Pesquisa em Educação, Cultura e Sociedade: Educação e história das diferenças socioculturais no Brasil, 2013, Belém. II Colóquio de Pesquisas em Educação, Cultura e Sociedade. Belém: UEPA, 2013.

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico**. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2010.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, Uberlândia, v.13, n.22, p.137-155, jan-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF22/avelar.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2017

AZEVEDO, José Eustáquio de. **Anthologia Amazonica**: poetas paraenses. 2. ed. augm. Belém: J. A. T. Pinto, [1918] 1970. 350 p.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2 ed., 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. La educación del pueblo na perspectiva do uruguaio José Pedro Varela (1845-1879). In: **X Coloquio Tradición y Modernidad en el Mundo Iberoamericano**, 2014, Cádiz - Espanha. TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MUNDO IBERO-AMERICANO. Cádiz - Espanha: Asociación de Historia Actual, 2014. v.01, p.40-55.

\_\_\_\_\_. **O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém: 2011. 227f.. Disponível em: <[http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/diss\\_andreson\\_carlos\\_elias\\_barbosa.pdf](http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/diss_andreson_carlos_elias_barbosa.pdf)>. Acesso em 07 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Dos capitães da areia aos capitães das mangueiras**: a adolescência infratora no discurso oficial. In: VIII Encontro Nacional de Políticas Educacionais e Currículo, 2009, Belém. VIII Encontro Nacional de Políticas Educacionais e Currículo: Ética e regulação no currículo e nas políticas educacionais. Belém, 2009. CD-ROM

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.12, n.16, p.38-63, nov. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38>>. Acesso em: 16 Fev. 2017.

\_\_\_\_\_. A História cultural francesa – caminhos de investigação. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais out/nov/dez de 2005, V. 2, ano II n. 4. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/18573738-A-historia-cultural-francesa-caminhos-de-investigacao.html>>. Acesso em: 25 out. 2013

\_\_\_\_\_. **A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos, vl. 9, n.1, 2005a, pp. 125-141. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526860014>>. Acesso em: 16 fev. 2016

\_\_\_\_\_. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, v.11, n.1/2, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewArticle/5925>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BAZANT, Mílada. Intoducción: la sublime experiencia histórica de la biografia. In: \_\_\_\_ (Coord). **Biografia: modelos, métodos y enfoques**. Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense, AC., 2013.

BEZERRA NETO, José Maia. A cabanagem: a revolução no Pará. In: \_\_\_\_; ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Pontos de história da Amazônia**. 2 ed. rev. amp. Belém: Paka-Tatu, 2001, v I.

BEZERRA NETO, José Maia. A Economia da borracha e o esforço de guerra: os soldados da borracha na Amazônia. In: \_\_\_\_; ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Pontos de história da Amazônia**. 2 ed. rev. amp. Belém: Paka-Tatu, 2000, v II.

BLANCO ESCANDÓN, Celia. Estudio histórico comparado de la legislación de menores infractores. In: GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria (Coord.) **Estudio jurídico en homenaje a Marta Morineau**. Sistemas jurídicos contemporáneos de Derecho Comparado. Temas diversos, T.II, UNAM, México, 2006. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1968/7.pdf>>. Acesso em 09 de mar. de 2014.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A Arte da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BORBOREMA, Augusto Rangel de; SOUZA, Joaquim Gomes de Norões e. **Memória histórica da Faculdade de Direito do Pará**. Belém: s.n., 1956. 207 p.

BORDALO, Alípio Augusto (Org.). **A sociedade médico-cirúrgica e a medicina no Pará**. Belém: Gráfica Sagrada Família, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BOTELHO, André. O poder ideológico: Bobbio e os intelectuais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 62, p.93-111, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452004000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 Mar. 2017.

BRAGA, Raul da Costa. **História do Tribunal de Justiça do Pará e esboço biográfico dos desembargadores 1874 a 1963**. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1963.

BRASIL. **Socioeducação**: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Coordenador Técnico: Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. **Reforma do código penal**: pesquisa de opinião pública nacional. Brasília: Senado Federal. Outubro/2012. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/Reforma\\_do\\_C%C3%B3digo\\_Penal1.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/Reforma_do_C%C3%B3digo_Penal1.pdf)>. Acesso em 06 ago. 2013.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales – 1929-1989: a revolução francesa na historiografia**. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992a.

CABRAL, Vera Monteiro Larica. **Política de estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)**. 161f, 2008. Tese (doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, ES: 2008.

CADIOU, François *et al.* **Como se faz história**: historiografia, método e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.43-58, jul.1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071>>. Acesso em: 02 Abr. 2017.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Editora UNESP: São Paulo. 1999.

CAMPELLO, Mauro José do Nascimento. **A revolução copernicana no direito da criança: de objeto a sujeito de direitos**. Análise comparativa Brasil e Venezuela. Dissertação (mestrado). 2014. 97 f. Universidade Federal de Roraima. Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Santos Dias. Boa Vista, 2014.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Fora da Caridade não há Religião! Breve História da Competição Religiosa entre Catolicismo e Espiritismo Kardecista e de suas Obras Sociais na Cidade de Juiz de Fora: 1900-1960**. Locus, Juiz de Fora, v.7, n.1, pp.131-154, 2001. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2423/1721>>. Acesso em 24 jul. 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e análise de textos”. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2011.

CARDOSO, Maria Luiza. **História da educação de crianças e jovens carentes nas instituições militares: do Brasil Colônia até o final do segundo reinado**. Dissertação (Mestrado). UERJ, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro: 2001. 320f. Disponível em: <[http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/Maria\\_Luiza\\_Cardoso-ME.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/Maria_Luiza_Cardoso-ME.pdf)>. Acesso em 13 de out. de 2014.

CARDOSO, Maurício Estevam. Por uma história cultural da educação: possibilidades de abordagens. **Cadernos de História da Educação**. v.10, n.2, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14627/8313>>. Acesso em 16 fev. 17.

CARDOSO, Patrycia de Resende. **Assistência à infância e adolescência pobres: a produção da cidadania na nova ordem mundial**. 215f. 2004. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, RJ: 2004.

CARR, Edward Hallett. **O que é história?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.123-152, Dec.2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2000000100123&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100123&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 mar. 2017.

CARVALHO, Luiz Geolás de Moura. **Emenda ao projeto de constituição**. 1947 (Mimeo).

CARVALHO, Raphael Guilherme de. DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. *Contraponto – Revista Eletrônica de História*. Teresina: Piauí. n. 1, v. 1, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3713/2132>>. Acesso em: 23 mar. 2017

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária no Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CASTRO, Cesar Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa de Educandos Artífices (1841-1889)**. São Luís, MA: EdFUNC, 2007.

CASTRO, Ribamar (Org.) **Atos dos governadores: interventores federais no Estado do Pará no período de novembro de 1937 a março de 1947**. v.3. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

\_\_\_\_\_. **Atos dos governadores: 1930-1937**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2011

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes; SILVA, Maria do Rosário de Fátima Vieira da; COSTA, Rozane da Silva. **A história cultural de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda e os novos rumos da historiografia brasileira**. Revista F@pciência. v.6, n.6, p.47-54, 2010. Disponível em: <[http://www.fap.com.br/fapciencia/006/edicao\\_2010/006.pdf](http://www.fap.com.br/fapciencia/006/edicao_2010/006.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2013.

CAVALLIERI, Alyrio. **1.000 Perguntas - Direito do menor**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: PESSAVENTO, Sandra. **História e linguagens**. RJ: 7Letras, 2006, pp. 29-44.

\_\_\_\_\_. O Mundo como Representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p.61-78.

\_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, João. **Sciencia penitenciaria**. Lisboa: Livraria Clássica Editora A.M Teixeira & cta, 1912.

CHAVES, Maria Anunciada Ramos. **Cotijuba**. In: PARÁ. Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. VI.39, ano 30. Trimestral. Belém: TJEPA, 1986.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A Escola Primária no Pará (1920-1940)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de educação, São Paulo: 2008. 205f.

CORTÉS MORALES, Julio. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el desafío pendiente. In: UNICEF. **Justicia y derechos del niño**, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 143-158.

COSTA, Ana Paula Motta. **As Garantias processuais e o direito penal juvenil: como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

CROIX, Alain. Marx, a alugadora de cadeiras e a pequena bicicleta. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). **História: questões & debates**, Curitiba, n.59, p.115-142, jul./dez. 2013a. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37036/22828>>. Acesso em 03 abr. 2017

\_\_\_\_\_. **Viver, escrever, guardar**: um estudo sobre diários pessoais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

DAMASCENO, Alberto. **A Segunda república e a educação no Pará**: um primeiro olhar sobre o projeto dominante. Belém: Açai, 2012.

\_\_\_\_\_. **Problemas na investigação histórica da educação colonial e imperial no Pará**. Revista Ver a educação. Belém: Universidade Federal do Pará. Centro de Educação. v.1, n.1. jan/jun. 1995, p.3950

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette** - mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa**. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DELGADO, Paulo; LOPES, Maria Helena; OLIVEIRA, José António. Práticas educativas e internamento de jovens em Portugal na transição do século XIX para o século XX - a Colónia Agrícola Correcional de Vila Fernando. **Cadernos de História da Educação**, v.13, n.2, jul-dez.2014 p.705-723. Disponível em: <[http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6387/1/ART\\_2014\\_DelgadoPaulo.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6387/1/ART_2014_DelgadoPaulo.pdf)>. Acesso em 01 set. 2016.

DIAS, Ana Elizabete da Silva Seguin. **Histórico do reformatório e posterior Colônia Penal de Cotijuba**. Belém: SECULT/DPHAC, 1998 (Mimeo).

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. Da história das ideias à história intelectual. In: **História e Ciências Sociais**. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

DUBY, Georges. A história cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

DURAN, Maria Renata da Cruz. Frei Francisco do Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo. **Revista Intellectus**. Ano 03, Vl.2. Disponível em:

<<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano3n2/Texto%20de%20Maria%20Renata%20da%20Cruz%20Duran.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2017

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de cultura**. Tradução por Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

EBY, Frederick. **História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Práticas Educacionais (séc. XVI – séc. XX)**. Editora Globo: Porto Alegre. 1962.

ECO, UMBERTO. **Como se faz uma tese**. Editora: Perspectiva. São Paulo. 1998.

ELIAS, Cristina Amich. **La evolución de la legislación sobre menores de edad delincuentes en la dictadura militar brasileña**. Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud [online]. 2007, vol.5, n.2, pp. 639-690. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v5n2/v5n2a06.pdf>>. Acesso em 08 de mar. 2013.

FALCON, Francisco. História das Ideias [1997]. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2011.

FARIA, Luís Ercílio. Discurso de Agradecimento proferido em 08/01/1985 no Conselho Estadual de Cultura por ocasião do centenário de nascimento do Des. Raymundo Nogueira de Faria. In: PARÁ. **Desembargador Raymundo Nogueira de Faria: homenagem póstuma (1884-1957)**. Belém: TJEPA, 1994. p.112. (Série Perfil dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;1)

\_\_\_\_\_. **Um homem de bem**. “O Liberal”, 15/10/1984. Belém, Pará: Delta Publicidade.

\_\_\_\_\_. **Um livro, um nome** (Discurso de Agradecimento em 1963). Belém: 1964 (Mimeo)

\_\_\_\_\_. **Cotijuba**. “A Província do Pará”, setembro de 1951. Belém, Pará: Tipografia de A Província.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIAS, Rosa Sulaine Silva; SANTOS, Silvana; BATISTA, Érika. **Cotijuba no contexto histórico da cidade de Belém: a história da Ilha que poucos conhecem**. In: I Salão Amazônico de Arquitetura, 2000, Belém. I Salão Amazônico de Arquitetura. Belém: UNAMA, 2000b. v. 01.

\_\_\_\_\_. **Belém insular: a realidade urbana da Ilha de Cotijuba**. In: I Salão Amazônico de Arquitetura, 2000, Belém. I Salão Amazônico de Arquitetura. Belém: UNAMA, 2000a. v. 01.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Apresentação (2016). In: NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **O Trabalho dos Mortos. (Livro do João)**. FEB: São Paulo, [1921] 2016.

FEBVRE, Lucien. **Olhares sobre a história**. Lisboa: Asa, 1996.



FERLA, Luís. Medicina e delinquência infanto-juvenil no Brasil da Era Vargas. In: MOURA, Esmeralda Blanco B. de; CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). **A Infância na modernidade: entre a educação e o trabalho**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.

FERREIRA, António Gomes Alves; HERINQUES, Helder Manuel Guerra Henriques. A Colónia Correccional De Vila Fernando (1880 – década de 30 Séc. Xx): regenerar, educar e trabalhar. **Cadernos de História da Educação**. v.13, n.1, jan./jun. 2014. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2014. pp.199-217.

FERREIRA, Eliana Ramos. As Mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p.197-226.

FIGUEIREDO, Genuíno Amazonas de. Prefacio. In: NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Instrução e educação moral e cívica: pelo despertar da juventude**. Belém: Gráfica e Editora Selecta, 1927.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Cláudia. Os direitos da criança – Dialogando com o ECA. In: \_\_\_\_; TERTO, Veriano; ALVES, Caleb F. (Org.). **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://claudialwfonseca.webnode.com.br>>. Acesso em 17 de fev. 2014.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002 (Apostila). Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/ISF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 30 de dez. 2016.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997

\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. **José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora**. 186f, 2004. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2004.

GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. A Solidão da América Latina. **Revista do IMEA UNILA**, V.2. n.1, p.12-14. 2004. Disponível em <<https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/view/251/247>>. Acesso em 23 mar. 16.

GARCIA MENDEZ, Emílio. **Infância: de los derechos y de la justicia**. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004.

\_\_\_\_. La Legislacion de menores en America latina: una doctrina en situacion irregular. In: \_\_\_\_\_. **Infancia: de los derechos y de la justicia**. Buenos Aires: Editores del Porto, 1998. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotdca&pagfis=4005&pesq=>>. Acesso em 18 de mar. de 2014.

\_\_\_\_. **Infância e cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_; CARRANZA, Elias. **Del reves al derecho**: la condición jurídica de la infancia em America Latina – Bases para una reforma legislativa. Buenos Aires: Editorial Galerna/UNICEF/UNICRI/ILANUD, 1992. Disponível em: <[http://cepsifotocopiadora.com.ar/archivos/folios/36494\\_201597.pdf](http://cepsifotocopiadora.com.ar/archivos/folios/36494_201597.pdf)>. Acesso em 08 de abr. de 2014.

\_\_\_\_. **Niño abandonado, niño delincuente**. Nueva Sociedad. n.12, marzo-abril, 1991, pp.124-135. Disponível em: <[http://nuso.org/media/articles/downloads/1985\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/1985_1.pdf)>. Acesso em 08 de abr. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008 – (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira)

GONZALEZ, Horácio. **O que são os intelectuais**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (Volume 2). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRANADOS GARCÍA, Aimer; MARICHAL, Carlos. (Comp.) **Construcción de las identidades latinoamericanas. Ensayos de historia intelectual (siglos XIX y XX)**. México, El Colegio de México, 2004.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O poder das marés na região amazônica no final do século XVIII e início do XIX**: o engenho de Cotijuba, Belém, Pará, Brasil. Movendo Idéias (UNAMA), Belém, v. VI, n.10, p. 69-75, 2001.

HAHN, Fábio André. **História Intelectual**: uma nova perspectiva. História e-História, v. 20/2007, p.1-16, 2007. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&ID=37>>. Acesso em 01 de out. de 2016.

HUBERT, René. **História da Pedagogia**. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1957.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. 1937. In: \_\_\_\_; BENJAMIN, Walter; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117-154.

HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro. **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização**: o caso da ilha de Cotijuba, Belém, Pa. Dissertação (Mestrado), 2011, 193 p. Pró Rectoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão. Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. Universidade da Amazônia. Belém.

IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA NO BRASIL. **Ainda contra o ensino obrigatório.** Publicação, 368, 1914, Rio de Janeiro.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **O “Renascimento” da Igreja Católica do Brasil: ideários de uma geração (1920 - 1940).** In: XIV Encontro Regional de História da ANPUH-PR - 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil, 2014, Campo Mourão. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-PR - 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil, 2014. Disponível em: < <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/253.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2017.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2013.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KRAUZE, Enrique. El club de los biógrafos. In: BAZANT, Mílada (Coord). **Biografía: modelos, métodos y enfoques.** Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense, AC., 2013.

LACERDA, Sonia; KIRSCHNER, Tereza Cristina. Tradição intelectual e espaços historiográficos, ou porque dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marco Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003.

LANGE, Silvia Pandini; MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Os aprendizes marinheiros no paraná oitocentista.** Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia, 2008, vol. LX, n 2, julio-diciembre, p. 75-94. Disponível em: <<http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/258/254>>. Acesso em 18 de nov. de 2016.

LASKI, Harold Joseph. Sobre o estudo da política. In: KING, Preston. **O estudo da política.** Brasília: Editora da UnB, 1980.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

\_\_\_\_\_. A história nova. In: \_\_\_\_\_. **A História nova.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEITE, Lígia Costa. Apresentao (2011). In: ALTO, Sônia. **Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão.** 3 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Revinter, 2014.

\_\_\_\_\_. **A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994).** Rio de Janeiro: UFRJ/ABU, 1998

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau  internet.** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. Benjamin Constant, vida e história: reflexões sobre o fazer biográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p.157-167, jan.-jun. 2011. Disponível: < <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF22/lemons.pdf> >. Acesso em 29 mar. 2016

LEONARDI, Vitor. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

LIMA, Elmira Ribeiro. Bemdicto esforço! (Prefácio). In: NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo (Manoel Leonardo). **Legião Branca**. Belém: Tipografia do “Alma e Coração”, 1911.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: \_\_\_\_; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Marcos Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: \_\_\_\_\_. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p.39-48

\_\_\_\_. **Para ler os clássicos do pensamento político**: um guia historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Anno biographico brasileiro**. 3º volume. Rio de Janeiro: Typographia e lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1878.

MACHADO, Marilane. **Disputas simbólicas entre católicos e espíritas no primeiro centenário do espiritismo**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, v.7, 2014, p.62-79. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/16380/12435>>. Acesso em 24 jul. 2017

MAIA, Clarissa Nunes et all. **História das prisões no brasil**. Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MANDROU, Robert. **Magistrados e feiticeiros na França do século XVII**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MARCÍLIO, Maria Luisa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Ensino profissionalizante em Goiás**: a experiência pioneira da Colônia Blasiana. Inter-ação: rev. fac. educ. UFG, 31 (1), p. 111-137, jan./jun. 2006. Disponível: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1495/1479>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto *et all.* **Dicionário de Política A-K**. Volume 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

MARQUES, Santana. A propósito de um livro. In: NOGUEIRA DE FARIA, Raymundo. **Meus amiguinhos**. Belém: Barra, 1963.

MARTINS, Rubem de Mello. **Instituto de proteção e assistência à infância do Pará**: Instituto Ophir Loyola. Belem, Pará: 2006

MATOS, Izalto Jr. **Em busca da memória perdida**: a história dos órfãos e vadios no Instituto Disciplinar de Mogi Mirim. 154f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, SP: 2006

MATTOS, Renan Santos; WEBER, Beatriz Teixeira. **Disputas religiosas em Santa Maria? RS na década de 1930**: Um ataque público. In: XI Encontro Regional de História - Anpuhrs, 2012, Rio Grande. Anais XI Encontro Estadual de História. História, Memória e patrimônio, 2012. p. 1476-1490. Disponível em: <[http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346333406\\_ARQUIVO\\_DISPUTASRELIGIOSASEMSANTAMARIA.pdf](http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346333406_ARQUIVO_DISPUTASRELIGIOSASEMSANTAMARIA.pdf)>. Acesso 24 jul. 2017.

MELO, Odimar do Carmo. **O lugar e a comunidade na Ilha de Cotijuba – PA**. Dissertação (Mestrado), 2010, 192 p. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

METTIFOGO, Decio; SEPÚLVEDA, Rodrigo. **La situación y el tratamiento de jóvenes infractores de ley en Chile**. Santiago de Chile: Centro de Estudios en Seguridad Ciudadana, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927 a 1937**. 181f. Dissertação (Mestrado). 2008. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História Social. Recife, PE: 2008.

MISKULIN, Sílvia Cezar. **Os Intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)**. São Paulo: Alameda, 2009

\_\_\_\_\_. **Cultura ilhada**: imprensa e revolução cubana, 1959-1961. São Paulo: Xamã, 2003.

MONROE, Paul. **História da Educação**. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1939.

MONSIVÁIS, Carlos. De los intelectuales em America Latina. **America Latina Hoy**, n.47, 2007, p.15-38.

MORAES, Eneida de. “Boa-noite, professor”. In: GUIDIN, Marcia Ligia; VIANNA, Lucia Helena. **Contos de escritoras brasileiras**. 1ª ed. São Paulo: Martins, 2003. 388 p.

MOREIRA, Eidorfe. **A educação moral, cívica e religiosa no Pará**. Revista de Cultura do Pará. Ano 5, n°s 18;19, janeiro/junho, 1975, p.43-48.

\_\_\_\_\_. **Uma página memorável da mocidade paraense**. Revista de Cultura do Pará. Ano 4, n°s 16;17,julho/dezembro, 1974, p.90-107.

MOREIRA, Regina da Luz. Os diários pessoais e a (re)construção histórica.. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.177-184, jul.1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2021>>. Acesso em: 01 Abr. 2017.

MOSCATELI, Renato. História intelectual: a problemática da interpretação dos textos. In: LOPES, Marcos Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p.48-59

MOURA, Silvio Hall de. **História da magistratura paraense**. Belém: CEJUP, 1989.

\_\_\_\_\_. Discurso proferido em 08/01/1985 no Conselho Estadual de Cultura por ocasião do centenário de nascimento do Des. Raymundo Nogueira de Faria. In: PARÁ. **Desembargador Raymundo Nogueira de Faria: homenagem póstuma (1884-1957)**. Belém: TJEPA, 1994. p.112. (Série Perfil dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;1)

MUELLER, Helena Isabel. **Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.35, n.69, p.259-278, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00259.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2017.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **Razões para desertar: institucionalização do exército no estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII**. 2000. 224f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da educação e fontes**. Cadernos ANPED, n.5, set.1993. p.7-64.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. **A Infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948**. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social. 314f. Tese (doutorado). São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26102011-005044/pt-br.php>. Acesso em 18 ago. 2013

ODÁLIA, Nilo. Apresentação (1990). In: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929-1989: a revolução francesa na historiografia**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. **Dom Sebastião Leme e as estratégias do catolicismo nos anos 1930**. Faces de Clio. Vol. 2, n. 4, p.88-98, jul-dez de 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D5.-Alexandre.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2017.

OLIVEIRA, Jorge et all. **Um estudo sobre fatos ocorridos na Ilha de Cotijuba: análise das causas que levaram a transformar um educandário em presídio (Projeto de Pesquisa)**. Universidade Estadual do Maranhão. Programa de Qualificação de Docentes. São Luiz: 2006 (Mimeo)

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 575-584, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>>. Acesso em 30 de dez. de 2016.

PAIVA, Ataulfo de. **Justiça e assistência**: os novos horizontes. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. 1916.

\_\_\_\_\_. **Boletim Geral da Polícia Civil do Estado do Pará**. Belém, 20 de janeiro de 1921.

\_\_\_\_\_. **Coleções de leis: 1926-1931**. Belém: Diário Oficial do Estado do Pará, 1931.

\_\_\_\_\_. **Diário oficial do estado do Pará**. Belém, ano LX, n.16.715, p.2, 05/05/1951.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador de 07/07/1927**. Belém: Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1927.

PARACAMPO, Amanda Brito. Interfaces artístico-culturais: Ettore Bosio e o debate sobre a produção da música brasileira durante a primeira república (1892-1936). In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos**: Intelectuais e discurso. Belém: Editora Açaí, vl.5, 2015.

PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinqüência e da desvalia: Florianópolis- 1900/1940**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. Paraná: 2006, 234f. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=152610](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=152610)>. Acesso em 25 de mar. de 2013.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 2 ed.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. 2 ed.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. **A civilização do Brasil através da infância**: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889). Niterói, 2003. 144 p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, 2003.

PINTO, Felipe Menezes. Das contribuições da História Cultural à História da Educação. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Org.). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto, Minas Gerais: Edufop, 2009. Disponível em: <[http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/felipe\\_menezes\\_pinto.pdf](http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/felipe_menezes_pinto.pdf)>. Acesso em 14 fev. 2017.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PROVÍNCIA DO GRÃO PARÁ. **Relatório do presidente de província**. Belém: 1873. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em 05 de set. de 2014.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RAGAZZINI, Dário. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? Educar em Revista**, [S.l.], n. 18, dez. 2001. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32815/20799>>. Acesso em 11 set. 2014.

REMOND, René. “Do político”. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre. Introdução- um domínio e um olhar. In: \_\_\_\_; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RIZZINI, Irene. Caminhos para além das grades de ferro. In: ZAMORA, Maria Helena. **Para além das grades de ferro: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_; RIZZINI, Irma. **Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. A Pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. *Revista Contemporânea de Educação*. v. 4, n. 7. FAED/UFRJ, 2009, p.09-25. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/73>>. Acesso em 13 out. 2014.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito**. Dissertação (Mestrado). 124 p. 1979. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os Filhos do mundo: a face oculta da minoridade (1964-1979)**. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

RODRIGUES, Hildebrando (Org.). **Album do Pará**. Belém: Typographia Novidades, 1939.

ROHDEN, Huberto. **O Sermão da montanha**. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato social ou princípios do direito político**. São Paulo: Escala, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano 1, n.1, Jul. de 2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/artigo.pesquisa%20documental.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/artigo.pesquisa%20documental.pdf)>. Acesso em 09 out. 2014.



SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward. **Cultura e política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

SALDANHA, Gilda Maria Maia Martins. **A Educação escolar hospitalar**: práticas pedagógicas docentes com crianças em tratamento oncológico no Hospital Ophir Loyola em Belém-PA. Dissertação (Mestrado). 151 p. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2012.

SALLES, Vicente. **O Negro na formação da sociedade paraense**. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTANA, Verônica Neuma Ferreira; PONTES, Demóstenes Jesus de Lima; BARBOSA, Jonas da Costa. **O Espiritismo no Pará**: 100 anos de União Espírita Paraense. Belém: UEP, 2006.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.24, p. 83-111, 2010.

SANTOS, Emina. Apresentação. In: DAMASCENO, Alberto. **A Segunda república e a educação no Pará**: um primeiro olhar sobre o projeto dominante. Belém: Açai, 2012.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: \_\_\_\_; SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio (Org.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas**: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Edusp, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Prefácio. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva *et all* (Org.). **José Veríssimo**: raça, cultura e educação. Belém: Editora da UFPA, 2007. 225p.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-39

\_\_\_\_. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

\_\_\_\_. O tempo refletido: Helenice Rodrigues entrevista François Dosse (Abril de 2001). **Diálogos**, DHI/UEM, v.5, n.1. p.81-86, 2001. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=268>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SILVA, Jocelma Boto; PEREIRA, Marcia Helena de Melo. Escrever a própria vida: aspectos estilísticos do gênero diário pessoal. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, BA. v.1, n.2, p.295-312, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/2663/1797>>. Acesso em 03 abr. 2017

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Lana Cláudia Macedo da. **Lazer, turismo e agricultura entre populações tradicionais na ilha de Cotijuba Belém/Pará**. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SILVA, Marcos José Diniz. **Do espiritococus à fábrica de loucos: o Espiritismo sob a retórica da aniquilação na imprensa católica cearense**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 7, n.13, Jul. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14295/rbhcs.v7i13.130>>. Acesso em 24 jul. 2017.

SILVA, Wesley. **Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte 1921-1941**. 327f. Tese (Doutorado). 2007. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102007-144622/pt-br.php>>. Acesso em 18 ago. 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Este século tinha sessenta anos: a França dos *sixties* revisitada. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 3, jan.-jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

SKINNER, Quetin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SNYDERS, Georges. A síntese roussauísta. In: DEBESSE, Maurice; MIALERET, Gaston. **Tratado de Ciências Pedagógicas**. VI.2: História da Educação. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. A Revolução de 30 no Pará: a 1ª interventoria de Magalhães Barata (1930-1935). In: \_\_\_\_; BEZERRA NETO, José Maia; ALVES FILHO, Armando. **Pontos de história da Amazônia**. 2 ed. rev. amp. Belém: Paka-Tatu, 2000, v II.

SOWELL, Thomas. **Os Intelectuais e a Sociedade**. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.

SPENCER, Herbert. **Educação Intellectual, moral e physica**. Porto: Casa Editora Alcino Aranha & Companhia. 1888.

TAMBARA, Elomar. Educação e positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol.II: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Infância, escola e pobreza: ficção e realidade**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

TRINDADE, Jorge. **Delinquência juvenil**: compêndio transdisciplinar. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

TRINDADE, Mariléia Pereira. **Representações sociais de jovens da ilha de Cotijuba – Belém/PA sobre o ensino médio e relações com seus projetos de vida**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011. 179 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. Ocultos a plena luz: una análisis estadístico de la violencia contra los niños. Nova York: UNICEF, 2014. Disponível em: <[http://www.unicef.org/ecuador/ocultos\\_a\\_plena\\_luz.pdf](http://www.unicef.org/ecuador/ocultos_a_plena_luz.pdf)>. Acesso em 10 de dez. de 2014

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. **A Educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

\_\_\_\_\_. **A instrução pública no Estado do Pará em 1890**. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Justo Leite Chermont, governador do Estado por José Verissimo, director geral. Pará: Typ. de Tavares Cardoso & Comp, 1892.

\_\_\_\_\_. **Estudos Brasileiros (1877-1885)**. Pará: Tavares e Cardoso & C. Livraria Universal, 1889, p.112-113.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Prefácio (2014). In: ROIZ, Diogo da Silva (Org.). **A História intelectual: entre instituição e letrados na historiografia brasileira**. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista brasileira de história da educação**. v.8, n.16 jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/109/120>>. Acesso em 11 mar. 2017.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação e o intelectual acima das circunstâncias. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v.60, p.66-69, 1987. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1238/1242>>. Acesso em 07 abr. 2017

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WASSERMAN, Claudia. **História intelectual: origem e abordagens**. Tempos Históricos. Vol. 19, 1º sem/2015. p.63-79. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/12762>>. Acesso em 22 out. 2016.

WHITEHEAD, Alfred North. **Os fins da educação e outros ensaios**. São Paulo: Nacional, 1969.

WINTER-JENSEN, Thyge. Iluminismo e religião, conhecimento e pedagogias na Europa. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas; ULTERHALTER, Elaine. **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**; vl.01. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

ZANOTTO, Gizelle. **História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 31-45, 2008.

ZAPIOLA, Maria Carolina. En los albores de lo institucional. La gestación de instituciones de reforma para menores en Argentina, In: LLOBET, Valeria (Comp). **Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión**. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20140416023412/PensarLaInfancia.pdf>>.  
Acesso em 08 de mar. 2014.



---

**ANEXO: POEMAS DE RAYMUNDO NOGUEIRA DE FARIA**

---

**POEMAS SIMPLES**

Tudo por nosso amor!  
 Eis o tema puríssimo e altaneiro,  
 a flâmula de guerra sacrossanta  
 deste meu velho coração em flor,  
 altivamente armado em cavaleiro  
 para a conquista ideal da Terra Santa  
 do teu divino amor!

Fulja no teu olhar  
 a mesma luz, a mesma claridade  
 do céu primaveril que me encantou  
 como outro céu jamais há de me encantar!  
 Há no meu ser ideal serenidade  
 o que era, querida, já não sou  
 graças ao teu olhar!

Bendito seja Deus!  
 Tudo quanto vier de pranto e dores,  
 gotas de fel, calvários, agonia  
 - juro pelo fulgir dos olhos teus -  
 se tornará radiosamente em flores  
 em profundas, eternas alegrias...  
 Bendito seja Deus!  
 Creio tanto no amor!  
 Creio no sonho imaculado e justo  
 que, há tanto tempo, é o meu supremo credo,  
 meu adorado sonho redentor!  
 E, muito embora de existência a custo,  
 hei de vê-lo florir, altivo e santo!

Tudo me agrada em ti  
 Tenho minha alma inteiramente cheia  
 duma serena e casta adoração  
 tão pura como igual jamais senti!  
 Chega mesmo  
 a espantar-se a gente alheia  
 do tamanho, do grau desta afeição  
 se tudo me seduz e agrada em ti

Tudo por nosso amor!  
 Eis o lema puríssimo e altaneiro  
 a flâmula da guerra sacrossanta  
 deste meu velho coração em flor,  
 altivamente armado em cavaleiro  
 para a conquista ideal da Terra Santa  
 de teu divino amor!

**MÃE**

Mãe. Três letras apenas - e contudo  
 Quanta grandeza esta palavra encerra  
 Ainda mesmo para o ser mais rudo  
 E o maior bem que pode haver na terra

Na alucinante, formidável guerra  
 Da luta pela vida. vale tudo  
 Quanto as noss'alma entre delírios erra.  
 E de Noss'alma o abençoado escudo!

Em recordando o estremecido vulto  
 De nossa Mãe. o sofrimento amaro  
 Desaparece, ainda o mais culto

Religião que não possui ateus.  
 O amor de Mãe é. neste mundo ignaro  
 A encarnação do próprio amor de Deus!

**PRESENTE**

*Ao coração da Pequenina, em lembrança do  
 23 de dezembro de 1915.*

O tempo, às vezes, fica estacionário;  
 não faz passar “não muda, antes conserva  
 como se em que minhalma se fez presa  
 do teu affecto, que é o meu Breviario!

Falo dizer que o Amor se exhaure e enerva  
 ao inlente rumor de Calendario -  
 que nos aponta o asylo cinerario  
 que á Vida a Morte indomita reserva.

Mas Nosso Amor, affecto ao sonho e à lucta,  
 no agasalho de talma impolluta  
 inda depois da Morte viverá!

Sob novas formas e mais furos brilhos  
 só preso à terra pelo amor dos filhos,  
 o que tem sido aqui, há de ser Lá!

**FEITICEIRA**

*Á minha esposa*

Creio que me fizeste algum feitiço  
 Desses que só o coração sabe fazer  
 Já mo dissera o olhar castiço  
 Em falar que só eu pude entender.

Hoje, mais do que nunca dantes, creio nisso  
 Tal a saudade que age em meu ser

Quando longe de ti – e mais supresso  
Senti, então, de teu o meu viver!

Voltei. De cerco eis-me aos teus pés querida  
Cada vez mais aumenta o meu encanto  
Senti-te mais estremecida!

Fale em sonho de mim o mesmo interior  
Não sonhes tu, nem fales, entretanto:  
Olha o feitiço contra o feiticeiro.

*Leocádio Guerreiro*

### CAÇADORA

Ao flavo sol dispersa a loira trança  
como um facho de luz, radiante e flava,  
ei-la a cavalo e, destemida, e brava,  
a flórea margem da floresta alcança

Em plena mata os lindos olhos crava  
num fera que, ao vê-la, hirsuta, avança...  
e ela, vibrando a resplendente lança,  
a enorme fera audaz em sangue lava!

E prosseguindo na arriscada caça,  
num galopar a toda brida, passa  
transpondo abismos, íngremes escolhos!

Porque zombei de seu valor, um dia,  
Feriu-me o coração! – fera sombria, -  
Com as lâminas brilhantes de seus olhos!

*Leocádio Guerreiro*

### VELHICE

*(Escrito para o coração da minha velha  
companheira, amiga e bôa, no álbum de quem  
irradia inteligência, graça, mocidade...)*

Descamba o sol da Vida e, lindo, cresce  
- num contraste feliz, confortador,  
deixando ao longo do caminho, a messe  
de intenso brilho, o sol do nosso amor!

É, como outrora, adoração e prece,  
É, como dantes, luz, vida, calor!  
Fonte que não se turva nem fenece,  
jardim que sempre teve alguma flôr!  
Foi assim que sonhei nossa Velhice,  
- saudade sem pungir de acerbo espinho  
- um ângelus gulgente de meiguice!

Nossos filhos terão um lar assim?  
O coração me diz, devagarinho:  
Oh! Sim! Deus há de permitir sim!

### CAMINHO DA FELICIDADE

Este é o caminho da Felicidade...  
A nossa porta, eil-lo sereno e lindo.  
A cada passo, estranha claridade:  
sonhos, de velhos túmulos surgindo.

Olha: os espinhos estão florindo  
e perfumando toda a imensidade...  
Transpira em tudo um certo encanto infindo  
- rósea bonança após a tempestade.

Abençoado e límpido passarinho  
pelo meu sofrimento conquistado  
e conquistado pelo teu carinho.

Houve espinhos e lagrimas?... Que importa!  
Eil-o radiosamente iluminado  
como um rio de luz, á nossa porta!

*Leocádio Guerreiro*

### AS TUAS CARTAS

Ei-las! As tuas desejadas cartas  
Veze que que as li não as contei, nem conto!  
- Mas sou capaz de recitá-las  
(o coração me [?] de pronto)

Que os leitores felizes desses livros  
Não me foram somente os olhos, não!  
Também os leram, certo que o advinhes  
Meus lábios e o saudos coração

*Leo, dedicado a sua pequenina*

### VENCIDO (1908)

Lucto, – mas é em vão a minha heroicidade!  
Inimigos crueis, demonios inclementes,  
o tédio me aquebranta a força de vontade,  
a duvida me tolhe os impetos valentes. [...]

Ouvindo-os, mais ainda eu me acobardo e tremo...  
E quedo-me a sismar na tragica amargura,  
nas allucinações do desespero extremo.

Dos que vão para a morte, heroicos ou vencidos,  
os cerebros a arder nas febres de loucura  
ou, então, por uma bala, os cerebros partidos!

*(Publicado na “Folha do Norte” sob o  
pseudônimo de Leocádio Guerreiro)*

Fique triste ou alegre cante,  
tenha paz ou sinta dôr  
hei de viver d'ora avante  
num constante bom humor!

Transformarei minha vida  
numa formosa canção:  
farei do riso a querida  
força do meu coração!

Darei o braço à Alegria,  
farei della a companheira  
dia e noite, noite e dia,  
a minha vida inteira!

O Bom Deus nosso Senhor,  
e o meu anjo guardião  
farão do meu coração  
o reino do bom humor!

Por que Deus assim o quiz  
eu sadio, alegre e forte,  
hei de ser sempre feliz  
mesmo no instante da morte!

E o meu anjo guardião  
meu querido protector  
fará do meu coração  
o reino do bom humor!

*(Em diário pessoal, 11. 12.1934.)*

### **MISTERIO DESFEITO (1936)**

No agasalho da propria consciencia,  
eu me reví, desde a primeira idade  
reminiscencia após reminiscencia  
uma saudade após outra saudade!

Falou-me a voz tranquilla da Verdade:  
e sempre atôa e vã toda a existencia  
se a não a perfuma a espiritualidade,  
da fé em Deus a immaculada essencia!  
Espírito e materia, ó homens, são  
Duas partes duma só vida infinita,  
no mysterio nutriz da Creação...  
O mysterio, porém, já se desfaz  
E surge ao nosso olhar a benedicta  
terra de amor que a fé em Deus nos traz!

Espírito e materia, ó mundo insano!  
são faces dum mesmissimo problema,  
modalidades do Supremo Arcano!  
- to be or not to be, - eis o dilemma  
que a nova fé desfez á luz da Sciencia!

### **DEUS! (15/ 11/ 1936).**

Deus! força tutelar da Natureza,  
infinito em poder e perfeição  
és a Fonte Suprema da Belleza,  
Eu singular de toda a Creação!

Ninguém sabe Quem És. Mas És Certeza,  
justiça, intelligencia, amor, perdão!  
És verdade integral, És luz acesa  
em nossa escura e humilde hora!

Ninguem definira Quem És... Ninguém!  
todos sentem tua presença omnipotente,  
em seus effeitos e por diversos variados modos!

Pobre e atrevida intelligencia humana!  
reconhece-te nella, inteiramente,  
em face da Entidade Soberana!

### **II**

Ha quem te negue, eu sei, meu Deus, no entanto,  
o faz porque vegeta indifferente  
ao problema da Vida, injusto e santo,  
vivendo à tôa, inconscientemente!

A natureza, em toda parte, é um canto  
de adoração ao ser omnipotente.  
Só o homem, vermículo, entretanto,  
tem olhos e não vê, alma, e não sente!  
Não vê no seio intermino do Espaço  
Em cada estrella o luminoso traço  
da tua occulta, poderosa Mão.

Se não vivesse como um fruto, a esmo,  
encontraria dentro de si mesmo  
o X espiritual da Creação...

### **BÔDAS DE PRATA (1940)**

Bôdas de prata! Marco alvissareiro  
na existencia de um lar no ceu talhado.  
Mãos que se apertam no ideal jurado  
de eterna devoção ao companheiro!

Em vez do encantamento passageiro,  
em vez da febre de um desejo ousado,  
um sentimento espiritualizado,  
um aféto sereno e verdadeiro.

Aféto verdadeiro, dia a dia  
caldeado, na Dor e na Alegria,  
através de ilusões e desenganos.

Bôdas de prata! Estima construída

na comunhão da luta pela Vida  
no decorrer de vinte e cinco anos!

**EM FUNERAL** (1945)

Nunca a Morte, na luta contra a vida  
Lançou tão fero, insidioso bote  
Uma tão insolente arremetida:  
Ferir, no templo, o próprio sacerdote!

É bem perto do altar quero augusto archote  
da Lei cai da mão esmorecida...  
Mas ninguém morre quando ao Bem se vote:  
A História lhe dará justa guarida!

Juiz e professor, Buarque foi útil  
A toga, sua túnica inconsútil,  
A consciência a força que o anima

Homem de bem durante toda a liça  
Voltou-se ao Lar, à Pátria e à Justiça  
o Desembargador Buarque de Lima

**AOS 67** (15/10/1951)

*(Ao coração dos filhos que me restam)*

Estou quase no bairro dos setenta  
Três passos mais e lá terei chegado  
Não venho só. A velha esposa ao lado  
Alma Irmã que nas lutas me sustenta

Aqui tudo sereno se apresenta  
A saudade arquivista do passado, enche-me  
o coração, velho e cansado  
de meiga claridade sonolenta

A jornada me foi árdua ladeira  
eu teria ficado no caminho  
se me faltasse a mão da companheira

Se me faltasse a fé em Deus, tão forte,  
que toma em flor o mais agudo espinho

e dá feição amiga à própria morte!

**VELHOS E AVÓS** (1952)

Eu já vislumbro o termo do caminho  
Não tenho medo algum de coisa alguma  
Porque me alenta a luz de teu carinho  
Que me banhou a vida toda, em suma!

Nas provocações jamais fiquei sozinho!  
Minhas dores sofreste uma por uma  
Sempre guardaste a paz em nosso ninho  
E a modéstia tranquila que o perfuma  
Quando vem lá de fora uma pedrada  
Eu me envolvo na clâmide sagrada  
De fé em Deus e esqueço todo o mal

Ambos velhos e avós como eu sonhava  
Naquele tempo em que te acompanhava  
Noite Feliz à Missa de Natal!

**NA CASA DOS 70** (Em 15.10.1954)

*A meus filhos e netos*

Cheguei, enfim, a casa dos 70!  
O bairro é docemente sossegado.  
Sem música e sem festa. Mas banhada  
de uma luz que suave se apresenta.

Nele, só é presente o que é passado.  
E em santa placidez se movimenta  
quando algum coração mais agitado  
o alto-falante da saudade aumenta!

“Recordar é viver”, é o grande lema  
do bairro da velhice, a lei suprema  
que não se afasta da sinceridade.

Velhice é gratidão a Deus. É prece!  
Vida que a Morte poupa e se enobrece  
na prática discreta da Verdade!

